

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS
TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA HCTE / UFRJ

Leila Almeida Barbosa

**Manoel Bomfim e a Trilogia do Brasil:
um intérprete revolucionário?**

Orientadora: Maria Mello Malta

RIO DE JANEIRO/RJ

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS
TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA HCTE / UFRJ

**Manoel Bomfim e a Trilogia do Brasil:
um intérprete revolucionário**

Leila Almeida Barbosa

D.R.E. 116085336

Tese de doutoramento

Tese apresentada ao corpo docente do Programa De Pós-Graduação Em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientadora: Maria Mello de Malta

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

BB238m Barbosa, Leila Almeida
 Manoel Bomfim e a Trilogia do Brasil: um
 intérprete revolucionário / Leila Almeida Barbosa.
 - Rio de Janeiro, 2020.
 186 f.

 Orientadora: Maria Mello de Malta.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
 Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
 em História das Ciências e das Técnicas e
 Epistemologia, 2020.

 1. história do pensamento social brasileiro. 2.
 controvérsias. 3. Manoel Bomfim. 4. nação
 brasileira. 5. Trilogia do Brasil. I. Malta, Maria
 Mello de, orient. II. Título.

**Manoel Bomfim e a Trilogia do Brasil:
um intérprete revolucionário**

Leila Almeida Barbosa

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Mello de Malta IE UFRJ – Orientadora

Profa. Dra. Rogéria Ipanema

Prof. Dr. Mércio Gomes

Profa. Dra. Carla Curty

Prof. Dr. Jaime León

Rio de Janeiro
02 de abril de 2020

*A imagem de um mundo melhor deixou de ser o sonho chimerico,
para ser o escopo de todas as actividades nobres,
o sonho de todos os que aspiram,
a luz dos que renascem para a esperança.*

Manoel Bomfim, 1904.

Dedico esta tese

Aos meus filhos,

Thalita,

Thays,

Filipe,

Daniel.

À minha avó, Izolina (*In memorian*)

À minha mãe, Antonia (*In memorian*)

À minha tia, Leila

Ao meu avô, José (*In memorian*),

Conhecido como *Zé do Mato*

Ao meu irmão,

Arnaldo

Ao Nezinho, Manoel Bomfim,

Que instigou a pensar a nação brasileira.

O presente trabalho foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

O conteúdo é de inteira responsabilidade da autora.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de profunda gratidão por concluir esta etapa de formação, sinto meu coração agitado por inúmeras lembranças de pessoas, momentos, dificuldades, conquistas. Foram tantas mãos e tantos ombros, tantas palavras de amizade e incentivo, e tantos abraços – difícil enumerar a todos, impossível dizer seu grau de importância. Percebo agora que cada gesto de amizade, cada indicação de leitura, cada ideia compartilhada, cada sorriso, cada lágrima enxugada, cada cafezinho são pedacinhos desta jornada, que, se retirados, a tornariam impossível de ser concluída.

Sou grata a todos e todas! Ainda que não consiga expressar em palavras e nomes, sou parte de cada um(a) e de todos(as)! Sou um pedacinho de Brail que anda e fala, sonha e luta...sou filha da terra, dos homens e das mulheres que lutaram antes de mim... que resistiram e persistiram em sonhar, e se atreveram a abraçar a esperança como modo de vida e fonte de energia para superar um dia de cada vez. Sou um pouquinho do cerrado e da terra vermelha do interior...dos olhos puxados e dos sorrisos tímidos, da fala medida e do pensamento forte, das mãos calejadas e dos pés descalços. Também sou da chita dos vestidos e da seda dos lenços, sou do Brasil e da América Latina. Tenho a honra e a sorte de contar e viver a história desse povo forte, corajoso e guerreiro!

Minha gratidão é para vida que me permitiu estar onde estou e com quem estou!

À amiga Ana Cristina que me apoiou no momento de retomar meu sonho de continuar minha formação e acreditou nele, junto comigo;

Ao professor José Carlos que me recebeu e incentivou a trabalhar firme no propósito de instruir-me;

Ao HCTE, aos seus colaboradores e professores que me receberam e apoiaram; à Mariah, Gabriela e ao Robson, pela paciência, atenção e presteza com que sempre me atenderam;

Aos colegas do doutorado, em particular aos que acompanharam minha jornada de mais perto – José Cássio, Marcelo, Laurencel, Martha, Juliana, Roberto José, Mário, César;

Aos companheiros e companheiras do LEMA (Laboratório de Estudos Marxistas), por compartilhar sonhos e ações, e por *não soltar a mão*: Maria, Wilson, Carla, Jaime, Gleise,

Lucinha (Lux), Eloah, Juliane, Pedro Henrique, Pedro, Pedrinho, Camylla, Matheus, Larissa, Bruno, Júlia, Diego, Márcia;

Ao Wilson e ao Jaime, que acompanharam mais de perto a construção do texto, e dispuseram seu tempo nas tarefas de ler e reler minhas construções ainda cambaleantes;

Aos que ouviram e compartilharam minhas angústias: Gilse, Cristina, Flávia, Maurício, Edelson, Vinícius, Neuza, Gustavo, Célia, Luís;

À Valéria Cristina, sempre presente, acreditando e colaborando nos momentos difíceis;

Às amigas, quase mães, Marlene, Alcione, Tânia, Maria Cristina;

Ao grupo de mulheres Costureiras de Cachoeira do Norte (Vale do Jequitinhonha), onde aprendi mais que ensinei, e vi que é possível sorrir mesmo quando *a vida faz careta*;

Ao grupo de mães da Escola Municipal Mário da Veiga, em particular, Rose, Vânia, Paula, Patrícia, companheiras na missão de alcançar a boa educação de nossos filhos;

Ao meu amigo e terapeuta Wallace que esteve sempre pronto a segurar a mão quando me sentia em terras movediças, e a me fazer enxergar o pedaço de chão já percorrido quando me sentia fraquejando;

À Maria, orientadora e amiga, que acreditou, apoiou e abraçou meu projeto de conhecer o Manoel Bomfim e sua contribuição para enxergar melhor o Brasil; que mais do que orientar, me fez acreditar, mesmo quando eu não via a luz no fim do túnel;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio foi fundamental para viabilização do trabalho realizado;

Por fim, à minha família, que cedeu tempo, espaço, afeto e confiança para que eu seguisse meu sonho – a eles: Thalita, Thays, Filipe e Daniel, minha gratidão por fazerem parte da minha vida e por serem todo dia o motivo de continuar.

Ao meu pai Washington, que me deu a vida, e isso foi o maior presente que pôde me dar;

Ao vovô Antonio, a vovó Thereza (*In Memoriam*) e avó emprestada Luzia, por todo apoio, carinho e incentivo que me deram antes e durante esta jornada;

Agradeço o dom da vida, à Deus, e aos que vieram antes de mim!

À todos, minha sincera gratidão e meu carinho!

RESUMO

BARBOSA, Leila Almeida. Manoel Bomfim e a Trilogia do Brasil: um intérprete revolucionário. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho está no campo da História do Pensamento Social Brasileiro, mais especificamente na área de Intérpretes do Brasil. Pretendemos apresentar Manoel José do Bomfim como intérprete do Brasil e argumentar que ele tem uma visão revolucionária particular.

Adotamos como metodologia de pesquisa a abordagem das controvérsias para a história do pensamento social, o que implica compreender o pensamento do autor como resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e de visão de mundo sobre o qual isso observação é feita. Essa abordagem permitiu observar a historicidade e a processualidade do pensamento bomfiniano.

Embora seja impossível entender a obra de Bomfim sem fazer referência ao seu trabalho completo, obras que também são consideradas na pesquisa, optamos por focar nosso argumento em sua obra mais madura, no acervo de livros que o próprio autor considera como o síntese de seu pensamento: A Trilogia do Brasil. Neste conjunto de sua obra Bomfim reflete sobre a formação da nação brasileira. Finalmente, destacamos sua postura antirracista, anticolonialista e anticonservadora que se apresenta como uma agenda de pesquisa original e atual proposta pelo autor.

Palavras-Chave: história do pensamento social brasileiro; controvérsias; Manoel Bomfim; nação brasileira; Trilogia do Brasil.

ABSTRACT

BARBOSA, Leila Almeida (2004). Manoel Bomfim and the Trilogy of Brazil: a revolutionary interpreter. Rio de Janeiro, 2020. Thesis (PhD in History of Sciences and Techniques and Epistemology), History of Sciences and Techniques and Epistemology, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present work is in the field of the History of Brazilian Social Thought, more specifically in the area of Interpreters of Brazil. We intend to present Manoel José do Bomfim as an interpreter of Brazil and argue that he has a particular revolutionary view.

We adopt as research methodology the approach of the controversies to history of social thought, which implies understanding the author's thinking as the result of an inseparable set of observation of historical reality and world perspective under which this observation is made. This approach allowed us to observe the historicity and procedurality of Bomfinian thought.

Although it is impossible to understand Bomfim's work without making reference to his whole major works, that are also considered in the research, we chose to focus our argument on his more mature work, the collection of books that the author himself considers as the synthesis of his thought: The Trilogy of Brazil. In this set of his work Bomfim reflects on the formation of the Brazilian nation, and from this construct of his thought. In the end we highlight his anti-racist, anti-colonialist and anticonservative stance that presents itself as an original and contemporary agenda of research proposed by the author.

Key-Words: history of Brazilian social thought; controversies; Manoel Bomfim; Brazilian nation; Trilogy of Brazil.

SUMÁRIO

1. Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	O BRASIL DE MANOEL BOMFIM & MANOEL BOMFIM DO BRASIL: O AUTOR E SUA CONSTRUÇÃO SOCIO-POLÍTICO-INTELLECTUAL.....	13
2.1	Do engenho à Sorbonne e da Sorbonne ao Brasil: Manoel Bomfim do Brasil:.....	13
2.2	Originalidade solitária: Brasil de Manoel Bomfim.....	19
3.	O BRASIL NA AMÉRICA: O NACIONALISMO A BOMFIM.....	33
3.1	A tradição como fonte do nacionalismo brasileiro.....	36
3.2	A tradição brasileira como construção coletiva de índios, portugueses e negros.....	42
3.2.1	Os primeiros colonos portugueses – sua relação com a terra e com os gentios (naturais da terra) 44	
3.2.2	Os índios e sua contribuição para formação da nação brasileira.....	48
3.2.3	O negro e seu papel na formação na nação brasileira.....	56
3.3	Considerações de transição.....	64
4.	O BRASIL NA HISTÓRIA: O BRASIL QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO.....	67
4.1	Bomfim e a História.....	67
4.1.1	Escrever a história de seu tempo: um desafio para Bomfim.....	69
4.1.2	Compreender a própria história: o desafio da construção da nação no pensamento bomfiniano.....	76
4.2	A crítica à historiografia brasileira: ajuste necessário para a formação da nação.....	81
4.3	Nação: filha dileta da educação.....	90
4.4	Apêndice: Bomfim e a Instrução Pública: idealismo no sentido próprio ou a consciência precede a (n) ação.....	100
5.	BRASIL NAÇÃO – O PROJETO REVOLUCIONÁRIO DE MANOEL BOMFIM.....	115
5.1	Bomfim e a República em (des)encanto.....	116
5.2	O sentido da revolução em Manoel Bomfim.....	120
5.3	O (su)jeito brasileiro em Manoel Bomfim.....	128
5.3.1	O poeta como sujeito social: levantando a moral.....	133
5.3.2	Pode o Estado ser um sujeito? – Contradição no pensamento de Bomfim.....	135
5.4	Bomfim e a Revolução.....	137

6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORIGINAL AGENDA DE PESQUISA DEIXADA POR BOMFIM.....	142
6.1	Antirracismo.....	144
6.2	Anticolonialismo.....	155
6.3	Anticonservantismo.....	159
7.	REFERÊNCIAS.....	168

1. INTRODUÇÃO

Pavão misterioso
Pássaro formoso
Tudo é mistério
Nesse seu voar
Ai se eu corresse assim
Tantos céus assim
Muita história
Eu tinha prá contar

Pavão Misterioso
(Ednardo/1974)

Desde *miúda* – é assim que se dizia no cerrado – mesmo não imaginando o que significava tal enigma, inquietava minha mente infante o desejo de saber afinal quem seria ‘EU’ naquele mundo um pouco inóspito em que vivia. As diferenças sociais fortemente marcadas, as cores e sabores que me cercavam, tão distantes do meu alcance, aguçavam minha curiosidade em descobrir qual seria meu lugar, e, como poderia ocupar um outro? – Um que fosse mais confortável. Isso era nos idos da década de 1970, no interior de Minas e Goiás, e lá, nem eu, nem alguém de meu conhecimento, imaginava que houvesse no ‘mundo’ (querendo dizer com isso, certamente, o Brasil todo) um outro lugar como aquele. Não podia sequer supor que palmeava um lugar histórico social comum, que se repetia em tantos outros (guardadas suas diferenças, e preservadas similaridades) desse imenso território chamado Brasil. Desejei compartilhar nesse introito um sonho que acarinhava naquele tempo: o de ser ‘americana’- podem rir-se. Lá...na América...tinham o *Superman* e a Lois Lane. Pouco depois, viria a Mulher Maravilha! E com eles, a verdade, a justiça, a defesa dos menos favorecidos. E como a América era próspera! Diferente de minhas paragens, tão ásperas! Poucando-os da saga que foi conseguir adentrar os portões da Escola para alfabetização, relembro que a História do Brasil que aprendíamos (lançando mão aqui apenas da memória infantil e não da crítica historiográfica que certamente pode ser feita) nos convencia de que estávamos separados tanto dos latinos quanto dos ‘americanos’(?!). Qual não foi minha surpresa anos mais tarde, quando iniciando o curso de História da Universidade Federal de Uberlândia fiz a leitura do ‘Veias Abertas da América Latina’ de Eduardo Galeano (1984) – sangrei junto com cada página virada por uns seis meses.

Entendi que não era americana de fato, e sim, latino-americana. E que isso significava várias coisas: a primeira delas, era que a chama que sentia acesa em meu peito infantil ao ouvir a música ‘Pavão Misterioso’ de Ednardo fazia muito mais sentido do que sonhar ser a Lois Lane do *Superman* ou a Cinderela dos Irmãos Grimm (ou A Gata Borralheira de Charles Perrault, de 1697); que afinal, também fazia parte desta grande América, era, portanto, americana, melhor, latino-americana. Esta última conclusão passou a nortear minhas curiosidades de historiadora. Já na graduação busquei conhecer melhor o conceito de identidade – investi na observação dos movimentos populares para compreender como se constituíam ali suas cultura e identidade de grupo. Daí para o Mestrado insisti na aproximação do conceito de identidade e pesquisei a identidade latino-americana, a partir da abordagem do peruano José Carlos Mariátegui (1894-1923).

A pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em História¹ veio aguçar o interesse por refletir acerca dos problemas (*males*) da América Latina, bem como das propostas encaminhadas no sentido de superá-los. As questões propostas sobre a formação de uma identidade latino-americana e peruana eram sempre contundentes, mas durante o trabalho de pesquisa deparamo-nos com o garimpar de elementos que sustentassem as propostas de 'salvação' dessa América Latina, começando pelo próprio conceito de identidade latino-americana, considerando sua diversidade cultural, política, econômica e social, entre tantas. A complexidade apresentava-se mesmo antes de confrontar o conceito de realidade histórico-social dos países da chamada América Latina.

Chamou-nos atenção a dificuldade recorrente na literatura de pensar o Brasil como parte dessa América Latina, denotando certa ambiguidade nas relações Brasil e América Latina: ao mesmo tempo que estavam irmanados pelo processo histórico de formação, afastavam-se em seus processos político-sociais, e, por conseguinte, não se viam como iguais, parceiros da mesma luta/demanda. A visível diversidade da experiência histórica brasileira, pautada na centralização da administração do Brasil Colônia, a emancipação negociada face às guerras de independências da América Espanhola, a monarquia frente às repúblicas, a unidade do Brasil Imperial e a divisão da América Hispânica em vários Estados fomentou este debate, matizando essa diferença. Tais singularidades e

1ALMEIDA, L. A identidade Latino-Americana em José Carlos Mariátegui. (Dissertação de Mestrado. Orientador: Horácio Gutierrez. Área História – História da América). Goiás: Universidade Federal de Goiás, 1997.

particularidades levaram historiadores, cientistas sociais e ensaístas a reforçar as diferenças do Brasil em relação aos demais países latino-americanos.

Estas reflexões instigaram pensar, em contrapartida, como viam os intelectuais brasileiros os demais países dessa América Latina e mais que isso, como viam o Brasil nesta América. Nesta busca, tivemos o surpreendente e feliz encontro com a produção do ensaísta brasileiro, Manoel José do Bomfim – o Manoel Bomfim como preferiu ser chamado desde que começou a assinar seus textos. No primeiro momento, nos concentramos em sua obra *A América Latina - Males de Origem* (1905) - e em seguida, *Brasil na América*², escrito em 1926, onde justamente o autor refletia acerca da inserção do Brasil na realidade latino-americana. Importante observar que se tratava de um momento de ‘transição’ entre os modelos explicativos que apontavam como causas do ‘atraso’ brasileiro e latino-americano as questões raciais – Racismo Científico – até o final do século XIX, e aquelas que apontavam para dependência como fator determinante deste atraso – as primeiras formulações marxistas, como em Caio Prado Junior (1942) e em seguida as Teorias da CEPAL – já em meados do século XX. Desse modo, entendemos que Bomfim figura entre os precursores desse pensamento que aponta para a espoliação, ou ‘parasitismo’ colonial nas palavras dele, como causa do ‘atraso’ brasileiro e latino-americano, em contraposição às explicações racialistas.

Apesar de ter sua formação acadêmica fundada no Racismo Científico, o pensamento de Bomfim pode ser lido como um acadêmico questionador, um radical e até um revolucionário, pois está sempre em busca da superação dos limites do *status quo*. Bomfim elencará como reflexões assuntos pouco explorados, em especial, a partir de sua perspectiva de observação: educação, racismo, colonialismo, conservantismo; suas propostas de soluções políticas, econômicas, sociais para muito além das teorias do *racismo científico*, de desqualificação baseada neste discurso, ladeada do *positivismo* e dos elementos indicados pelo *determinismo geográfico* que também estava na moda. Neste contexto, o discurso bomfiniano se torna dissonante, *utópico* – em palavras suas, e, por conseguinte, desqualificado por seus pares³.

2 *O Brasil Na América* (1929) faz parte do conjunto da obra de Manoel Bomfim que o autor chamou de Trilogia do Brasil – neste estão ainda: *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Estes textos serão abordados nos capítulos [3,4 e 5](#), [2 e 3 da Parte II deste trabalho](#), respectivamente.

3 Antonio Cândido entende que a crítica de Silvio Romero tenha sido fundamental para o ostracismo de Bomfim pois o autor tinha grande peso naquele período. (Ver CANDIDO, A.. **Vários Escritos**. Rio de

A trajetória inusitada de Manoel Bomfim, sua análise do processo de formação da nação brasileira feito na contramão do chão teórico⁴ que o sustentava chamou-nos atenção, e tornou sua obra – em especial, o conjunto formado pela interpretação de Brasil (*Trilogia do Brasil*), objeto de observação para elaboração deste trabalho de doutoramento.

O presente texto traz as reflexões do trabalho de pesquisa que compõe o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE/UFRJ. Buscamos apresentar o autor – Manoel José do Bomfim e sua trajetória histórico-político-social, na qual se constitui também seu pensamento de interpretação do Brasil; o ambiente sócio-político no qual transita e participa como sujeito ativo. Apontamos alguns elementos que consideramos significativos no pensamento bomfiniano, no que diz respeito a interpretação de Brasil que apresenta, e seu modo diferenciado de diagnosticar e ‘medicar’ os ‘males’ da nação brasileira, entre eles: antirracismo, anticolonialismo e anticonservantismo.⁵ Elementos estes essenciais na caracterização do pensamento bomfiniano e sua interpretação da formação da nação brasileira. Consideramos, levados pelo próprio Bomfim vários de seus leitores, que a síntese de sua interpretação do Brasil se encontra na *Trilogia de Brasil*, e tomamos esta obra do autor como nosso principal objeto de análise. Detinamos um capítulo do texto para cada tema considerado relevante na apresentação aqueles que consideramos os principais eixos de sua interpretação crítica, respectivamente: o nacionalismo exposto em *Brasil na América* (1925); a crítica ao modelo de historiografia brasileiro e suas

Janeiro: Ouro sobre Azul, 1988 [2017]).

4 Sobre este momento da produção de Bomfim, o professor Antonio Cândido diz que: “...no plano filosófico estava em moda o evolucionismo, com sua confiança nas explicações de cunho biológico nos estudos sociais e a convicção de que havia raças humanas superiores e inferiores. No plano ideológico deve-se registrar a entrada do socialismo e do anarquismo. No plano da política internacional era o começo da fase agressiva do imperialismo norte-americano na América Latina. As posições de Manoel Bomfim sofreram com certeza influência direta dessas circunstâncias, mas os seus pontos de vista discrepam da opinião dominante pelo arrojo e lucidez ...[...] E terá sido dos primeiros a rejeitar a noção pseudo-científica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de progresso a fatores de ordem social e cultural. (Op.cit. 207).

5 Sobre a análise de Bomfim, Candido (1988) afirma que “A análise de Manoel Bomfim sobre as consequências deste estado de coisas é notável. A situação descrita se torna uma tradição, forma um passado, que plasma o presente como herança funesta, porque implanta automatismos, hábitos, modos de ser dos quais não temos consciência, mas segundo os quais agimos”. Destaca Candido que o traço “mais funesto” da herança colonial apontado pelo autor é o conservantismo, até inconsciente, mas ‘que se pode chamar propriamente — um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual’, e, que esta “é uma das idéias fundamentais de Manoel Bomfim, talvez a que seja politicamente mais importante do seu livro e sem dúvida uma das mais fecundas e esclarecedoras para analisar a sociedade brasileira tradicional, assim como as suas sobrevivências até os nossos dias”. (Candido, 1988).

consequências na formação da nação, desenvolvida no *Brasil na História* (1926); a nação brasileira como projeto em construção e a necessária Revolução nesse fazer-se, apresentada no *Brasil Nação* (1928). Fechamos nossa reflexão concluindo com a atualidade da agenda de pesquisa deixada pelo autor no contexto atual em torno dos debates do antirracismo, anticolonialismo e anticonservantismo.

Entendemos que a *Trilogia* reflete o processo de construção do pensamento e a transformação nas concepções de Bomfim, sobre os ‘remédios’ possíveis para emancipar e evoluir a nação brasileira: a reafirmação da educação como ‘saída do atraso’; a desilusão com o encaminhamento do pensamento político republicano que seguia ignorando as necessidades prementes da massa da população; a República (falseada) resultando na síntese de uma busca de uma solução revolucionária para o Brasil.

Pretende-se colocar em debate se esse movimento feito por Manoel Bomfim em seu pensamento poderia, nos termos de Antonio Cândido, tê-lo feito transitar posição de *intérprete radical permanente*⁶ para *intérprete revolucionário* mesmo com suas limitações e contradições. No processo de pesquisa do trabalho deparamo-nos com a importância da inclusão do texto *América Latina* (1905), considerando a insistência dos poucos leitores⁷ de Manoel Bomfim sobre a importância do texto, e também nossa constatação da importância desse texto, não apenas por seu caráter acadêmico mas sobretudo por conta da demarcação de conceitos elaborados por Manoel Bomfim que são fundamentais para melhor compreensão de seu pensamento e das obras apontadas como nosso objeto.

No texto do *A América Latina* (1905), Manoel Bomfim fez um diagnóstico tanto do Brasil quanto da América Latina, lançando mão de conceitos da Biologia, Zoologia, Medicina, além de outros das Ciências Humanas – o que o coloca, para nós, em definitivo, no lugar de intérprete do Brasil, ancorado em postura científica que ora entendemos como interdisciplinar. Entendemos que sua embocadura é interdisciplinar pois utiliza os

⁶ Conforme referiremos adiante no texto, Cândido o classifica desta forma em seu artigo de 1988, “Os Radicalismos”.

⁷ Bomfim foi excluído do grupo de intérpretes do Brasil por longo período, sendo Dante Moreira Leite um dos primeiros a comentar seu trabalho em *O caráter nacional brasileiro* (1965); seguido por Aluísio Alves Filho, *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* (1979); em 1984 o trabalho de Flora Sussekind e Roberto Ventura: *Uma Teoria Biológica da Mais-Valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)*, e Darcy Ribeiro, na Revista do Brasil, com o ensaio *Manoel Bomfim Antropólogo*. Em 1993 com a reedição de *América Latina: males de origem* passamos a localizar outras leituras acadêmicas sobre o autor, em trabalhos de pós-graduação.

elementos das diferentes disciplinas (ciências sociais/humanas e biológicas) em sua análise, sem que haja de ruptura dos campos de conhecimento: formula o conceito de *parasitismo*, baseado em analogias com o mundo animal e aproveita os elementos da biologia e da zoologia para entender o campo das relações sociais. Interpreta, assim, metaforicamente muitos aspectos do nosso processo histórico fazendo referência simultânea ao biológico e ao histórico-social, utilizando o biologismo em sociologia como sistema de conceitos⁸ sem cair em determinismo, ao contrário, ancorando-se na transmutabilidade dinâmica da biologia.

Assim, do mesmo modo que passamos a considerar o *América Latina* como parte de nosso objeto de estudo, notamos argumentos elucidativos das questões centrais em obras como *Através do Brasil, 1910* (livro didático); o Discurso de 1904 dirigido às formandas da Escola Normal; *Noções de Psicologia* (1921) que demonstram como Bomfim buscou antes na prática profissional, como educador, firmar os princípios que defenderia em suas obras de interpretação do Brasil.

Neste sentido, o presente trabalho se insere no campo da História do Pensamento Social Brasileiro, mais especificamente na área de Intérpretes do Brasil e nos interessa afirmar Bomfim como um intérprete do Brasil. O intérprete do Brasil, conforme apresentado por Curty (2017: 16): “tem como objetivo, através da pesquisa histórica, compreender a realidade do país no momento em que realiza sua análise, para transformá-la” ou ainda conforme Léon (2019: 22) “as interpretações do Brasil realizam uma proposta de análise e tradução da realidade brasileira a partir da construção de uma reflexão sobre a conjuntura do país, que considera o passado de sua formação social histórica, para propor um projeto de futuro para o Brasil.” A leitura das obras deixa nítida esta postura de ativa observação de Bomfim – seu olhar para o passado é sempre fruto de uma investigação das causas mais profundas e talvez, já esquecidas, para os problemas da contemporaneidade com os quais convive. Suas propostas e ações para resolução dos problemas estão sempre postas em relação aos acontecimentos políticos/sociais que impactam seu pensamento.

Partimos do pressuposto que Manoel Bomfim ao confrontar opiniões de sua época adotava a crítica do dogma (herança do pensamento europeu) como ponto de

⁸ Sobre este aspecto ver Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984) e Antonio Candido (1988).

partida para construção de seu próprio sistema de pensamento social e almejava mudanças nos projetos de construção da nação brasileira. Malta *et al.* (2011: 89) apontam uma análise de construção do pensamento na qual entender as ideias implica antes “conhecer os processos pelos quais certas formulações teóricas foram sendo criadas em ambientes sociais específicos”.

Nesse sentido, contribui para compreensão, a afirmação de Curty (2017):

Aqui cabe ainda uma observação sobre a questão da ideologia e a consciência dos sujeitos que formulam o pensamento. Ainda que o objeto possua uma existência objetiva, verificável no processo de prática social e histórica, que independe da consciência do observador, o processo do conhecimento teórico não pode ser compreendido isoladamente da realidade do observador e tão pouco na existência real do observador – que é contextualizada historicamente. Sua análise estará eivada de suas experiências, visões de mundo, como também da práxis e da política, mesmo que não tenha clareza desta influência. (CURTY, 2017: 29)

Tal análise permite olhar para as elaborações do autor, que vão se modificando no seu fazer da história (no real vivido) com posição menos crítica, mais generosa no sentido de compreender as aparentes contradições que os trabalhos do intérprete apresentem: permite cotejar seus diferentes posicionamentos ponto-a-ponto com suas experiências sócio-político-culturais, que geralmente elucidam em boa medida seu movimento intelectual e filosófico.

Refletindo nesta base, podemos inferir que Bomfim concebia os conceitos, formulações teóricas que defendia a partir de espaços concretos de atuação, seja no ensino (educação), na política ou na construção do pensamento epistemológico. Curty (2017) chama atenção para a compreensão de pensamento que encaminha o modelo de análise que utilizamos na leitura das obras de Manoel Bomfim:

Parte-se da noção de que o pensamento é um movimento processual, e que as diferentes experiências históricas, os desenvolvimentos e formações teóricas, os posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que formula o pensamento estabelecem forte influência sobre sua formulação – ainda que este não seja necessariamente um movimento consciente por parte deste sujeito. Neste sentido, o sujeito formula o pensamento influenciado pelo desenvolvimento teórico elaborado até então – isto é, pela trajetória da história do pensamento que o formou e permeia o ambiente no qual circula – e pelo estado da arte do campo do conhecimento no qual pretende se inserir e, neste contexto, se posiciona em termos teóricos. Sua escolha teórica, por sua vez, é altamente influenciada por sua concepção de mundo e está condicionada a determinados contextos históricos concretos e específicos. O movimento (pensamento e realidade material) permite a formulação de

interpretações e posicionamentos diversos sobre si mesmo, o que leva à existência de diferentes formulações, muitas vezes altamente conflituosas entre si. Deste conflito surgem controvérsias e debates confrontando distintas análises de uma mesma situação. (CURTY, 2017: 21/22)

Assim, compreender o pensamento social nascente na construção bomfiniana, implica compreender o pensamento como “resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e visão de mundo sob a qual essa observação se realiza” (Malta *et.al*, 2012: 89/90). Seus debates acirrados – mesmo os não diretos – com Silvio Romero, Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, o colocam nesse campo de estudo dos intérpretes do Brasil, conformado pelo modelo das controvérsias: por exemplo, Bomfim entendia na exclusão do negro, do mestiço e do índio um sintoma social dos preconceitos e refutava o *mainstream* da ciência racialista, que para o autor, mal ‘utilizando’ Darwin e seus estudos, quer culpar a vítima por seu estado, ou seria *status*, dando como motivo/explicação a ‘natural inferioridade da raça’. Diz Bomfim:

Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios! Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. (BOMFIM, 1905 [1997]: 249).

Nesse sentido, referindo-se aos argumentos de Oliveira Martins⁹, refuta-os gravemente: o sociólogo lusitano entendia que era legítimo o homem branco escravizar o negro, era ‘natural’. Bomfim refutava o argumento e afirmava que na natureza uma espécie não era predadora de si mesma. (Bomfim, 1905 [1997]: 254). Com sua peculiar ironia, Bomfim afirmava que entre os animais, nas suas disputas, não utilizavam “... o renome de família, nem a fortuna herdada, nem o prestígio de classe, dando a um deles tal superioridade que o faz vencer, quando, individualmente e isolado, ele seria vencido pelo seu competidor”. (Bomfim, 1905 [1997]: 254).

Bomfim estava convencido de que se tratava de um equívoco apoiar-se na obra de Darwin para justificar a dominação de uns homens sobre os outros. Tal uso

⁹ Bomfim apresenta severas críticas ao trabalho de Oliveira Martins, Joaquim Pedro de – *O Brazil e as Colônias Portuguezas. Lisboa, 1880* - que para ele, invoca a teoria evolucionista de Darwin para ‘justificar as torpezas dos colonos portugueses sobre os pobres índios e negros no Brasil...’. (BOMFIM, 1905 [1997]: 254).

configurava para o autor apenas ‘... uma deturpação grosseira e imoral da teoria de Darwin’. (Op.cit. 256)

Desse modo, compreender as formulações de Bomfim sobre a formação da nação brasileira e os conceitos que dela derivam – sua produção intelectual - se faz ao combinar o estudo de seu período histórico de referência¹⁰ com os estudos já elaborados até então (contando os que chegavam na Europa na virada do século XIX, como *Positivismo e Racismo Científico*), incluindo seus interlocutores.

Para compreender a produção de Bomfim, entendemos que a orientação marxista é esclarecedora: “De seu ponto de vista, não é entendendo as formas de pensamento que se entende a história, mas é compreendendo a história, movida pela luta de classes, que se compreendem as formas de pensamento”. (Malta *et. al.*, 2012: 92). Ao buscar caracterizar e orientar as soluções dos ‘problemas brasileiros’ partindo das origens dessas contradições, Bomfim abre espaço para constituição de uma ciência social brasileira – não ‘importada’ de outras realidades, não ‘transplantada’, mas nascida da leitura das questões locais.

No entanto, o desafio que nos colocamos neste trabalho vai mais longe. Pretendemos ainda realizar uma discussão com Antônio Candido no sentido de sua categorização dos intérpretes do Brasil entre conservadores, radicais e revolucionários. No texto *Radicalismos* (1988), Antonio Cândido oferece importante contribuição ao apresentar uma classificação para os intérpretes do Brasil, designados em Conservadores, Radicais e Revolucionários. Apresenta uma síntese dos três tipos de intérpretes, que considera evidentes no pensamento brasileiro, sendo que para elegê-los parte do pressuposto elaborado a partir do questionamento sobre como esses intelectuais e políticos enfrentavam problemas ‘cruciais’ no período que está observando - da Abolição (1888) até 1937 (aproximadamente): “o que é povo; como encarar o trabalho; como encarar a oligarquia; como avaliar as raças humanas; o que pensar do imperialismo; como

10 Malta *et.al.* (2011) lembram que “O próprio Marx já afirmara, na famosa *Introdução* de 1857, que o procedimento metodológico correto é iniciar a investigação pelo real, pelo concreto, que é a pressuposição prévia e efetiva”, e complementa que isto somente seria insuficiente, sendo necessário ainda apreendermos o real intelectualmente: “A questão reside no método de apreensão da realidade concreta. Segundo Marx, o cientista social dispõe do poder de abstração para analisar com profundidade a realidade, chegar ao seu âmago constituinte”. (Malta *et.al.* (2012: 91)

conceber a estrutura da sociedade.” (1988 [2017]: 199/200). Tais questionamentos valem para Candido como teste ideológico.

Entende que o pensamento de corte conservador - exemplificado com o trabalho de Oliveira Viana - tem “supervalorizado o papel das elites, e a excelência da grande propriedade como fator de civilização e como unidade mais significativa da sociedade” (1988 [2017]: 214), e afirma que este pensamento predominou no Brasil e quem primeiro o denunciou foi Manoel Bomfim: Os membros das nossas classes dirigentes “não suportam que as coisas mudem em torno deles” porque “... são escravos passivos da tradição e da rotina”. (1905 [1993]: 160).

Sobre o pensamento radical afirma que este é gerado na classe média e em setores esclarecidos da classe dominante. Apesar de ser transformador, não chega a ser revolucionário pois não se identifica com a classe trabalhadora senão em parte – ou seja, não representa os interesses finais do trabalhador- que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. Entende que o radical contemporiza nas soluções para evitar a ruptura definitiva, enquanto o revolucionário chega à ação adequada às ideias de transformação estrutural. Suas soluções são harmonizadoras, indicadas para o todo, pois “passa por cima do antagonismo entre as classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, e assim não vê a realidade à luz da tensão entre essas classes e as dominantes” (1988 [2017]: 196). Indica que podem até recuar para posições conservadoras, como por exemplo o caso de Joaquim Nabuco (um radical temporário). Para Candido, o radical difere do revolucionário pois na hora da ação revolucionária, este contemporiza, e foge da ruptura definitiva, sendo este elemento de atenuação um fator característico do radical. Afirma que o radicalismo “dos políticos e intelectuais pode ser ocasional, passageiro ou permanente” (Op.cit. 200) – sobre Bomfim, classifica-o como radical permanente.

Sobre o pensamento de corte revolucionário apresenta similaridades com o radical, mas o revolucionário, mesmo de origem burguesa, é capaz de sair de sua classe. Antônio Cândido apresenta Sérgio Buarque de Holanda como “primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite” (1988 [2017]: 215/216).

Entende que “em 1936, rompia-se discretamente a tradição elitista do nosso pensamento social, inclusive porque Sérgio reconhecia a necessidade, para isso, de uma revolução cujos traços não sugere, mas que situa no horizonte da sua reflexão” (Op.cit. 216). Destaca Bomfim como o primeiro intérprete a afirmar que as posições conservadoras no Brasil formavam uma barreira quase intransponível. Para Cândido, “investigar os traços de pensamento radical é condição indispensável para o exercício adequado e eficiente das ideias de transformação social, inclusive as de corte revolucionário”. (Op.cit. 195).

Consideramos que o próprio Cândido ao classificar Manoel Bomfim como um radical permanente traz em si uma abertura para refletirmos sobre um possível perfil revolucionário na obra do autor. Em Bomfim a nação brasileira se realizaria com a Revolução. Tal afirmativa, feita pelo próprio autor, nos levou a considerar as seguintes questões: a que Revolução Bomfim se referia? Quem seriam os sujeitos históricos, agentes dessa revolução? Quais seriam suas estratégias? Por fim, para enfrentarmos a discussão de se Bomfim faz a transição do seu radicalismo para uma interpretação mais revolucionária do Brasil escolhemos refletir sobre sua obra mais madura, a coleção de livros que o próprio autor considera como a síntese de seu pensamento: *A Trilogia do Brasil*.

Vale ainda mencionar nesta introdução que por se tratar de um trabalho de história do pensamento em cujo método é fundamental valorizar o debate histórico a que autor esteve submetido e no qual o autor participou buscamos realizar a apresentação de cada obra ou texto de Manoel Bomfim no formato AUTOR/DATA, indicando o ano de publicação original dos textos e a data da edição utilizada para pesquisa. As obras de seus interlocutores que foram abordadas têm o mesmo tratamento, pois são também uma literatura marcada por sua contemporaneidade, como a de Bomfim. Entendemos que essa informação é fundamental para manter o leitor inteirado sobre o contexto em que a obra foi produzida, e daí inferir qual sua importância enquanto originalidade do pensamento social sobre o Brasil e sobre os temas colocados em questão: Bomfim era antirracista, anticolonialista e anticonservantista¹¹. As obras *América Latina*, *Brasil na América*, *Brasil na História* e *Brasil Nação* foram republicadas a partir da década de oitenta. Outros textos, como o

¹¹ Importa observar que além desses elementos destacados para reflexão, estava ainda o tema da educação popular - disponível para todos, desde a infância, a qual Bomfim defendeu em toda sua obra, e que era naquele momento uma postura inusitada.

Discurso de 1904 não há republicação; *Noções de Psicologia* também só localizamos a primeira publicação de 1921. Desse modo, ficam assim indicados os dados da publicação: Autor, data publicação original [data edição utilizada], página. Exemplo: (Bomfim, 1929 [1997]: 35). Importa notar ainda que os textos citados do autor (Bomfim) em sua primeira edição e de seus contemporâneos foram mantidos com a grafia original; os textos consultados nas reedições já estão com os acordos ortográficos atualizados.

2. O BRASIL DE MANOEL BOMFIM & MANOEL BOMFIM DO BRASIL: O AUTOR E SUA CONSTRUÇÃO SOCIO-POLÍTICO-INTELECTUAL

Por que não se fala nesse Manoel Bomfim?

(CHACON, Vamireh, 1965)

2.1 *Do engenho à Sorbonne e da Sorbonne ao Brasil: Manoel Bomfim do Brasil:*

Nascido no Nordeste, Manoel José do Bomfim, sergipano de Aracaju – o *Nezinho* – 1868 - 1932, filho de proprietários rurais que se tornaram ‘senhores de engenho’. Seu pai, Paulino José, um vaqueiro de Bom Fim do Carira, ainda nem possuía documento de identificação, e nem de suas origens saberia dar conta por ocasião do casamento com D. Maria Joaquina, sua mãe. O nome na identificação viria da terra onde crescera, de sua origem – Paulino José do Bomfim. Aguiar (2000) o compara ao ‘sertanejo’ descrito por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. É no seio desta família que Manoel Bomfim terá oportunidade de observar, de modo singelo, as contradições que mais tarde matizariam sua interpretação do Brasil. Deste período também levará a experiência de ter convivido com um ‘negro de companhia’ – que considerará como amigo da infância, e que será inspiração para uma personagem (o *Juvêncio*) de importante obra do autor (escrita em parceria com seu amigo Olavo Bilac) – *Através do Brasil* (1910 [2000]) – onde explicitará, numa saga de três adolescentes, as contradições e possibilidades de integração dos diferentes tipos sociais que formavam a nação brasileira. Terá então fincado um pé no engenho, e outro, na ‘modernidade’. A família, próspera, terá um engenho e uma casa de comércio – *Bomfim & Cia* – e seu pai tentará torná-lo herdeiro da tarefa de cuidar dos negócios da família: Bomfim era o primeiro filho ‘varão’ a sobreviver, devia então suceder o pai, conforme os costumes ali vigentes. (Aguiar, 2000).

Note-se que a família Bomfim se constituía aproximadamente em 1858, pouco depois da proibição do tráfico de escravos no Brasil (1850)¹² – na biografia do autor,

¹² Lei Eusébio de Queiroz, de 1850.

Aguiar (2000) registra a presença de uma Iá (uma preta velha), que viera como dote de Dona Maria Joaquina, como cuidadora (babá) das crianças – os irmãos (ãs) e Bomfim.

Manoel José do Bomfim realizou seus primeiros estudos na capital sergipana (Aracaju), e contrariando seu pai, seguiu para Salvador onde estudou Medicina. Já ali, Bomfim mostra sua face *rebelde*: mesmo a contragosto do pai, transfere-se para a capital - Rio de Janeiro. Na capital concluiu seu curso, apresentando a tese *Das Nefrites* (1890)¹³. Conta nesse período com o apoio do amigo Alcindo Guanabara, e torna-se amigo de Olavo Bilac¹⁴. Passa a frequentar a redação da *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, o *Tigre da Abolição*. Bomfim admirava-o na combatividade antirracista, mas em suas contas, faltava-lhe cultura.

Bomfim pode acompanhar Joaquim Nabuco anunciando a Abolição. Assistiu o momento que José do Patrocínio lançou-se a beijar os pés da princesa Isabel. Nos dias que se seguiram, Bomfim observaria os problemas econômicos, sociais e éticos que a Lei, obviamente, não poderia resolver, observa Aguiar (2000)¹⁵. Mais tarde, ao escrever o *América Latina* (1905) observará que ali já estavam cimentados os preconceitos, justificados no racismo científico, e naturalmente, utilizados pela classe dominante para subjugar as consideradas ‘raças inferiores’. Será contra o racismo científico que Bomfim elaborará sua teoria de ‘*parasitismo*’ – conceito que aplicará tanto à relação das metrópoles com as colônias americanas quanto às relações das elites (internas) com as populações (nas Américas).

13 BOMFIM, Manoel. *Das Nephrytes*. Dissertação de cadeira de Patologia Médica. Apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1890. Rio de Janeiro. Tipografia da Gazeta de Notícias. s.n.p).

14 Sobre este momento de mudanças na vida de Bomfim - sua chegada ao Rio de Janeiro, o apoio do amigo Alcindo Guanabara (jornalista que desistira da Medicina em Salvador e convidara o amigo a acompanhar-lhe ao Rio de Janeiro); a presença de Olavo Bilac, de quem se tornaria amigo; e dessas amizades, sua entrada nos círculos intelectuais efervescentes da Capital nesse período de libertação dos Escravos e Proclamação da República, destaca-se a formação de sua personalidade combativa: ‘assistira ao lado dos amigos Luis Murat, Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, o 13 de Maio de 1888, no Paço’, consultar a biografia escrita por Aguiar (2000). Bomfim já fazia parte da fina flor da intelectualidade brasileira, atraído pelo burburinho e pela vida boêmia. Começaria a escrever para o *Correio do Povo*, jornal republicano, fundado por Sampaio Ferraz, a convite de Alcindo Guanabara. (Sobre este período consultar Aguiar (2000), op. Cit.; e PONTES, Elói. *A vida exuberante de Olavo Bilac* - volume 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944).

15 Passado o calor das festividades, Bomfim já lançaria olhar sobre as contradições de ambos acontecimentos: A República e a Lei da Abolição, que não traziam soluções, mas para ele, evidenciavam os problemas mais candentes: o preconceito racial, a mestiçagem, o desemprego dos milhares de libertos. (Aguiar, 2000).

No ano seguinte, 1889, Bomfim acompanha o final do Império brasileiro. Podia perceber uma correlação entre os acontecimentos – ‘a Abolição precipitando a República’. Suas críticas ao processo do nascimento da República foram certeiras: já nascia distorcida a nossa República, com três tropeços que marcariam sua natureza e seus desdobramentos históricos e políticos: a iniciativa militar¹⁶, a ideologia positivista e o liberalismo demagógico do ‘bacharelismo jurista e verbocinante’’. (Bomfim, 1931 [1996]: 405/428).

Já nos primeiros anos da República, ocorre a eleição indireta (para total indignação de Bomfim) de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, presidente e vice, com diferença apertada de votos para Prudente de Moraes. A oposição ao governo, dentro e fora do Congresso, só fazia crescer. Estabeleceu-se uma crise política de grandes proporções e Deodoro renunciou, assumindo seu vice, Floriano Peixoto. A intelectualidade da época cindiu-se em apoiadores da permanência de Floriano no poder e os que defendiam a realização de novas eleições, e eleições diretas, para presidente (Aguiar, 2000:165). Bomfim estava no segundo grupo juntamente com Pardal Mallet, Coelho Neto, Luís Murat, Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Emílio Rouède, Capistrano de Abreu. Alguns deles escreviam versos e artigos contra Floriano, e em razão disso, estavam sendo vigiados pela polícia. Bomfim estava temeroso. Quando o presidente Floriano decreta estado de sítio em abril de 1892 vários políticos e intelectuais são presos: José do Patrocínio, Pardal Mallet, Olavo Bilac e Plácido Abreu estavam entre eles. Em 1893 seus medos se confirmam – recebe a informação de que seria preso e toma providências de escapar. Passa vários dias escondido na casa de um amigo até viajar para o interior de São Paulo, na cidade de Mococa, onde trabalha como médico do exército. Lá estava vivendo seu irmão José Augusto. Nesse tempo, organiza-se uma expedição no Vale do Rio Doce e Bomfim irá escalado como médico – toma contato com os botocudos e observa as condições das regiões que vem sofrendo com desmatamento, e desde aí torna-se crítico da história do Brasil, de como ela é contada, e do papel que é destinado ao indígena em nossa formação.

¹⁶ Bomfim foi um crítico severo da intervenção do Exército na vida política. Ver *O Brasil Nação*, (BOMFIM, 1931 [1986,1996]: 176-177; 348-362); essa postura crítica talvez o tenha influenciado a repudiar o movimento tenentista em 1922. Ver nota: Aguiar, 2000: 139.

Mais de uma década depois essa experiência vai influenciar sua perspectiva de análise das gentes do Brasil.

Uma tragédia de sua vida pessoal – a morte de sua primeira filha – fará o médico dar uma guinada em seu destino. Depois de perder a filha - a pequena Maria em 1894, sem nada poder fazer, desencanta-se da profissão, volta-se definitivamente para a educação e política como áreas de atuação. É a partir daí que firmará e sistematizará seu pensamento sobre as realidades latino-americana e brasileira. Toma outros caminhos: pedagogia, psicologia, administração escolar, magistério e diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e diretor do *Pedagogium* (Centro de formação de professores primários: 1896-1902 e 1911-1919); além de diretor geral de Instrução Pública do Rio de Janeiro (1895-1900 e 1905-1907).

Em 1902 foi enviado à Paris para estudar o sistema de ensino francês e realizou também formação em psicologia na Sorbonne. Este período foi muito importante na formação de Bomfim como intelectual. Seu contato mais direto com os teóricos do racismo científico e com o preconceito quanto a América Latina que vivenciou na Europa o fez refletir ainda mais criticamente sobre o Brasil e a região latino-americana, como revela sua obra *América Latina* de 1905.

Sobre esta fase, Alves Filho (2013) informa que Bomfim abraçou o magistério como profissão, e defendeu a escola pública como elemento para construir a cidadania na República nascente: defendeu a educação de jovens e adultos, participando em 1904 da fundação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL), ligada ao Partido Operário Independente, de tendência anarquista (Alves Filho, 2013: 12).¹⁷ Como diretor do *Pedagogium* (instituição criada em 1890)¹⁸ ou como diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro (1898-1900), Bomfim dedicou-se a “aumentar o número de vagas nas escolas públicas, criar escolas profissionais e técnicas, e periódicos voltados para reflexão e difusão do conhecimento, como Educação”. (Botelho, 2009: 122) Frutos desta

¹⁷ A instituição sofreu boicote dos setores conservadores da sociedade e só sobreviveu alguns meses. ‘Pelo seu pioneirismo e ousadia, essa instituição é um marco na tentativa da implantação da educação popular no nosso país.’ (Alves Filho, 2013: 12)

¹⁸ O *Pedagogium* foi criado por Benjamim Constant, então ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, logo após Proclamação da República para que fosse “um centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, oferecendo aos professores públicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, e exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado”. (MOACYR, Primitivo. A instrução e República. Vol.1. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1941, p. 70 Apud Bomfim, 1929 [1997]: 14).

experiência, publicou: *Lições de pedagogia: teoria e prática da educação* (1915), *Noções de psicologia* (1917), *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), *O método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1926). Dos livros didáticos acrescenta-se também: *Compêndio de zoologia geral* (1902), *Elementos de zoologia e botânica gerais* (1904), *A Cartilha* (1922), *Lições e Leituras* (1922) e *Livro dos Mestres* (1922).¹⁹ Vale registrar que enquanto diretor do Pedagogium, Bomfim instalou o primeiro laboratório de Psicologia Experimental do Brasil. Buscava verificar e dar soluções aos problemas de aprendizagem e rendimento escolar.

A despeito de sua resistência, Manoel Bomfim foi convencido por Pinheiro Machado – então senador gaúcho, a ser candidato a Deputado Federal por Sergipe. (Aguiar, 2000: 387). Contribuía com diversos jornais e revistas com artigos combativos, defendendo os interesses populares e seu ideal de construção da nação (e da América Latina) pela educação. Em 1905 participou da criação da revista infantil brasileira *O Tico-Tico* que circulou por cinco décadas: 1905-1955.²⁰

Sua produção foi bastante diversificada – livros, opúsculo, artigos, obras didáticas de língua portuguesa, zoologia e botânica. Inaugurou sua vida no campo intelectual como autor de livros de leitura em 1899, em parceria com Olavo Bilac: *Livro de Composição*. Voltaria a essa produção de gênero narrativo em parceria com Bilac em *Livro de Leituras* (1901) e *Através do Brasil* (1910). Nesse gênero publicaria ainda, em carreira solo, *Primeiras saudades* (1920) e *Crianças e Homens* (s/d).²¹ Bomfim demonstrava auferir à educação um papel social.

Manoel Bomfim foi ator e autor da história brasileira. Foi personagem e intérprete da nação brasileira. Consumiu e foi consumido pelo Brasil: esse nome fazia todo sentido na mente e no coração de Bomfim – queimava! Queimava de todo sentimento e de luta: amor, ódio, paixão, paciência, ansiedade, desejo, esperança e

19 Apresentamos algumas das publicações de Manoel Bomfim, pois acreditamos que permitem perceber como o autor transitou por diferentes áreas do conhecimento científico. O relatório das obras completas pode ser observado na obra de Aguiar (2000), biógrafo reconhecido de Bomfim. (pp.521-525).

20 Na década de 50 as revistas infantis estrangeiras invadiram as bancas de jornais do país, e aparentemente, tomaram o mercado nacional. Ver Alves Filho, 2013.

21 Ver BOTELHO (2009): sobre os livros de leitura, o autor esclarece: “Destinados ao uso didático, os livros de leitura eram compostos por uma narrativa ficcional na qual se entrelaçavam os conteúdos das diferentes disciplinas que, então, cabia à escola primária ministrar. Mas a maior preocupação dos artífices desse gênero narrativo era cultivar nos jovens leitores um sentimento de solidariedade nacional.” (Botelho, 2009: 121).

desespero – reformar, refazer, recomeçar, revolucionar! Bomfim era de ciência e de coração – nunca negou: “Paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica”. (Bomfim, 1905 [1993]: 36). Para Teixeira (2010) ‘Bomfim foi um lutador solitário’. A singularidade de suas posições impedia-o de ser aceito pela elite conservadora; a esquerda também não o abraçou, nem durante a vida, nem após a morte.²² Teve sua vida dividida entre os séculos XIX e XX – exatamente meio a meio: um pé no engenho do Nordeste e outro, na cidade – capital (em Aracaju, e em seguida, Rio de Janeiro); conheceu o Império e a República – equilibrou-se num fino fio divisor - entre um passado rural e um futuro urbano.

Bomfim elaborou uma “síntese intelectual particular e diferenciada – tendo como marco de referência os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais intelectuais da sua época”. (Aguiar, 2000: 34). Este fato o marcou tanto positiva quanto negativamente – de um lado, matiza de modo peculiar seu pensamento, tornando sua interpretação e elaboração da realidade uma novidade; por outro, uma leitura tão diferenciada de seus contemporâneos, o isola intelectualmente, e sua produção não encontra espaço para circular no debate histórico-social que se moldava sobre a nação brasileira naquele momento.

A criatividade de Bomfim o fez formular um arcabouço teórico que entendemos contribui para a compreensão não apenas de sua obra, mas também para observar e caracterizar os elementos que, a seu tempo, constituíram uma interpretação inédita do Brasil. Contemporâneos seus como Silvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna estavam alinhados com os argumentos do Racismo Científico, baseados em Gobineau²³, Quatrefages, Agassiz, Broca – estavam alinhados com os interesses de uma elite dominante nas primeiras décadas da República no Brasil. (Uemori, 2001).

Resgatar os diagnósticos apresentados por Bomfim, bem como as soluções apresentadas para superar a pobreza e o atraso brasileiro nos diferentes setores da sociedade – político, social e cultural – é também retomar a atualidade dessas

22 Notas de aula da Disciplina **Intérpretes Do Brasil** do Programa De Pós-Graduação no Instituto De Economia da Universidade Federal Do Rio De Janeiro, ministrada pelo prof. Aloisio Teixeira. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1º Semestre de 2010.

23 Arthur Gobineau (1816-1882) escreveu o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Apesar de não ter definido o que entendia por raça ariana, considerava que esta era a raça superior, e só a partir dela é que se poderia criar uma civilização. Chamberlain, Lapouge, Woltman, Gustave Le Bon trataram de difundir sua teoria. (Ver: Alves Filho, 2013: 31- 43).

formulações como contribuições para a construção de visões críticas e anti-dependentistas no campo das Ciências Sociais no Brasil. O questionamento do *status quo* do pensamento científico (racismo científico) de seus contemporâneos, nos ajudam a compreender a necessidade que o moveu por toda vida e que permanece como questão ao pensamento social brasileiro: compreender o que é o Brasil e como criar a Nação brasileira.

2.2 *Originalidade solitária: Brasil de Manoel Bomfim*

Manoel Bomfim viveu e produziu suas obras num período histórico muito intenso no que diz respeito a mudanças político-sociais no Brasil. Seu pensamento, visto em sua obra, vai acompanhando esse movimento. Desde seus primeiros escritos, como colunista de jornais do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal) já questionava os caminhos da política e da economia nacionais – dos diagnósticos e das medidas adotadas.

As reflexões de Bomfim sobre a realidade brasileira e da América Latina acompanharam sua trajetória de vida e seus contextos sócio-políticos. Suas críticas quanto à inferioridade racial dos latino-americanos tornaram-se mais nítidas, e suas refutações mais contundentes, no período de sua permanência em Paris entre os anos de 1902 e 1903, quando estudou psicologia e pedagogia na Sorbonne. Lá Bomfim percebeu “ (...) uma reputação perversamente malévola de que é vítima a América do Sul” (1905 (1993): 35), nos círculos intelectuais na Europa.

Em 1905, quando publica o *América Latina* expõe de forma sistematizada sua opinião sobre o racismo, a política, o chamado ‘atraso’ – econômico, político, cultural e social - de que tratavam seus contemporâneos, a relação entre os países latinos, a falta de identificação desses povos por sua irmandade na espoliação da colonização a que foram submetidos. Investiga ‘geneticamente’ a ‘causa efetiva’ dos males que atingem as antigas colônias ibéricas da América latina, atribuindo-os ao peso do *parasitismo* – ou seja, ao *colonialismo*.

A ênfase, nesta obra (1905), está, portanto, no *parasitismo* – relação entre **parasitado** e **parasita**, sendo que este molda a interpretação apresentada: “a decadência

e degradação tem como causa um ator que surge com o próprio progresso da civilização - é o parasitismo...” (Ventura, Sussekind, 1985). O autor combate esta teoria e apresenta diagnóstico e ‘remédio’ para cura dos *males* da colonização – a educação. O impacto desta obra foi tão importante que Silvio Romero praticamente reescreveu o *América Latina* (1905), para discordar ponto-a-ponto de Manoel Bomfim²⁴.

Neste momento, Bomfim considerava a educação como melhor possibilidade de construção da nação brasileira²⁵. Indicava a necessária mediação dos modelos (econômico-político-sociais) do Velho Mundo para o então chamado Novo Mundo. Marca acentuada recusa dos modelos importados (cópias) da Europa para o Brasil²⁶. Botelho (2009) observa que este movimento se dá justamente quando Bomfim se afasta de sua terra natal para estudos²⁷.

Na virada do século XIX o conservadorismo se apoiava no Racismo Científico para desqualificar, e desse modo, dominar, escravizar os povos ‘conquistados’ (latino-americanos) e os povos dominados para fins de tráfico comercial de escravos. Não era mais possível aceitar este tipo de interpretação. Bomfim recusava estes argumentos, e com um contradiscurso (Aguiar, 2000) afirmava que os problemas do atraso e a desqualificação não podiam estar embasados na raça; outrossim, deveriam ser diagnosticados no ‘parasitismo social’ do qual eram vítimas e da dominação externa

24 Romero chamou seu trabalho de: ‘A América Latina – análise de igual título do Dr. Manoel Bomfim’. (1906). Redigiu 25 artigos que foram publicados na Revista Os Anais. Sua intenção era desqualificar a obra de Bomfim e até a pessoa do autor. Diz Romero (1906): “Passado o primeiro momento de effusão no clan litterario e profissional de que faz parte o auctor do livro encomiado, já é tempo de sobra para dizer a verdade e mostrar que o novo producto do joven professor não passa de um acervo de erros, sophismas e contradições palmares. Falsa é a sua base scientiflca, falsa a ethnographica, falsa a histórica, falsa a econômica. Não admira, portanto, que falsa seja também a causa a que attribue os desvios e atropellos da evolução latino-americana, e soffrivelmente ineifcaz a medicação que propõe para corrigil-os”.(1906: 11). O crítico não pára por aí. Chama Bomfim de ‘mestrinho do pedagogium’ e ‘escriptorzinho de sexta ou setima ordem...’ (1906: 129 e 198).

25 Bomfim entende que é pela educação a partir do registro honesto da história que são transmitidos os valores da tradição, e, por conseguinte, a formação da consciência nacional. Voltaremos a esta questão no capítulo: O Brasil que não está no retrato.

26 Posição semelhante de recusa dos modelos político, econômico e sociais ‘importados’ encontra-se em José Carlos Mariátegui – *Siete Ensayos de la Interpretación de la Realidad Peruana* (1928) América Latina, onde afirma que nossos modelos não deveriam ser ‘calco y copia’ dos modelos europeus. Ver Almeida (1999).

27 Outros autores – intérpretes do Brasil – como, por exemplo, Sergio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* (1936) e, Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala* (1933), também elaboraram seus trabalhos de interpretação do Brasil quando estavam fora do país. No caso de Bomfim a justificativa do autor foi responder aos questionamentos (e pilhérias) que recebia enquanto se formava na Sorbonne.

(colonizadores) e interna (elites) a que estavam submetidos estes povos (da América Latina, em geral, e de modo específico, o Brasil).

A vida e obra de Bomfim são intimamente relacionadas. Por exemplo, observamos que nos primeiros anos da República ocorreram muitos conflitos entre brancos e índios, movidos pelo interesse da terra (antes dos índios). Conforme relato de Darcy Ribeiro (1986)²⁸ a situação era muito grave nas matas do sul do Rio Doce (de Minas até o Espírito Santo): os botocudos, armados, defendiam seu território da devastação promovida pelos colonos (Colônia Italiana de São Mateus). Bomfim era jovem – contava vinte e poucos anos – e participou da excursão ao baixo Rio Doce, conforme observa seu biógrafo Aguiar (2000): se encantou por muitas coisas, mas também sofreu com a miséria e atraso das cidades e vilas da região, a derrubada da mata tropical, a situação dos índios. A partir daí Bomfim se dedicaria a estudar a questão indígena, apresentando-a no *América Latina* (1905), e retomando posteriormente na *Trilogia de Brasil*. Também começaria suas escolhas intelectuais dos historiadores do Brasil: para tratar a questão dos indígenas, Bomfim fez uso dos relatos históricos de Frei Vicente de Salvador, que escreveu *História do Brasil*, em 1627 (diga-se de passagem, um dos poucos historiadores a que dava crédito) e já denunciava a situação de espoliação dos indígenas no processo de colonização. Para além, a paisagem vista por Bomfim em sua viagem, na expedição de 1891 o impressionaria. Especificamente sobre a viagem, o autor fez um breve relato, no texto de *O Brasil na América* (1929), onde observa que os aimorés não se extinguiram, sobrevivendo ‘restos das tribos famosas’ entre o Rio Doce e o Jequitinhonha, mas decaídas de suas condições históricas. Neste mesmo trecho, Bomfim faz uma significativa nota de rodapé sobre sua impressão da expedição:

Em 1891, estive em excursão no Rio Doce, abaixo da Cachoeira das Escadinhas, e visitei uns rebotalhos de tribos no rio Pancas: eram poucos, notando-se uma mulher, filha de negro, e uma rapariga em cujos traços predominavam as feições do pai branco. (BOMFIM, 1929 [1997]: 409, NR 28 Capítulo 4).

Bomfim estava apenas ratificando nesta nota suas análises já realizadas no *América Latina* (1905): os efeitos da espoliação, o ‘*parasitismo*’ levado ao extremo, até o esgotamento do ‘*parasitado*’, a mestiçagem, os efeitos da colonização sobre a vida

28 Para maiores detalhes ver o trabalho de RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5ª. Edição. Petrópolis, Vozes, 1986.

indígena no Brasil. Apesar das diferenças entre as tribos (ou nações indígenas) das diferentes regiões do país – para o autor, seu destino era muito semelhante – se lhe poupavam a vida, não era por respeito ou humanidade, simplesmente, estavam a preservar um bem – uma peça de trabalho, deveras importante no momento da colonização – tanto para ocupação, quanto para o trabalho no terreno tanto desconhecido para o português e familiar para o indígena. Por estes motivos, o autor entende que não ocorreu o extermínio do indígena. Bomfim observa que “... o índio foi incorporado à população; mas, em geral foi sacrificado na sua liberdade, contrariado nos seus impulsos, no ato mesmo em que o incorporavam violentamente, desumanamente, à chamada civilização dos brancos. (Bomfim, 1929 [1997]: 135).

Desta espoliação dos povos da terra, também viria para Bomfim, o empobrecimento da própria terra. Para o autor, o parasitismo é um vício que já constituía as nações que colonizaram a América, e desse modo, o regime que implementaram foi de *exploração parasitária*. Desde o início do processo de colonização, Bomfim observa que “... Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões” (Bomfim, 1905 [1993]: 116). A concessão de terras às classes dominantes, a escravização dos indígenas e dos negros africanos integram para o autor a “... forma do parasitismo social mais completa” (Op.cit. 116). De tudo que se produz na colônia, a riqueza escoava para a ‘mãe pátria’ - a metrópole. (Op.cit. 139).

Ao contrário do que se poderia entender, não é porque sejam ‘atrasadas’ que essas nações americanas são dominadas pelos colonizadores – para Bomfim, elas se tornam ‘atrasadas’ no seu processo evolutivo pelo processo de espoliação que sofrem deste colonizador. Bomfim compara o **parasitismo social** ao **parasitismo biológico**²⁹: “...o parasita obriga sempre a sua vítima a prestar-lhe uns tantos serviços acessórios. Geralmente, no parasitismo orgânico, a presa é forçada a conduzir o seu hóspede, a alojá-lo, defendê-lo, e garantir-lhe a reprodução”. (Op.cit. 124; Grifos Nossos.). Bomfim observa que depois de três séculos de produção das nações da América Latina - açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil; prata da América Espanhola – no momento de suas independências, estas nações estão pauperizadas. Como resultado de todo trabalho

29 No texto do América Latina o autor apresenta o exemplo do parasita *succulina* que vive às custas do caranguejo – macho ou fêmea – e demonstra os efeitos degradantes desta ‘convivência’, o quanto se torna nociva e até altera as qualidades normais da vida do parasitado, em especial do caranguejo macho. Ver Bomfim, 1905 [1993]:124.

realizado, restam-lhes apenas “... engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis...” (Bomfim, 1905 [1993]: 139).

Apesar da evidente riqueza e da exploração dos nativos da terra (seguida pelos escravizados), o julgamento europeu sobre a América Latina continuava pautado no determinismo biológico, das raças inferiores e superiores, e aos latinos, cabia a inferioridade: “...como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los, não há salvação possível para tais nacionalidades”. (Bomfim, 1905 [1993]: 38).

Bomfim afirma que o que está em questão não é inferioridade ou superioridade da raça, e sim, a questão da exploração do homem sobre o homem³⁰. O autor afirma que bastou surgir uma teoria científica do valor das raças para que ‘os fortes do momento’ admitissem que “há povos melhores do que outros, que há raças nobres e vis, e que somente aquelas eram capazes de atingir o ponto culminante do desenvolvimento e da cultura” (Bomfim, 1905 [1993]: 245). A partir desse pressuposto, a conclusão se faz óbvia: “os mais perfeitos e nobres devem governar os outros” (Bomfim, 1905 [1993]: 245). Amparados pela sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos, as nações superiores se entendem no direito de colonizar/explorar os povos declarados inferiores – para Bomfim, tal constatação só serve como vil argumento de espoliação. (Bomfim, 1905 [1993]: 248).

Bomfim insistirá no enfrentamento da questão sobre a América, explicitando como a teoria da inferioridade das raças tenta justificar a dominação dos povos americanos. Sua fala é elucidativa:

Já vimos que a teoria, em si, não vale grande coisa; todavia, há uma tal unanimidade nos sociólogos a serviço dos fortes, em chamar de “inferiores” a estas raças, que é mister discutir miudamente as suas apreciações. Os argumentos de que se servem os tais sociólogos são: 1) que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimos mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial. (BOMFIM, 1905

30 Bomfim não faz uma referência direta à análise marxista, contudo, seu argumento parece respaldado pelo trabalho de Marx. Sussekind e Ventura trabalham com a hipótese de argumentação da mais-valia, realizada em linguagem metafórica. (1984).

[1993]: 248).

Tautologias em forma sociológica, “é inferior porque foi exterminado” ou “é atrasado porque é selvagem”. Leituras do ser a partir de um espelho distorcido. Sobre a selvageria, Bomfim a explora em sua argumentação, quando o autor compara o que ocorre no reino animal ao que ocorre no parasitismo social: “Nas sociedades humanas, nós vemos os indivíduos das classes serem não só explorados no seu trabalho pelos grupos superiores, como compelidos a defendê-los nas guerras, a elegê-los para os cargos públicos etc.” (Bomfim, 1905 [1993]: 124). Tal comportamento parasitário para Bomfim é bastante similar ao que ocorre entre os animais.

Este modelo de abordagem, que é adotado por Bomfim - linguagem biologista e fisiologista para analisar o organismo social - sofrerá várias críticas³¹. Contudo, o que observamos, é a figura do médico ou melhor, de sua formação, como pano de fundo, dando instrumento de avaliação e análise para questões que o inquietavam no seu cotidiano – na vida social, e para as quais buscava respostas. Utilizava seu arcabouço teórico adquirido na medicina (biologia) e na zoologia para discutir a teoria das raças inferiores. Concluía, em sua análise, que tal teoria “... não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”. Para Bomfim estava evidente que a questão não era de qualidades das raças e sim de justificar a exploração dos mais fortes sobre os mais fracos: **“obrigar os outros a trabalhar, e para arrancar-lhes os frutos desse trabalho”**. (Bomfim, 1905 [1993]: 243; Grifos Nossos).

A obra de Bomfim e sua atuação estavam sempre focadas na instrução das massas como ‘remédio’ para o ‘atraso’ diagnosticado pelos intelectuais europeus e em boa parte, aceito pelos intelectuais da elite ‘brasileira’, que não discutiam o fato em si. Para tais cientistas é inconcebível que a Europa sábia, civilizada, laboriosa e rica fique comprimida em seu pequeno território, enquanto ‘milhões de preguiçosos, mestiços, degenerados, e bárbaros se acham senhores, e se entendam nações de tão vasto continente como é a América.

Bomfim só via nisto contradição: se por um lado, o homem latino era inferior (racialmente), por outro, era portador de um rico território, isso o tornava uma presa

31 Sobre a abordagem biologista de Bomfim ver trabalho de Sussekind e Ventura (1984).

desejável. Era preciso criar condições para que essas gentes pudessem defender-se e tornar-se de fato uma nação. O ‘remédio’ que Bomfim indicava: a Educação. Nesse aspecto, fazia contraponto ao discurso de Ribot (1910) que acreditava que o caráter nacional era hereditário, transmitido pela raça. Bomfim o cita: ‘Num povo, esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda sua história, em todas as instituições e épocas, chama-se caráter nacional...o caráter, individual ou nacional é um efeito – é o resultado complicadíssimo de leis fisiológicas e psicológicas...as instituições são sustentadas por uma causa interior – o caráter, que se transmite, por sua vez, por hereditariedade’. (Bomfim, 1905 [1993]: 156 -157).

Bomfim entende que ao nascer o homem não é uma estátua livre de impressões, já traz “suas tendências e aptidões psíquicas; a orientação que tomará seu espírito, ele já a possui – um passado todo inteiro contribuiu para formá-la”. (Bomfim, 1905 [1993]: 157). E faz aqui um divisor de águas com a teoria de Ribot:

Mas não lhe é dado escolher as idéias (sic) que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; a sua inteligência formar-se e desenvolve-se à custa das impressões que vêm do meio exterior; a sensibilidade põe-se em ação sob o influxo de estímulos físicos e morais, ligados às condições ambientais. A sua vida afetiva tem de se dobrar, desde logo, à ação educativa da sociedade, dentro da qual ele vive; e a sugestão, a imitação, a ação coercitiva do meio vão quebrar todas as arestas vivas do seu caráter herdado. (BOMFIM, 1905 [1993]: 157).

Aponta a educação no importante papel de um dos elementos formadores do caráter: “Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação”(Bomfim, 1905 [1993]: 157)³².

Como prova desse argumento, Bomfim observa as características similares encontradas em toda a América do Sul em relação aos povos da península (falando dos colonizadores), mas ao mesmo tempo, observa que na América Latina, variaram os povos e o meio, e afirma que as ‘feições morais’ se transformam, sem deixar de notar que as ‘qualidades dominantes do caráter’ apontam para o ‘parentesco’ entre essas populações e os povos das ex-metrópoles. (Bomfim, 1905 [1993]: 158.) Bomfim entendia como causas

32 Tal compreensão desbanca alguns ditados populares como “Filho de peixe...”; “Pau que nasce torto...”, “Fruta não cai longe do pé...” – analisados, esses ditados populares representam a crença nas teorias de um caráter comportamental herdado hereditariamente, e não na construção social dos indivíduos.

do atraso latino-americano os ‘*males de origem*’ – expressão que cunhou para especificar a herança de atraso gerado pela colonização, servidão, escravidão e arcaísmo religioso dos colonizadores. A expressão surge como subtítulo do livro *América Latina*, e abrange para o autor as características político, sociais e econômicas, que são fruto da mediocridade do projeto das classes dominantes que aqui organizaram nossas sociedades em proveito próprio – em poucas palavras: *parasitismo colonial*.

Como já reportamos, Bomfim partira para ação e mesmo tendo escrito *América Latina* em 1905 apenas duas décadas depois, tendo ensinado, escrito e publicado em educação e suas áreas afins, majoritariamente, e atuado na política, Bomfim decide sistematizar seu pensamento, escrevendo o que ele próprio chamará de *Trilogia de Brasil*. Entre os anos de 1926 e 1930, escreverá os três volumes – e a leitura dos mesmos permite acompanhar a mudança de posicionamento crítico do autor quanto às possíveis soluções para o Brasil, e para América Latina. As questões continuavam as mesmas, porém, suas expectativas de estratégias para soluções se atualizavam conforme o cenário político social que observava.

O conjunto *Trilogia de Brasil* tinha como objeto específico o próprio país e sua trajetória sócio-política-cultural: *O Brasil na América: Caracterização da Formação Brasileira* (escrito em 1925 e publicado em 1929); *O Brasil na História: Deturpação das Tradições, Degradação Política* (escrito em 1926 e editado em 1930), e, *O Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano da publicação)³³.

Em seu último livro – *O Brasil Nação* (1931 [1986,1996])³⁴, Bomfim já não acreditava na transformação social somente pela educação popular, e cada vez mais influenciado pelas ideias socialistas, apesar de não declarar abertamente esta tendência, afirmava que “ (...) a democracia, voz da maioria, converteu-se em regime de exploração da maioria trabalhadora. [...]. Senhora dele uma minoria pode subordinar o aparelho democrático aos interesses capitalistas, e, arrimada nos direitos patrimoniais, pessoais exige a garantia dos privilégios de fato em que está montada, privilégios que significam

33 Vale observar que a obra de Manoel Bomfim, a exceção do livro didático *Através do Brasil*, só volta a ser publicada na década de 1990 pela Topbooks. *Através do Brasil* (1910), escrito em parceria com o poeta Olavo Bilac, seu amigo, foi editado mais de sessenta vezes, sendo a última edição de 1962, circulando dessa forma, por cinco décadas nas escolas primárias. Para mais detalhes, consultar Aguiar (2000).

34 Utilizamos em nossas pesquisas a edição de 1996.

justamente o sacrifício do grande número. É esta uma situação que só pode resolver revolucionariamente”. (Bomfim, 1931 [1986,1996]: 566-567). Nesse tempo também já havia ficado nítido para Bomfim que a elite dirigente do país era extremamente conservadora, e estava disposta a todo tipo de arranjo para manter o poder ‘político’ em mãos, e, portanto, qualquer ação que pudesse colocar essa situação em risco não seria bem-vinda. Sofreria ele mesmo o peso de tal constatação: justamente o projeto de educação popular de Manoel Bomfim torna-se um desses casos – educar o povo com a intenção de torná-los cidadãos conscientes de seus direitos e deveres políticos, sociais, culturais certamente resultaria numa mudança desse *status quo*.

Acreditamos que esta posição crítica, quase ácida, ao posicionamento político-filosófico de seus contemporâneos, rendeu a Bomfim o isolamento de seus pares. Bomfim fica a um canto, refutado como um rebelde, até mesmo utópico. A isto, responderia Bomfim que ser utopista não era a questão: o importante era trabalhar por um ideal, mesmo que este fosse utópico. (Bomfim, 1905). Neste tom foi alvo da crítica de Silvio Romero. Crítica é a melhor forma de descrever o que ocorreu entre os dois autores, e não embate, pois Bomfim não reagiu à altura. Cabe observar que a polêmica era um estilo da época, buscava abrir o debate, e era de fato, muitas vezes agressiva e depreciativa do autor combatido.³⁵

Após o sucesso, se é que se pode dizer assim, do *América Latina* – tanto pelo valor da obra, quanto pela querela com Silvio Romero, a obra de Manoel Bomfim passa praticamente meio século na gaveta, ou nos fundos das estantes dos gabinetes fechados pelo Brasil afora, alvo com certeza dos fungos que adoram esse nosso clima tropical, e os chumaços de papel amarfanhados pelo calor, perfeita moradia das traças.

Todo esse abandono não passará sem consequências funestas, pois os primeiros pesquisadores a se interessarem pelo trabalho de Bomfim deparar-se-ão primeiramente com este fato – muito do que ele produziu ficou perdido para os fungos e porões.

O primeiro pesquisador a dar com esta perda foi seu biógrafo, o professor Ronaldo Conde Aguiar, que produziu o trabalho “O Rebelde Esquecido – Tempo, Vida e

35 Sobre a questão da polêmica neste período, diz Machado Neto (1973): ‘O êxito da polêmica como instituição da ‘República das Letras’ marcaria, porém, de tal maneira os escritores da época, que a linguagem com que se referem à vida intelectual é sempre uma linguagem de guerra e combate. Para referir uma carreira artística ou literária, a palavra será sempre *liça, luta, embate*’. (Machado Neto, 1973: 150).

Obra de Manoel Bomfim” (2000). Para além do mal estado de conservação da documentação preservada, há ainda o lamento irremediável do fato de que o trabalho do Sr. Bomfim não teve uma vez sequer realizada sua compilação nesse meio século de existência – o que significa dizer que artigos de jornais, revistas, cartas, discursos e tantos outros documentos, jamais serão recuperados, pois, sequer foram resgatados em algum momento.³⁶

Textos e documentos inteiros irrecuperáveis, e com eles, obviamente, trechos, partes, detalhes, ideias, argumentos de nosso autor que se foram, geraram um silêncio suspeito – que consideramos agora, olhando para lá, um silêncio eloquente. Uma lacuna meticulosamente gerada para anuviar um debate talvez precoce para aqueles que se desenrolavam naquele momento – seus contemporâneos se deixavam envolver pelos conceitos (*mainstream*) que circulavam – destacando o *Racismo Científico* – e o diálogo com as conjecturas de Bomfim eram inóspitas, mesmo nos círculos mais instruídos. Alves Filho (2013) observa que Bomfim produziu contemporaneamente a Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Rui Barbosa, e ao próprio Silvio Romero. Todos com uma produção intelectual memorável e pela qual receberam devido reconhecimento. Bomfim, diferentemente, foi esquecido³⁷. Nas palavras de Dante Moreira Leite (1969), Bomfim não foi esquecido ao acaso:

Mas a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato de Manoel Bomfim estar adiantado com relação aos intelectuais de seu tempo, ou do fato de ser capaz de propor uma perspectiva para a qual esses intelectuais não estavam preparados. Nacionalista num período de pessimismo, em que os

36 Aguiar (2000) afirma que muitos artigos publicados por Bomfim em periódicos foram perdidos, fato que infelizmente também constatamos na busca das obras que nos instigaram a pesquisa. O volume do *Cultura e Educação do Povo Brasileiro (1932)*, por exemplo, localizado no registro de acervo da Academia Brasileira de Letras não pode ser localizado.

37 Carlos Maul organizou em 1935 uma coletânea de trechos da obra de Manoel Bomfim, contudo, seus comentadores [Iglesias, 2000), Sussekind e Ventura (1984), Aguiar (2000)] indicam que não foi bem organizada, sem referências e tendenciosa, pois exclui importantes pontos de vista de Bomfim. Aguiar (2000), biógrafo de Bomfim, não recomenda a leitura dessa compilação que considera até ter sido responsável pelo esquecimento de Bomfim, tão deturpadas ficam suas concepções. Contudo, esta publicação foi a única entre a primeira edição das obras em destaque deste trabalho, e sua reedição pela Topbooks na década de 90 (entre os anos de 1938 e 1993, as obras históricas ou sociológicas de Bomfim não foram reeditadas: aproximadamente 55 anos). Alertam ainda que os excertos publicados teriam levado Alfredo Bosi (1978), por exemplo, a considerar Bomfim fascista, em sua história concisa da literatura brasileira. Ver também REIS (2006). Ainda nesse sentido, Uemori (2006) também corrobora esta avaliação, e afirma que Bomfim começa a ser lembrado décadas mais tarde por pesquisadores como Wilson Martins, Darcy Ribeiro, Dante Moreira Leite, Roberto Ventura, Flora Sussekind, Antonio Candido, Ronaldo Conde Aguiar. Os textos em geral, tratam do silêncio que tomou conta da obra do autor, considerando-o um intelectual "radical", "rebelde", "esquecido", e também "atual" em suas temáticas, observados seus diagnósticos e prognósticos.

intelectuais só discordavam quanto às razões de nossa inferioridade, como povo, mas não dessa inferioridade; socialista, num período em que os nossos intelectuais, direta ou indiretamente, estavam seduzidos pelas realizações de Mussolini na Itália, Manoel Bomfim não poderia ser compreendido. (LEITE, 1969: 251).³⁸

Entendemos que Bomfim não foi um autor fora de seu tempo; também não consideramos que os intelectuais contemporâneos seus não estivessem preparados para os debates que propunha. Consideramos sim, que estavam dispostos a ratificar uma teoria que impedia o progresso da cultura dos povos da nação e garantir, desse modo, seu *status quo*. Garantiam também a permanente espoliação interna (como elite interna), sendo aliados da espoliação externa à que estavam todos submetidos, inclusive eles, enquanto elite colonial.

Consideradas as argumentações de Bomfim e de sua importância enquanto parte daqueles que se preocuparam em compreender o Brasil e buscar soluções para suas questões mais primárias, tomamos Sussekind e Ventura (1984) também dão nota de seu estranhamento quanto ao ofuscamento da figura de Bomfim: “Personagem enigmático, Bomfim era capaz de provocar querelas com Silvio Romero e Rui Barbosa e recusar uma possível indicação para a Academia de Letras...” (Sussekind; Ventura, 1984: 03). E complementam: “Chega a ser estranho que um intelectual tão polêmico à sua época fosse relegado a uma posição de pouco destaque...”. (Op. cit). Na tentativa de explicar o silêncio que criou em torno do trabalho de Bomfim, consideram o fato de ser o seu texto um contradiscurso entre seus contemporâneos, nítida oposição do discurso ideológico.

Paira uma desconfiança à qual nos juntamos, pois, tão polêmico e inquieto, trilhando à contramão, como poderia não ser notado? Suas questões sobre a formação da nação brasileira, do pensamento social brasileiro distanciavam significativamente de seus contemporâneos nos seus diagnósticos e prognósticos, usando aqui termos seus.

Candido (1988) o considera um dos pensadores mais originais e clarividentes que o Brasil teve na virada do século XIX ao pensar os problemas da formação histórica do Brasil. Considera que apesar de ter bases restritas, Bomfim chegou a conclusões originais, e ainda, que sua imaginação teórica junto de sua retidão de ponto de vista

³⁸LEITE, Dante Moreira. ‘Manoel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas’. In: LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 2ª. Ed.. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

histórico, foi elemento fundamental na descoberta que realizou de muitas relações entre fatos e novas interpretações.

Entendemos que a produção intelectual de Manoel Bomfim no que se refere a sua interpretação do Brasil pode ser vista em dois momentos, sendo um primeiro, seus investimentos na compreensão dos problemas da América Latina e do Brasil frente aos diagnósticos de atraso que vinham sendo apresentados pelos autores alinhados ao racismo científico, sistematizado na obra *América Latina* (1905); e, um segundo, mais maduro, quando produz a *Trilogia do Brasil* (1926-1930)³⁹, como ele mesmo nomeia, onde foca sua análise nos diagnósticos e soluções para a nação brasileira.

Seu livro, *A América Latina* (1905), que consideramos como primeiro marco de sua produção, veio como resposta a essa visão negativa e ao pedido recebido de escrever um artigo sobre a América Latina e o Brasil. Percebeu que entre os europeus a condenação às repúblicas latino-americanas era unânime por parte dos intelectuais e da imprensa. Como consequência desta perversa condenação, acontecia a assimilação, por parte dos latino-americanos, desta visão negativista e a apropriação de concepções inadequadas à nossa realidade.

No segundo momento, já em sua maturidade, nos anos 1920, quando o próprio autor se propõe realizar uma súplica de seu pensamento sobre o Brasil e seus processos histórico-político-sociais – sobre como, em que condições se fez ou estava se fazendo a nação brasileira? Poderia a educação inculcar consciência sócio-política suficiente para que o povo desta nação buscasse sua emancipação política, econômica e cultural?

Refletindo sobre os motivos que o levaram a decisão de produzir tal súplica de Brasil, nos deparamos com a declaração feita no *Prefácio do Brasil na América* (1925), no qual Bomfim afirma que buscou ‘nutrir o espírito e ter matéria de pensamento a par [de seu] século’ (1929 [1997], Prefácio). Dirá ainda que tal acúmulo trouxe alguma quebra da ‘alma ... intensa e livre’ (Op.cit) – contudo, a partir dessa quebra, declara que foi buscar apoio na tradição nacional de seus dias de infância e adolescência:

A experiência em que se me completou a vida, esclarecendo-a, quebrou-lhe a unidade primitiva, singela, daqueles dias; recortou-a, turbando coerências...

39 Como já indicamos na Parte I, a Trilogia é composta por: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (escrito em 1925 e publicado em 1929); *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (escrito em 1926 e editado em 1930); *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano da publicação).

Mas não poderia tocar no que é primeiro sentimento pessoal, aurora de afetos a invadir-nos; o sentir coeso e vivaz em torno da tradição que nos recebe, eco perene na consciência, influxo que não morre, nem esmorece, pois que alcançou a alma toda, e já fez parte dela”. (BOMFIM, 1929 [1997]: 29).

A declaração quase poética, de fato, informa o quanto Manoel Bomfim está desiludido dos caminhos que tomou a política nacional no Brasil dos anos 1920s, e como o autor recorre a *tradição nacional*, que acredita estar no nascimento de sua pátria, como uma ‘idade heroica’ – manifestando valor pátrio ‘capaz de fazer orgulho de qualquer povo’, obviamente também o seu. Acreditamos estar nestas linhas do *Prefácio do Brasil na América (1929)* a motivação que guiou Bomfim no exame das ‘condições feitas à nação brasileira’, que realiza nos textos da Trilogia.

Neste trabalho o autor desenvolve seus argumentos tanto de crítica e diagnóstico quanto de prognósticos para o Brasil, de forma inédita entre seus contemporâneos. Candido (1988) considera que as obras da *Trilogia* somadas ao *América Latina (1905)*, constituem o ‘maciço do pensamento social’ de Manoel Bomfim.

O próprio autor define sua obra como um ‘mesmo pensamento geral’, mas com um objetivo específico, desenvolvido em cada obra, conforme anuncia nos seus subtítulos. Junto disso, busca desenvolver os argumentos já anunciados no *América Latina*, de que os motivos de nosso atraso estavam relacionados com nosso processo histórico de colonização e de sua herança moral e cultural, que em seu contexto ainda refletiam na política e no povo, retardando os ideais da nacionalidade – da nação democrática e progressista que estava em seu horizonte de expectativas. Nos parece, que, para Bomfim democracia e progresso eram faces de uma mesma moeda: só se podia ter a ambas como unidade. Contudo, o Brasil estava ainda atado aos preconceitos e tradições perniciosas da colonização em seu entendimento, e, portanto, impedido de avançar para um regime moderno – diga-se democrático. Nos ditos da epígrafe que apresentamos, como ‘almas cristalizadas’ no passado poderiam alcançar a modernidade? Bomfim que fora chamado *utópico* ao indicar a educação como saída para este atraso nos idos do *América Latina (1905)*, dá a régua para medir: ‘ensejar modernidade, presos ao passado não é só utopia: é uma monstruosidade’. (Bomfim, 1905 [1993]: 331).

Sua interpretação do Brasil, sintetizada em sua Trilogia, vai sempre fazer referência a esta primeira reflexão produzida sob a tensão de ser um brasileiro no exterior

obrigado a explicar-se para quem já pensa sabe-lo. Desta forma, o esforço de desvelar a interpretação do Brasil de Manoel Bomfim foi virar página por página dos três livros da *Trilogia* sempre com o *América Latina* em mente, trazendo os principais temas que colocam o autor no Panteão dos intérpretes e pretendem revelar ao mesmo tempo sua originalidade nas controvérsias de seu tempo.

3. O BRASIL NA AMÉRICA: O NACIONALISMO A BOMFIM

Um autor que compõe o Panteão dos Intérpretes do Brasil deve possuir uma obra que apresente um esforço de compreensão histórica do país e Bomfim o possui. O próprio *América Latina* (1905) possui este esforço, no entanto, é em *O Brasil na América* que Bomfim aprofunda este movimento. Este capítulo toma como base o primeiro livro da *Trilogia: O Brasil na América* (escrito em 1925, publicado em 1929)⁴⁰. O autor atenta para os desdobramentos dos conceitos apresentados no *América Latina* e ressalta as diferenças entre o Brasil e os países neoibéricos - mas, não o separa dos demais países latinos, ou nações da América Latina. Observa o devir da colonização, considerando a história dos colonizadores (Portugal e Espanha), e as reverberações de suas matrizes culturais e morais, aqui, em solo americano, na figura de suas colônias (e colonos)⁴¹.

Cada empresa colonizadora – portuguesa ou espanhola, a seu modo, ao criar a colônia, também dá a ela um pouco de seu caráter, sua herança histórica nos comportamentos, desejos e atitudes no desenvolvimento de seus projetos de nação conforme Bomfim. A diferença dos tipos de colonização de Portugal e Espanha já são voz corrente, e não são alvo deste texto, senão quando indispensáveis para indicar as posições de Bomfim sobre o tema. Particularmente, nos matizes em que o autor, a partir da comparação, busca explicitar os caminhos que levaram a construção do nacionalismo brasileiro e de como esse processo está ligado, para ele, à herança do processo de colonização português.

Reconhecidas as similaridades das nações latino-americanas, seu foco na *Trilogia* é destacar as diferenças que distinguem o Brasil das demais nações latino-americanas. O autor entende que tal como observou criteriosamente a origem dos males da América Latina, deveria agora, de igual modo, examinar “as condições próprias à formação da nação brasileira, e exclusivas dela”, e destacar o que distingue o Brasil dos outros neoibéricos. (Bomfim, 1929 [1997]: 27).

O autor explica que seus conceitos não mudaram desde o *América Latina* (1905), tampouco seus sentimentos, e considera uma ‘queda da expressão’ após duas décadas,

40 Esta obra foi encaminhada à impressão em setembro de 1927, conforme anotação do próprio autor, em seu prefácio.

41 Neste sentido, sua obra antecipa em mais de 10 anos o trabalho tão comemorado de Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*

pois não percebeu as transformações que esperançava nos processos políticos a que assistiu no país – afirma que a voz confiante que antes era vibrante no *América Latina*, se vê agora alquebrada na desilusão. A ideia de unidade, o grande bloco chamado América Latina era para Bomfim o olhar do estrangeiro sobre nós, mas nunca fora de fato uma construção do nosso pensamento social das nações (latino-americanas), nem de nossos vizinhos. Bomfim cita o estudo de García Calderón – *As democracias latinas da América* (1912) onde o autor busca identificar as características e valorizar o que há de comum nessas democracias, no entanto, acaba reconhecendo que ‘em um século de desenvolvimento político isolado, sob a influência do clima e do território, formaram-se caracteres divergentes, nas nações da América...’. (Op.cit. 32).

O próprio Bomfim afirma o fato de *O Brasil na América* explicitar as características que distinguem as nações latino-americanas não excluí o Brasil desde conjunto. Tampouco significa dizer que os povos neocastelhanos não tenham diferenças, ou que o Brasil não tenha um caráter nacional e um destino próprios. Afirma que a obra acentua as distinções fundamentais entre a *Nação Brasileira (sic)* e os povos neoibéricos. (Bomfim, 1929 [1997]: 33) Chama para o fato de que identificados todos – brasileiros, chilenos, mexicanos... - apenas como *latinos*, acabariam convencidos da existência de uma América Latina – una em seus defeitos, em “...inferioridade essencial, um qual pecado original étnico, e que nos faz irremissivelmente degradados, todos num mesmo destino”. (Op.cit. 34). Contra tal argumento, indicava a reação e acreditava na cura:

Ora, devemos reagir a tais efeitos, reagir, sobretudo, em nós mesmos, compreendendo bem a extensão dos defeitos de que realmente sofremos, analisando-os objetivamente, buscando-lhes cuidadosamente **as origens, que são, com as tradições coloniais dos povos metrópoles, as condições mesmas de formação nacional**. Por aí, verificamos que **tudo se resume em males necessariamente curáveis, transitórios, efeitos que prontamente se dissiparão**, se conscientemente os acusamos, **se sinceramente procuramos curá-los**. (BOMFIM, 1929 [1997]: 34). [Grifos Nossos].

Vale ainda uma vez sublinhar que o autor não discorda da existência de um *atraso*, até um ‘defeito’ que nos afeta, porém, indica uma análise cuidadosa dos motivos que o causaram, e compreende que estes são resultado das condições a que fomos expostos nas tradições coloniais: sendo estes defeitos gerados por uma condição imposta na colonização, por inculcação, podem ser revertidos, ‘curados’. Bomfim está atento a ambiguidade do próprio argumento: o europeu (colonizador) ao indicar a unidade ‘*latino-*

americanos’, intenta usá-la como meio de manipulação para desqualificação do todo, seguida da dominação. Contudo, esta mesma unidade poderia, contrariamente, nos induzir à luta e à emancipação.

O texto de Bomfim incentiva a busca das ‘origens’ de nossos ‘defeitos’ e indica os vícios ou males da colonização como resposta da malsã ‘formação’ que mantemos, mesmo muito depois, porque acredita enquanto elementos morais e culturais, estes foram perpetuados na tradição⁴² – o que significa dizer que o próprio ‘dominado’ continua transmitindo às próximas gerações as concepções de inferioridade e incapacidade, apreendidas no processo de colonização⁴³. Daí o autor chamar para autoavaliação, e todo seu empenho enquanto educador, em pesquisas e métodos de aprendizagem⁴⁴, que pudessem fazer superar essa tradição, herdada da situação de colônia – dominada e espoliada, externa (metrópoles) e internamente (elites). Para Bomfim, a colonização é o mal original e a designação *latinos* é frágil; as metrópoles, com seus próprios vícios são entre si muito distintas – a castelhana e a portuguesa, quanto mais não o seriam seus ‘ramos’ dirá Bomfim. O Brasil em sua trajetória traçava um caminho peculiar, construindo uma personalidade própria, diferente das demais colônias americanas.

Em 1925, Bomfim não via mais a possibilidade dos povos latinos se reconhecerem irmanados no processo histórico, vivido no domínio e na exploração colonial. Notamos então uma diferença fundamental: em 1905 o autor apostava no futuro da América Latina – unida, irmanada contra o opressor (colonizadores), e agora, em 1925 quando escreve *O Brasil na América* revela uma desilusão com os rumos políticos tomados, em especial, pelo Brasil.

Como o próprio título da obra indica, Bomfim está observando o Brasil como parte da América Latina, mas também com suas características peculiares de formação: a experiência de seu povo e sua história, o nascer das tradições brasileiras, o ‘valor pátrio’,

42 Trataremos no capítulo 4 sobre a relação entre tradição e educação no pensamento bomfiniano, e sua relação com a construção da nação.

43 Sobre este ponto, vale lembrar que Bomfim aponta uma hereditariedade das tradições, mas diferente de Ribot (1910), não acredita que sejam passadas pela herança biológica, e sim, cultural, lembradas sempre pela tradição das antigas gerações, passadas às novas pelo instrumento da educação. ~~[Este ponto está discutido no trecho que trata da originalidade de Bomfim como Antirracista no fim da parte I deste trabalho].~~

44 Vide texto sobre trajetória do autor e sua biografia escrita por Aguiar, 2000. Por estas ações no campo da educação, em harmonia com suas teorias sobre a superação dos males do Brasil [e da América Latina], Bomfim foi considerado um intelectual ativista.

onde a nacionalidade se revelou como ‘idade heroica’. Os conceitos de nação e nacionalismo já estavam em debate naquele momento: Bomfim, como homem de seu tempo, não se furtou - foi buscar desde a *História do Brasil*, de Frei Vicente (1627), a quem dedica o livro, os motores que impulsionaram a nação para seu atual estágio (1925), e, se há *males*, onde estariam os *remédios*? A educação como ‘medicação’ primeira já não era tão óbvia ou eficiente por si só.

Considerando como ponto fundamental deste volume da Trilogia a questão do nacionalismo brasileiro no pensamento bomfiniano, dedicamo-nos a examiná-lo.

3.1 A tradição como fonte do nacionalismo brasileiro

Bomfim entende que o nacionalismo brasileiro é fruto de nossa história, fruto de um movimento peculiar de formação. Ao observar os processos político-sociais que se desenrolam a seus olhos, e especial nos anos que seguiram a República (1889), Bomfim tende a considerar que a nação brasileira estava a naufragar. Busca então ‘nas condições a que foi feita [a nação brasileira]’ no princípio da colonização, os elementos que resultaram na construção de seu caráter.

É no momento do nascimento do Brasil que o autor vai buscar esperanças quando se sente desiludido com os rumos políticos sociais contemporâneos seus. Para Bomfim é na história que encontrará as tradições que podem servir de bases para escapar ao ‘*paul*’ (“*pântano*”) em que se encontram. Acredita o autor que “com o anunciar da nacionalidade, gira um sopro de vivificante aurora: purifiquemo-nos, reanimemos nele”. (Bomfim, 1929 [1997]: 28).

Bomfim reconhece o quanto de paixão e envolvimento empreende na busca desse nacionalismo. Ao fazê-lo, vai também apresentando sua formulação de que os elementos da tradição do nacionalismo são vivenciados por ele desde a infância – obviamente, por todos!

A hipótese de Bomfim é que a partir dos elementos da tradição que são transmitidos de geração a geração, é que vai se formando essa consciência do nacionalismo – que resulta na nação como entidade política e social.

Desde o *América Latina*, Bomfim desenvolve a ideia de nacionalismo e aponta o Estado como ‘guardião’ ou responsável dos encaminhamentos iniciais da formação da nação enquanto unidade política. Um movimento que parece contraditório, porque ao mesmo tempo que indica o povo como sujeito e agente desta construção – a nação - a partir de suas tradições (heranças autóctones, apesar de não utilizar este termo, suas definições se aproximam) e da solidariedade de suas gentes, que para ele é inata no povo latino (a princípio conta os índios, os negros) – também propõe uma renovação do Estado, enquanto tutor desta transformação: um processo que nasce da pátria inicialmente identificada por seus naturais, defendida como unidade e por solidariedade, até formação da consciência de uma nacionalidade.

Formar a nação implica para Bomfim, ter um povo ‘consciente’ para conduzi-la, na figura de seus representantes políticos – agentes do Estado. Acontece que o Estado, no caso brasileiro, estará inicialmente formado pela elite portuguesa, cujos interesses estão distantes dos objetivos do ‘povo’ em formação – haja visto que são indígenas, negros e mestiços (de índios, negros e portugueses) em sua maioria; em boa parte cativos e, na sua opinião, sem instrução suficiente, sequer, para requerer sua liberdade.

Cabe observar também em nosso caso, essa tradição é somada à tradição cultural dos novos grupos que chegam emigrados (ou trazidos) – então, a cultura que vai prevalecer aqui, após a colonização, é para Bomfim a ‘mistura’ das diferentes culturas dos povos que chegaram e dos que aqui estavam - miscigenação cultural. Daí a questão: como admitir que o Estado – português, opressor, colonizador, fomentasse a organização desta nova nação?

Bomfim aponta uma ligação do povo que dá forma a nação, e seu território, alinhavando seus destinos ao destino da nação: “Como povo, reconhecemo-nos numa tradição... [que] se desdobra: confiança íntima no destino da nação e solidariedade absoluta com esse destino” (1930 [2013]: 168). Resultado dessa aliança, a tradição nacional seria forma de defesa contra o explorador (colonizador) transitório, e a busca do progresso humano e de espaço próprio.

O autor deixa nítido que a figura do explorador transitório, que não se liga a terra, nem a sua tradição, está referido no interesse único de espoliar. Para fazer face a este

explorador, há que se apresentar uma pátria com ‘fisionomia’ e ligada pela tradição humana que a constitui, com firme propósito de progredir e se desenvolver.

Indica também que a pátria com tradição nacional será ‘nacionalista’ e ‘pretenderá que sua pátria não suplante a ninguém’ – retomamos sua afirmação pois incita questionar o ideal de moral a que parece referir-se, frente à realidade que nações ‘desenvolvidas’ oprimem as consideradas ‘inferiores em desenvolvimento’. Bomfim refuta essa dominação de umas nações sobre outras, mas não aponta aqui contradição dessa construção política – Estado-nação.

O explorador transitório não nutre laços com a nação, nem com sua construção, nem se solidariza com seu destino. Bomfim afirma que ao defender as ‘particularidades nacionais’, conquanto sejam até insignificantes, o povo que dá forma a essas nações oprimidas, está de fato defendendo-se dos conquistadores, garantindo sua liberdade e dignidade. Lembra Lenin: “O próprio Lenin, no momento crítico – às vésperas da Revolução de Outubro -, no mesmo brado em que procura arrancar as massas à guerra imperialista, exorta-as a que defendam, intransigentemente, em guerra justa, a nova pátria, proletária, que se institui”. (No Caminho da Revolução, 1924 apud Bomfim, 1930 [2013]: 169).

É a partir da defesa de suas particularidades nacionais – no caso brasileiro, a cultura e as gentes já miscigenadas – que um povo se defende frente a seus exploradores, entende Bomfim. É nesse trabalho de solidarização com os destinos comuns que vai se formando a nação. Maria Thétis [Nunes](#) (1997) corrobora no sentido de compreender que para Bomfim o nacionalismo brasileiro foi sendo construído em nossa história, não apenas como um elemento emigrado de Portugal, mas com a integração destes com os valores humanos⁴⁵ que já estavam presentes na sociedade brasileira. Ao contrário dos espanhóis, os portugueses se fixavam e faziam da agricultura uma atividade econômica. E aqui, surge a necessidade da colaboração do indígena, com seu conhecimento da terra.

Para Bomfim, conforme os relatos dos primeiros viajantes⁴⁶, a amizade com os indígenas foi fator fundamental, até porque, nem todos eram amigos – então para

45 A expressão “valores humanos” neste texto refere-se a grupos étnicos – índios, negros, entre outros.

46 ~~Bomfim aponta o relato do padre Antônio Vieira, por exemplo, que no século seguinte ao descobrimento (XVII) diria ao Rei: “... são os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam”. (Bomfim, 1929 [1997]: 120).~~

conseguir combater os ‘inimigos’, os portugueses não tinham número suficiente, nem conhecimento do terreno, entre tantos fatores, dependiam do apoio do gentio. O autor compara essa forma de assimilação do indígena ao processo que ocorreu com as colônias de Castela e dos ingleses, indicando que no caso brasileiro (colônia de Portugal) o processo foi diferente. Alega Bomfim, que não se trata de malevolência: nos domínios ingleses, o gentio foi repellido, exterminado, maltratado – não houve interesse em incorporá-lo à nação que se formava; no caso de Castela, o gentio foi dominado, escravizado, castigado, excluído ou marginalizado; contrariamente a tudo isto, no Brasil, houve franca assimilação do gentio⁴⁷, indicada inclusive pela mistura (mestiçagem), para o autor, ‘alheia a qualquer preconceito’ (Bomfim, 1929 [1997]: 120).

O autor quase nos deixa uma impressão equivocada, fazendo parecer que tudo ‘foram flores’. Mas, ele mesmo admite que não foi assim. Se houve amizade e se os indígenas foram ‘poupados’, havia um objetivo nessas ações – alcançar sucesso no empreendimento. As tribos indígenas eram necessárias para desbravar, conquistar e defender as terras.

Para Bomfim os movimentos dos grupos sociais de uma pátria, em defesa de seu território, são momento histórico onde se formam laços que tendem para uma unificação nacional. A mesma observação que desenhará para compreender a união dos *brasileiros* em defesa de seu território, e do mesmo modo, registrará como momento de aglutinação em torno de um ideal – o nacional. Quase como consequência, aponta o surgimento de um caráter, que anuncia solidariedade e cooperação, que tem um objetivo definido.

Bomfim trabalha com a hipótese de que herdamos de Portugal o caráter de resistência e defesa própria. Busca na história de Portugal os elementos que indicam a construção desse elemento aguerrido de defesa desde a antiguidade, e acompanha nos desdobramentos históricos essa formação do caráter lusitano que prima pela individualidade e soberania. Conforme o autor:

... condições históricas levaram as antigas populações do Oeste ibérico a sopitar a exuberância de temperamento, e a transformar os ímpetus de sobranceira individual, ou zelos locais, em capacidade de ação política, conjunta. De tal sorte se distinguiu e se firmou o caráter português – ganhando

⁴⁷ Bomfim aponta o relato do padre Antônio Vieira, por exemplo, que no século seguinte ao descobrimento (XVII) diria ao Rei: “... são os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam”. (Bomfim, 1929 [1997]: 120).

em vigor íntimo e continuidade de direção o que perdeu em intensidade de manifestação momentânea. (BOMFIM, 1929 [1997]: 46).

Bomfim entende que surge deste processo histórico – de conquistas e resistências – o impulso de realização da ‘ideia nacional’, constituído na história lusitana: “Vigorous sempre, até o heroísmo, e, com isto, intimamente disciplinados, tal nos aparecem os povos que devem fazer o Portugal histórico e glorioso” (Bomfim, 1929 [1997]: 47). Destaca a força de ânimo do português – seus ‘esforços [são] indomáveis e persistentes”. Bomfim está observando em que condições foi feita Portugal, enquanto nação – e sua consideração é que “Portugal é, de fato, um produto exclusivamente da história; quer dizer – de motivos humanos, indiferentes às condições cósmicas e aos fatores puramente orgânicos”. (Bomfim, 1929 [1997]: 50)

Considerando a hipótese de assimilação de umas culturas pelas outras, vale ainda notar o valor que Manoel Bomfim dá a influência da cultura (tradição) que considera herdada de Portugal. Apesar de ser antibragantista no que diz respeito ao governo do Brasil, Bomfim apresenta como positiva uma herança da nação portuguesa, de seu caráter como nação, de sua nacionalidade defendida a duras penas nas pelejas de Portugal – considera que herdamos deles a combatividade pela defesa da pátria. Dessa defesa de seus interesses, adviria também a navegação, expansão marítima, que os trouxe até o Brasil. Bomfim analisa o Estado Português e entende que sua história indica que sua unidade nacional diferenciada frente a Europa do Século XIV. Junto disso, seu avanço nas navegações ultramarítimas. (Bomfim, 1929 [1997]: 21).

Por outro lado, Bomfim não se escusa à crítica do que considera a decadência de Portugal, que em suas aventuras marítimas, se envolve com o tráfico de escravos – o grande conquistador de um comércio, feito hercúleo, torna-se um espoliador, e degrada-se em ‘parasita’, dependente desta malsã atividade: “A degradação agravou-se com a torpeza do tráfico dos pretos escravos: o Português teve a glória infame de tornar europeu o comércio nefando, e o seu heroísmo se confundiu nessa glória”. (Bomfim, 1929 [1997]: 59).

Apesar da crítica sobre a atitude moral (no caso, imoral de traficar e escravizar pessoas) Bomfim justificará seu interesse por compreender Portugal e já indicará como percebe essa relação de herança cultural e moral que percebe entre as duas nações:

Nestas páginas, não poderia haver o intuito de cantar o heroísmo de Portugal, enumerar e ostentar façanhas e feitos. **O que nos interessa não é bem a grandeza da obra, mas a natureza e a intensidade dos motivos que a determinaram, porque tais motivos íntimos, com outros prenúncios, devem encontrar-se neste Brasil**, gerado quando eram bem vivazes, ainda, os estímulos da alma portuguesa. E, se queremos chegar a uma completa afirmação de nós mesmos, na plena posse das energias que nos são próprias, **devemos conhecer explicitamente a esses motivos, ter a convicção do seu valor, e, pela fé que eles nos trazem, reforçar-nos intimamente, cultivando-os como dons naturais**. Não será procurando qualidades ausentes em nossos caracteres de origem que poderíamos progredir, e crescer de valor, senão apurando o que é dote da nossa natureza. (BOMFIM, 1929 [1997]: 60) [Grifos Nossos].

O autor observa que a questão da língua como parte do conjunto dos elementos construtores de uma nacionalidade já era preocupação portuguesa - como elemento de coesão da nacionalidade. Em nota de rodapé explica que a língua portuguesa – qual se formou e existe – é fruto de vontade, produção intencional e consciente em Portugal. Mesmo estando distante de Roma, observa que a base da língua portuguesa é o latim – e, tal não é por acaso – literatos portugueses, considerando pobre o dialeto galego, buscaram no latim inspiração para realizar tal obra. (Op.cit. 400, NR 06).

Este exemplo do estabelecimento de uma língua nacional será seguido no Brasil, posto que inicialmente, se falava em várias regiões as línguas indígenas.⁴⁸ Observa que ocorre uma mistura também da língua, com uma forte influência dos termos indígenas na formação de um vocabulário bastante peculiar no Brasil. Portanto, a experiência de Portugal quanto a importância de se ter uma língua própria para a ‘nação’ também foi realizada nas terras brasileiras.

O Brasil tem uma história peculiar, afirma Bomfim: ‘uma história colonial inteiramente outra’. O encontro de diferentes povos aqui – em terras brasileiras, produz um conjunto de relações e interesses, de embates e uniões que desenham uma história destas terras e desta gente, que no seu inteiro teor, forma a história do Brasil, ainda em construção, enquanto país, territorialidade, cultura, língua, religião, a princípio, como

48 Recebem o nome de língua geral, no Brasil, línguas de base indígena praticadas amplamente em território brasileiro, no período de colonização. A língua geral é uma língua franca. No século XVIII havia duas línguas gerais: língua geral paulista, falada ao sul do país no processo de expansão bandeirante, e a língua geral amazônica ou nheengatú, usada no processo de ocupação amazônica. Destas duas línguas gerais somente o nheengatú continua a ser utilizado entre os indígenas de diferentes etnias, habitantes da região norte do país. Informação disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/elb/indigenas/lingua_geral.html. Acesso em dezembro/2019/.

uma pátria – já habitado por seus *brasileiros*, que em seguida, devem constituir o caráter nacional desse processo, o devir da nação brasileira. Sem desgarrar de sua origem ibérica, o Brasil tem uma histórica colonial diversa dos neocastelhanos, dirá Bomfim: “Três séculos num viver acentuadamente diferente produziram um caráter nacional de perfeita utilidade, nitidamente diverso. E, com isto, uma situação étnica específica – de acentuada mistura, como não poderia existir nas colônias travadas em preconceitos de raça”. (Op.cit. 35)

3.2 *A tradição brasileira como construção coletiva de índios, portugueses e negros*

Bomfim identifica no Brasil um povo – os *brasileiros* – que são o resultado de toda mistura de gentes que se realizava neste território. Reconhece nestes *brasileiros* que ainda não tem, sob seu ponto de vista, uma nação formada, uma certa unidade que entende como *energia patriótica* – já estão unidos na tarefa de defender seu território. Atento à história da nação brasileira, não apenas para confirmar suas qualidades, mas também “para o fim bem explícito de reconhecer, nas influências históricas, as constantes malélicas, e curar, desviar e evitar tudo que já tem sido nocivo, ou ainda o será”. (Op.cit. 35). E segue destacando as características que entende como nossas:

Então, cada objeto nomeado terá que ser apreciado e classificado na ordenação dos nossos motivos nacionais. **O Brasil, como agrupamento - povo, não poderia ser considerado simples soma de elementos étnicos**, estimados isoladamente: o português – A, o negro – B, o índio – C ... para chegar ao tipo apenas composto A-B-C. No povo brasileiro encontram-se essas três raças, diferentes, muito diferentes, mesmo. A constatação de tais origens, em qualidades e em tom de civilização, como origens dispersas, seria banalidade, repetida sem outra significação além da tecnologia, pois o que tem interesse não é a fútil resenha antropológica, e a corriqueira enumeração de caracteres etnográficos, mas a boa compreensão do modo segundo o qual **aqui se encontram os elementos formadores da nação**, até que logicamente se defina o feito histórico da mesma formação. (Bomfim, 1929 [1997]: 35/36)

O autor está focado em demonstrar que não só é improvável manter as raças separadas como se fossem castas, mas que além disso, a primeira mistura a ocorrer é a das tradições, e desta nasce uma expressão original. Para Bomfim, mais que preocupar-se em distinguir e descrever as ‘raças’ que compuseram o Brasil, há que se considerar os aspectos que efetivamente deram forma a nação brasileira e lhe moldaram o caráter. Bomfim foi o primeiro estudioso brasileiro a distinguir raça e cultura, no que seria

seguido mais tarde por Gilberto Freyre (1933)⁴⁹. Para Bomfim, a verdadeira ciência, feita de forma criteriosa, “tem proclamado já que o valor atual das raças é, apenas, valor de cultura”. (Bomfim, 1929 [1997]: 196). Está atento às novas concepções da ciência que entendem que o valor das *raças* não pode ser baseado em diferenças biológicas, e sim nos valores culturais de cada povo: “Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas; mas diferença essencial de valor psíquico, não. Há diferenças de momentos”. (Op.cit. 196). Desse modo, entendia julgar as nossas gentes por sua etapa de desenvolvimento, se podemos assim nos referir, não seria adequado. Também não era aceitável para Bomfim, a ideia de que os elementos da nação se mantivessem isolados, como se fossem ‘impermeáveis’. (Bomfim, 1929 [1997]: 36).

Bomfim observa que o povo brasileiro não se fez da simples soma dos elementos étnicos – português, índio e negro – estes são ligados por um processo histórico particular, que dará origem a uma expressão original. Não só as raças se misturam, também suas culturas se mesclam. Contrário à opinião corrente, Bomfim discorda da teoria que considerava a miscigenação como fator de degeneração do povo brasileiro⁵⁰, e aponta como qualidade a combinação nacional, resultante dessa mistura. Discorda tacitamente daqueles que buscam classificar separadamente o que é do negro, do índio ou do português, pois acredita que já existe algo novo, próprio do ‘gênio brasileiro’. Para Bomfim não pode haver tal impermeabilidade das tradições de povos que vivem numa mesma sociedade, ajudando-se nas tarefas da sobrevivência. (Bomfim, 1929 [1997]: 36). Por outro lado, considera fundamental que se reconheça a contribuição de todas as gentes (etnias) que participavam da formação da nação brasileira, na formação de sua tradição. O preconceito de cor, o peso da inferioridade racial, conforme análise de Bomfim, ainda pesavam no momento de distinguir a cooperação de cada grupo étnico, entre si, e com os outros.

49 Esta noção de *raça e cultura* aparecerá anos depois, no trabalho de Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala*, 1933, cuja formação foi influenciada por Franz Boas: Franz Boas criticou com veemência os determinismos biológicos e geográficos, além da crença no evolucionismo cultural. Boas apontava que cada cultura é uma unidade integrada, fruto de um desenvolvimento histórico peculiar. Enfatizou a independência dos fenômenos culturais com relação às condições geográficas e aos determinantes biológicos, afirmando que a dinâmica da cultura está na interação entre os indivíduos e sociedade.

50 Seus argumentos contra o Racismo Científico [são apresentados no capítulo 6 como parte da original agenda de pesquisa deixada pelo autor, já foram anunciados no trecho que trata da originalidade de Manoel Bomfim, capítulo 2 deste texto.](#)

3.2.1—Os primeiros colonos portugueses – sua relação com a terra e com os gentios (naturais da terra)

Bomfim buscou na história de Portugal, no seu caráter e desenvolvimento o que seria para ele a nossa origem. Afirmava que era necessário reconhecer as heranças positivas que recebemos, para então aprimorá-las. Não se pode confundir a intenção do autor: Bomfim não desejava que fôssemos súditos de Portugal, submissos, apenas que reconhecendo nossa origem, vinda de um povo corajoso e atirado na busca do progresso, fizéssemos dessas também qualidades nossas. Apesar de suas críticas ao cientista alemão, vai buscar o registro de Von Martius para falar do caráter do português que vem para estas terras:

O português que no princípio do século XVI emigrava para o Brasil levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracterizava aqueles tempos... o historiador brasileiro não poderá eximir-se de traçar um quadro dos costumes do século XV, se intentar descrever os homens tais e quais vieram... (BOMFIM, 1929 [1997]: 83).

Bomfim relaciona a seleção de homens que viriam para o Brasil com movimento de navegação para as Índias. Entende que para lá (Índia) foram os mais ávidos de riqueza: “Sim: a Índia depurou a primeira colonização do Brasil. Pelo seu caminho se foram os que não convinham às necessidades da nação que aqui se criava. Houve seleção de indivíduos, e, até, de serviços”. (Bomfim, 1929 [1997]: 84).

Observando os dois destinos (rotas) da navegação portuguesa, Bomfim entende que os indivíduos que iam para a Índia estavam claramente mais interessados em explorar e retornar a Portugal que àqueles que vinham para as Américas (Brasil). Nota o exemplo de Martim Afonso que veio para o Brasil, mas após cumprir importante missão no enfrentamento do Barbaroxa (invasor), viajou para a Índia, a buscar riquezas. Os homens que vinham para o Brasil não tinham apenas o interesse da rapinagem, para o autor – queriam também uma nova vida. Nesse sentido, dedica-se Bomfim a comparar portugueses e castelhanos – considerando estes últimos mais dedicados à pura exploração que os primeiros:

Menos homogêneos e coesos em nacionalidade que os portugueses; mais irritantes, apenas depredadores, eram exclusivos **pioneiros de fortuna rápida**. Não havia derivativo para a sua sede de riqueza: nem a perspectiva de

formarem um novo país, nem o amor da nova pátria, nem os exemplos de uma exploração territorial estável. Os que vinham para as Índias Ocidentais eram puros saqueadores e arrecadadores. Para isto, muito concorria a circunstância de encontrarem, aí, riqueza a colher, e as massas de índios sedentários, facilmente escravizáveis – para a exploração imediata das minas, logo por esses mesmos indicadas. Foi a essa colheita de riqueza e de metais que os castelhanos se entregaram. E assim se formou a sua tradição colonial: a mina do Peru, eixo do sistema espanhol, diz com precisão Capistrano de Abreu. (BOMFIM, 1929[1997]:85).

Bomfim destaca em seu texto o valor dos primeiros colonos para defender o território contra os franceses. Entende que essa defesa do território é um capítulo especial de nossa história, pois foi aí que se iniciou a nova pátria, na figura de seus novos sujeitos que já a defendiam, na forma do seu território e bens, antes que se tomasse consciência desse patriotismo. Para o autor, neste processo, não há um momento em se perceba a substituição do português (colono) pelo *brasileiro* – para ele, no início é o português e no fim, o brasileiro. Considera que a atuação francesa no Brasil foi proveitosa pois fomentou as relações do colono com os gentios.

Portugal observou a experiência dos franceses, e a sua própria com a Índia, e entendeu que o Brasil, devido a sua extensão precisaria do estabelecimento de sistema diferenciado de ocupação, de exploração colonizadora:

Nas condições da terra brasileira, com as populações que aí se encontravam, a exploração por meio das simples feitorias era de efeitos curtos, condenada irremissivelmente ao insucesso. Foi a que bem compreendeu o Governo Português, quando, reconhecida a totalidade das castas, medidas as suas possibilidades, **formulou o plano das capitânias**, que era o de um estabelecimento definitivo, com a incorporação da terra brasileira na civilização portuguesa, representada nos elementos considerados fundamentais, isto é, a fidalguia. (BOMFIM, 1929[1997]:87). [Grifos Nossos].

Estabelecer-se-iam aqui então as capitânias hereditárias que contrariavam as tendências unitárias de Portugal, observa o autor. Foi a necessidade objetiva de estabilizar o povoamento nas extensas terras brasileiras que levou a esta instituição. Em outras palavras, a realidade material objetivamente modificou o sistema de controle das terras para o qual tendia Portugal – foi a extensão das terras e a necessidade de regulá-la que o levou a dividir o espaço em capitânias hereditárias.

Portugal como um país/nação que prezava por sua unidade territorial sob um mesmo governo, viu-se, segundo o autor, no pleito de ocupar e proteger a extensa costa brasileira, sendo para tanto necessário adotar uma política de ocupação e poder

diferenciada do que estavam familiarizados – governo dividido em capitanias, que o tornava descentralizado em certa medida. Era uma novidade necessária, e por seu ineditismo trouxe também questões novas. Das gentes que vieram, nem todos prosperaram.

Bomfim observa que mesmo onde houve malogro dos primeiros donatários, o Brasil não perdeu com a instituição das capitanias:

Os que resistiram foram homens excepcionalmente intrépidos e eficientes. Para cada um dos feudos, veio uma leva de pioneiros, no ânimo de fazer a boa exploração da terra, na agricultura. Vinham com o intuito explícito de conquistar a natureza, e, não, com o cúvido afã de levantar a riqueza feita, saqueando, extorquindo de qualquer forma. **Onde quer que ficassem, eram energias fecundas, em que a terra se refazia, no ânimo de uma verdadeira pátria.** E, ainda que não ficassem no rastro de Martin Afonso, brotou a gente paulista, com quem nasceu o Brasil do Sul, e que foi ação essencial na formação do conjunto. (BOMFIM, 1929[1997]:87). [Grifos Nossos].

Apesar de parecer, à primeira vista, uma posição otimista, o autor analisa no pano de fundo das ações positivas e negativas das capitanias hereditárias, o que vai ficando esboçado no esforço dos seus integrantes, no sentido de proteger a terra e nela produzir, e manter-se juntos neste trabalho. É na rotina da empreitada que o autor verifica as personalidades sendo forjadas, com o cunho do patriotismo ainda não sabido. Bomfim afirma que ao observar tais características dos primeiros colonos notam-se elementos que formarão a nacionalidade no Brasil:

... nos primeiros colonizadores do Brasil, encontravam-se as virtudes essenciais do pioneiro português – tenacidade heroica, solidariedade na compreensão nítida de existência nacional, hábito de atividade disciplinada, e, com isto, o sentimento de trazerem consigo uma pátria, no intuito explícito de fazerem um novo país, pelo desenvolvimento das tradições nacionais. (BOMFIM, 1929 [1997]: 88).

Bomfim continua evocando os registros de Von Martius⁵¹ para apontar o lado positivo deste primeiro movimento de colonizar:

‘Não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os fundamentos do atual... segundo os princípios das colonizações de hoje em dia ... Era aquela uma continuação dessas empresas afoitadas e grandiosas... **executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo...** As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso, e que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram na igualmente à emigração para o Brasil.’ (Von Martius apud BOMFIM, 1929 [1997]: 88).

Observamos que o autor discorda e desmente a versão de que para cá só vieram degredados de Portugal, genes sem valor, caso contrário, qual seria o caráter herdado pelos *brasileiros*? Considera mero preconceito com os primeiros colonos e informa que o maior número de degredados veio com Thomé de Souza, e foram 40 para outros 1000 colonos.⁵²

Observa que essa prática de degredo era comum aos países colonizadores da época e que, “Portugal dispunha de um grande número de outros degredos, o que podia caber ao Brasil não devia ser tão abundante, assim” (Op.cit. 89). Nota ainda que “nem todo o condenado pela justiça dos tribunais é, de fato, um mau valor humano” (Op.cit. 89). Há os revoltados contra os privilégios, os simples perseguidos por ódios pessoais.

Bomfim entende que os primeiros colonos que vieram para o Brasil tinham uma extensa tarefa, diferentes desafios, mas que demonstraram que vieram construir uma vida, melhor, uma nova pátria. O ambiente da nova terra não era exatamente propício, e era preciso conquistá-lo; também conquistar o gentio, torná-lo parte do processo – até porque era ele, o gentio, que sabia das soluções de alimentação, mobilidade, entre outras; povoar

51 ‘Karl Friedrich Philip von Martius (1794-1868), formou-se em medicina e dedicou-se às ciências naturais. Em 1817, integrou a missão científica enviada ao Brasil pelos governos bávaro e austríaco. (...) Martius percorreu o Brasil durante três anos, chegando até o alto Amazonas, reunindo material que lhe permitiu publicar extensa e importante obra. (...) Como resultado da longa expedição ao Brasil, Martius publicou, junto com Spix, a obra *Viagem ao Brasil*. (...) Com os dados obtidos no Brasil, Martius publicou também: *História natural das palmeiras*; *Novos gêneros e espécies de plantas*; *Desenhos selecionados das plantas criptogâmicas brasileiras*; e *Sistema dos remédios vegetais brasileiros*. Martius também contribuiu para o estudo da etnografia e da linguística indígenas com as obras *Contribuição para a etnografia e a linguística da América, especialmente do Brasil* e *Glossário das línguas brasileiras*, reunindo os termos indígenas colhidos por Spix.’ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/von-martius.jhtm>. Acesso dez/2019.

52 Esta informação o autor toma de Frei Vicente de Salvador. (Ver BOMFIM, 1929 [1997]: 89).

e proteger o território contra os estrangeiros (invasores ou apenas adversários de Portugal na conquista do território). Vale o relato do autor:

Esse era o espírito geral da sociedade colonial, aqui. A obra dos primeiros colonos, nas qualidades que lhes eram próprias, com o caráter agrícola e estável que logo se normalizou, decidiu definitivamente da sorte do Brasil, e imediatamente fez da colônia uma pátria, porque foi a incorporação da nova sociedade à terra onde se encontrou, numa adaptação completa – a que se faz por meio da planta. No amanho, pela cultura, a terra entrega-se ao homem completamente, em todas suas energias; e só deste modo é possível obter que a exploração colonial seja desde logo verdadeira formação de novas sociedades. Foi na lavoura que os primeiros grandes povos concentraram forças e formaram riqueza, garantindo-se economicamente, enquanto, pela indústria, não se criavam novas condições de prosperidade. (BOMFIM, 1929 [1997]: 91).

Bomfim relaciona à vida dos primeiros colonos o surgimento de uma pátria no Brasil – é na agricultura que o autor verifica a estabilidade da ocupação. Para o autor, é na prática do cultivo da terra que se estabelecem as novas sociedades. No caso brasileiro, cultivar a terra deu origem a essa nova sociedade por ligar os homens à terra, mas também por ligá-los aos naturais da terra – os gentios. Bomfim voltará a esta questão algumas vezes, observando que o indígena foi fundamental na adaptação e nos desenvolvimentos alcançados nas terras brasileiras – fossem de defender a terra, variar os produtos que os colonos conheciam, manejar os cultivos, entre outros. Ainda sobre estes primeiros colonos, o autor afirma que essa organização que empreenderam deu nascimento a qualidades sociais, que se tornaram virtudes patrióticas:

Vinculado à terra, vivendo a sua própria vida, fazendo dela a sua fortuna, o homem é naturalmente levado a concentrar as qualidades sociais em virtude patriótica, porque a defesa própria inclui imediatamente a solidariedade de uma defesa geral. **Alheios que fossem, esses colonos do Brasil, à ideia de pátria, com a vida que tiveram de fazer tornar-se-iam intransigentes patriotas. Pensemos, agora, que todo português de então era um patriota**, e que, nascidos sob o influxo desse valor, exaltados na ideia de pátria, os daqui mostraram, desde sempre, que essa ideia da pátria – Brasil, era um motivo explícito sobre os seus afetos. (BOMFIM, 1929 [1997]: 90/91). [Grifos Nossos].

Bomfim observa um ponto que remete a questão do caráter nacional, em seu princípio: realizada a ocupação da terra, os primeiros colonos se tornariam ‘intransigentes patriotas’. Considerando que todo português já era patriota desde o nascimento, mais razões teriam aqui para exercer tal qualidade do caráter.

3.2.2 Os índios e sua contribuição para formação da nação brasileira

Bomfim tem uma crítica severa ao que se produziu de História do Brasil desde o período da colonização⁵³. Seu olhar para o caso da integração do indígena na nação brasileira não é diferente. O autor entende que os registros históricos sobre a participação do indígena na formação da nação brasileira e suas contribuições os diminuem ou até menosprezam. Retoma os registros de historiadores do período da colonização – em especial dos jesuítas - de informações (e dados) que corroboram o movimento ressignificar a participação dos ‘gentios’ na formação da nação, na constituição das ‘gentes’ brasileiras.

As qualidades que deram vitória ao Português em competência com outros povos valeram também, poderosamente, nas suas relações com o gentio da terra brasileira. **As nossas histórias correntes, falhas em tanta coisa, o são, principalmente, na pouca importância que dão às populações naturais quanto à formação do Brasil.** Desvirtuados os fatos, exagerados uns tantos aspectos, ficaram, na mentalidade geral, os preconceitos pueris – de que os indígenas foram sempre cruelmente tratados, perseguidos, trucidados... e que, assim, se exterminaram as tribos. Deste modo, os naturais pouco teriam contribuído para a nova sociedade que aqui se formou. (BOMFIM, 1929 [1997]: 100).

Bomfim entende que os historiadores do Brasil, em sua maioria, ignoraram a importância do indígena na formação da nação, e quando não, os depreciaram de suas qualidades originárias, calculando-os indolentes e não afeitos a civilização:

Como valores humanos, os *brasis* são apresentados no tipo de selvagens quase nulos; e o geral os julga na bitola dos miseráveis refratários à civilização, refugos, que subsistem nos sertões remotos. Nada mais falso, ou, pelo menos, mais incompleto. **O indígena foi fator essencial na construção do Brasil.** Só não teve importância igual à do próprio português porque a este coube a direção. Mas, afóra isto, a ação dos naturais foi constante, eficaz, essencial. Por toda parte, eles foram cuidadosamente aproveitados. Para tanto, muito concorreu, não só a índole assimiladora dos colonos, como a política atilada da metrópole, no sentido de captar a boa vontade e amizade das tribos. O gênero de exploração agrícola induzia a esse proceder: era o único meio de ter o uso efetivo da terra e dos seus proventos. Valentes, tenazes, levados a fazer estabelecimento definitivo, decididos a isto, mas reduzidos em número, os portugueses compreenderam, desde logo, a necessidade de aproveitar convenientemente o gentio, de amparar-se nele. Nada lhes faltava, aos portugueses, para realizar essa boa política. Além de traquejados no convívio de populações exóticas, dotados de capacidade absorvente, eles possuíam as

53 Sobre a crítica de Bomfim à historiografia brasileira voltaremos a tratar no capítulo 4. Brasil na História: *O Brasil que não está no Retrato*.

qualidades guerreiras mais próprias para dominar a resistência do selvagem que aqui era senhor. (BOMFIM, 1929 [1997]: 100). [Grifos Nossos].

Sobre as relações com o indígena, o autor dá destaque aos registros que apontam para uma importante amizade dos primeiros colonos com os ‘gentios’. As dificuldades iniciais da adaptação a uma terra estranha, foram vencidas em muito, pela cooperação dos indígenas.

Bomfim também dará destaque ao papel desempenhado pelos indígenas nos casos de disputas de territórios por parte de franceses, holandeses e até ingleses. Aponta a importância dos gentios nas batalhas, em especial nas relações com a França, que conquistara a amizade dos gentios. Portugal precisou ser persistente, na figura de seus colonos, para conquistar os gentios e convencê-los a enfrentar as batalhas a seu lado.

Analisando como as gentes se ‘mesclavam’ aqui no Brasil, Bomfim chama atenção para o fato de que este Brasil não podia ser considerado apenas ‘um Portugal emigrado’. Chega a comentar que talvez a Inglaterra pudesse dizer algo assim sobre suas colônias, mas não Portugal, sobre o Brasil.

Aqui, o caso foi muito diferente. Portugal terá sido o fator dominante, o determinante, na formação do Brasil; mas tais outros valores humanos se incluem na sociedade brasileira, que ela se tornou completamente diversa. O português, organizador e educador desta nova sociedade, teve que diluir a sua influência na grande massa de índios incorporados à vida colonial; houve uma desenvolvida mistura de gente, e que se complicou, depois, com a entrada das grandes massas de negros. (BOMFIM, 1929 [1997]: 107).

Bomfim considera que Portugal enquanto colonizador teria sido fator dominante na formação do Brasil, mas que a figura do indígena não pode ser desconsiderada, por suas colaborações e ainda porque foram fator também de importante miscigenação. Para além, há ainda a figura do negro que também se tornou parte da nação em formação. Atenta para a plasticidade do povo português como fator fundamental para que essa relação fosse possível, e suas decorrências. Sublinha o fato de que essa plasticidade possibilitou (se não fomentou) a miscigenação com estes povos:

O encontro de povos, aqui, foi mais que o simples domínio, realizado nas colônias espanholas. Foi, desde logo, absorção dos naturais, para a formação da população colonial. Mais plástico e assimilador, fraco em número, afeito ao convívio de povos bárbaros, sem grandes zelos de sobrançeria, o português, no Brasil, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indígenas. (BOMFIM, 1929 [1997]: 107/108).

Essa referência à *plasticidade* do povo português é também comentada no trabalho de Sergio Buarque de Holanda (1936) – *Raízes do Brasil*, no capítulo “Trabalho e Aventura”, quando o autor trata a questão da miscigenação do português com ‘gente de cor’:

A isso cumpre acrescentar outra **face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça**. Ao menos do orgulho obstinado e inimigo de compromissos, que caracteriza os povos do Norte. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos da África, **explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços**. Ainda em nossos dias, um antropólogo distingue-os racialmente dos seus próprios vizinhos e irmãos, os espanhóis, por ostentarem um contingente maior de sangue negro. (HOLANDA, 1936 [2002]: 964). [Grifos Nossos].

O autor observa que a prática da miscigenação não é uma conduta nova entre os portugueses. Aponta sua mistura de portugueses com os mouros (também de pele escura), diferenciando-os dos povos do Norte que já evitavam a miscigenação. Também aponta a relação dos portugueses com os muçulmanos da África. Desse modo, ao aportarem na América, os portugueses já eram *povo mestiço*. Tal característica, para Bomfim, foi decisiva para adaptação nas novas terras. Nesse sentido, Holanda também indica a relação com os indígenas como elemento fundamental na adaptação:

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa. (HOLANDA, 1936 [2002]: 957/958)

De todo modo, para Bomfim também indicava o papel incomparável do indígena em nossa formação social: “De tudo isto, resultou que o índio é, para a nação Brasileira, um fator essencialmente importante, de certo modo decisivo, sem correspondência na formação dos outros povos americanos”. (1929 [1997]: 108).⁵⁴

⁵⁴ Por toda essa defesa que faz da participação do indígena em nossa formação, Bomfim foi chamado de ‘indianófilo exacerbado’ por Gilberto Freyre. Ver Aguiar (2000:333).

E, dando um peso fundamental a presença do indígena e sua participação na formação da nação brasileira, afirma que a nacionalidade brasileira foi resultado da combinação dos elementos étnicos que se encontraram. Para Bomfim, o português foi ‘criador da colonização moderna’, e enfatiza, que de todo movimento feito pelos portugueses, na África, na Índia e outros entrepostos, somente o Brasil deu origem a um povo, com condições de se tornar nação. Buscando identificar o fator que produziu tal diferença, Bomfim conclui “só por pode ter sido o outro elemento humano, esse gentio” (Op.cit. 108) – para o autor, sua condição era melhor que a do africano, que vinha escravizado, desmoralizado, transplantado, desterritorializado de sua terra e cultura. Outro fator indicado pelo autor é que a atividade rural era a melhor possibilidade de exploração no Brasil – assim, considera que o temperamento do português aliado ao elemento gentio, alcançou o amanho da terra e sua exploração, da qual retiraria os recursos para sobrevivência. (Bomfim, 1929 [1997]: 108).

E Bomfim lança mão do relato de Capistrano de Abreu⁵⁵ para indicar a relação que mantinham os primeiros colonos com os indígenas e a importância dessa relação. Ressalta que os costumes do cotidiano já estavam mesclados quando Martim Afonso chegou ao Brasil.

Para o autor, não houve apenas a soma de portugueses e índios, de seu caráter, até porque, em alguns valores eram mesmo antagônicos, e indica: “... os próprios antagonismos prevalecem como terceira qualidade, e que será, além da jogralidade destemida, a fidalguia ingênua – do desinteresse material”. (Bomfim, 1929 [1997]: 110).

Bomfim atenta ainda para a contribuição indígena na formação da língua nacional, deixando registrados “designações topográficas, desde os nomes de Estados, serras, grandes cursos d’água... Ceará, Pará... Itabaiana... Araguaia... até os acidentes

55 ‘João Capistrano Honório de Abreu, conhecido também como Capistrano de Abreu, foi um importante historiador, que mudou o cenário da historiografia brasileira, no final do século XIX e começo do XX. Ele é considerado um dos primeiros grandes historiadores do Brasil e o responsável pela entrada do nosso país no mundo da historiografia moderna. Uma de suas grandes obras foi o livro *Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)*, que foi publicado em 1907. (...) Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, uma cidade localizada no estado do Ceará, no dia 23 de outubro de 1853. Curiosidade: Capistrano de Abreu foi escolhido para integrar a Academia Brasileira de Letras, porém, recusou o convite. Dentre suas obras: - *Estudo sobre Raimundo da Rocha Lima* (1878); *José de Alencar* (1878); *A língua dos Baciaeris* (1897); *Capítulos de História Colonial* (1907); *Dois documentos sobre Caxinauás* (1911-1912); *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930); *O Descobrimento do Brasil* (1883) *Ensaio e Estudos* (1931-33, póstuma) - *Correspondência* (1954, póstuma). Disponível em: https://www.historiadobrasil.net/resumos/capistrano_abreu.htm. Acesso em dez, 2019.

mínimos Ipanema, Imbuí, Carioca, Maracanã... mesmo não os incluindo, a esses termos, são milhares de palavras do idioma tupi, guardadas no nosso uso.” (Op.cit. 110)

Para além da influência na língua, o autor acentua a influência na alimentação, condição fundamental para desenvolvimento e permanência das povoações. Como exemplo, relaciona a farinha de mandioca, que fazia parte da alimentação do indígena e que passa às mesas dos colonos como forma de sustento. Destaca o autor, que o Brasil, talvez seja o único país da América (do mundo) que tenha a farinha de mandioca como alimento nacional. O modo de fabricação era ainda o modo usado pelo caboclo quando Bomfim o relata. A adaptação do colono ao uso da farinha, foi para o autor, naturalmente, questão de necessidade pois que não tinham aqui meios para cultivar seus vegetais de hábito comum (Bomfim, 1929 [1997]: 115). Desse modo, oferecendo uma diversidade de alimentos a que o colono não estava habituado, os gentios possibilitam a efetiva nutrição deste, com elementos novos em sua culinária.

Ainda sobre a importância da atuação dos gentios, Bomfim destaca seu papel na questão do povoamento. Diz o autor: “Falta razão ao português, Sr. Alberto de Oliveira, quando alega, de português para o Brasil: ‘Nós o povoamos...’ Não. Portugal colonizou o Brasil, mas não poderia ter sido o seu verdadeiro povoador, porque lhe faltava a matéria-prima – gente, na proporção necessária”. (Op.cit.115). Para além das questões práticas de povoamento e produção de alimentos, aponta ainda as relações pessoais dos portugueses com os indígenas:

Já vimos que, de modo bem explícito, o português reconhecia ser-lhe indispensável amparar-se no gentio, e tirar dele todo o auxílio possível. E misturava-se francamente com ele. Para isto, muito concorria a atitude despreziosa da gente portuguesa, sem as soberbias inumanas do castelhano, nem as preocupações de raça do saxônio. Desde o primeiro momento, o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra; iguala-se a ela, no lar que institui, e que se generaliza. (BOMFIM, 1929[1997]:116/117).

Bomfim analisa os registros desde os primeiros colonos e chega à conclusão que não houve extermínio dos gentios em terras brasileiras porque contavam além da simpatia do português, com os cuidados dos jesuítas. E que seu número era considerável e teve, portanto, muita influência na formação do ‘povo’ brasileiro: “De Martin Afonso e Thomé de Souza, até Gomes Freire, todas as autoridades que tiveram influência definitiva nos

destinos da colônia foram zelosos defensores do gentio, interessados em conservá-lo e aproveitá-lo”. (BOMFIM, 1929[1997]:126).

Observados os dados que Bomfim considera equivocados sobre extermínio de indígenas brasileiros, o autor apresenta sua crítica aos relatos de Varnhagen onde o autor dá razão aos portugueses, e os consagra como fator exclusivo da formação da nação brasileira, e atribui ao indígena as causas de conflitos. (Bomfim, 1929 [1997]: 134).

Contudo, observa que havia diferença de interesses e modo de vida de portugueses e gentios, e, portanto, nem tudo era proteção e cuidado como apontara Varnhagen. De suas teses, Bomfim só concorda com aquela onde o autor nega que o gentio fora exterminado. Por outro lado, atenta para o fato de que o indígena era privado de sua liberdade à medida que era introduzido nos costumes da civilização dos brancos (Bomfim, 1929 [1997]: 135).

Há ainda que considerar que o grande número de indígenas se atribuía também diferenças entre tribos – guerreavam entre si. Para o autor, até nas suas lutas, as diferentes tribos acabavam por privilegiar os colonos portugueses na tarefa de dominar o Brasil. A diferença entre as tribos seria um elemento facilitador da colonização portuguesa que jogava com os interesses das variadas tribos.

Bomfim vai ainda destacar o que considera as qualidades da alma do índio, as quais, também foram ‘misturadas’ às do colono: coragem, valentia, bondade fraternal. Nisto consiste a psicologia do caboclo, prontidão para acudir as necessidades imediatas. Lembra que do Brasil saiam notícias sempre favoráveis sobre os gentios, e recorda a Carta de Caminha como exemplo: “... amam-se todos fraternalmente, e com gosto arrojam-se, então, a todo e qualquer risco, por acudir a cada um daqueles com quem vivem...” (Carta de Caminha). (Bomfim, 1929 [1997]: 140).

Sobre a participação do indígena na economia, Bomfim atenta para o fato de que estes não tinham as mesmas ambições que os colonos (europeus). Para o autor, a vida do indígena se mantinha num modelo simples, com recursos primitivos, sem desejo de acumulação semelhante ao ocidental (europeu): não se interessavam por riquezas.

Bomfim refuta a crítica que se faz de modo corrente sobre o desinteresse do indígena pela corrida econômica dos ‘brancos’, e os rótulos que seguem: indolente, desinteressado, incapaz para o trabalho intenso, preguiçoso e apático. A crítica do autor

segue no sentido de analisar que tais juízos de valor sobre o indígena são produzidos exatamente por aqueles que desejam extorquir-lhes o trabalho, para viver dele – o trabalho de outro. E evoca Montaigne para responder à questão: ‘... se o índio fora indolente, não conservaria, na mesma intensidade, as energias da atividade guerreira’. (Bomfim, 1929 [1997]: 147/148). A essas imputações injuriosas, Bomfim chamará a luz ainda as palavras de Gonçalves Dias, quando este toma defesa do indígena, para afirmar que não são indolentes nem inativos, apenas não partilham da ganância dos colonos. Destaca sua característica de passar da inatividade à atividade prontamente, quando há real interesse numa ação: “Infatigáveis no prosseguimento e execução do projeto... seguiam a pista de animais ou de inimigos dias e noites... A fome, a sede, o cansaço nenhuma impressão pareciam produzir sobre eles”. (Bomfim, 1929 [1997]: 148).

Bomfim observa a diferença cultural do indígena, sem, contudo, realizar juízo de valor entre os costumes gentios e os portugueses. Obviamente, pelo sistema de reprodução da vida do gentio não há entre eles o interesse capitalizador – se move pelo impulso de seus desejos. Discorda o autor que este comportamento seja indolência, pois no afã de seus desejos, seus impulsos, o indígena apresenta-se incansável. Ainda assim insistirão os críticos da cultura do gentio em difamar-lhe os desejos, considerando-os menores que a ‘civilização europeia’. Bomfim discorda: “Foi a própria bondade que colheu a tribo e limitou as suas necessidades. A cordialidade fraternal acentuou-se em desenvolvimento comunista, e, com isto, o essencial de estímulos individuais foi obliterado” (Op.cit. 148). Para o autor, isso é ganho: na cultura indígena não há a sordidez do ganho e da propriedade individual – suas almas são ‘singelas’ e ‘desinvejadas’. Aponta ainda uma simplicidade da vida social: “Generosos, cordialmente solidários, para que queriam eles riqueza, magistrados, e processos, e governo mandante, e polícia?!” (Bomfim, 1929 [1997]: 148).

E a refletir sobre a real condição do gentio, Bomfim questiona os registros que os chamam indolentes, pois são dos mesmo que saem os registros das trocas que se faziam e propõe questões interessantes:

E isso foi assim por mais de um século: em 1504, já vinham navios franceses às costas do Brasil; em 1630... 1640, ainda os interlopos franceses, holandeses, e ingleses frequentavam os portos do extremo Norte. Agora: quem fazia, em terra, o comércio? Comércio de que? Como se produziam os produtos trocados. Seriam, realmente, ineficientes e nulas as criaturas cujo trabalho dava os

produtos negociados? Com que intuitos os naturais faziam esse comércio, arrostando a oposição formal do governo da colônia? Levado a termo o pensamento, ele nos deixa a lúcida convicção do valor efetivo do gentio brasileiro. (BOMFIM, 1929 [1997]: 149).

Afinal de contas, nem tão indolente ou improdutiva era a cultura do gentio que muito bem serviu ao colono, suprindo de produtos do cotidiano, bem como dos produtos de exportação. E quisermos lembrar das referências supracitadas nem eram também indolentes sua participação nas batalhas. O autor observa que o cativo foi motivo da degradação do trabalho do indígena – vindo do “comunismo bondoso da tribo” ou do “regímen da missão jesuíta não [que] era o mais próprio para estimular a produção rendosa” (Op.cit.153) não tinha estímulos nesse modelo de trabalho cativo.

Considerada a importância do indígena na formação nacional, cabe ainda notar o papel do negro. Bomfim atenta para o fato de que Von Martius salientava que para conhecer o homem brasileiro era indispensável procurá-lo na sua tríplice origem: o português, o índio e o negro.

3.2.3 O negro e seu papel na formação na nação brasileira

Não consigo pensar em tristeza maior que a escravidão: perder liberdade, família, território numa mãozada só! Mas o Brasil também foi formado por essa tristeza. Não há, para Bomfim, como falar da formação da nação brasileira sem considerar a importante participação dos negros (escravizados) que foram trazidos para esta terra.

Bomfim observa que desde 1870 as teorias das desigualdades raciais circulavam no pensamento das elites brasileiras. O autor fez a primeira – e severa – crítica ao racismo e ao arianismo. Sua base era demonstrar que tais teorias tinham como objetivo justificar para as metrópoles e para as elites (internas) a ‘dominação’ sobre os mais fracos (Bomfim, 1905; 1929).

A questão da educação – pública e popular – que era bandeira do discurso bomfiniano, e tornou-se ponto fulcral no texto do *América Latina* como saída para o *atraso*, não interessou em nada às elites e aos conservadores. Bomfim entendia que esses *conservantistas* estavam a preservar-se a si mesmos de tornar-se uma nação independente e próspera. Sua recusa criava uma contradição interna, pois recusar o progresso pela

instrução era também continuar refém da intelectualidade europeia. Se as teorias do Racismo Científico e do arianismo fossem reais, o Brasil não teria mesmo solução: já éramos uma mistura inextrincável desde o princípio – com o índio, primeiro; com o negro, em seguida; e adiante, dos mestiços com uns e outros...estava feita a miscigenação – assim se fazia o povo da *nação brasileira* – este ponto era fundamental para o autor.

Bomfim relata que Oliveira Viana considerava os ‘negros os mais irremissivelmente inferiores’- contrariamente, registra a opinião de Delafosse – etnólogo francês, que foi à campo (pesquisa), observar os negros ‘no seu *habitat, enfeixados nas tradições que lhe são próprias*’ [grifo do autor], e demonstrou motivos suficientes para discordar tacitamente do Sr. Viana: “São crianças, se quiserem, são, em todo caso, crianças que podem crescer, e crescem, sem distinguir-se por aí, das outras frações da humanidade...”, e “[...] quanto ao progresso material são menos retardados que certas populações da Europa contemporânea, que têm feito poucos progressos da época de Xerxes para cá”. (Delafosse apud Bomfim, 1929 [1997]: 199). Bomfim retoma ainda outro importante argumento de Delafosse sobre o sistema de escrita de populações negras da África, que produziram sistemas de escrita, completos e originais. Também destaca a observação do autor sobre o sistema político desses povos: sem intervenção europeia, constituíram estados estáveis, se comparados aos orientais e europeus da mesma época. Também sobre a arte negra recebe elogios de Delafosse: são originais e de bom gosto, e sem influência externa. Lamentavelmente, informa Bomfim, o etnólogo relata como essa civilização pereceu “às mãos de ‘hordas indisciplinadas e ignaras de espanhóis partidos de Marrocos’.” (Op. cit. 200).

Bomfim observa na contramão das concepções racialistas, e conservadoras, o importante papel do negro na formação brasileira. Aponta o que considera três ‘*verdades*’ a serem observadas: do ponto de vista biológico, que os cruzamentos com os negros foram análogos ao dos índios; que a influência do negro no Brasil é diferenciada de toda América; e, contrariamente, sua influência na primeira formação do Brasil é menor do que se admite.

Atenta para o fato de que o racismo nivela diferentes etnias como inferiores, e ignora que, por exemplo, a raça amarela é a que melhor se distingue em termos de características biológicas. No entanto, as razões da inferioridade racial são consideradas

igualmente: as razões alegadas para justificar a inferioridade racial dos amarelos são as mesmas indicadas para os negros.

Bomfim afirma que “Tudo que foi argumentado quanto aos cruzamentos com o índio aplica-se [também] às misturas com os pretos”. (Op.cit. 200). Observa diferentes opiniões dos racialistas em pauta, e como exemplo, lembra que Guenot aceitava os mestiços de branco e amarelos, e “repele as uniões de brancos e pretos, o que faz pensar ... numa simples repugnância de cor”. (Bomfim, 1929 [1997]: 180).

Talvez buscando afastar a questão dos cruzamentos de raças, Bomfim aponta para as relações estabelecidas entre os portugueses e os africanos ao longo da costa africana. Desse movimento, percebe a presença dos mestiços (mulatos) e deriva o costume, a plasticidade do português quanto a facilidade da relação inter-racial, ou como era corrente, a certeza da ‘estabilidade dos cruzamentos humanos’. (Bomfim, 1929 [1997]: 201). O autor entende que é natural que tais facilidades de miscigenação se transmitissem aos brasileiros.

Considerando a população de meados do século XVII em relação ao número de escravos africanos, Bomfim conclui que seu número era menor do que aparentava. Daí o autor considerar que a “influência dos negros sobre a essência da alma brasileira, foi menos pronunciada do que parece” (Op.cit.). Analisando os relatórios de Varnhagen e notas de Capistrano de Abreu (*Colônia do Sacramento, prefácio, 21*) e percebe que naquele mesmo período havia exportação de índios escravizados, e conclui que, por certo os donatários não haveriam de importar escravos negros⁵⁶. Diz Bomfim:

Pode-se mesmo afirmar que a lavoura da cana de açúcar se instituiu, e se generalizou, **no trabalho dos escravos índios**. Em 1580, só havia na colônia 8.000 negros africanos e já se contavam engenhos, produzindo para a exportação 70.000 caixas de açúcar. Quase todos os historiadores admitem que os **primeiros escravos africanos entraram no Brasil em 1548**, com Tomé de Souza. Segundo essas mesmas estatísticas vulgarizadas, em 1628, o número de escravos no Brasil era apenas de 30.000; em 1755, por ocasião do governo de Pombal, quando se libertaram os escravos índios, estes representavam um terço da totalidade de cativos, donde a conclusão: anos antes, os escravos africanos seriam, quando muito, metade do total, ou seja, 15.000. (Bomfim, 1929 [1997]: 202).

Sendo assim, com o Brasil ‘já feito’ no litoral de São Vicente ao Pará, Bomfim entende que os negros não representavam “porções importantes na respectiva *população*,

⁵⁶ Ver Nota de Fim. (Bomfim, 1929 [1997]: 416).

que, no grande número, se caracterizava pela caboclagem – a massa, onde se infundira a ação do Português. ... [...], no entanto, à parte os centros de açúcar no Recôncavo da Bahia e no baixo Pernambuco, a proporção de escravos africanos era bem pequena”. (Op.cit. 202). Registra que somente com a ação ‘funesta de Pombal’ e ‘suas funestíssimas companhias’ é que aumentou a entrada de africanos escravizados no Brasil.

Contudo, Bomfim considera que ‘a influência social dos pretos escravos, e a extensão dos seus cruzamentos, foram muito mais pronunciadas no Brasil do que em qualquer outra nação da América’ (Bomfim, 1929 [1997]: 202). Afirma Bomfim: “...tanto se misturaram os negros, que o seu influxo foi bastante para dar tons especiais na caracterização do povo. O africano refletiu muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita ...”. (Op.cit.)

Observando a comparação estabelecida por Bomfim sobre a influência social dos negros no Brasil e em outras nações da América, nos parece que o autor está indicando que aqui a aceitação dos cruzamentos humanos e alianças foi maior; o que parece significar que o autor entende que o preconceito aqui é relativamente menor (que em outras nações da América). Bomfim entende que a participação dos pretos escravos quanto a formação social da nação era reduzida em razão da condição da escravidão:

A sua influência teve que ser, sempre, dolorosa e tristemente reduzida. **Era o cativo expatriado, e que já vinha como escravo.** E aqui se via, imediatamente, privado de toda liberdade realmente humana, deprimido **sob o duplo estigma – cativo e negro.** Se as suas formas afetivas fossem outras, e, em vez de submissamente afetivo, ele se mostrasse um adversário indiferente a ternuras e torturas, como o índio... (BOMFIM, 1929 [1997]: 203). [Grifos Nossos].

Bomfim observa que os negros escravizados ficavam contidos na “domesticidade das casas ou nas dependências rurais de grandes propriedades”, sem poder fazer contato com a massa da população que ia se formando. (Bomfim, 1929 [1997]: 203). Nesse sentido, “Não davam nenhum tom de vida. Quando muito comunicaram alguns dos processos industriais rudimentares, colhidos na experiência da sua vida anterior”. (Op. cit. 203).

O negro – escravizado – ficava isolado, segundo Bomfim, pois sofria esse confinamento, fosse nas fazendas, nas lavouras ou nas casas, nos serviços domésticos. A liberdade para o Negro, chegava tarde, “Quando liberto, vinha o negro, algumas vezes,

para o povo; mas já estava marcado pela influência da vida isolada, anterior, de cativo”. (Op. cit.). Bomfim observa, no entanto, que residia aí uma função social intrigante do antigo escravo: “...a de aproximar e, de certo modo, misturar as tradições do senhor, da casta superior, à do homem do povo, cujo viver se aproximava mais do primitivo gentio do que dos grandes colonos, depois, senhores rurais”. (Op. cit. 203).

Para o autor, os negros estavam quase sempre no papel de quem apenas repete, “sem dar grande coisa de si mesmo” (Op.cit. 203). Entende ainda que o influxo da raça negra teria sido “mais sensível sobre as famílias brancas, a que os escravos estavam vinculados, do que o mesmo sobre a população humilde, mas livre” (Op.cit.203). Bomfim aqui nos faz lembrar da Iá (babá) que teve na infância, e do negro de companhia, que o inspirou a criar Juvêncio (personagem de *Através do Brasil*, 1910).

Acredita o autor que das qualidades de caráter do *indígena africano* destaca-se a afetividade, ainda que submissa “almas que amam por pura necessidade de ternura, mesmo sem retribuição; amam o próprio senhor, o tirano odiento. Nos casos extremos, preferem, muitas vezes, o suicídio, a vingar no sangue do algoz as dores e mágoas”. (Op.cit. 203).

Para o autor, essas qualidades (afabilidade, ternura) “insinuam-se, infiltram-se, mesmo nos mais rebeldes; quando não valem diretamente sobre os adultos, são decisivas sobre as novas gerações...” (Op.cit. 204). Bomfim refere-se aqui a figura da ‘negra carinhosa’ que dava à criança branca ‘seu leite e sua dedicação’, ‘dando a própria alma, que se implantará no ânimo nascente do senhor-moço’(Op.cit. 203).⁵⁷

A falta de interesse dos dirigentes do país em encerrar o modo de produção escravista foi para Bomfim a causa maior de ser funesta a escravidão dos negros nesta terra. Para ele, tal atitude repercutiu no desenvolvimento do país – sua evolução, e enraizou ‘maus efeitos morais e políticos’. Como já foi apontado, Bomfim recusa toda forma de parasitismo, entende que este degrada o parasitado, mas também o parasita. Este é um caso: ao apoiar-se no trabalho escravo a oligarquia (*brasileira, escravocrata*) tende

57 Manoel Bomfim retrata a figura da *negra carinhosa* [que teve como babá \(Yá, escrava negra, herdada por sua mãe\) em sua infância](#) no seu trabalho *Através do Brasil*, 1910, feito em parceria com Olavo Bilac. O tema aparece no capítulo intitulado “A velha africana”. Também neste livro, apresentará a figura de Juvêncio, o jovem – ‘entre caboclo e mulato’, ‘simpático’, cujo ‘tom de voz’ dissipava todos os receios – no capítulo “Um novo companheiro” – uma homenagem ao seu ‘amigo de infância’ (assim o designava), o negro de companhia – também Juvêncio.

a degenerar na moral e na política. Essa forma de produção tende a perpetrar um modelo ‘atrasado’ e, por consequência, retardar o progresso. Para Bomfim, todo este ‘atraso’ reflete na formação da nação.

E coloca então o autor uma questão sinuosa: “Em si mesma, porém, a sorte dos cativos foi menos dolorosa aqui do que em qualquer das outras colônias modernas, inclusive a América inglesa”. Explica-se:

É um testemunho universal, repetido até pelos anglo-saxões. Muito difundidos os negros, dada a índole fácil das populações, a vida geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos, e havia para estes, mais humanidade. Por isso, o reflexo do mal teve outros tons. Se é possível apontar algumas relativas cruzeiras nos quadrados de senzalas dependentes dos cafezais, pelo resto do Brasil era uma inocente escravidão rural ou doméstica. *Inocente* porque, dadas as condições de cultura dos escravos, as formas de vida tinham piores efeitos para os próprios senhores do que para aqueles, humanamente tratados. (BOMFIM, 1929 [1997]: 203).

Bomfim compara a escravidão dos trabalhadores das minas e latifúndios com a escravidão doméstica (nas casas das famílias) – “dezenas de negros e mulatos, no recesso das cozinhas, no segredo das alcovas”. Pretende aqui o autor avaliar se afinal a escravidão derivou mal para a vida moral – sua resposta: “Sim, e não: afrouxavam-se, talvez, os costumes, mas abrandavam-se os corações...” (Op.cit. 204). Na rotina das famílias, observa que as crianças, negras e brancas, brincavam juntas. Quiçá de uma convivência mais amigável, resulta para o autor “... [em] relativa expansão, uma qual liberdade, e sombras de felicidade. E porque assim se fez o cativo dos pretos, nunca houve, aqui, daquelas sangrentas reações de escravos, como se encontram na história de outras partes da América”. (Op.cit, 204)⁵⁸.

A respeito do Quilombo dos Palmares, o autor fala positivamente: “O próprio desenvolvimento dos Palmares, e outros grandes quilombos, mostra que os pretos escravos tinham, no Brasil, possibilidades que não existiam noutras colônias. Palmares foi uma organização política, e não um reduto de ódios”. (Op.cit, 204). Retoma o fato de que por dois séculos – 1660 - 1860 – a produção brasileira saiu das mãos dos negros escravos. Infere daí que havia neles, enquanto raça, “mais valor do que o admitem os partidários do lousismo alongado” (Op.cit. 204).

⁵⁸ Bomfim faz uma nota de fim para explicar que não se encontram no Brasil histórias como as de outras Américas, de escravizados com seus senhores – ‘sangrentas reações’, como diz o autor.

Bomfim observa que nos Estados Unidos, Archibaldo Coolidge – com toda sua aversão pela ‘cor’- reconhece que devem a enorme produção de algodão dos Estados do Sul, ao trabalho dos negros. No caso brasileiro, observa que junto dos negros, as crônicas de Southey apontam nos séculos XVII e XVIII grande contingente de trabalhadores livres nas fazendas – engenhos e criações, do Norte:

Paraíba, do século XVIII, os escravos eram, apenas, 15% da população; não podiam ser os exclusivos manobreiros e trabalhadores rurais. No Ceará, ao começar o Brasil independente, os escravos não vão a 10% da população total. Desta sorte, mesmo nas formas de trabalho, a ação da escravidão foi um tanto temperada. (BOMFIM, 1929 [1997]: 205).

Para indicar a participação do negro na composição da população brasileira, Bomfim faz um relatório indicando em da população brasileira, números gerais os seguintes dados: , para indicar a participação do negro:-

Assim, os números, ainda que fossem muito elevados, não teriam maior importância. Todavia, vale a pena contemplar as cifras essenciais. No segundo quartel do século passado (1835), a proporção, no total de 3.500.000 habitantes, aproximadamente, era de: 58,5% de negros livres e escravos; 24,5% de brancos; e o resto, 17,5%, de mestiços. Não se contavam, aí, para nenhum cálculo, os índios. (Op.cit. 205)

Para o autor Bomfim, este quadro tende a se alterar com a entrada dos imigrantes na década de 1870. Nos chama atenção quando o autor indica que “graças às entradas de imigrantes, a um maior desenvolvimento dos brancos, que fruía, certamente, melhores condições de vida [...] a quantidade de negros puros⁵⁹ se mantém” e ainda,

... também por efeito das multiplicadas uniões mistas; por todos esses motivos, em 1872, a quantidade de negros puros se mantém a mesma – em torno de 2.000.000, ao passo que a de brancos e mestiços subia a 3.800.000, cada uma, numa proporção, pois, em cifras rápidas, de 20% de pretos e 40% para cada uma das outras classes. (BOMFIM, 1929 [1997]: 205)

O autor apresenta os números da população, com a participação do negro, e entendemos, que de forma sutil aponta para as diferenças econômico-sociais, influenciando

59 A expressão utilizada por Bomfim – *negros puros* – refere-se aos negros africanos ou descendentes seus que não se miscigenaram com índios ou brancos. O autor também faz referência a *brancos puros* – que também seriam os não miscegenados. Considerando que os portugueses já eram miscigenados antes de virem para o Brasil, entendemos que esta é uma questão a ser observada na obra do autor. Além do necessário debate sobre o Censo brasileiro ao longo da história, de sua metodologia e classificações, entre outras.

nesses números: por um lado, por condições de existência, e por outro, pelas relações inter-raciais estabelecidas. Bomfim segue apresentando os números de 1890:

Em 1890, os negros puros sobem de 100.000, somente, os mestiços vão a pouco mais de 800.000, apenas, ao passo que os brancos chegam a 6.300.000, deslocando-se as proporções, na seguinte forma: negros 16%; mestiços, 34%; e brancos 50%. É de notar, ainda, que a distribuição no país não era uniforme; nos estados de maior abundância – Rio de Janeiro, Bahia, Minas e Espírito Santo, os negros subiam a 20%; no Distrito Federal, Maranhão, Goiás, Piauí, Mato Grosso, São Paulo e Sergipe, chegavam a 13%; no resto do país, não passavam de 17%. (BOMFIM, 1929[1997]: 205).

Neste ponto, Bomfim atenta para o fato de que o registro da população, com relação ao fator ‘cor’ merece atenção, pois sua forma de registro parece equivocada para o autor: todos que não são mestiços de negro, são contados como *brancos*. (Op.cit.)⁶⁰

Bomfim faz uma nota de rodapé para dar conta que “São dados colhidos dos relatórios da Diretoria Geral de Estatística” sobre os quais está refletindo. O que nos parece é que na observação da formação da população brasileira, no que diz respeito às etnias, o autor está buscando argumentos para demonstrar que somos em boa medida ‘mestiços’. Entendemos que mesmo de modo sutil, o autor apresenta a questão da condição de existência como provável elemento que interfere nos números da população, e como era uso da linguagem, no cruzamento das raças. Para Bomfim querer interpretar ou afirmar que o Brasil é um país de brancos é ‘fugir à verdade’ por ‘puerilidade’. Por outro lado, admitir que somos produtivos e crescemos (econômica, socialmente), derruba a teoria da degeneração pelos cruzamentos humanos – diga-se, mestiçagem.

Ao mesmo tempo que o número de brancos aumenta com a imigração, multiplicam-se as uniões de “mestiços e negros, ou mesmo brancos e negros (se bem que mais raras nos últimos tempos), distendem cada vez mais a classe dos mestiços” (Op.cit.206). O parêntese do autor é para nós significativo: Bomfim está observando na década de 1920 que as uniões mistas de brancos e negros está ‘mais rara’. Contrariamente, aponta em seguida que as uniões de mestiços e brancos se fazem mais frequentes, e assim, para Bomfim, vai surgindo o tipo “branco genuinamente *brasileiro*” (Op. cit. 206).

⁶⁰ Atentamos para o fato de que a declaração de *raça* ou *cor* no Censo brasileiro apresenta várias questões a serem pesquisadas e debatidas. Não o faremos neste espaço, mas reconhecemos o necessário enfrentamento deste debate.

Para o autor, está nítido: “... o Brasil é um país de população cruzada, desde os seus primeiros dias, e foi com essa população cruzada que a nação apareceu e se definiu” (Op. cit. 206). Nesse sentido, entende que pensar em arianização no Brasil é um retrocesso. Afirma: “Pretender conduzi-la [a população brasileira] a um tipo puro, em nobilitante arianização, é pretender desfazer, e, não, completar e conduzir o que é propriamente Brasil. (Bomfim, 1929 [1997]: 206).

A partir da história do Brasil e sua etnografia, o autor considera falta de patriotismo querer classificar nossa população entre *raças superiores e inferiores* – somos fruto de cruzamentos das raças humanas (extremas) para Bomfim – é dessa mistura que nasce o *brasileiro*. Considera os fatos históricos como argumentos para derrubar esta falsa cientificidade do argumento da arianização. Aponta a fala de Henry Koster sobre os regimentos de Pernambuco em 1811, “trechos de irrecusável realidade, verificada em testemunhos insuspeito”: “Os regimentos de milícia (em Pernambuco 1811), comandados por oficiais pretos e mulatos, formados exclusivamente por homens assim, de cor, têm uma melhor aparência do que os regimentos de linha (formado de portugueses) ”. (Op.cit. 206).

Em outros momentos, Bomfim registra a avaliação do inglês [Henry Koster](#)⁶¹ sobre as populações brasileiras, seja elogiando as índias, filhas do sol, ou alertando aos seus patrícios que o povo desta terra não é tão fraco como parece, “sua extensão, as florestas, e uma população corajosa, infatigável”. (Koster apud Bomfim, 1929 [1997]: 330).

3.3 *Considerações de transição*

Importa notar que o autor observa e reconhece a participação de cada etnia na formação da nação brasileira, ainda que não emancipada (indígenas ou negros escravizados). Faz uma análise da importância de cada ‘tipo’ designado entre seus contemporâneos para valorizar suas participações na construção de uma tradição nacional, para tanto considerando sua força de trabalho, sua cultura, sua miscigenação.

⁶¹ [Henry Koster, filho de ingleses, nasceu em Portugal – a data é incerta – calcula-se que tinha 25 anos quando chegou a Recife em 1809. Considerado importante cronista do Nordeste. Publicou *Travels in Brazil* \(1816\) em Londres. Foi traduzido por Luís da Câmara Cascudo e publicada em 1942, com o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*.](#)

Bomfim apresenta as contribuições dos índios, negros e mestiços, e longe de intentar criar grupos rotulados, indica a necessária percepção de que formam um todo, e juntos, criam uma tradição, que já nasce mesclada com a herança moral dos portugueses e de cada etnia envolvida.

A percepção individual e dos grupos entre si corrobora para pensar os elementos que poderão constituir o movimento revolucionário, pois Bomfim aponta desde o período colonial, a força e coragem dos povos ‘da terra’ na defesa de seu espaço (geográfico/político) e a tradição, que para ele, é repassada desde então.

Junto a essa tradição - de coragem para lutar, indica a diferença entre dominantes e dominados – não apresenta o marxismo como teoria, mas os pares antagônicos – parasita-parasitado; dominantes–dominados; exploradores–explorados; colônia - metrópole (entre outros), indicam que o autor distingue grupos sociais diferenciados, e em franca oposição, que apresentam distinções de raça, mas sobretudo de condição social – classe, apesar de Bomfim não determinar essa nomenclatura.

A questão do Racismo Científico teve grande peso nesse debate, pois para o autor, as classificações que se faziam sobre os latino-americanos já eram em si mesmas elucidadoras dos interesses escusos das metrópoles – desqualificar para dominar.

Com a questão do negro, o caminho não era muito diferente – separar uma etnia, considerando-a inferior, e por isso, passível de dominação e espoliação, eram para Bomfim uma abominação. Essa é uma das marcas fundamentais de seu trabalho, meio aos seus contemporâneos: seu discurso antirracista que estava fora de moda! Bomfim chegou a lamentar pela moral de Darwin, que segundo ele, teve sua teoria mal utilizada como justificativa para cometer a abominação de classificar os homens em *inferiores* e *superiores*. Desejava defendê-lo, escrevendo uma obra: *Em defesa da moral de Darwin*. Fez apenas seu esboço. Não pode concluí-la.

Desnudar uma nacionalidade brasileira é o primeiro passo para caracterizar aqueles (sujeitos) que a compõem e a partir daí, compreender suas ações político-sociais. Neste movimento é que entendemos que poderemos compreender o sentido e a construção da nação brasileira, pautada na tradição e no sentimento de patriotismo, que a despeito da consciência do brasileiro já operava na construção da nação brasileira. Para o autor, nacionalismo e patriotismo são aliados: “...não pode haver realização social sem o

agrupamento nacional, nutrido de patriotismo, temos de admitir a legitimidade, a necessidade, mesmo, do nacionalismo”. E complementa: “Ele (nacionalismo) foi uma poderosa força histórica... e teve por efeito manter e fazer crescer a coesão nacional”. (Bomfim, 1930 [2013]: 167-168).

Segue-se a este raciocínio uma questão: se as tradições nacionais são construídas pela história de formação da nação, por que não há nação no Brasil? Bomfim, parece convencido de que isto tem relação com a forma como se conta a história do país.

|
|

4. O BRASIL NA HISTÓRIA: O BRASIL QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
(Miranda, T., et.al., 2019)⁶²

4.1 *Bomfim e a História*

Manoel Bomfim cantaria a pulmões abertos o samba enredo da Estação Primeira de Mangueira, do ano (2019): *Histórias para Ninar Gente Grande*. Talvez também escrevesse uma nota elogiando o samba, a capacidade de leitura crítica e ainda a beleza da letra (gosto não se discute!). Considerando seu estilo, acrescentaria nesta nota uma menção a uma estrofe da letra do nosso Hino Nacional: “Deitado eternamente em berço esplêndido/Ao som do mar e à luz do céu profundo/Fulguras, ó Brasil, florão da América/Iluminado ao sol do Novo Mundo! ”⁶³, e com sua crítica ácida, faria um trocadilho, e, nos convidaria a despertar do sono embalado com a *História de Ninar Gente Grande* que teima em ocupar espaço. Obviamente, Bomfim não conheceu esta canção, mas com certeza, foi dos primeiros intérpretes do Brasil a elaborar o arcabouço que lhe dá sustentação.

Nesse sentido, no livro *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (escrito em 1926 e editado em 1930), o segundo da série *Trilogia de Brasil* - o autor dedica-se a minuciosa crítica da historiografia brasileira – de como se

62 Samba-Enredo 2019 - **Histórias Para Ninar Gente Grande**. G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ). **Composição:** Tomaz Miranda / Ronie Oliveira / Márcio Bola / Mamá / Deivid Domênico / Danilo Firmino.

63 Composição: Joaquim Osório Duque Estrada e Francisco Manuel da Silva (melodia).

contava a história, e, de como se registravam os fatos. Para o autor, o registro importava tanto quanto os acontecimentos em si mesmos – a consciência (nacional) se produzia a partir da tradição; e esta, a partir da observação do passado: a história contada. Daí a necessidade de rever, reescrever e recontar a História do Brasil.

Atenta para o fato, destacado décadas mais tarde por historiadores⁶⁴, de que a história escrita era sempre a versão dos vencedores, o que significava naquele momento, contar a história a partir do ponto de vista das elites dominantes, e consagrar como elementos formadores do pensamento nacional tão somente os aspectos relevantes, e interessantes para esta parcela da sociedade. Considerava que para escrever a História do Brasil era necessário opor a *história dos dominados* à *história dos dominadores*.

Esta postura crítica em relação à história é também uma postura crítica em relação à análise da conjuntura em que escrevia. Bomfim possuía uma visão extremamente crítica em relação ao desenvolvimento da República Brasileira e isto significava contar a história de uma perspectiva de quem não tinha conseguido ver vitorioso seu tão desejado projeto de nação.

Bomfim privilegiava a adoção de uma perspectiva patriótica de recuperação da própria história, ‘num esforço’ que deveria ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadoras. Era preciso passar a história *a limpo*. Dedicou-se a fazer a crítica das principais ‘Histórias do Brasil’, valorizando por exemplo as obras de Robert Southey, frei Vicente de Salvador (a quem dedicou *O Brasil na América*), Capistrano de Abreu e João Ribeiro. Criticou duramente Varnhagen⁶⁵, e os sub-Varnhagen como Pereira da Silva, Fernandes Pinheiro e Moreira de Azevedo. Homenageou personagens como Pedro Ivo e o vigário Pedro de Souza Tenório⁶⁶, ao mesmo tempo atenuou o valor de datas comemorativas como sete de Setembro, Proclamação da República, e figuras como Pedro I e Tiradentes.

A proposta de Manoel Bomfim era defender a história nacional contra o que considerava *deturpações*, e que nos desclassificavam ou desqualificavam como nação

64 Ver, por exemplo, o trabalho de Edgar de Decca sobre a Revolução de 30: DE DECCA, Edgar. *1930, O Silêncio Dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

65 Bomfim acusava Varnhagen de ser um ‘vendido’, entre outros adjetivos, um historiador comprometido com os interesses da elite dominante. (Bomfim, 1930).

66 Pedro Ivo, um líder da Revolução Praieira (1848) e Vigário Pedro Souza Tenório, da Revolução Pernambucana (1817).

soberana. Para o autor, o modo de registrar a história não era nada inocente, e atendia aos interesses da classe dominante (elite dominante tanto interna quanto externa) no sentido de reforçar o seu ponto de vista depreciativo do povo ‘*brasileiro*’, da cultura, da tradição que lhes eram pertinentes, e desse modo, preservar o *status quo* de dominação e exploração que se instalara no Brasil a partir do processo de colonização.

4.1.1 Escrever a história de seu tempo: um desafio para Bomfim

Bomfim realizou uma análise sistemática do que se havia escrito sobre a História do Brasil e para além, enfrentou a difícil tarefa de historiar – sua contemporaneidade: o seu presente, como história! Este impulso de enfrentar a análise de seu próprio tempo, o conduziria a relacionar presente e passado. O autor via nas tradições perpetuadas na História, como memória e ensino, a razão (ou origem, motivo) da degradação que diagnosticava no presente. Desse modo, relacionava História e tradição:

Apreciemo-la como quisermos: uma nação é sempre um mundo de inteligências morais e vale no valor da mesma moralidade, lucida, inteligente. Esses aspectos constantes não bastam, porém, para definir o fato, pois que **a coletividade só adquire o caráter nacional quando nela vive e se expande uma tradição**, que é a própria fisionomia social do grupo. E as consciências se distinguem, necessariamente, sobre o fundo da fisionomia nacional. (Bomfim, 1930 [2013]: 55). (Grifos Nossos).

O autor define: “E como a história é o próprio registro de cada tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais veementes motivos de confiança coletiva” (Op.cit. 55).

Contudo, há uma condição essencial para o autor, que é o registro da verdade, que condensada produz a tradição. E aqui, Bomfim cita Kautsky: “A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. E afirma: “É a história – orientação e demonstração de valor”. (Bomfim, 1930 [2013]: 56).

A história serve para dar bases à tradição conforme Bomfim – é na história que estão os elementos que formam a consciência ‘coletiva’, ‘nacional’ que dará origem à nação brasileira – portanto, deturpando a História no registro dos acontecimentos, também se deturpa a tradição, e aí, para Bomfim, se perde ou degrada a formação do

caráter da nação brasileira.

Ciro Flamarion Cardoso, em seu trabalho “Uma Introdução à História (1986 [1981]) explica que no início do século XX a História era entendida como ‘ciência, disciplina ou arte cujo objeto é o passado’ (Cardoso, 1986 [1981]: 104). Nesse sentido, a imparcialidade do historiador quanto ao objeto analisado devia estar garantida com o distanciamento do mesmo em relação ao tempo sobre o qual escrevem.

É o próprio Ciro Flamarion que vai dizer que na forma de crítica a esta visão, a Escola dos Annales trouxe a História-problema, que propunha um vínculo epistemológico presente-passado, anunciado por Bloch e Febvre (1946). Essa mudança trazia a história como ciência para o campo das Ciências Sociais, sendo a ciência das transformações das sociedades humanas no tempo. (Cardoso, 1986 [1981]: 104). Afirma Cardoso:

Em 1946, Lucien Febvre dizia que a História-problema é uma forma de consciência que permite aos contemporâneos do historiador, “a seus concidadãos, compreender melhor os dramas de que vão ser, de que já são, todos juntos, atores e espectadores”. A História assim vista torna-se iluminação do presente e “deixa de aparecer como uma necrópole adormecida pela qual só passam sombras despojadas de substância” (L.Febvre, *Combates por la Historia*, trad. De F.J. Fernandez e E. Argullol, Barcelona, Ariel, 1970, pp.71-57). (CARDOSO, 1986 [1981]: 104-105).

Bomfim não era historiador de profissão, como já foi dito, mas tornou-se observador e crítico da história, do modo de (re)escrever a história do Brasil, pois entendia que escrever a história do Brasil era também fazer a história da formação do Brasil – da nação brasileira. O que considerou equívocos dos registros históricos brasileiros, fosse com ou sem intencionalidade, produziam, para Bomfim, os mitos da formação da nação: criava seus heróis, apresentava os sujeitos que atuaram no processo de formar a nação, e mais que no passado, continuavam ocupando seus lugares privilegiados. Obviamente, se havia os privilegiados, havia também os excluídos, esquecidos ou diminuídos. Bomfim não se fez de rogado nas críticas. Olhar arguto, do mesmo modo que considerava a educação a porta de saída do atraso à que parecíamos fadados, indicava a necessária revisão da história para que seu ensino produzisse a desejada consciência cidadã, no caminho do desenvolvimento sócio-político e econômico. Mesmo não sendo historiador de ofício, podemos ver Bomfim na definição apresentada por Cardoso (1986 [1981]): ‘O que distingue o historiador dos outros

cientistas sociais é sua preocupação primordial com o tempo, com a duração, com a mudança e com as resistências à mudança, com as transformações e as permanências ou sobrevivências'. Esta última, as sobrevivências, certamente o ocupavam primordialmente.

A relação de Bomfim com a História merece atenção especial, pois que era na observação do passado nacional que o autor buscava as causas dos problemas que lhe eram contemporâneos. Ricupero ao tratar a questão dos intérpretes do Brasil, lembra uma fala de Calvino sobre a relação do presente e passado: “Em momentos dramáticos ligar a experiência presente ao passado pode representar um impulso para sair dele (do presente) e então divisar melhores possibilidades de futuro”. (Ricupero, 2011: 10). É justamente quando Bomfim está vivendo as primeiras décadas da República brasileira, e vendo seus ideais políticos como democracia, desenvolvimento e emancipação naufragarem, que o autor faz o movimento de rever a História, rever sua trajetória de escrita, os atores privilegiados, os fatos destacados, na esperança de encontrar pistas da formação da nação que, ante seus olhos, está se perdendo.

Bomfim foi um ensaísta ou cronista de seu tempo: olhava para trás, no passado, divisando as causas das ‘degenerações’ de seu presente, e mirava no futuro, transformado pela educação – instrução popular, que corrigiria a rota de formação da Nação e de seus cidadãos – sujeitos, se preferirmos, alavancando o ‘progresso’ pela ‘instrução das massas’.

De fato, escrever a história de seu próprio tempo tem seus dilemas. Hobsbawm (1995) em conferência realizada no Museu de Arte de São Paulo tratou desta questão de escrever a história de seu tempo e os dilemas que esta tarefa carrega. O autor compara a tarefa de escrever sobre a história antiga e a de tratar de questões contemporâneas. Nota que mesmo quando afastado de seu objeto, pode-se notar traços do historiador em seu trabalho:

Já se disse que toda história é história contemporânea com uma fantasia. Há alguma verdade nisso. O grande Theodor Mommsen escreveu sobre o Império Romano como um liberal alemão da safra de 48, refletindo também sobre o novo Império Alemão. Por trás de Júlio César, percebemos a sombra de Bismarck. Ainda assim, uma coisa é escrever a história da Antiguidade Clássica, ou das Cruzadas, ou da Inglaterra dos Tudor como precursora do século XX, como todos os historiadores destes períodos devem fazer, e outra bem diversa é escrever a história de seu próprio tempo. (HOBSBAWM, 1995: 103).

Apontou três problemas que considera pertinentes para o historiador que escreve sobre seu próprio tempo: a época do nascimento do historiador – questão das gerações; como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride; e como escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha. (Hobsbawm, 1995:103)

Junto disso, apresenta ainda a questão dos marcos históricos, que mesmo quando não são vivenciados, acabam sendo assimilados se houver um consenso. Contudo, Hobsbawm (1995) deixa nítido que apesar desses consensos, cada historiador tem um lugar de fala: de sua própria vida, ‘um lugar privado a partir do qual inspeciona o mundo’. O historiador israelita Shlomo Sand (2011)⁶⁷ afirma que:

A experiência pessoal vivida pelo historiador intervém certamente na escolha de seus campos de pesquisa: tudo leva a crer que essa presença se manifesta de maneira mais evidente para ele do que na escolha de afinidades profissionais do matemático ou do físico. No entanto, seria errôneo crer que os processos e a maneira de trabalhar do historiador estejam inteiramente condicionados a sua ‘vivência’. (Sand, 2011:35)

Sand entende que são muitos elementos que intervêm na formação das orientações intelectuais do historiador, tanto quanto em todo cidadão. Refere-se a ‘estratificações de lembranças coletivas’ que alimentam suas consciências:

O ensino de história da instrução cívica no sistema educacional nacional, as festas nacionais, os dias de recordação, as cerimônias oficiais, o nome das ruas, os monumentos aos mortos, os documentários de televisão e vários outros ‘lugares de memória’ criam, por si sós, uma vivência imaginária bem antes de o pesquisador dispor de instrumentos que lhe permitirão analisá-los de maneira crítica. (SAND, 2011: 35).

Para Sand (2011), o profissional de história carrega um ‘bloco de verdades’ que o atrai em determinada direção. Salienta que como qualquer outro cidadão, o historiador é também produto psíquico e cultural de suas experiências, e que sua consciência também está impregnada de memórias.

Sand compara a história nacional a uma floresta, onde a depender das árvores altas, se restringe o campo de visão. A especialização, conforme Shlomo, orienta os pesquisadores nas pesquisas para que resistam à tentação de ‘apreender a floresta em sua plenitude’ (Op.cit.). Shlomo atenta para o risco de relatos fragmentários acabarem por

⁶⁷ SAND, Shlomo. A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo. Trad. Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011.

afetar o relato global. (Sand, 2011, 44).

Essa questão é fundamental quando olhamos para o trabalho de Manoel Bomfim como intérprete do Brasil – como já dissemos, não o classificamos como historiador especificamente – seu trabalho é interdisciplinar pois lança mão de diferentes ferramentas e campos do conhecimento para analisar, diagnosticar e até ‘medicar’ o que considera ‘degradado’ na formação da nação brasileira. Para Hobsbawm é inevitável ser influenciado por seu ambiente quando se escreve sobre seu próprio tempo:

E quando se escreve não sobre a Antiguidade Clássica, nem sobre o século XIX, mas sobre seu próprio tempo, a vivência pessoal deste tempo molda inevitavelmente a forma como o vemos, e até mesmo o modo como determinamos a evidência à qual todos nós devemos apelar e nos submeter, independentemente de nossos pontos de vista. Minha experiência de vida é diferente da de Florestan Fernandes. Se tivéssemos escrito sobre o mesmo tema histórico, não teríamos escrito da mesma forma. (HOBSBAWM, 1995:105)

O autor acredita que a diferença de gerações entre historiadores também pode ser importante as perspectivas, mesmo tendo uma formação teórica semelhante.

O autor se refere aos anos pós segunda guerra e observa que foi um curto período de tempo, mas com profunda, dramática e extraordinária transformação. Para Hobsbawm as gerações que não viveram nessa época terão dificuldades em compreendê-la intuitivamente (1995: 107).

Nesse sentido, quando olhamos para o lugar de onde Bomfim está falando, vemos alguma similaridade de condição – Bomfim cresceu e amadureceu intelectualmente na virada do século XIX/XX: o Brasil, para não ir muito longe, passava por mudanças estruturais profundas – a mão de obra escrava se extinguiu, a República entrava pela porta da frente, as multidões de excluídos saíam pela porta dos fundos, as décadas de 1920 e 1930 recheadas de movimentos em busca da mudança – o Brasil jamais seria o mesmo. É possível vislumbrar a dificuldade em ver e interpretar esses fatos novos para alguém que viesse de um velho mundo, um que acabava de ruir.

Hobsbawm atenta para o fato de que para os velhos que se lembram do passado, as mudanças não são ‘normais’: “... Os jovens não podem saber, mas os historiadores mais velhos sabem, sem o menor esforço, que "o passado é outro país. Lá, as coisas são diferentes”. (Hobsbawm, 1995: 107) E o autor explica, com um fato histórico, o sentido de sua observação:

Isso pode ter uma relação direta com nosso julgamento sobre o passado e o presente. Por exemplo, por haver vivenciado a ascensão de Hitler na Alemanha, sei que os velhos nazistas da esquina se comportavam de forma muito diferente dos neonazistas de hoje. Duvido que haja um registro de um caso no começo da década de 30 em que uma casa de judeus, com seus habitantes, tenha sido atacada e incendiada por jovens nazistas que agissem sem ordens específicas, como acontece com frequência atualmente nas casas de turcos e de outros imigrantes. Os jovens que fazem isso podem usar os símbolos da era de Hitler, mas representam um fenômeno político diferente. **O início da compreensão histórica é uma valorização da alteridade do passado, e o maior pecado dos historiadores é o anacronismo.** Portanto, temos uma vantagem natural que compensa nossas inúmeras desvantagens. (HOBSBAWN, 1995: 107; Grifos nossos)

Aqui chamam atenção dois pontos, além da explicação quanto à motivação provável das diferentes interpretações de ‘historiadores’ ou ‘cidadãos’ que viveram um mesmo período mas com memórias diferentes sobre o processo como um todo – daqueles que viveram ‘mais’ e testemunharam fatos e tomaram decisões, para aqueles que só os conhecem por relatos de terceiros: a questão do julgamento do passado e a valorização da alteridade do passado – para além, o anacronismo como o maior pecado dos historiadores. Podemos comparar aqui a experiência de Silvio Romero, o ‘velho’, e Manoel Bomfim, o ‘jovem’. Apesar de terem convivido e presenciado importantes momentos da história política do Brasil, Silvio Romero já trazia uma carga conceitual diferenciada de Bomfim optara por calcificar esta formação.

Hobsbawm aponta outra questão que consideramos relevante: além da idade do historiador, há uma perspectiva gerada pelo efeito da passagem dos anos sobre a perspectiva do historiador, independentemente da idade deste.

A passagem do tempo aqui, para nós, indica o vivido histórico do historiador, as experiências que vão lhe moldando o interesse e a astúcia para compreender os eventos e os processos que deles resultam. Hobsbawm salienta que a passagem do tempo também “fornece a derradeira arma do historiador, a percepção posterior ao evento”. (1995: 108). E destaca que “o mesmo registro do passado se modifica à luz da história subsequente”(Op.cit.). Hobsbawm aponta o colapso do bloco soviético e da União Soviética como exemplo de momento de mudança histórica – este fato basta, segundo Hobsbawm, para modificar a visão de todos os historiadores vivos do século XX. Afirma que “... a história do século XX escrita na década de 90 deve ser qualitativamente distinta de qualquer história escrita anteriormente”. (Hobsbawm, 1995: 109).

Para explicitar ainda melhor o caso, Hobsbawm utiliza o exemplo de seu próprio trabalho sobre o século XX – diz o autor que imaginou que poderia escrever tratando-o como o Século Curto, uma espécie de díptico. Descreve: na primeira metade, o século foi marcado por catástrofes (as guerras); na segunda metade, foi exatamente o oposto, diz o autor: “uma era em que, de uma forma ou de outra, a sociedade capitalista liberal se reformou e se recuperou para florescer como nunca”.

E aponta, como num curto período de tempo, a experiência vivida, pode modificar o entendimento acerca da história (já vista). Conclui Hobsbawm que em um ano ou dois, foi preciso repensar a forma binária do século XX: o mundo soviético desmoronou; e, por outro, tornou-se evidente que a economia do mundo ocidental estava enfrentando os problemas mais sérios desde a década de 30 ocidental (Op.cit. 110).

Arremata, admitindo que a mudança não foi no seu pensamento, e sim na perspectiva que passa a utilizar para observar os últimos vinte anos. Hobsbawm explica que utiliza sua experiência para demonstrar a diferença que um evento dramático pode fazer na forma de um historiador olhar para o passado.

A explicação de Hobsbawm ilumina duas questões que carregamos sobre Manoel Bomfim. Uma da crítica da escrita da história da formação da nação brasileira, que para ele era tendenciosa em desqualificar os sujeitos desta formação, e que naturalmente, referia-se a um tempo distante pois sua análise das causas e possível superação ao ‘atraso’ que desqualificava o Brasil e a América Latina vinham desde a colonização, e seus atores (sujeitos). E outra, não menos importante, mas desta vez, referindo-se a um curto período de tempo, no qual escreveu a *Trilogia do Brasil* (1925 a 1930), o autor (Bomfim) vê em descrédito sua própria crença de que a educação seria suficiente para ‘salvar’ o Brasil do tal ‘atraso’ em que estava classificado.

Ao escrever o posfácio de *Brasil Nação*, com o livro já indo para o prelo, afirma que a situação do Brasil somente seria resolvida pela Revolução. E mais que isso, que a chamada Revolução de 30, que acabara de acontecer, estava longe de ser a ‘revolução’ de que falava, e que seria a solução para o país. Num golpe, muda o paradigma de educação para revolução, e desqualifica o que muitos chamavam de revolução. O acontecimento de 1930, que chamavam Revolução, num período curtíssimo de tempo, levou Bomfim a rever seu prognóstico para a nação brasileira – indicava o engano a que estavam

submetidos os conceitos utilizados, como o de revolução⁶⁸, e iluminava a dificuldade ainda presente de verificar agentes (sujeitos) capazes de conduzir ao que considerava a ‘verdadeira’ [revolução], a saída do atraso, da desqualificação, da dependência sociocultural e econômica que nos dilapidava.

Ainda um terceiro ponto das reflexões de Hobsbawm sobre a tarefa do historiador que nos parece relevante para observar o trabalho de Manoel Bomfim:

Gostaria agora de passar ao terceiro problema de escrever a história do século XX. Ele afeta historiadores de todas as gerações e infelizmente é menos sujeito à rápida revisão à luz dos eventos históricos, apesar de felizmente não ser imune à erosão da mudança histórica. Isto me leva de volta à questão do consenso histórico que mencionei antes. Trata-se do padrão geral de nossas idéias sobre o nosso tempo, que se impõe à nossa observação. Vivemos um século de guerras religiosas e isso nos afetou a todos, incluindo os historiadores. Não é só a retórica dos políticos que trata os eventos do século como uma luta entre Bem e Mal, Cristo e Anticristo. (Hobsbawm, 1995: 110)

Para Hobsbawm, “a experiência fundamental de todos que viveram a maior parte deste século é o engano e a surpresa” (Op.cit.). Hobsbawm cita Reinhard Koselleck para afirmar que nada mais que a derrota aguça a mente do historiador, e resultam em inovações e qualidade de interpretação. Para Hobsbawm, “No curto prazo, a história pode ser feita pelos vitoriosos. Porém, a longo prazo, os ganhos em termos de compreensão histórica advieram dos vencidos”. (Hobsbawm, 1995:111).

4.1.2 Compreender a própria história: o desafio da construção da nação no pensamento bomfiniano

Para [Ciro Flamarion](#) Cardoso (1986), o historiador, em especial no Brasil, mais do que adquirir ferramentas teórico-metodológicas, tem uma função social. Com a abertura da História Nova para a perspectiva da história-problema, com ênfase no coletivo, no social “convém muito mais à elaboração de pesquisas históricas e a um ensino de História que possam representar uma contribuição válida dos historiadores brasileiros ao necessário esforço de superação da situação vigente [...]”. (Cardoso, 1986: 109).

68 Voltaremos a tratar a questão da Revolução em Manoel Bomfim no próximo capítulo [da tese](#).

Bomfim relacionava as tarefas da História às tarefas da educação. Entendia que dar sentido à História, em especial, no campo da educação, onde se possibilita o surgimento dos valores morais, exigia

[definir] muito nitidamente os motivos, para os efeitos necessários: uma corrente que se orienta com o prosseguir da vida consciente, na afirmação de novos valores humanos. Então, a educação que hoje se reclama tem de ser um treino sincero para as conquistas morais e sociais que se incluem no indiscutido ideal de humanidade, no sentido de uma solidariedade cada vez mais perfeita. (Bomfim, 1932 apud GONTIJO, 2010: 139).

Para o autor, era na educação que se iniciava a construção da nação, uma vez que o Estado não o fizera. Ora, para constituir a nação seria então necessário fortalecer os laços de solidariedade⁶⁹ entre os ‘brasileiros’, identificados em uma história comum, filhos de uma mesma espoliação colonial, e com grau de consciência bastante para desejar a emancipação econômica, política e cultural – Bomfim identificava um ‘conservantismo’ que afetava desde as classes dirigentes até os menos abastados, e entendia que somente pela educação poderiam perceber o prejuízo real das relações que mantinham com seus exploradores (internos e externos).

A nação, organização natural, viva, faz-se, por igual do passado, presente e futuro, e é a **educação** que, guardando do passado o bem já conquistado, o **depura, aliviando-o de todo peso morto**, cuja conservação é mal, pois significa a própria fixação na morte. (BOMFIM, 1932 apud GONTIJO, 2010:139. Grifos Nossos).

Para o autor, a educação é um patrimônio que deve ser conquistado/adquirido por todos, e a partir dele se conquistam realizações como progresso. No caso brasileiro, o ‘peso morto’ é o conservantismo que impede a emancipação político-econômica da nação. E a história é elemento importante na instrução geral, pois vai (ou deveria ir) muito além do simples relato de fatos morais, sociais e econômicos – tratá-la apenas como narrativa cronológica seria um grave erro: “Na instrução geral, a história tem como função essencial fazer conhecer o mundo moral e político a que o indivíduo pertence”. (Op.cit. 49).

Entendemos que para Bomfim, aprender história de seus antepassados é também incorporar tradição e cultura, além de valores morais. É na história que se compreende o

69 A solidariedade a qual Bomfim se refere não tem conotação de ~~é no~~ sentido religioso. Está ligada, antes, ao seu contato com os movimentos anarquista e socialista, e seus referenciais como Proudhon, Bakunin e Kropotkin. Ver Reis (2006).

meio social do qual participa, segundo Bomfim. A educação incorpora o indivíduo à tradição da qual faz parte, porém, se não conhecer os fatores dessa tradição, será apenas levado por ela, sem compreender o mecanismo dos seus órgãos: "... ignorante, ele é um prisioneiro passivo da tradição, ou um rebelde desvairado e pernicioso ...". (Bomfim, 1932 apud Gontijo, 2010, 45).

Então o simples fato de estar e atuar no meio social, parece ser insuficiente para compreendê-lo se o indivíduo não for capaz de compreender toda simbologia que o cerca, e para tanto, conforme o entendimento de Bomfim, a História, como disciplina, desempenha papel fundamental – dar suporte com elementos da compreensão mental (intelectual) e moral (tradição).

É no aprendizado da história de seu povo que o indivíduo, 'sem perder a capacidade de iniciativa', percebe que a Humanidade tem progredido e deve continuar progredindo e, que para além disso, manter a ordem e a tradição, não significa manter-se na imobilidade.

A História é para Bomfim uma escola moral: Bem aproveitados, os fatos históricos são incomparáveis lições de civismos e de moral; mas para que sejam sugestivas, é preciso, justamente, não deixar perceber esse intuito, nem lhes dar tom de propaganda doutrinária. (Bomfim, 1920: 251-270). No caso brasileiro, está patente para ele que as lições estão deturpadas, e, o autor deseja depurá-las ao máximo. Nossa hipótese quanto à educação é que para Bomfim ajustando-se à educação e os fatos históricos que reconhece na história brasileira - que demonstram a solidariedade e resistência do 'povo brasileiro', ainda em seu período de formação, as lutas internas e externas - pode-se encontrar o valor moral que vai formar o cidadão capaz de julgar e destituir a dominação da metrópole espoliadora, e da elite interna (conservadora). Bomfim afirma: 'É pela intensidade dramática dos feitos, pela pintura animada e real dos heróis, fazendo-os amados, ou detestados, que a contemplação da história se torna, de fato, uma excelente escola moral' (Bomfim, 1920: 251-270).

A história tem uma função social no pensamento bomfiniano: qual seja a de 'fazer contemplar e compreender a evolução social' (Op.cit. 50), considerando aqui a evolução dos indivíduos e das instituições. Para o autor, a disciplina traz em si as lições que darão

ao indivíduo o sentimento de humanidade e valor relativo do homem, no determinismo da evolução histórica.

No capítulo ‘Orientação’ da obra *O Brasil na História*, Bomfim apresenta esclarecimentos que serão úteis para entendimento da argumentação que alia história e educação como formadores da consciência da nação. Ponto a ponto, apresenta os elementos, onde destacamos:

I – a indispensável confiança – o talento e o desejo serão perdido anelo, se não nos sentimos capazes do esforço preciso para alcançar o desejado. Sempre, e por toda parte, o homem realiza e produz na medida da confiança que dá ao próprio mérito. (1930 [2013]: 29).

II – A tradição – consciência nacional. Cada povo necessita ter consciência de sua energia e apuro. Desse modo, crê o autor que o povo se torne nação, e assegure para si o progresso: “[...] todo progresso mental e social, para cada grupo humano, tem de fazer-se como reforço e apuro dos valores de consciência definidos na respectiva tradição” (1930 [2013]: 31).

Para o autor, a tradição nacional não é ‘dique de estagnação’, pelo contrário, ‘fórmula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social – só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu’ (1930 [2013]: 32).

E afirma “... a tradição vale como a mesma consciência nacional” (Op.cit.32). Bomfim explica que no estudo das sociedades e de sua marcha evolutiva, sublinham-se duas verdades: “ ... a) todo progresso social e político se faz ao influxo de uma tradição, na definição que nela se contem: b) nessa altura da civilização, o influxo da tradição tem de ser nitidamente, intensamente consciente... Nem é preciso mais longa demonstração” (1930 [2013]: 32).

E aponta para a relação entre o instinto e a formação da tradição: quando uma ação exprime uma imposição instintiva, verifica-se o zelo pela tradição e os ‘ânimos’ que nela se originam. Bomfim utiliza o exemplo da cultura indígena:

O selvagem, cuja essência apenas traslada o instinto, busca inteirar-se dos feitos em que a tribo se afirmou, para praticar valores análogos, mais patentes ainda. E ele ouve as legendas de heroísmos em haustos de vida, e canta, arrogante, os próprios feitos, que serão estímulos de futuras gerações. (1930 [2013]: 32/33).

O autor registra em uma nota de rodapé que os cronistas de seu tempo relatam largamente o fato de que os nossos índios tinham um ardor por sua cultura. Que cultivam e enriquecem suas ‘legendas’, que os valentes cantam suas proezas, com a intenção de edificar os jovens. Aponta o relato de Vaz de Caminha: “... recitam as proezas que na guerra acabaram a que dão consumados elogios...”. (Bomfim, 1930 [2013]: 33). E acrescenta:

Destarte, cada gente primitiva tem o seu cabedal de proezas legendárias, em que as almas simples se revigoram. Em estado bem mais elevado, o assírio tem de obedecer ao mesmo instinto motivo, potente, na jactância de um Tiglafalar: ‘Eu enchi de cadáveres os barrancos e os cimos das montanhas; e os decapitei e coroei com as suas cabeças os muros das suas cidades...’ Sempre infalível, o instinto se mantém em ritos e gestos, alheios a motivos inteligentes, enquanto a respectiva necessidade não se define na consciência como lucidez de ideia. (BOMFIM, 1930 [2013]: 33)

No *Lições de Pedagogia* (1920), Bomfim afirma que “As lições de história devem, sempre, fazer ressaltar o desenvolvimento geral do grupo social, ou das instituições, e condensar os quadros históricos, no resumo dos acontecimentos mais importantes e expressivos”. (Bomfim, 1920: 251; Grifos Nossos).

Para Bomfim, o bom método no ensino de história deve “racionalizar a enunciação dos fatos, mediante a boa escolha deles e a apreciação sensata de suas dependências; acentuar as épocas; caracterizar os personagens, definir seu papel e assinalar o desenvolvimento social, através da sucessão dos fatos”. (Bomfim, 1920 apud Gontijo, 2010, 51) Para o autor, a educação é que socializa o homem. E deixa nítido que se refere à sociedade-nação, representada pelo Estado⁷⁰. Representada no sentido de que os dirigentes que constituem o Estado estejam voltados a atender as necessidades da massa da população. Para Bomfim, a conclusão é que “educar não é somente o dever correlato do direito que tem a criança de ser levada à plena condição de homem; mas, sobretudo, o interesse social-nacional de melhorarem-se as unidades, a fim de elevar-se o nível da nação”. (Bomfim, 1920: 251-270. Grifos Nossos).

Considerando a relevância que Bomfim dá ao ensino de história para formação do ‘cidadão’ em condições plenas de exercer suas funções sociais, note-se a importância de que este seja munido de informações adequadas, as mais próximas da realidade possível.

⁷⁰ O Estado é para Bomfim ‘a organização legal da nação’; ‘Se há uma economia política é porque ao Estado cabe regular a mesma produção e distribuição, assim como o acúmulo das reservas capitalizadas’. (1931 [1996]: 469-478).

No caso brasileiro, atentará para o fato de que compreender nossa história implica ter noção geral da história do ocidente de quem herdamos, por força dos acontecimentos, vários modelos institucionais e de organização.

4.2 A crítica à historiografia brasileira: ajuste necessário para a formação da nação

Nesse caminho, entendemos que nos aproximamos do significado da crítica atribuída por Bomfim a historiografia brasileira, que tem o sentido de ajustá-la para encaminhar os elementos necessários a formação da nação: “São dois mundos que estão em face de nós; como que os vemos encontrar-se, reagir, fundir-se... através das condições de vida que se ofereciam” (Bomfim, 1920: 251-270). Das lições de história devem resultar naturalmente o sentimento da tradição nacional, a consciência, a alma de brasileiro. Entendemos que aqui, ao apresentar os elementos do ensino de história, de sua construção, das críticas à forma como tem sido escrita a história brasileira, Bomfim começa a mostrar preocupação com os meios possíveis de formar a ‘consciência’ do educando, neste caso, do cidadão brasileiro. O autor entende que se narrada de um ponto de vista não conservador, há elementos na história nacional suficientes para revelar a essência do brasileiro, aquele que luta pela sua pátria:

Mais tarde, uma população natural, fusão de tudo quanto aqui se encontra, **encarnando uma alma nova** e afirmando **a existência de um novo mundo**.... Não temos as grandes guerras, as lutas lendárias de defesa nacional; mas temos lances e períodos bem expressivos – **a expulsão do Holandês, a resistência do Sul à influência castelhana**... e temos, principalmente, a vigorosa epopeia dos bandeirantes. **Material não falta, desde que saibam aproveitar.** (BOMFIM, 1920: 251-270. Grifos Nossos).

Bomfim logo no Prefácio (1929) de *Brasil na História* (1930) apresenta a consideração de que lhe interessava investigar ‘as causas que turbaram o prosseguir da nacionalidade brasileira, como sejam – ataques sistemáticos à tradição já definida, e efeitos da degradação e degeneração da metrópole, agindo sobre a colônia como lesões diretas e contaminação pútrida...’ (Bomfim, 1930 [2013]: 27).

O autor entende que em certo momento, por volta do século XVII, o Brasil se ‘elevava’ e Portugal, para contê-lo precisou ‘corromper-lhe as glórias, sonegar-lhe os seus melhores valores históricos, porque, assim degradado também, o Brasil não tivesse consciência de valer mais, e de merecer melhor’. (Bomfim, 1930 [2013]: 27).

Questiona: “E, por que insistir nessa defesa das genuínas tradições brasileiras? Por que tanto empenho, quando todo esforço de remissão parece perdido em abstrato platonismo?” (Op.cit. 28) E o próprio Bomfim responde, para afirmar que não acredita que a tradição de todo perdida. A sensação de estar a pátria abandonada, nos valores que lhe são próprios, é que dá ‘ousadia’ aos seus exploradores, afirma Bomfim. Acredita que refeita a tradição, recuperados os verdadeiros feitos (história) que constituiu esta nação, pode refletir-se em mudanças que detenham os exploradores (Bomfim, 1930 [2013]: 28).

Para o autor, é no instinto que principia a evolução da consciência. As necessidades da vida que se realiza impõem ações de forma inteligente e consciente. Entende que a história sem a tradição não teria utilidade. Afirma que esta é uma concepção cinematográfica da tradição, e que esta define as possibilidades de harmonia do indivíduo e o conjunto social (Bomfim, 1930 [2013]: 34).

Bomfim convida o leitor a aplicar tal entendimento ao caso brasileiro – indica os vários episódios de invasão das terras brasileiras como possibilidade de observar um ‘calor de legítimo patriotismo, essa luta acelerara a gestação nacional, e, antes que termine a defesa, quando tal se torna mais difícil: fechando-a definitivamente, manifestasse o Brasil, em provas de valor terminante e indiscutível’. Para o autor, ‘um século, apenas, de vida, e da colônia emerge uma nova pátria’. (Bomfim, 1930 [2013]: 35).

Tais qualidades instigam a reflexão, e Manoel Bomfim questiona como estaria o Brasil se não tivesse sido impedido na escala de seu primeiro desenvolvimento? Estranha o fato de que os primeiros feitos do Brasil, o que denomina *idade heroica* são ignorados, como se ninguém os conhecesse. (Bomfim, 1930 [2013]: 35)

O autor indica uma interrupção em nosso desenvolvimento, encaminhado por nossa própria tradição:

A miséria em que vergaram os nossos destinos abafou as nossas legítimas tradições, substituindo-se, nelas, o halo de glória pelas emanções do que o bragantismo deu ao estado português, e que nos foi imposto. E, feitos de epopeia, sumiram-se sob o bolor que foi a vida pública do Brasil – de 1650 em diante. (BOMFIM, 1930 [2013]: 35).

Acreditamos que repouse aqui todo o empenho que se segue no sentido de rever a História do Brasil, da nação que se formava, de retomar a tradição que para o autor orientou a ação das gentes que aqui viviam nesses movimentos de enfrentamento das invasões, e que para ele, representam o princípio da tradição: ‘Só a virtude de uma tradição pátria, em almas sãs, poderia revelar os Rabelo, Barbalho, Negreiros... para uma intransigente defesa, de quase trinta anos, e que teve de terminar pela vitória sobre o invasor’ (Bomfim, 1930 [2013]: 36). Afirma: ‘contemplando esse passado, fora, mesmo, de qualquer orgulho, podemos afirmar: as energias vencedoras, ali, já eram virtudes expressivas da pátria brasileira’ (Op.cit. 36). E aponta, logo em seguida, que o bragantismo sufocou essas potencialidades: ‘hoje, sufocados no ambiente deste Brasil, qual resultou do bragantismo, quase duvidamos dessa idade heroica: e, se reconhecemos a realidade histórica, dobrados ao destino implacável, indagamos: que milagre de perversão nos trouxe de tanta glória a tanta miséria?!’ (Bomfim, 1930 [2013]: 36).

Para Bomfim a estagnação que se mostrou aqui era tão somente herança de Portugal: “É tudo que nós diminuimos – amesquinamento de destinos, desvirtuamento de tradições, degradação dos dirigentes, mentiras e infâmias contra a nação: tudo se explica por essa mesma degradação de Portugal-metrópole...”. (Bomfim, 1930 [2013]: 37).

Quando Bomfim descreve a tradição, não resta dúvida que o autor entende que havia aqui, antes da colonização, uma potencial tradição, que foi corrompida com o processo de colonização. A história é então resultado desses embates de povos, classes, tradições que ‘se afrontam e lutam’, e resultam em ‘substituições, fusões, eliminações, extinções’, (...) ‘até que prevalece a tradição que representa um maior progresso humano, ou, pelo menos, a virtualidade de progresso, em energias jovens, próprias para a indispensável renovação de formas – políticas, sociais, econômicas...’ (Bomfim, 1930 [2013]: 38). Para Bomfim, progresso é ‘Evolução, em linguagem subjetiva – para os fatos humanos’ (Bomfim, 1930 [2013]: 39). Entende ainda que a noção de progresso é inferida da vida moral.

Quanto à ideia de progresso, para Bomfim, se refere antes de tudo ‘à vida moral: é a diretamente alcançada por essa análise intensa de consciência, em exames subjetivos’(Bomfim, 1930 [2013]: 40). Recorre a Condorcet para afirmar que esse

primeiro progresso se realiza no espírito e manifesta-se na igualdade entre os homens e justiça entre os povos: “... Dobraram-se as consciências, e *refletidas*, verificaram que *somos iguais* e podemos aceitar o dever de assim viver, reconhecendo aos outros *iguais* direitos” (Bomfim, 1930 [2013]: 41).

Para o autor, como indivíduos, vivendo em sociedade, caminhamos no sentido de uma finalidade social que é o progresso: político, moral, econômico. Afirmar que “... progresso que é, concretamente, a realização, cada vez mais ostensiva e completa, da tradição nacional em si mesma, como indicação das possibilidades no conjunto humano” (Bomfim, 1930 [2013]: 42).

É o progresso a realização da tradição nacional em si mesma, para Bomfim. Fica expresso seu entendimento de que o sufocar da nossa tradição sufocou também nossa formação como nação, e dificultou nossas possibilidades de progresso como tal. Por conseguinte, a determinação da metrópole e a seguir, das elites (nacionais) de nos manter como país agrário (exportador) é resultado deste sufocamento de nossa tradição, que para o autor, teria conduzido a nação para o progresso. (Manoel Bomfim alia progresso a desenvolvimento industrial, à superação exclusivamente da predominância agrária).

Todo esse argumentar de generalidades tem por fim tornar bem explícitos os motivos que impõem o dever de cultivar e defender a tradição nacional, a fórmula prática de defender e depurar a história em que ela se contém e se sistematiza. Toda nação tem o seu caráter, cuja expressão formal se encontra na respectiva história, registro de experiências e de motivos de confiança... Só aí, podemos achar o que nos explique o presente, e as virtualidades discerníveis no futuro. Tudo isso se deduz pela série das evoluções realizadas, e que não poderiam ser direções cortadas. E elas nos levam às construções lógicas e profícuas, se as compreendemos a tempo, se não nos obstinamos, nós mesmos, em querer fazer destinos de fancaria, contra as fórmulas naturais e necessárias de expansão e de desenvolvimento da tradição. (BOMFIM, 1930 [2013]: 43).

Nesta fala Bomfim explica sua preocupação com a tradição nacional e a defesa da história, produzida de forma sistematizada, registrando as experiências da nação em construção de forma legítima. É das deturpações da história narrada que surgirão para Bom as deturpações da tradição nacional.

Na defesa da tradição e da história que a preserva, Bomfim aponta uma grave consequência que, para ele, ocorre quando se degrada a tradição de um povo – suas origens: é a *degeneração psíquica*:

Somos uma pátria. Compreende-se bem o empenho de definir-lhe a tradição genuína, acentuá-la e cultivá-la, fazendo para isso a **intransigente defesa da sua história**. Representamos essa história em todas as formas do passado que devem subsistir. Atestamo-la na nossa própria vida. Como admitir que nos pudéssemos subtrair ao seu influxo?? **Esse passado** que só existe como vida que se continua, **deve continuar, tanto quanto se irradie das nossas consciências a tradição em que nos fizemos**, pois que **nos definimos como brasileiros**. Precisamos de ser assim, e cada vez mais, realizando cada vez mais, também, as energias características em que evolui a nossa tradição. Socialmente, é a única forma razoável de dar satisfação ao instinto de conservação. *(sic)* (Bomfim, 1930 [2013]: p. 43). [Grifo Nosso].

Ao tirar dos ‘brasileiros’ o influxo de sua tradição, contada pela história dessa gente, para Bomfim, é como tirar-lhes as energias, encaminhar-lhes à degeneração.

É desta perda de orientação, que Bomfim acredita que surgem as perversões na política, os vícios sociais, os padrões morais, até que as ‘formas originais’ sejam soterradas (Bomfim, 1930 [2013]: 44).

Bomfim define degeneração psíquica como ‘a queda das atividades superiores do espírito, determinando a degradação do homem nas suas qualidades específicas, caracterizadas, ou propriamente humanas’ (Op. Cit. 44).

Aqui notamos também traços de seu combate ao racismo, quando o autor afirma que “admite-se, no entanto, que seja uma degeneração essa desvalorização das criaturas, ou dos grupos, porque os seus efeitos são equivalentes do que ocorre no órgão, cujos elementos nobres foram reabsorvidos e se substituíram por tecidos inferiores – *degenerescência adiposa, degenerescência fibrosa* [...] Ora, nos povos degenerados, como nos organismos em particular, nota-se uma tão acentuada degradação das funções de socialização e de pensamento, que faz pensar numa inferiorização da própria organização nervosa. E para, aí, toda analogia entre a degeneração somática ou de estrutura e a degeneração da vida psíquica (Bomfim, 1930 [2013]: 44) [grifos do autor].

É a partir dessa degeneração que apontará o autor a degradação da tradição em si, e com ela, do povo que a carrega, e comparando com as questões da degeneração dos organismos (biologia), entende que é daí que vem a inferioridade humana (Bomfim, 1930 [2013]: 44), corroborando sua teoria de que não há inferioridade de raça e sim, degeneração da tradição, que esmorece a moral e o estímulo para vida. Tradição esta que será reafirmada na história, em como ela é contada preservando ou não, os elos que formaram a tradição a que se refere – daí, inferirmos a íntima ligação entre tradição –

educação e nação em Bomfim, considerando que a história será objeto da educação, conforme o próprio autor demonstra em seus escritos.

O autor entende que as condições exteriores de ambiência ‘moral e material’, são indispensáveis para que a ‘criatura humana’ alcance ‘... estímulos conscientes, e que são absolutamente indispensáveis para uma produção superiormente humana’. (Bomfim, 1930 [2013]: 47). Explica: ‘Não haverá uma patente regressão orgânica, ou decadência estrutural, mas, no seu valor humano, a pessoa é degenerada [...] Perde-se o sentido da solidariedade moral, que assegura o progresso social, e o grupo decai de valor’. (Op.cit.)

Na observação social, Bomfim aponta como critério sobre a degeneração social ou dos grupos a queda dos critérios de proceder. Entende que está relacionado à degeneração psíquica, que para ele, indica as aspirações, ideais, conceitos morais e critérios nacionais, entre outros. Daí o grupo perder em qualidade, tornar-se inferior (p. 48).

Sobre a degeneração da tradição, Bomfim explica que numa linhagem de fidalguia ou de uma estirpe de afortunados a tendência é de não renovação dos dirigentes, pois o senso moral se reduz face aos seus privilégios continuados. Aponta como exemplo as famílias do patriciado romano [do mundo antigo], e os dirigentes portugueses com seu séquito quando alcançaram sucesso no ideal mercantilista.

Bomfim apresenta a relação que vislumbra entre a tradição e a história, e destas com a formação da nação:

(...) uma nação é sempre um mundo de inteligências morais e vale no valor da mesma moralidade, lúcida, inteligente. Esses aspectos constantes não bastam, porém, para definir o fato, pois que a coletividade só adquire o caráter nacional quando nela vive e se expande uma tradição, que é a própria fisionomia social do grupo. E as consciências se distinguem, necessariamente, sobre o fundo da fisionomia nacional. (Bomfim, 1930 [2013]: 55).

E aponta o valor da história nesta elaboração: “[...] E como a história é o próprio registro de cada tradição, nas suas páginas se encontram os mais significativos fatores de decisão e tenacidade, os mais veementes motivos de confiança coletiva” (Op.cit. 55).

Para tanto, é fundamental que se registre a verdade, afirma Bomfim, condensada nos fatos expressivos da tradição a que se refere. A história nesse caso, faz o papel de orientar pela demonstração dos méritos reais e das capacidades de realização do povo em questão. O autor está relacionando o fato de que deturpada a história nacional do Brasil,

os brasileiros perdem a orientação de sua ‘verdadeira’ tradição, e passam a ser guiados pelos falsos registros, gerados com objetivo de depreciar os fatos ponderáveis da história dos brasileiros. O autor apresenta em nota de rodapé a fala de Kautsky, para corroborar sua elaboração: “A importância da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. (Bomfim, 1930 [2013]: 56).

Do mesmo modo que destaca a importância da história que registra a tradição de um povo, o transmite-la pelo registro de seus fatos, e a importância da tradição para se alcançar o progresso e a segurança nacional:

Cada povo se define vivendo a vida das suas tradições; cultiva-se defende-as, por conseguinte, como cultiva e reforça as suas energias de desenvolvimento, como zela e defende a própria existência política e soberana. (Bomfim, 1930 [2013]: 56)

Bomfim entende que a história nacional é patrimônio que deve ser protegido – é nela, no campo da história, que se travam, para o autor, os combates das instituições, das classes e doutrinas, e daí deriva sua experiência em comum. Mesmo parecendo estar reduzida a contenda de tradições, afirma Bomfim, a história não perde seu papel primordial de gerar a confiança da nação no seu próprio destino, que é delineado nos fatos que a constituem. Explicita-se assim o papel da história no pensamento bomfiniano:

Daí resulta, justamente, o dever de ser a história sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns (Bomfim, 1930 [2013]: 56).

Bomfim fala do papel da história de modo praticamente poético:

Desta sorte, cria-se, na história, mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ela os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isso lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. (Bomfim, 1930 [2013]: 56).

Para o autor, tradição e progresso, estão alinhados, e são indissociáveis: “[...] *Identidade, em desenvolvimento progressivo*, a tradição é o próprio espelho desse desenvolvimento, que tanto reflete o passado como revela o futuro” (Bomfim, 1930 [2013]: 57).

Bomfim reflete acerca do modo e da causa que levam à deturpação da História. Inicia por afirmar que para os grandes povos, não é problema defender sua história e tê-la como inspiração. Afirma que ‘Mesmo sem tal intuito explícito, neles, **a história é, sempre, a expressão**, exagerada até, **da grandeza nacional**’. (Bomfim, 1930 [2013]: 57).

É com o contar da própria história que os povos propagam seu prestígio, e para Bomfim, esta característica (de auto afirmar-se) é um dos motivos da deturpação da história, pois que cada povo pretende para si os grandes feitos, a partir do trabalho de seus historiastes.

E aqui, Bomfim explica que os mais poderosos se sobrepõem aos mais fracos:

A diferença de poder e de valor efetivo entre as diversas nações vem a ser tão insensível como entre os próprios indivíduos. Na realidade das coisas, fora impossível achar o limite justo entre povos *grandes e pequenos*, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa, desnaturam a situação, atribuem a si mesmos toda a força, e dividem as nações em *grandes e pequenas*. (Bomfim, 1930 [2013]: 58).

Ainda sobre este ponto, cita Friedrich Schiller: “... para definir a função da história, admite que, da soma total dos acontecimentos que constituem a História Universal, quem ‘quer escrever limita-se a escolher os que exercem uma influência essencial sobre a forma presente do mundo e as condições das gerações atualmente vivas’. E aí está – a *escolha*, que é tudo” (Op.cit. 60).

Reforça a compreensão de que rever a história dos povos importa na medida em que nela está a tradição, e nesta, apoia-se o progresso das mentes:

(...) Na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar, das histórias contadas, o que merece estima e apreço. Aos povos de tradição humilde, isso se impõe como condição essencial, indispensável, se querem ter a justa compreensão da sua própria história, no valor real dos sucessos que a fazem. ((Bomfim, 1930 [2013]: 66)

E aponta a situação do Brasil:

Nenhuma das nações obscuras tem mais motivos para protestar contra a atual distribuição (sic) de valores históricos do que o Brasil: em nenhuma é mais urgente a necessidade de reivindicar a situação que as qualidades e os feitos do seu passado lhe conferem. [...]. Já agora, será preciso desenterrar a nossa legítima tradição, e limpá-la, para que a tenhamos como convém aos fins de contemplação patriótica. Toda nossa formação, e os seus antecedentes, são deturpados e diminuídos. (Bomfim, 1930 [2013]: 67)

Para Bomfim, está evidente que há uma escolha dos registros históricos, feitos conforme a conveniência daqueles que tem maior poder (político, econômico). E no caso do Brasil, diminuir o valor de fatos históricos que demonstraram a força do povo que aqui se formava, é também uma estratégia de impedir a formação de uma consciência patriótica dos cidadãos que conduziria para a ‘luta’ por seus direitos, inclusive por seu desenvolvimento político, econômico e social. Desvalorizar a memória de tradição, é desvalorizar as alteridades que nos precediam e logo, minorar as forças da mudança. Considera também que a História de Portugal é o início da nossa, como já apontado no capítulo 1. Desse modo, é importante notar o valor dos portugueses (como navegadores, por exemplo) pois foram eles que inicialmente nos fizeram (Brasil). O não reconhecimento dos valores implícitos ali, já é por si só, o início de nossa degradação. A história nacional, oficializada está esvaziada de nossa tradição, segundo o autor. Está repleta de motivos que estranhos (que não são os seus). Junto disso, aponta uma falta de capacidade de verificar criticamente os fatos sociais e descortinar os verdadeiros valores humanos. (Bomfim, 1930 [2013]: 71)

Bomfim observa o modo de historiar dos franceses, e quase sempre arbitrando em causa própria, desqualificando as demais nações. Nota, contudo, sua influência na formação do nosso pensamento: se por um lado, essa influência trazia uma assimilação pronta, por outro, também trazia distorções de julgamentos pois estava alheia à nossa realidade. Desse modo, produziu-se para Bomfim a deturpação de nossa história pois esta ficava sujeita a orientação e critérios emprestados, de outra realidade, sem a observação direta dos nossos fatos. Os conceitos que utilizamos para consagrar heróis eram apenas modelagens passivas, diz Bomfim, das ideias francesas: “Contamos e escolhemos como eles próprios o fariam” (Bomfim, 1930 [2013]: 82)

Nesse sentido, Bomfim apresenta uma crítica quanto ao uso do positivismo (Comte) em nossa produção historiográfica, considerando ‘uma doutrina cujo criador era inteiramente alheio às condições da nossa formação, sem possibilidade de ter um critério justo a esse respeito’ (Op.cit. 83).

Daí, resultam, para Bomfim, consagrações de ‘Tiradentes, e a queda da Bastilha, e a descida de Pedro Álvares na ilha da coroa... e não há sugestões, sequer, para que os brasileiros pensem patrioticamente na gente que já era o Brasil” (Bomfim, 1930 [2013]:

83). Ainda nesse sentido, aponta o alijamento do indígena da história nacional – o positivismo nada sabia sobre os índios. Tampouco tomou conhecimento de toda sua contribuição no início da colonização, fornecendo mão –de obra, alimentos e até braços para guerra. O indígena foi sendo absorvido nas gentes brasileira, diz o autor, basta notar a figura do caboclo nos campos. E aponta o positivismo como elemento que “prende o progresso à ordem, distribuiu as raças em afetivas e não afetivas”, e desse modo, não deu lugar ao caboclo. (Bomfim, 1930 [2013]: 83)

Para além da crítica ao positivismo, como resolução das deturpações Bomfim aponta outros motivos externos que inviabilizam o desenvolvimento legítimo das energias brasileiras e que depende para tanto, de depurar nossa tradição ‘...expurgando, bem explicitamente, a nossa história de todos esses influxos deturpadores, incoerentes, por isso mesmo que são estranhos, às vezes hostis, até ao nosso passado’ (Bomfim, 1930 [2013]: 83).

Todos esses pontos observados, tornam a história do Brasil um elemento confuso, em nada estimulante ou inspirador. É necessário então assinalar as deturpações e acentuar o verdadeiro caráter do brasileiro, o que seja coerente com nossa formação histórica, dirá Bomfim.

4.3 Nação: filha dileta da educação

Para observar a relação da educação com a construção da nação, entendemos que é importante observar o conceito de nação. Vale notar por princípio, que até mesmo a ideia de nação ainda estava em disputa início do século XX - mesmo no chamado Velho Mundo. Hobsbawm afirma que ‘as nações não são ‘tão antigas quanto a história’ como pensava Bagehot. O sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII considerando-se ou não o variável período que o precedeu.’ (Hobsbawm, 1990: 13).

Não menos controverso que o conceito de Nação, era o lugar do Brasil nas relações econômicas internacionais (mercado mundial): nasce como colônia de exploração, ocupando lugar de provedor de matérias primas, com “o sentido da

colonização” para fora⁷¹ (Prado Jr, 1942). Diferente das colônias inglesas ou espanholas de povoamento, a colonização do Brasil por Portugal é parte de um projeto de expansão comercial (mercantilista) que se consolidava na Europa. Esse fato, a posição no mercado mundial, ou a posição de produtor de matérias primas, como colônia de exploração, também tem peso sobre o desenvolvimento do Brasil enquanto nação – Bomfim observa essa condição de país agroexportador, de colônia de exploração, como fator fundamental para definição do encaminhamento de orientar ‘as gentes’ do Brasil para uma posição cidadã. Obviamente, o interesse da elite nacional em manter o país como fonte de exploração, inibe ou apaga o interesse de formar uma consciência nacional, que passaria a buscar sua independência econômica, social e cultural.

Aparentemente um fato de **menorsomenos** importância, que, contudo, incidirá fortemente na formação peculiar do que chamamos hoje de *nação brasileira*, guardadas aqui as ressalvas dessa afirmativa, pois que não é unânime entre historiadores, economistas, antropólogos, entre outros. Se esse lugar na economia é motivo de disputas teóricas, maior ainda a definição do caminho de história econômica aqui desenhada: um feudalismo a cruzar os arrabaldes da história dos Centros; uma colônia de exploração dos portugueses buscando endinheirar-se? Fato é que esse sentido da colonização apontado por Prado – uma colônia de exploração para atender aos interesses externos, de Portugal e seus mercados, produz elementos fundamentais na formação econômica, social e histórica da população que se formava na colônia e se tornaria a *nação brasileira* no pós-independência, ou qualquer que seja essa mistura de ‘gentes’ que aqui se formou.

O conceito de Nação não é sequer de longe uma unanimidade. Muitos são os elementos chamados a caracterizar essa formação específica, histórica, temporal, política e econômica para designar um povo, um território, uma tradição. Com relação a formação da nação brasileira pós-colonial, temos várias possibilidades de análises de nomes consagrados como intérpretes do Brasil, alguns próximos da contemporaneidade de Manoel Bomfim, tais Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado, entre tantos. De modo geral, buscam em seus olhares para nossas raízes, nossas heranças culturais, nossa formação colonial para responder às

71 PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, [1942].

questões da Nação Brasileira, se assim se pode afirmar. A seu modo, cada um aponta nos processos históricos, sociais, culturais, econômicos o (s) elemento (s) que deram fundação à nossa nacionalidade. Em especial, a constituição da mentalidade, padrão de consciência nacional que parece repetir-se, a despeito das experiências históricas já vividas, ressuscitando a cada ciclo os mesmos equívocos econômicos, políticos e sociais de outrora. Entre os contemporâneos de Bomfim era comum a convicção de que nossos ‘problemas’, ‘atraso’ estavam diretamente relacionados com a questão da raça. Bomfim refutava esse argumento e apontava para o *parasitismo* da colonização como definidor de muitos traços de nossos comportamentos sociais, políticos e até econômicos, que exprimiam apenas as marcas dos vícios de nossa colonização.

Para seguir a reflexão bomfiniana sobre as características da formação da Nação Brasileira retomamos um olhar sobre o conceito clássico de Nação, pois que na análise de nosso autor, surgem peculiaridades que são fundamentais em seu pensamento e que podem ser iluminadas ao observamos o conceito inicial (clássico).

Por vício, começamos pelo dicionário Bechara de língua portuguesa:

Nação (*na.ção*)sf. 1 Comunidade politicamente organizada em território definido e cujos membros são regidos pela mesma constituição. 2. Esse território; país. 3 O povo que habita esse território. 4 Terra natal; pátria. 5 Tribo indígena. [Pl.: *nações*.] *[Do lat. *natio, onis*.]⁷²

Importa observar que o conceito de Nação que aponta para unidade de todos seus elementos não contempla as características do caso brasileiro. Sob o ponto de vista dos elementos básicos dessa formação - etnia, costumes, língua, da religiosidade, formação econômica ou histórica não encontramos unidade (nacional).

Sand (2011) anota o conceito do ponto de vista histórico:

O conceito de ‘nação’ é derivado do baixo latim *natio*. Sua fonte antiga é o verbo *nascere*, cujo sentido etimológico é ‘nacer’. Até o século XX, esse termo foi principalmente usado para caracterizar grupos humanos de tamanhos diversos que apresentavam variadas relações internas. Na Roma antiga, por exemplo, era denominação habitual e comum dos estrangeiros, mas podia também designar muitas espécies de animais. Na Idade Média, ele podia representar grupos de estudantes vindos de lugares distantes. Na Grã-Bretanha, da antiga aos tempos modernos, designava as classes a aristocracia. Às vezes, servia para caracterizar as populações que possuíam uma origem comum e que falavam a mesma língua. Seu uso permaneceu variado ao longo do século XIX,

72 BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da língua portuguesa**. VERBETE **Nação**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

e, até hoje, seu significado desperta dissensões e polêmicas. (SAND, 2011: 54).

Nesse sentido, Bloch também observa que ‘para desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar de vocabulário cada vez que mudam de costumes’. (Bloch, 1997: 57 apud Sand, 2011:54). Sand entende que o anacronismo surge na pesquisa historiográfica por ‘preguiça humana’ no que diz respeito aos conceitos. Muitos termos que utilizamos vêm do passado, carregados de um sentido, significado, e nós os utilizamos e carregamos com novos sentidos, e os reenviamos à história, no passado, com esse novo sentido – daí os anacronismos frequentes. (Sand, 2011:55). Ernest Gellner também apontará a diferença temporal entre a mudança de comportamentos/processos e a modificação/adequação dos conceitos.

Observando a história israelita, Sand conclui que o conceito de nação vem sendo utilizado de modo equivocado ou anacrônico, com sentido “às vezes contraditórios, às vezes complementares, mas sempre problemáticos” (2011:55). [Shlomo Sand \(2011\)](#) destacará como ‘livros mestres’ sobre o conceito de nação, os trabalhos de Benedict Anderson (Comunidades Imaginadas, 1983) e o de Ernest Gellner (Nações e Nacionalismos,1983). Nestes trabalhos o conceito de nacionalismo é a partir de um prisma sociocultural, “a nação se tornava assim um projeto cultural caracterizado”. (2011:73).

Na visão antropológica, há no Brasil uma miscigenação desses elementos todos. Do ponto de vista dos processos políticos, da formação do Estado, pode-se dizer que fomos laçados pelo processo de expansão comercial europeu – e ocupamos o lugar de fornecedores de matérias primas e de gentes para produzir riquezas para os colonizadores – exploradores, que num trocadilho infame, foram exploradores e espoliadores dessa terra, trajando capas de civilizadores.

Do ponto de vista étnico, aqui viviam os indígenas, e depois os negros (africanos) trazidos para o trabalho: miscigenaram-se, fosse pelo motivo que fosse: violência, abuso, sedução, entre tantos outros. Nosso território (pós-colonização) foi sendo desenhado pelos interesses da exploração do conquistador, e os grupos (nativos e trazidos) que iam sendo incorporados nesse processo não pareciam ter interesses comuns entre si, menos ainda com o colonizador. Então, num breve olhar, dizer que Nação identifica “... pessoas, geralmente do mesmo grupo étnico, falando o mesmo idioma e tendo os mesmos

costumes, formando assim, um povo, cujos elementos componentes trazem consigo as mesmas características étnicas e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião, língua e consciência nacional.”⁷³, não atende ao nosso caso.

Para Bomfim (1905), havia entre os europeus um costume de olhar para as Américas com o intuito de homogeneizar características, com a intenção clara de as depreciar. Afirmava que essas tentativas conceituais de homogeneizar características – no caso brasileiro e latino-americano, serviam certamente como critério para desqualificação de nossas gentes e, por conseguinte, suas natural dominação e exploração.

Nesta definição destaca-se também a observação do vínculo formado por uma consciência nacional: “Em outras palavras, a Nação existe a partir do momento em que também há uma consciência de nacionalidade entre os indivíduos, formando um grupo com interesses especiais e necessidades particulares.”⁷⁴ Na observação de Bomfim, no caso brasileiro, essa consciência nacional surgiria dos embates, das lutas travadas lado-a-lado contra o invasor, ainda que internamente não estivessem totalmente coesos, o inimigo era comum.

Para Bomfim, fomos instados a pensar que éramos inferiores ao colonizador, que nossos elementos de cultura e sociedade eram ultrapassados, daí a necessidade de sermos ‘civilizados’ e dominados, dada nossa incapacidade de autogestão como nacionalidade. Como pode haver uma *consciência nacional* num povo que foi historicamente massacrado por outras consciências e interesses que não os seus? Obviamente, não ignorando por princípio o fato de que é tarefa hercúlea definir o que seja o ‘povo brasileiro’.⁷⁵ (Ribeiro, 2013).

Assim, compreender o conceito de nação precede a observação das ‘marcas’ deixadas pela colonização em nossas paragens. Elencamos algumas considerações sobre este conceito em E. Hobsbawm⁷⁶ e Benedict Anderson⁷⁷. Nosso intuito aqui é o de vislumbrar em seus trabalhos alguns componentes da chamada *nacionalidade* e junto disso, o significado que se atribui à *nação*.

73 Dicionário virtual – vocábulo *nação*. In.: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em 20/08/2017.

74 Nação. In.: <http://www.infoescola.com/termos-de-uso>. Acesso em 20/01/2017.
Idem.

75 Ver Darcy Ribeiro, O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

76 HOBBSAWM, E. Nação e Nacionalismo – desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

77 ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.

A obra de Hobsbawm, *Nações e Nacionalismos desde 1780*, apresenta uma síntese sobre a trajetória histórica do conceito de nação. O autor afirma que em 1880 os debates sobre a ‘questão nacional’ eram sérios e intensivos, especialmente para os socialistas pois o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, era objeto de preocupação.

Chama atenção para a afirmação de que “a nação moderna é uma ‘comunidade imaginada’”, na útil frase de Benedict Anderson:

...não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais, mas o problema permanece na questão de por que as pessoas, tendo perdido suas comunidades reais, desejam imaginar esse tipo particular de substituição. (HOBSBAWM, 1990: 63)

Na construção desse nacionalismo, o analfabetismo é apontado como fronteira: a língua escrita e povo muitas vezes não coincidem – evidentemente não podem ser critério para determinar a nação. O acesso à língua escrita, essencialmente nos países colonizados, é por vezes precário, e serve mesmo como forma de poder e dominação.

A língua pode ser elemento de coesão *protonacional*, segundo Anderson. Primeiro, cria uma comunidade em uma área estatal territorial particular e com zona vernácula própria; segundo, cria uma língua comum, pois é construída e não gerada (principalmente se for impressa) – adquire fixidez; em terceiro, a língua cultural oficial dos dominantes e da elite frequentemente transforma-se em língua real dos Estados modernos via educação pública e outros mecanismos administrativos.

A etnicidade, por sua vez, remete à questão da raça, favorece a hierarquização social e serve para definir mais o ‘outro’ que nós mesmos:

Por essa razão, as diferenças étnicas mais óbvias tiveram um papel muito pequeno na gênese do moderno nacionalismo. Os índios da América Latina sempre tiveram um profundo senso de sua diferença étnica em relação aos brancos e mestiços, desde a conquista Espanhola, e isto foi reforçado e institucionalizado pelo sistema colonial espanhol de dividir a população em castas raciais. (HOBSBAWM, 1990: 92).

No caso da colonização portuguesa não foi diferente – o lugar dos indígenas, dos negros e dos mestiços nos parece que estavam sempre bem definidos: na senzala, nas lavouras, nas minas, nos engenhos, sempre à margem da ‘sociedade (branca)’. Conforme elaborações de Bomfim esta condução das gentes inculcava-lhes a certeza de sua

inferioridade e incapacidade para constituir-se como verdadeiro povo desta terra.

As ‘invenções nacionalistas’ trazem ainda símbolos como as bandeiras e ícones sagrados. Do ponto de vista do Estado e das classes dirigentes, apresentam-se dois problemas: questões técnico-administrativas e, lealdade e identificação dos cidadãos ao Estado e sistema dirigente.

Contudo, se a identificação de um Estado com a nação arriscava-se a criar um contra nacionalismo, o próprio processo de sua modernização tornava essa identificação bem mais provável porque implicava uma homogeneização e padronização de seus habitantes, essencialmente, por meio de uma ‘língua nacional’ escrita. (HOBSBAWM, 1990: 114).

Como conclusões, Hobsbawm aponta:

... ainda sabemos muito pouco sobre o que significava a consciência nacional para as massas das nacionalidades envolvidas...(...) precisamos de um olhar frio e desmistificador dirigido à terminologia e à ideologia que cerca a ‘questão nacional’ neste período, particularmente em sua variante nacionalista...(...) a aquisição de uma consciência nacional não pode ser separada da aquisição de outras formas de consciência social e política neste período: todas estão juntas...(...) o desenvolvimento de uma consciência nacional (...) não é nem linear nem feito necessariamente à custa de outros elementos da consciência social. (HOBSBAWM, 1990: 152-153).

No estudo de Benedict Anderson, ‘Dentro de um espírito antropológico (...)’ a nação ‘...é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana’⁷⁸, e esclarece, que o termo ‘imaginada’ lhe é atribuído pois a maioria dos membros de uma nação dificilmente se conhecerão. O que os une na verdade são os elementos subjetivos.⁷⁹

As análises de Anderson e Hobsbawm apontam manifestações culturais como formas de constituir a identidade de um povo. Podem representar também formas de resistência ainda que disfarçada em diversão ou arte. A literatura, a música, a dança e outras manifestações culturais podem em seu conjunto delinear especificidades de um povo, manter sua coesão e transmissão de uma memória de forma discreta, sem fazer alarde; contudo, poderosamente efetiva. Cada lado – colonizado e colonizador – procura manter suas tradições culturais, parecendo resistir a uma aculturação absoluta.

Nesse sentido, o trabalho de Marc Ferro – *História das colonizações* – aponta a

78 ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.

79 Nos estudos de Bomfim, o autor apontará o que chama de ‘revoluções brasileiras’ como momentos em que se forma a coesão nacional – momentos em que o inimigo é externo como na invasão holandesa no Nordeste, e a despeito de suas diferenças os sujeitos aqui ‘irmanados’ defendem um território pretensamente seu.

manutenção de uma festa inca, na qual a memória da conquista é mantida através de representações (teatro)⁸⁰, onde o olhar do Inca revela o que sentiu no processo de dominação espanhola. Para o autor, ‘do imaginário, forma última da resistência à conquista, uma parte irreduzível conseguiu sobreviver’. (Ferro, 1996: 224)

Dessa forma, entendemos que os elementos constituintes de uma identidade nacional, como a língua, a etnia, raça, território, dificilmente são hegemônicos, fator que tem dificultado a visualização de uma unidade nacional, já que o conceito de identidade parece ligar-se constantemente à necessidade de uma hegemonia dos fatores de caracterização, sejam eles quais forem. Nota-se a dificuldade em estabelecer-se um elemento de coesão, um fator que seja comum a todos os habitantes de um território dito nacional. As diversas culturas, etnias, crenças, heranças históricas, normalmente afastam esses sujeitos de um caráter comum. O que particularmente surpreende é que as mazelas são suficientes e devidamente compartilhadas pela maior parte da população, que ainda assim, não se vê identificada como grupo comum (classe) que tem motivos (sobrando) para agir de forma coesa e reagir a um destino (subserviência), ao que parece, historicamente criado. Chama atenção o fato de que Bomfim entenda que os sujeitos brasileiros se unem a despeito das diferenças contra inimigos comuns, miscigenam-se em corpo e alma, mas não se percebem coesos para enfrentar o próprio colonizador – deixa a impressão de que não percebem o colonizador como inimigo.

Cabe então observar como esses padrões de comportamento político social que parecem repetir-se de forma circular foram gerados e se reproduzem, desde o ‘descobrimento’ até os dias atuais. O que Bomfim irá indicar em seus estudos de Brasil é exatamente que compartilhando dessas mazelas é que se forma uma certa unidade de pensamento entre as gentes; que no fazer histórico se constituirá uma identidade nacional. Contudo, que esta unidade não é muito frutífera para confrontar os desmandos do colonizador. O vício do parasitismo da conquista persiste dominando a consciência da nação ‘brasileira’.

Neste sentido, vale observar o conceito de nação apresentado por Bomfim, em seu texto ‘*O dever de Educar*’ de 1921, no qual o autor associa educação e formação da nação:

80 *A Tragédia de Atahualpa a Dança da Conquista.*

A **nação**, coletividade solidária, **define-se e explica-se como um fato histórico**; tem, por isso, como condição essencial para constituir-se e conservar-se, a existência de um **conjunto de tradições comuns**. Outros fatores, de ordem simplesmente física e biológica: a raça e o clima não garantem, nem condicionam a vida e a unidade nacional. Para isso, o que tem importância **são esses mesmos processos puramente psíquicos, conscientes e inteligentes, mediante os quais se faz a transmissão das tradições nacionais, isto é, os processos que se incorporam na educação**. Se o Estado é o órgão central da nação, o primeiro dos seus deveres está em garantir-lhe a conservação e a unidade; por conseguinte – garantir e apurar a educação, único processo de conservação nacional. (BOMFIM, 1921 apud GONTIJO, 2010)

Atentamos para o fato de que para o autor, o Estado é figura central neste processo, sendo responsável (ou deveria ser) por garantir o processo educacional, que está claramente relacionado ao processo de formação e ‘conservação’ da nação, no pensamento bomfiniano.

Entendemos que Bomfim não tem um projeto prévio de revolução, que as condições sociais-históricas vividas vão escrevendo de forma sublinhadas as formulações que resultam revolucionárias em dado momento de sua obra, quando ele próprio se dá conta do necessário processo de substituição da classe dirigente e dos modelos que sendo aplicados à formação da nação – é, para nós, daqui, dessas considerações, que emerge o Bomfim revolucionário: homem de ciência, dado à razão, percebe que seus enunciados de formação da nação só podem fazer sentido no seio da revolução nacional – uma vez que já são eles mesmos postulados caracterizadores do movimento revolucionário. Como aponta Hobsbawm acreditamos que presenciar a intensa mudança na estrutura político-social do Brasil, moveu a compreensão e os diagnósticos de Bomfim sobre a formação da Nação. Viu a comemoração da chegada da República e lamentou que esta não cumprisse de fato seus propósitos – seus próprios princípios.

O que estamos apontando é que em 1921, apenas quatro anos antes de começar a escrever a Trilogia, mas já vivenciando as desilusões da República, Bomfim vem a reboque de seus próprios dilemas da formação nacional: como poderia haver nação numa sociedade onde o Estado (seu guardião; vanguarda) não se ocupa do elemento chave⁸¹ que lhe dará formação? O sonho de ver realizado o regime democrático em terras brasileiras começa a esfumegar ante os olhos de Bomfim:

81 Refere-se aqui à crítica de Bomfim quanto ao descuido da República, na figura de seus representantes, nos cargos de direção do Estado, quanto à Educação do povo brasileiro – ainda em formação.

De que nos serve decretar o regime das liberdades se não sabemos compreendê-lo? ... **A liberdade não se cria pela virtude mirífica das leis: enquanto a maioria dos brasileiros não estiver no caso de compreender seus direitos e deveres cívicos, só teremos o governo da nação como a expressão de um poder pessoal.** O remédio contra isso está exclusivamente na **instrução popular**, capaz de criar o que se pode chamar uma alma nacional, lúcida, sã, caracterizada e forte. (BOMFIM, 1921 apud Gontijo, 2010).

Nota-se uma preocupação quanto a efetividade de leis num meio desprovido de cidadãos capazes de compreendê-las (e naturalmente cobrar seu cumprimento) e uma associação da ação educativa e da criação de uma ‘alma nacional’- Bomfim pensa a instrução popular, baseada na história brasileira – com seus fatos e personagens, que inspirem as consciências para se criar essa ‘alma nacional’. Ora, se todos, a despeito de suas origens, etnias, vêm do mesmo processo histórico e nele contribuem para construção do desenvolvimento, será óbvio que a herança histórico-cultural lhes incutisse sentimento semelhante de amor à Pátria e defesa da Nação em construção.

Para Bomfim, não cremos que pudesse ser de outro modo, a nação é fruto dos indivíduos que a compõem:

Uma nação é a associação completa de todas as criaturas humanas fixadas num território, e vale pelo que valem os indivíduos que a compõem. Para elevar o país; para dar-lhe vida, força e progresso, há um meio seguro – preparar e elevar o homem que povoa, e que resume a própria vida e força da nação. É o meio absolutamente necessário, e único: Não pode haver progresso, nem grandeza para um povo, se, na sua maioria, ele permanece anulado, aviltado, na ignorância e no analfabetismo. (BOMFIM, 1919).

Considerava que para *eleva*r a nação era necessário elevar o *homem*. Os processos de adaptação não são simplesmente instintivos ou transmitidos hereditariamente – Bomfim acredita que são transmitidos mediante ação sistemática da educação, dos indivíduos já feitos, para os indivíduos em formação, ‘porque, convenientemente feita, ela [a educação], permite, a cada indivíduo, o condensar e aproveitar, no seu preparo pessoal, a experiência geral da espécie’. (Bomfim, 1921).

Bomfim apresenta o desenvolvimento humano em três etapas: gestação, aleitamento, educação. Para o autor, ‘A educação é uma consequência natural da superioridade de organização nervosa do homem, como o aleitamento é uma consequência natural da organização biológica dos mamíferos’. (Bomfim, 1921). Desse

modo, não poderia haver de fato a Nação enquanto não se realizasse a Educação. Perseguiremos esta afirmativa e suas decorrências, conquanto nos sinalizam uma possível contradição na concepção (interna) bomfiniana – uma história do ovo e da galinha – como fazer uma nação sem cidadãos? Como formar um Estado protagonista da Educação das gentes quando este é estruturado com a elite (interna) muito mais preocupada em manter seu *status quo* que em decretar liberdades e emancipações? Como quebrar esta corrente sem saída da inexistência do sujeito que compõe a Nação a partir de uma consciência nacional, sem a existência desse nacional? Como constituir um novo Estado se quem o constitui é o próprio algoz das gentes ‘dominadas’ e, naturalmente, o faz em interesse próprio? Todas estas questões estão postas para Bomfim em sua contemporaneidade, e seus parceiros, em sua maioria, não apresentam disposição para debatê-las, não a partir dos enunciados que Bomfim propõe. E o que nos parece, é que são estas mesmas questões que levam Bomfim a uma decisão incisiva: só a Revolução pode criar a Nação Brasileira.

4.4 Apêndice: Bomfim e a Instrução Pública: idealismo no sentido próprio ou a consciência precede a (n) ação

Este apêndice é baseado em principalmente em reflexões de Bomfim acerca do papel da educação presentes no América Latina (1905) e em um seu discurso de paraninfo na Escola Normal proferido em 1904, no Rio de Janeiro. Estes textos não são objeto principal deste trabalho, porém trazem elementos importantes para compreendermos a concepção de Bomfim sobre o processo por meio do qual um povo sob um Estado se torna nação, consideramos importante incluir este debate no trabalho da tese.

Em 1893 o governo norte-americano publica o *Report of the Commissioner of Educations* (1889-1890)⁸². Bomfim lê o relatório e fica extremamente impactado. Declara no artigo *Instrução Popular*, em 1897:

82 Conforme Gontijo, “O *Report* foi elaborado por uma comissão nomeada pelo governo dos Estados Unidos: a Comissão dos Dez, que produziu estatísticas acerca do ensino nos diversos estados da federação, avaliou os programas escolares e as condições de administração das principais escolas do país”. O relatório (ou parte dele) foi publicado na **Revista Pedagógica**, tomo 9, n. 48, 15/6/1896, pp. 290-331. (GONTIJO, 2010:08)

Foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza dos nossos recursos, que nunca mais pude [me] furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. De então para cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo. (Bomfim, **Instrução popular**, 1897).

Desde a leitura do relatório, Bomfim declara que não pode evitar as comparações, e, lamentar o enorme atraso em que se encontrava o país no processo de democratizar o ensino. O momento era de preocupação com mudanças na legislação sobre a educação - pela nova orientação, ocorria uma descentralização da instrução popular, ficando esta a cargo de cada Estado. Bomfim concordava na falta “preparo e de educação para o progresso”, mas para isto havia ‘remédio’: “atender-se à instrução popular”. Para o autor, o Estado devia assumir esse lugar de agente de resolução deste problema, e, que o governo Federal deveria intervir para promover a instrução popular, em especial, considerando as condições político-sociais de então:

Todos os governos das nações cujas condições políticas mais se aproximam das nossas, intervêm na organização moral e política da escola primária e **contribuem largamente para a instrução popular**. (...) O que não conheço é país onde o governo central se despreocupe tão absolutamente da instrução primária como entre nós; não sabendo o que o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceitil para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que a isso se refere.⁸³(Bomfim, 1897). (Grifos Nossos).

Verificando os exemplos de nações em condições semelhantes ao Brasil, Bomfim afirma que seus governos tomam para si os cuidados com o ensino popular – a questão parece óbvia: se há interesse no progresso e a população não tem instrução para realizar esta tarefa, cabe ao Estado assumir a direção. Bomfim considerava que somente a educação poderia tornar o homem livre, capaz de guiar seu próprio destino, de emitir opinião e agir, conforme sua própria consciência - ‘desembaraçado de toda a coação exterior’. Afirma: “Sem isto, ... **o homem não seria homem, senão um anulado, que se conduz à rédea**. Sob este aspecto, liberdade se confunde com atividade; toda a coação à liberdade é um entrave à atividade. (Bomfim, 1905[1993]: 272). [Grifos Nossos].

No pano de fundo dessa fala, Bomfim apontava a falta de sujeitos capazes de

⁸³Bomfim apud Aguiar, op. cit., pp. 190. Grifos do autor. Artigo originalmente publicado com o título de “Instrução popular” no jornal *A República*, de 2/12/1897, posteriormente incluído no livro póstumo *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932).

conduzir uma vida pública, política, nos moldes da República – para ele, ser cidadão implicava antes de tudo ter condições para exercer essa cidadania, ter condições de emitir uma opinião crítica, cobrar direitos, gerir o próprio destino. Sua fala é nítida – LIVRE – ele próprio dá o destaque do texto e mostra o oposto: ‘um anulado que se conduz à rédea’⁸⁴. O progresso tão desejado por todos, inclusive pela classe dirigente, para Bomfim só viria com a instrução: o que lhe parecia desconexo (ou um paradoxo) – como gerar progresso onde os homens não são livres para produzir? A condição indicada pelo autor para se alcançar o progresso é exatamente a de ser livre – e para tal, somente sendo portador de uma consciência, gerada na tradição, que é passada de uma geração à outra, pelo processo da educação.

Com educação pública, Bomfim acreditava que se poderia viabilizar o progresso e a modernidade no Brasil, deixando para trás as raízes do escravismo – entendendo-se educação como instrução popular. Bomfim entende a educação como um elemento de redenção do *brasileiro*⁸⁵.

Algumas observações sobre a temática da questão da educação nesse ambiente de Bomfim se fazem necessárias, considerando que o conceito de educação ali trazia diferentes características das que vigem atualmente. E seu significado para Bomfim também ganhou contorno específico, tornando-se ponto fundamental do projeto de formação da nação brasileira. Além de servir como caminho para superação do atraso, era a partir da educação que se transmitiria a consciência nacional, gerada na tradição. Esta por sua vez, estaria fundada na história vivida por este povo ‘brasileiro’, e que já trazia para o autor suas marcas específicas de lutas e preservação, e deveriam ser registradas e contadas na História do Brasil vista da perspectiva dos ‘dominados’ – história de todos, e não de uma elite dominante.

No início da República, a educação, ‘não era vista apenas como sinônimo de aprendizado escolar, pois dizia respeito à aquisição de todo um conjunto de recursos capazes de proporcionar a liberação e, também, a adequação do indivíduo e dos

84 Essa fala de Bomfim chamou-nos atenção, pois posteriormente, quando se trava o debate sobre a questão do voto livre no Brasil, da escolha política dos cidadãos, se usará o termo ‘voto de cabresto’, que alude exatamente ao fato de que o cidadão não decide por si próprio, e sim segue, como relata a historiografia brasileira, o *cabresto ou o mando* de seu patrão. Ver: FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (entre outros).

85 Utilizamos o termo *brasileiro* conforme a definição de Manoel Bomfim que indicamos no capítulo 1 - *Brasil na América*.

diferentes grupos sociais às novas demandas sociais’ (Gontijo, 2010). Junto disso, a pedagogia, como ciência, estava ainda por fazer. O próprio Bomfim será um dos pesquisadores a iniciar investigações nesse campo no Brasil, utilizando para tanto sua experiência no laboratório de Alfred Binet, na França⁸⁶. Sobre esta questão, Gontijo afirma que:

Naquele momento, o debate sobre educação não estava circunscrito ao âmbito pedagógico. De um lado, porque a pedagogia no Brasil se encontrava em plena fase de consolidação enquanto saber científico, dotado de métodos capazes de promover o aperfeiçoamento efetivo do ensino e da aprendizagem. De outro lado, porque a questão educacional mobilizava diferentes agentes interessados nos rumos do país e preocupados em identificar e enfrentar as causas do “atraso” brasileiro. Aqueles que se dedicavam aos temas da educação possuíam formação diversificada, assim como eram distintos seus campos de atuação. Compartilhavam, contudo, o meio por excelência para divulgação de ideias: a imprensa, que ao longo das décadas de 1880 e 1890 expandiu-se significativamente. (Gontijo, 2010: 12/13)

Havia ainda questões como a dificuldade de se obter informações estatísticas confiáveis, que pudessem orientar políticas públicas. Bomfim reclama dessa falta de informação, falta de dados sobre as condições das escolas, dos planos de ensino e até dos conteúdos. Conforme Ângela de Castro Gomes (2000) foram muitos os dados coletados e suas diferentes implicações no planejamento do sistema educacional:

Um dos primeiros levantamentos data de 1916 e foi incluído no volume de Estatística da Instrução, elaborado pela Diretoria Geral de Estatística no Brasil, órgão criado em 1871. Em termos gerais, apontava a precariedade da educação no país, afirmando que **o analfabetismo atingia 69,2% da população brasileira; que o ensino secundário inexistia em muitos estados; que o número de escolas primárias públicas era superior ao de particulares; e que o poder público estadual era o principal responsável pela rede de escolas primárias.** (GOMES, 2000 apud GONTIJO, 2010:14). [Grifos Nossos].

Bomfim defendia a intervenção do poder público Federal na instrução primária: por um lado, havia a necessidade de convencer as famílias abastadas a abrir mão dos preceptores e perceber a escola como ideal – cultural, intelectual e socialmente adequados para formação de seus filhos (as); e por outro, convencer as famílias pobres, de origem agrária, que estudar era realmente necessário e importante. O autor aponta

⁸⁶ Em 1902 Bomfim foi para Paris, estudar psicologia experimental, no Laboratório de Alfred Binet e Georges Dumas, na Sorbonne. Os estudos de Bomfim na área da psicologia estão mencionados pelo professor Antonio Gomes Penna, em seu livro **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

uma característica de priorização da produção agrária no país, desde a colonização, de que nosso destino era ser um produtor agrário preferencialmente. Esta crença somada à pobreza das famílias do campo, fazia prevalecer a manutenção dos filhos nas lavouras, nos trabalhos do campo ao invés de encaminhá-los para instrução. Para o autor, o desenvolvimento de fato, o que chama de ‘progresso’ para o país, só viria com a educação, de modo que esse padrão de produtor agrário fosse quebrado.

Para compreender o sentido da educação para Manoel Bomfim, buscamos a interpretação de Alves Filho (2008) quando explica que a educação popular, destacada pelo autor, referia-se naquele momento a *instrução pública*. Alves Filho também considera que a simples expansão da rede de ensino público – mesmo sendo de qualidade - não bastaria para gerar a cidadania: “... possibilitar que os homens, conscientemente, tornem-se senhores do seu próprio destino” (Op.cit.). Nesse molde, o cidadão poderia construir uma democracia radical, no dizer de Alves Filho, onde os governantes estariam a serviço dos interesses da ‘vontade geral’, da maioria da população. Nesse panorama o cidadão estaria capacitado para ‘entender a coisa pública’ e ser responsável por suas decisões.

Para Bomfim, a educação - enquanto instrução básica e popular - estava intimamente ligada à possibilidade de realizar (concretizar) a República como regime político, uma vez que esta demandava uma população instruída o suficiente para exercer o direito do voto, e não ficar subordinada, ao que mais tarde será chamado pelos historiadores de ‘voto de cabresto’ - Bomfim já falava em ‘rédeas’. Mais do que votar, atenta para o fato de que os ‘cidadãos’ precisariam entender a ‘coisa pública’ – reconhecer direitos e deveres seus, e do Estado, como guardião desta nação em formação e de seus interesses – para todos e não para uma minoria, representada pela elite dominante (interna e externa).

Fez-se a República no Brasil, e adotou-se o regime da democracia pura, o sufrágio universal; o governo seria, apenas, um mandatário – o delegado, representando a vontade da maioria da nação. Tal é a essência do regime – **um órgão governamental em nome da maioria. Não sendo assim, não concorrendo a maioria das vontades para instituir os poderes públicos, está falseado o sistema.** (BOMFIM, 1905 [1993]: 202) [Grifos Nossos].

A mudança do modelo político de governo – da monarquia para a República, deveria marcar a mudança de comportamento de seus dirigentes – passariam a tutelar a

vontade da maioria no poder público, e não o privilégio de alguns. Diferente disso, a República, como regime democrático, estaria fadada ao fracasso. O evento da República instigava as reflexões de Bomfim quanto às heranças da colonização, marcadas nesse momento pela impossibilidade de concretizar a cidadania da ‘maioria’ da população, considerando a questão da educação como pilar básico para realização desta tarefa. Para o autor, “o indivíduo analfabeto não é um cidadão completo, [...] e numa democracia, todo cidadão deve conhecer os seus direitos e deveres” (Op.cit.). Observa que a Constituição demonstra tal entendimento quando define que só indivíduos alfabetizados – os que soubessem ler e escrever – tem direito ao voto. Ocorre que apenas 10% da população preenche este requisito – o que significa que ainda que as eleições fossem legítimas, o regime estaria falseado, considerando que só uma pequena parcela da população está apta a fazer escolhas políticas. Nesse caso, Bomfim afirma que onde um governo representa a minoria, não pode, de modo algum, ser uma República. O sufrágio universal é apenas “uma burla, visto a ignorância absoluta das massas”. (Bomfim, 1905 [1993]: 202/203)

Desse modo, sem uma ação voltada para a educação popular, a República, para o autor, simplesmente não tinha elementos para se concretizar: como concretizar um regime político democrático, baseado na liberdade de escolha, quando seus sujeitos (representantes da maioria da população) não estão capacitados para tal elaboração? Apenas a pequena parcela da população, representante da elite dominante (10%) estaria em condições de participar como cidadãos do regime republicano, democrático – fato esse, que caracteriza para o autor, uma ‘burla’ do regime, já que sua condição fundamental está falseada: não representa a vontade da maioria, e sim, continua a vontade de uma minoria de dominantes a traçar os destinos de toda a nação⁸⁷. Daí o autor

⁸⁷ No texto de Joaquim Nabuco – *O Abolicionismo* – o autor chama atenção para a exclusão da educação, em especial, da educação popular, pois já entendia que educar ‘as massas’ afetaria o *status quo* do estado escravagista: “Entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está novamente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação. Por honra do nosso jornalismo, a imprensa tem sido a grande arma de combate contra a escravidão e o instrumento da propagação das idéias novas; os esforços tentados para a criação de um órgão negro naufragaram sempre. Ou se insinue timidamente, ou se afirme com energia, o pensamento dominante no jornalismo todo, de Norte ao Sul, é a emancipação. Mas, para fazer o vácuo em torno do jornal e do livro, e de tudo que pudesse amadurecer antes do tempo a consciência do abolicionista, a escravidão por instinto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.” Arquivo Digital. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em 2017.

apresentar severa crítica quanto aos deveres e desenvolvimento da República:

Dado isto, qual o dever do Estado-República? Mandar ensinar a ler e a escrever a esta população de analfabetos. Bem, há treze anos que existe a República, e, em todo esse tempo, nenhuma voz reclamou contra este absurdo, ninguém se ocupa do assunto. Quem quiser ter a impressão bem sensível dessa despreocupação, leia os relatórios dos ministros de Instrução Pública: nem uma palavra sobre instrução popular; mesmo quanto aos outros ramos de ensino, nem uma nota sobre o progresso da instrução em si; reformas, programas etc., tudo vem tratado sob o ponto de vista estritamente administrativo, sob o ponto de vista dos interesses privativos do Estado. (Bomfim, 1905 [1993]: 203)

Neste ponto da argumentação, Bomfim faz uma nota de rodapé onde justifica sua preocupação com a situação da instrução básica: ‘Nesta hora, não há, no mundo oficial do Brasil, quem possa dizer qual o estado da instrução popular, nem, sequer, o número de escolas’. (Op.cit. 203). Cabe observar que quando o autor aponta que apenas os interesses privativos do Estado estão sendo atendidos, indica que a maioria da população está sendo relegada.

Paulilo (2003) observa que para Bomfim, ‘A educação foi apresentada como (1) premissa da democracia como regime de governo e (2) afirmação da renovação nacional’. (2003: 124). O autor relata que no primeiro caso, a educação popular serviria para resolver o ‘paradoxo do princípio constitucional’ – a questão da alfabetização excluía grande número de votantes, e ao mesmo tempo, de fazer uso da instrução como ‘instrumento de ação política’. Ou seja, a falta da educação excluía grande parte da população da participação na vida política e social da nação. (Paulilo, 2003). No segundo ponto, a educação seria instrumento direto para reduzir a herança do parasitismo que ainda se apresentava: por meio do ‘horizonte social de origem dos indivíduos’; no ensino bacharelesco ‘no qual as generalizações sem base, as transcrições literais e as abstrações filosóficas substituíram a observação do real’, e, no conservantismo político, que resistia ao progresso.

Paulilo (2003) entende que o alargamento das bases eleitorais significava submeter à vontade popular os movimentos de prescrição e legitimação dos programas elaborados pela elite dirigente; posição esta, que era defendida por Bomfim num quadro em que a população participasse ativamente da vida pública, em posse de consciência própria, defendendo seus direitos e projetos.

Nesse sentido, entendemos que para Bomfim, a educação era o caminho para transformar a sociedade brasileira – diminuindo a distância socioeconômicas e cultural,

entre a elite dirigente e o ‘povo’. Este caminho feito pela educação popular, para além de renovar a situação sócio-política da nação, a colocaria nos trilhos do progresso. A escola até aqui, para Bomfim, era o remédio para o corpo social. Sobre este aspecto, Paulilo (2003) afirma que:

Nesta operação, a escola foi colocada como única instituição capaz de modificar radicalmente o meio social brasileiro. Era entendida como a instituição encarregada de levar para toda a população as ‘práticas de higiene’, o ‘ardor social’ as ‘preocupações políticas’, a ‘consciência moral’. (PAULILO, 2003, 125).

Em discurso proferido em 1904⁸⁸, quando Manoel Bomfim foi convidado a ser paraninfo de uma turma de formandas Escola Normal do Distrito Federal⁸⁹, em sua fala destacou o papel da educação na formação da nação, sobretudo, de seus cidadãos.

Diz ao principiar:

Alegria, serenidade, confiança – eis os sentimentos que, certamente, aquecem as vossas almas, agora que aceitaes a função de educadoras, função formada das sociedades livres, ou que aspiram à liberdade, função capital nas Repúblicas e Democracias que merecem este nome. (Bomfim, 1904: 06)

A esse tempo, Bomfim já vinha desapontado com os descaminhos da República. Vinha criticando a expectativa de que se faria no Brasil uma República, e mais ainda, que a fizessem com a Democracia: como, perguntava ele, seria possível construir uma democracia com um povo sequer alfabetizado?

Em sua fala, Bomfim ressalta a importância do papel das professoras. Relaciona educação e República e Nação. Entende que os professores, em geral, não têm sua importância reconhecida – “... apagada é a nossa vida nas glórias desta democracia...” e,

88 Esse texto foi de difícil acesso. Depois de diversas tentativas em vários arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro e outros Estados, localizamos uma cópia na Academia Brasileira de Letras, por ‘acaso’, numa listagem de obras comuns, quando na verdade trata-se de um documento raro. O bibliotecário responsável percebeu o equívoco enquanto conversávamos sobre o valor do texto e sua preservação (a cópia estava em mau estado de conservação) e ao identificarmos que o mesmo estava dedicado ao Sr. Machado de Assis, poeta brasileiro e amigo do Sr. Bomfim. Obviamente, o exemplar foi recolhido e encaminhado ao acervo do sr. Machado de Assis. Lamentavelmente, localizamos listado neste mesmo arquivo a obra ‘Cultura e Educação do Povo Brasileiro’, de 1932, que infelizmente não foi encontrada no acervo. Aparentemente foi desviada após uma consulta realizada nos anos de 2010-2013. Sobre o texto, consideramos o discurso uma súplica do pensamento bomfiniano quanto ao valor da educação para realização da República, para efetivação da Abolição nos termos da liberdade, da relação entre ensino/educação e cidadania, fundamentais para a Democracia efetiva.

89 BOMFIM, M. **O Progresso pela instrução**. Discurso ás normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal que o elegeram para paranympho. Pronunciado na solemnidade da entrega dos diplomas em 13 de Maio de 1904. Rio de Janeiro: Typ. Do instituto Profissional – Boulevard 28 de Setembro n. 33.

comenta que outros problemas são considerados ‘capitales e importantes’, enquanto que ‘instrução popular, ensinar meninos...continua a ser uma função esquecida e humilde, para humildes e esquecidos’. (Bomfim, 1904)

E faz uma nota sobre a história:

Não calunio: consulte as tradições da nossa patria, através de todas as suas phases, e não encontrareis nunca a instrução e a educação popular na ordem dos problemas a resolver. Lêde as cogitações de uns e de outros, empenhados em promover o bem geral, e em attender ás grandes necessidades collectivas, e vereis o sem-numero de projectos e de medidas salvadoras; vereis como a sorte do paiz se liga, successivamente ou simultaneamente, á resolução dos mais desconhecidos problemas; de tudo se trata, tudo se pede, tudo se exige como necessario, menos o preparo, a instrução e a educação das gerações futuras; menos o realçamento, o progresso intellectual e moral dos individuos. E, até hoje, esta questão se conserva afastada. Esforcemo-nos por trazer para ella as attensões, definamos a sua importancia, e activemos a sua solução. (BOMFIM, 1904: 07).

O autor relaciona a educação dos indivíduos à possibilidade do progresso: parte do princípio de que a sociedade é formada pelos indivíduos, e desse modo, também as nações o são. Considera então que na medida em que estes indivíduos sejam cultos e progressistas, a nação (?) “será adiantada, prospera e progressista”; contrariamente, “se os indivíduos permanecem retardados, ignorantes, inaptos, - a nação persistirá, fatalmente, atrasada, barbara, fora do progresso e da fecunda”. (Bomfim, 1904: 08) o que significa dizer que a falta de investimento na educação para evolução dos indivíduos reflete direta e proporcionalmente na formação da nação brasileira.

Observa que o ser humano é adaptável, ou seja, pode modificar sua postura conforme é educado para tal: “... o ser humano é educável e adaptavel por excellencia; inculto, nullo, incapaz, ignorante, elle póde adquirir, em duas ou tres gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparado para todos os progressos”. . E lembra Leibnitz: ‘Dae-me a educação de duas gerações, e eu transformarei a face do mundo’. (1904:08).

Sua análise indica que a educação popular pode transformar o destino de um povo: ‘Uma sociedade constituída hontem de inaptos e retardados, póde apresentar-se amanhã como um povo de progressistas e de competentes, prompto paa a vida e para a acção.’ (1904: 08).

Mediante estas considerações, Bomfim afirma que só há um caminho para o progresso da nação, para prosperidade e perfeição: “... instruir, educar os indivíduos; nas

sociedades que aspiram a progredir, o preparo das gerações futuras vem a ser um dos mais importantes dos serviços públicos. (Bomfim, 1904: 09)

Para Bomfim, estas conclusões são apenas resultado da lógica, que emana dos próprios fatos. Aponta o estado geral dos ânimos:

... desolação, pessimismo, inercia, superstição, despeito, imprevidencia, desalento, incerteza, desorganisação, desgosto de viver em uns, furia egoistica em outros, indiferença em muitos; odios, rancores, invejas; um mal-estar indefinido, uma inteira incapacidade para a vida...(...) as actividades annulladas, o espirito afogado em preconceitos, a inteligencia apagada, o coração combalido, mortos os enthusiasmos, desaparecidas as ideias nas sombras dos individuos...(Bomfim, 1904: 10)

Bomfim nesse momento mostrava-se decepcionado com os rumos da política republicana, cujo projeto não via encaminhado para realização. O autor alega que a propaganda pela Abolição e pela República fora de exaltação humanitária, e agora, vivia das ‘illusões desfeitas, em que os corações mais justos não resistem à tentação de descreer de tudo, e, abatidos, afastam-se deixando o campo livre aos appetites em guerra’. (Bomfim, 1904: 10).

O tom do discurso é acalorado, e ao mesmo tempo que deseja demonstrar a decepção com os rumos políticos do país, também incentivar a luta para superação da inércia em que o país lhe parece mergulhado:

Ao contemplar-se o horizonte social e intellectual da nossa patria hoje, tem-se a impressão de que o mundo se resume no almoço e no jantar. Nem o amor pela verdade e pela sciencia, nem o agitar das emoções superiores e estheticas, nem o ardor das campanhas sociaes, porque os proprios gemidos restam indefinidos na espessura da ignorancia. Finalmente, não ha privilegiados nessa preamar de tristezas. E mais soffre o homem de espirito e de coração, porque nenhuma pena é comparavel a esta: sentir-se o indiviudo capaz de viver a vida intelligente, de justiça e de solidariedade, e ser condemnado a viver a vida dos rebanhos cortados pelas alcatéas. (BOMFIM, 1904:11)

Bomfim observa que os poucos que parecem resistir a situação, tendem a rever o passado, e desejar fazer a vida moderna com ‘ideias antigas’. Compara o Brasil à situação mundial, e o considera paralisado pelos preconceitos de origem.

Não menos dura é sua crítica quanto as poucas reações que nota nos mais instruídos, que para o autor, cobram e punem a ‘massa popular’ sem que esta tenha recebido estímulos na direção adequada da instrução e do trabalho. Salienta que os homens instruídos da sociedade quando reagem, é tão somente para reclamar da

imprevidência das classes populares. Observa que fazem leis e medidas para obrigar o povo a trabalhar, contudo, não há ensino que estimule o trabalho, sem que possam ver “um destino útil para o fructo de sua actividade”. Para Bomfim, a condenação da massa da população é irrefletida pois que tudo que se apresenta como ‘defeito’ nesta população é resultado de ‘ignorancia’. (Bomfim, 1904: 12)

Sendo assim, a responsabilidade, para o autor, não pode estar na ‘massa popular’, até porque seria uma incoerência: “Como pretender e esperar que um povo caminhe para o progresso, quando na sua totalidade, quasi elle ignora em que consiste o progresso, e ignora, mesmo, que tal cousa exista?!” (Bomfim, 1904: 12).

O autor faz crítica e até autocrítica, refletindo sobre os instruídos, intelectuais em geral, e afirma que os intelectuais é que são ‘iniquo e vís’ por acusar a massa de ‘infelizes e apathicos’. Lembra que esses males que acusa são efeitos da herança colonial, e, portanto, não há aqui culpados. (Bomfim, 1904: 12/13)

Bomfim subdivide o discurso, muda o tom, mas não para mudar de tema e, sim, para focar na relação entre educação e nossa História; e passa a apresentar uma análise que remonta às peculiaridades desta e as possíveis consequências. Inicia por falar da importância da palavra, mas também de como são prejudiciais quando representam todo o esforço.

Destaca que sem ação efetiva, a palavra é apenas ilusão, pois faz crer que os progressos já estão realizados. Para Bomfim nossas questões (problemas) têm sido resolvidas com leis, e com elas aguarda-se o ‘efeito mirifico da palavra’. Toma a fala de Dalloz para enfatizar sua consideração:

‘Quando a ignorancia está no seio das sociedades, e a desordem nos espíritos, as leis se tornam numerosas. Os homens tudo esperam da legislação, e sendo cada lei nova uma nova decepção, eil-os arrastados a pedir-lhes incessantemente o que não lhes pôde vir sinão delles mesmos, da educação, da reforma dos costumes’. (Dalloz apud Bomfim, 1904).

Conclui o autor, que pela virtude das reformas escritas, não haverá transformação dos homens, do mesmo modo, que “não bastam decretos e leis para derramar e exaltar a instrução”. E acrescenta:

Saber não se decreta, conquista-se e transmite-se. Só ha um meio de elevar uma nação, é elevar os cidadãos; só ha um meio efficaz e seguro de elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente, a cada um delles, o ensino e a educação,

indispensáveis para a vida superior que imaginamos. (Bomfim, 1904: 13/14).

Para o autor a única forma de sair da ignorância e alçar o progresso da nação seria o investimento na educação popular – para ele, essa ignorância era o ‘único obstáculo ao nosso progresso’. (1904: 14). Observa que as nações desenvolvidas já tinham uma visão do seu valor intrínseco, de seus bens naturais campos, selvas, águas, costas, moveis e imóveis. Aqui Bomfim está referindo a concepção do que chama ‘sciencia que ensina enriquecer as nações’ ou ‘sciencia economica’. (1904:15) E observa que se a ciência fosse econômica e humana ao mesmo tempo, entenderia o indivíduo como força e valor, e ainda que as energias desse indivíduo são úteis a ele, mas também à sociedade. Para Bomfim, o pior equívoco que pode haver na economia e na sociedade é permitir que os indivíduos permaneçam na ignorância. E aponta sua esperança:

... Pense no que seria este Brasil, si se arrancassem a miséria da inaptidão e do analfabetismo os milhões de cérebros, por aí inúteis! Pense no que será elle, no dia em que, a todas essas intelligencias, abandonadas e esquecidas, forem dadas as possibilidades de um desenvolvimento integral, isto é, um pouco de luz e de saber, que lhes permita expandir-se, definir-se e alcançar a verdadeira condição humana! ... só então seremos uma sociedade organizada, apta para a vida actual, toda de complexidade e de harmonia. A nossa inorganisação deriva justamente da ignorancia, que impede a adaptação do individuo aos liames de uma civilisação superior. Todo homem póde viver livre e autonomo numa sociedade civilisada, mas é mistér que elle seja capaz de conhecel-a para ajustar-se a ella. Sem isto, será sempre um coacto, ou um perturbador, porque a expressão de toda ignorancia é uma escravidão moral ou material. (Bomfim, 1904:15)

Para Bomfim, defender a ignorância, nada mais era do que defender o *status quo* – e ele afirma isso às formandas. E lembra as palavras de Ibsen⁹⁰: “é uma velha mentira dizer que a cultura intellectual desmoralisa; não, o que desmoralisa são os esforços que se fazem para embrutecer o povo; é a pobreza, são as misérias da vida!” (Op.Cit.16).

Relacionando progresso e educação, passa então a definir e indicar como acredita em viabilização – é preciso iniciativas inteligentes. Chama atenção que o progresso a que

90 Bomfim não indica a referência bibliográfica, aliás, característica de sua escrita como um todo – cita os autores, as falas, mas não as localiza nas obras. Sobre Henrik Johan Ibsen: nasceu em 20 March 1828 – e faleceu em 23 May 1906). Henrik Johan Ibsen foi um dramaturgo norueguês, considerado um dos criadores do teatro realista moderno. Foi o maior dramaturgo norueguês do Século XIX. Foi também poeta e diretor teatral, sendo considerado o “pai do drama em prosa” e um dos fundadores do modernismo no teatro. Entre seus maiores trabalhos destacam-se Brand, Peer Gynt, Um Inimigo do Povo, Imperador e Galileu, Casa de Bonecas, Hedda Gabler, Espectros, O Pato Selvagem e Rosmersholm.

se refere vai além dos cifrões, toneladas e quilômetros. O progresso de fato é a expressão da razão e da justiça, diz Bomfim: “Toda a historia do progresso social está escripta na evolução do pensamento humano”. (Bomfim, 1904:16/17)

Bomfim compara o desenvolvimento do homem ao das demais criaturas (animais) e afirma que é a inteligência que os difere e, portanto, suas descobertas e seu progresso são de fato o que se espera deles (todos os homens!). É o homem criador de si mesmo a partir da inteligência, da reflexão, da razão: “... dilatando a consciencia sobre o universo, condensando-o, recreando-o nas suas representações subjectivas, e tornando-se, assim, a grande força, que a si mesma se dirige e se renova”. (Bomfim, 1904:17).

O autor observa que o desenvolvimento da indústria (tecnologia) modifica o meio físico, e já acredita que a propaganda pode mudar o meio social e os valores morais. Contudo, para ele, as energias sociais têm seu potencial nas ideias, e assim, é pela inteligência que o homem pode superar-se. E acrescenta, incisivo:

Não há progresso na ignorancia. Na economia social de nossa época, paiz de analfabetismo quer dizer: paiz de miseria e pobreza, de despotismo e degradação. Percorra-se a carta do mundo actual, e achar-se-á uma relação constante e absoluta entre a diffusão do ensino e o progresso social e economico. Vereis ainda: que a generalisação da instrução, a pratica da sciencia, precedem sempre a grandeza e a prosperidade. São paizes onde o analfabetismo é quasi desconhecido; mas, nem por isso, é menor o esforço para dilatar e apurar cada vez mais as intelligencias; todos sentem e todos comprehendem que o futuro depende deste poder crescente da ideia. (BOMFIM, 1904: 17/18).

O autor toma para si as palavras do deputado belga Anseele⁹¹: ‘*Des écoles, des écoles et encore des écoles, et dans cinquante ans vous serez le premier peuple del Europe.*’. Numa tradução livre, entendemos que Anseele dizia que “Escolas, escolas e mais escolas, e em cinquenta anos vós sereis o primeiro povo da Europa” – Bomfim observa que Anseele afirma tal enunciado para o berço da civilização – o que restaria então a nós?

91 Sobre “Edward Anseele (1856-1938) fue un destacado político belga, que se inició en el compromiso muy joven, siendo un activo periodista, especialmente en el periódico *Vooruit!* (“¡Adelante!”). También habría que destacar su labor como defensor de las cooperativas, comenzando con una panadería cooperativa y llegando a crear una red muy importante que pudo durar hasta la Gran Depresión. Anseele fue concejal en Gante, parlamentario, y miembro del Partido Obrero Belga. En la época de entreguerras fue ministro en varias ocasiones”. Disponível em: <https://elobrero.es/cultura/historia/39041-el-homenaje-a-la-memoria-del-socialista-belga-edward-anseele-en-gante-desde-rodolfo-llopis.html>. Acesso em 20/12/2019.

O autor passa então a discorrer sobre a qualidade humana de poder aspirar, e por esforço próprio, alcançar o progresso. Para Bomfim, o que o homem tem não é a faculdade de progredir e sim o dom de aspirar – daí o progresso. É nesse ponto que identifica o entrave a ser tratado: como aspirar algum bem ou progresso sem um vislumbre da realidade mais ampla? Somente pela instrução é possível definir as relações entre o necessário e o ideal – está na instrução, para Bomfim, o caminho para liberdade e perfeição. (Bomfim, 1904:18).

Retomando o argumento relacionado à educação, ou inteligência por ela desenvolvida, o autor afirma que o progresso é a interpretação inteligente da natureza, junto da socialização dos homens, em harmonia e em busca da ciência. Afirma que “Não há progresso sem actividade; a inercia é a estagnação, a decadencia; mas, que é a inercia senão a consequencia fatal da ignorancia?” Acrescenta Bomfim que a ação só tem valor se for guiada por uma lógica e pela ciência – esta última é o guia de toda ação eficaz. (Bomfim, 1904).

O autor toma o conceito de trabalho para explicar que o trabalho do homem, só tem valor se for trabalho inteligente, caso contrário, seria comparável ao trabalho dos animais (bestas) ou das máquinas:

Para o trabalho material, o homem vale tanto, ou vale menos que a besta, e vale, por certo muito menos que a machina. Para fazer do individuo um laborioso, é mistér instruil-o; o trabalho tem a sua escola, requér preparo e estudo. **E o estudo já é trabalho. Pensar também é agir, e agir nobremente.** A intelligencia não se separa da actividade, nem o pensamento contraria a acção; si parece, ás vezes, retardal-a um pouco, é para oriental-a, é para melhor adaptal-a ao seu fim, evitando os esforços inuteis, que trazem o cansaço antes da conquista. (BOMFIM, 1904:19). (Grifos Nossos)

Para esclarecer seu ponto de vista, Bomfim explica que considera a ideia como primeiro momento da ação. E sobre a vontade, acrescenta que “.....não há vontade sem motivos, não há vontade em cerebros vãos, annullados na ignorancia. (Bomfim, 1904:19/20). E emenda, “Uma vontade forte presuppõe ideias claras, de actos definidos; presuppõe iniciativa e previsão. Na rotina, não há vontade, nem acção; a rotina é a morte. (...) viver é acrescentar alguma coisa ao que existe.” (Op. Cit. 20).

Neste ponto de suas elaborações, Bomfim afirma para as formandas que intentou explicar-lhes sua tarefa de combater a ignorância primitiva; contudo, alerta para o fato de que este será o menor dos seus empecilhos. Aponta o que chama de ‘segunda

ignorancia’, uma adquirida, que resiste à verdade – a ciência não logra bons resultados nestes ‘cerebros’. ‘para suffocar a razão, deforma as intelligencias, vicia a crítica, propaga o analfabetismo’ (Bomfim, 1904: 21).

Bomfim enfatiza a necessidade de que as futuras ‘professoras’ tenham firme propósito de incentivar as inteligências, prepará-las com capacidade crítica, suficiente para fazer suas escolhas, adotar suas próprias verdades. Afirma que para ‘o verdadeiro sabio repugna que os ensinamentos e descobertas possam prevalecer pela coacção. (Op. Cit. 22).

Neste ponto, o autor demarca outro matiz – chama atenção das formandas para o significado de ser ‘professor’ num momento em que a prioridade é construir uma República, e que os indivíduos estejam prontos a fazer e defender uma democracia efetiva. Afirma que para ele, tais tarefas não foram realizadas:

Si, até hoje, democracia, Republica, e liberdade, são, para nós, aspirações irrealizadas, e das quaes já muitos desesperam, é porque nos faltam as gerações de indivíduos educados para a democracia e para a liberdade. Pretender a verdade e a pure de um regimen democratico, em Nação onde 90% dos individuos são incapazes de participar da vida política por [serem] analfabetos, é pretender o absurdo. *Ex nihilo nihil* – de um povo nullificado, não se póde tirar uma democracia viavel. Nem há que estranhar, si as populações se desinteressam da sorte da Nação, pois que ellas se desinteressam de si mesmas, das suas proprias necessidades, que não conhecem, nem comprehendem. (BOMFIM, 1904: 22).

Para Bomfim a República falou exatamente por não ter preparado a ‘massa popular’ para ocupar seu lugar de cidadã. É desse lugar que se garante a Democracia, como liberdade e progresso para o autor. Cita Goethe para afirmar que o melhor governo é ‘o que nos ensinasse a governar-nos a nós mesmos’. Entende que um governo republicano e democrático, deveria garantir que o próprio povo pudesse escolher seu futuro – e que estivesse preparado para realizar esta escolha, a partir da instrução. Destaca o papel do professor como parte do Estado. Diz Bomfim: ‘o Estado não é um indivíduo, nem se resume numa funcção. O Estado somos todos nós...’. (Op.cit. 25.).

4.4.1

5. BRASIL NAÇÃO – O PROJETO REVOLUCIONÁRIO DE MANOEL BOMFIM

Em *O Brasil Nação – realidade da Soberania Brasileira* (escrito em 1928, com posfácio de agosto de 1931, ano da publicação)⁹², terceiro livro da *Trilogia*, Bomfim busca uma interpretação das causas mais profundas da formação desigual de nossa sociedade. É nesta obra que indicará de forma objetiva a solução mais contundente: a Revolução. Bomfim dedicou este livro à Castro Alves, para ele, ‘*potente e comovida voz de revolução*’.

No Prefácio da edição publicada em 1996, Ronaldo Conde Aguiar, biógrafo do autor, fala de sua condição de saúde ao escrever a obra, o que justifica algumas características observadas no texto: quase sem revisão, longos períodos e repetições de ideias e palavras. O objetivo de Bomfim era evidente: desejava concluir a obra, síntese de seu pensamento sobre o Brasil. Contudo, suas posições político-intelectuais foram sempre fortes – seu discurso na contramão, e, sua crítica quanto a historiografia brasileira estavam firmados em forte convicção, que nem mesmo a debilidade física pode amainar.

A despeito dos problemas de redação da obra (dadas suas condições de saúde na época), o texto foi bem recebido pela crítica jornalística daquele momento. Destacamos a fala do militante socialista Fábio Luz, do Correio do Brasil (30 de novembro), que declarou:

A grande obra de sociologia que Manoel Bomfim vem realizando, com espanto geral pela vastidão de conhecimentos, pela abundância incomensurável de originalidade de interpretação dos fatos, das tendências e desenvolvimento da alma nacional, brasileira, não pode ser resenhada em um simples rodapé de jornal. É trabalho para novos livros e monografias. (AGUIAR, 2000: 496)

Neste trabalho, o autor declara que o único caminho para cortar os laços com a herança do atraso colonial, perpetrada na cultura, na política, na economia, na educação, na vida social é o caminho da revolução – revolução esta gerada a partir da ‘massa do povo brasileiro’ (Bomfim, 1931 [1996]: 589). Sabemos, no entanto que a palavra revolução pode ser apropriada de várias formas e que existem vários tipos de revolução

92 Sua segunda edição data de 1986, mais de cinco décadas desde a primeira, a despeito de ser uma das primeiras análises críticas do Brasil, anterior às de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado.

possíveis e sobre as quais se falou no Brasil dos anos 1920 e 1930 enquanto Bomfim escrevera seu derradeiro livro.

No momento em que escreve este último livro da trilogia: o *Brasil Nação*, o país está sendo agitado por novos movimentos e ocorre a ‘Revolução de 30’- esse fato é decisivo para que Bomfim tome uma posição mais que radical face aos acontecimentos. As notícias que são publicadas sobre a tal ‘Revolução’, instigam Bomfim a retomar a pena para escrever um posfácio, onde vai declarar que todo seu trabalho (este 3^o livro) foi escrito no sentido de indicar um rompimento com a herança colonial: político, cultural e econômica. Mais que isso: que só a educação não poderia dar conta desta tarefa – que esta transformação é eminentemente uma tarefa para revolução.

Este capítulo tem a intenção de observar e apresentar no texto do autor esse caminho de radicalização de sua interpretação do Brasil e seu sentido revolucionário. Para tanto, buscamos compreender a conjuntura histórica da reflexão do autor, o sentido da Revolução em Manoel Bomfim, quem seriam seus sujeitos e quais seriam seus objetivos e estratégia. Tais constatações podem nos permitir ainda nos aproximar da adequada perspectiva da revolução proposta por Manoel Bomfim.

5.1 Bomfim e a República em (des)encanto

Manoel Bomfim assistiu ao nascimento da República: o momento foi de esperança e encantamento. O modelo político prometia ou fazia crer, que tudo seria diferente – o projeto de Nação independente, emancipada, zeladora de seus cidadãos finalmente se concretizaria. Porém, Bomfim viu sua maioridade e seus trinta anos chegarem: a República, que vira nascer, tornara-se para ele malogro - não evoluiu no sentido de atender às necessidades mínimas da massa de desprotegidos formada pela população de *brasileiros* - a Nação para Bomfim ainda estava por fazer.

Concretizado o projeto da República (período da chamada República Velha), viu-se desiludido quanto aos resultados que esperara, especialmente no que dizia respeito à política e seus representantes: nossos dirigentes desvirtuaram a República e a democracia no que diz respeito a atender as necessidades da maioria – da massa da população; para as

classes dominantes a estratégia era perfeita. Nela, a educação das massas ficou ainda mais distante. Desse modo, para o autor, não havia motivo para esperar que a situação mudasse por si só – chegara ao limite – agora era necessário a Revolução. Ainda que a ‘massa’ fosse inapta e despreparada, os motivos para despertarem podiam ser os mais básicos: fome, amor, compaixão (Bomfim, 1931 [1996]: 564).

Bomfim entendia que a herança bragantina contaminara a elite brasileira e o povo havia sido historicamente condicionado para não desenvolver consciência própria. Para romper essa condição Bomfim indica a ação revolucionária. Desse modo, se consolidaria a nação democrática e soberana, livre dos dirigentes alheios às necessidades das classes populares. Apesar desta posição antibragantista, Bomfim entendia que no tempo de D. João VI e, sobretudo, no de D. Pedro II, a educação fora alvo de preocupação e acreditava que desse momento alguma crítica se produzira e fizera surgir no Brasil movimentos de independência e separatismo.

Bomfim atribuía tal processo à educação, mesmo que fosse pouca. Haviam se criado ali escolas superiores, encaminhara-se o estudo das humanidades e da instrução primária, considerada base fundamental para o autor. A criação do Instituto Histórico e Geográfico (1838) também marcava esse momento. Contudo, no período do Segundo Império observa que a educação ainda não era para todos: a instrução era voltada para uns poucos – não era popular, nem profissional. Para o autor, se consideradas as necessidades desse período de 1850 a 1890, onde havia interesse pelo progresso, o Império manteve o país sob situação infame (Bomfim, 1931 [1996]: 261)

Quando finda o Império, décadas de escravidão tinham viciado a produção e o sentimento de liberdade, salienta Bomfim, e foi terrível. Registra Bomfim:

... ao cair o Império, *letrado e liberal*, apenas dois por cento dos brasileiros sabiam ler e escrever. Na própria cidade da corte, já o vimos, somente 9.000 crianças frequentavam escolas primárias oficiais; havia um ano, apenas, que fora devidamente regulado o funcionamento da primeira escola normal para a formação de professores primários”. (BOMFIM, 1931[1986,1996]: 260).

O autor relata que antes da Proclamação da República, em 1880, Félix da Cunha chegaria a afirmar que a instrução primária estava reduzida à leitura elementar, as quatro operações da matemática e à cartilha de doutrina cristã (Bomfim, 1931 [1996]: 260). O país continuava no obscurantismo. Curiosamente, nesse ambiente, o Brasil tinha em seu

seio a presença dos nobres poetas. Para o autor, os poetas foram antes que os políticos os sujeitos na criação de um sentimento de nacionalidade: a poesia lírica, produzida nos anos de 1840-1850, que afirmava as primeiras tradições do país.

Para Bomfim a liberdade é fator fundamental, e só existe, quando o indivíduo é capaz de compreendê-la (Bomfim, 1905). Para o autor, o saber enquanto instrução estava intimamente ligado ao exercício da liberdade (política), da cidadania. Para o autor, o livre desenvolvimento do indivíduo estabelece valor moral, e do mesmo modo, qualquer ação contra sua liberdade é desmoralizante e degradante: a liberdade é a maior força do espírito.

No texto de 1905, *América Latina*, Bomfim já discorrera detalhadamente sobre a importância da instrução do indivíduo para obtenção do progresso, individual e da Nação. E ainda da relação entre liberdade (falando de regime político, nesse caso, a democracia) e ignorância no direcionamento dos regimes políticos:

Não há regime livre na ignorância; para libertar os homens, o primeiro passo é desembaraçá-los dessa ignorância e entregá-los à posse da própria inteligência: ‘Uma democracia não tem razão de ser senão para dar a todos liberdade e consciência de si’. São verdades velhas, bem o sabemos. O mais humano dos Andradas – Martim Francisco – já escrevia em 1824: ‘O homem embrutecido não compreende em política outra ideia além das de escravo e de senhor. Nós temos a prova disto nos portugueses e nos brasileiros, que deles descendem. (BOMFIM, 1905 [1993]: 338).

Como já sabemos, é recorrente em seu trabalho a presença da educação como tema central, fosse para libertação das massas por meio da geração de um senso crítico que conduziria à revolução, ou para gerar solidariedade contra os abusos dos dirigentes, herdeiros de uma política deformada. Para o autor não podia haver ‘liberdade sem instrução’.

Entendia que a falta de projetos de educação popular sempre foram uma estratégia das elites para garantir a manutenção da exploração da população (espoliação dos dominados). Daí sua incansável defesa do ensino público e laico, o culto à razão e à ciência como forma de libertação do homem para se tornar cidadão, defensor dos próprios direitos.

Para Bomfim foi na colonização que se forjaram as alteridades que deveriam em seguida rebelar-se contra os desmandos do colonizador, contra a condição de país

subalterno no mundo capitalista – contra os discursos de subdesenvolvimentos e dependência. Acreditamos que a partir daí Manoel Bomfim pensa a revolução brasileira como elemento constituinte da Nação.

O próprio Bomfim oscila em sua convicção: ora aparente reformador, ora revolucionário, levado pelo entendimento das condições historicamente engendradas - o autor olha para o passado, e busca encontrar soluções para o presente e futuro, mas não perde de vista o momento vivido e suas interferências nos projetos de desenvolvimento de Nação que elabora. E assim, mesmo oscilando entre educar para transformar ou revolucionar para gerar a nação, segue otimista, acreditando na potencialidade do povo que aqui se formou desde a colonização.

Considerando que somente educação já não bastava, e que a classe que assumiu o poder na República não atendia aos objetivos da formação da nação como almejada, considerava que o remédio estaria somente na Revolução. Para Bomfim a política e seus políticos estavam corrompidos e degradados, guiados por uma herança cultural do período colonial/bragantino, que conforme suas elaborações, era conservantista, colonialista e racista. Para perceber todas essas qualidades dos dirigentes era preciso um senso crítico desenvolvido e Bomfim não o identificava no povo brasileiro:

A República é uma mentira porque não há povo, todos o repetem. Sim. E a democracia não é possível porque a massa da nação não a compreende, para saber realizá-la. Nem teremos liberdade, enquanto não houver uma maioria com o preparo e a educação política precisas num regime efetivamente livre; nem se farão legítimas campanhas em prol da justiça, se ainda não é possível, ainda (sic), concebê-las e defini-las. (BOMFIM, 1931 [1986,1996]: 542).

Se por um lado, a República não alcançava os ideários defendidos em seu nascimento, por outro, o povo, parecia para o autor, despreparado para lidar com as indiligências dos dirigentes. Apostava assim, na formação dos indivíduos, para só depois, alcançar uma reação do conjunto – o povo. O autor afirma que se faltam cidadãos para a República, é tarefa de seus dirigentes então formá-los. É a educação que torna os indivíduos produtivos e moralmente disciplinados. E aqui, lembra de Ed. About: “quanto mais sabemos, mais podemos”⁹³.

93 BOMFIM, M. O Brasil Nação – realidade da soberania nacional. Rio de Janeiro, 1986, Topbooks, 1996, p. 542, [1931]). (O título da capa está diferente do quadro CIP – onde se lê nacional lê-se brasileira).

O autor entendia que educar o povo brasileiro era a melhor maneira de reformar a política – por sua busca, guiada por um pensamento crítico que alcançarão seus direitos civis. Evidente que para Bomfim não se pode construir a República ou a democracia sem investir antes na educação popular. Defendia a ideia de abandonar a herança do bragantismo que acreditava manchar nossa tradição, e avançar para um novo modelo, adequado às nossas gentes, feitas no calor da história que vivenciaram juntas – fossem índios, negros, brancos ou mulatos.

Observa o autor, que os dirigentes da República não cumpriam sua tarefa, e submergiam na degradação moral. O povo desta nação era forte, mas faltava-lhes a ‘educação’, então, para operar a mudança era fundamental que a educação fosse para todos. A educação é fator fundamental para o mundo moderno, e para Bomfim, esta tarefa precisa ser realizada, ainda que para tanto seja necessário refazer a ordem política, afirma. Se havia críticas ao comportamento, ou à moral do brasileiro, era preciso então renová-lo: “Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, ideias... tudo isto, de que tanto carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional. Quem o contestará?” (Bomfim, 1931 [1996]: 516-520).

A República que num primeiro momento lhe pareceu acenar com alguma esperança para o cenário político, decepciona-o, e vê acentuar-se a injustiça e o despotismo, agravados pelos vícios dos dirigentes e as prevaricações financeiras. A política está aparentemente corrompida de vez. O arcaísmo persevera sobretudo de novo que a história encaminha, inclusive sobre a República. Diante de tal quadro, desaparecem autonomia, ou entendimento do que seja liberdade, democracia. Trocam-se os atores, mas a cena continua a mesma, denuncia Bomfim.

Desencantado com a República, Bomfim vê como forma última de construir a nação brasileira a Revolução.

5.2 O sentido da revolução em Manoel Bomfim

Nem nunca se fez um tão largo dispêndio do termo, tanto mais imprecisamente quanto maior era o empenho de ostentar o título, de nobilitante emergência. Ora, os longos

desenvolvimentos, que se estendem pelos três espessos volumes desta obra, trazem com intuito explícito e lógico chegar ordenadamente a esta conclusão: *o remédio para o caso brasileiro está na revolução...*

Manoel Bomfim, 1931⁹⁴

Manoel Bomfim apresenta inicialmente uma postura Radical – nos moldes conceituais de Candido (1988) – que interessa, apesar de não representar um avanço de movimento revolucionário, pois suscita categorias de análise, diagnósticos e prognósticos que acreditamos corroborarem na busca de uma interpretação social histórica do Brasil que se firmará nas décadas seguintes (na obra de Caio Prado [1942]⁹⁵, por exemplo).

Naquele momento, pós Revolução de 30, o autor estava convencido da degradação moral e cultural da elite dirigente, e via como única alternativa histórica de redenção da *nação*, a Revolução. Mas, a Revolução a que se referia não era para ele o movimento que assistia, e ao qual denominavam Revolução⁹⁶. Devia ser bem outra. Essa era a decepção e a crítica de Bomfim.

Bomfim assistiu à Revolução de 30 e não reconheceu nela os elementos do que considerava uma ‘verdadeira’ Revolução, nem viu em seus agentes (revolucionários) sujeitos potentes que a fariam. (Bomfim, 1931 [1996]: 141).

Na concepção bomfiniana de Revolução, o movimento deveria partir do povo, esclarecido por uma consciência nacional; e o primeiro movimento (ação) seria depor a classe dirigente, uma vez que esta foi constituída por uma elite que herdou os vícios (costumes morais) bragantinos. Contudo, Bomfim entende que este povo ainda não recebeu formação suficiente para ter tal consciência para agir.

Neste ponto do argumento, nos sentimos ainda em meio ao nevoeiro de que falava Bomfim – entre o programa de revolução que apresenta, seus objetivos, processos e da

94 A edição utilizada para leitura/pesquisa foi a 2ª. Edição, da Topbooks, de 1986, 1996: BOMFIM, M. O **Brasil Nação – realidade da soberania nacional**. 1ª edição 1931, Francisco Alves; 2ª. Edição 1986, 1996 Topbooks, Rio de Janeiro.

95 Caio Prado apresentou uma interpretação de formação do Brasil onde o processo colonial deixa de ser visto como modelo de economia feudal, e passa a fazer parte do quadro de expansão comercial iniciada no século XIV, tornando-o parte integrante do capitalismo mundial.

Ver PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª. Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994 [1942], 390p.

96 Conforme Bomfim, “... os próprios agitadores anunciam que estão a realizar a grande revolução”. (Bomfim, 1996: 580).

substituição de gentes no poder, de um lado; e de outro, o que ele também aponta, um povo gerado na escravidão, na subserviência, na dominação e espoliação interna (elites) e externa (metrópoles) e seus dirigentes formados na herança intelectual e moral do bragantismo. De onde viria a consciência da necessária mudança, e mais, da reação de tal monta, que pudesse modificar as condições e a situação histórica? Temos um problema quanto ao sujeito revolucionário de Bomfim. Enfrentaremos a questão na próxima seção. Retornemos a questão do sentido da revolução em Bomfim.

Trata-se de uma fala escrita no *Posfácio* da obra, em 1931, para um texto que já vinha pronto de 1928 em que afirma que o termo *revolução* estava sendo mal utilizado naquele momento histórico. O principal limite deste texto é ser excessivamente direcionado à crítica ao movimento revolucionário de 1930 e portanto não aprofundar-se teoricamente de forma suficiente para nos auxiliar no processo de construção analítica. Ainda assim há uma linha no trabalho de Bomfim que pode nos ajudar nesta tarefa.

Bomfim explica que a revolução deveria promover uma renovação, uma substituição de gentes (no governo), programas, processos, tirando da miséria as populações de dominados (ex-escravos, mulatos, mestiços, índios, sertanejos, entre outros). Deveria em suas palavras “Finalmente, há que preparar e elevar a massa do povo brasileiro, trazer para o nível cultural do momento os milhões de descendentes e representantes das raças a quem até agora, só foi dado trabalhar e sofrer”. (Bomfim, 1931 [1996]: 589). Reclama que, se pelos três espessos volumes de sua obra – a *Trilogia de Brasil*, vinha buscando chegar à conclusão lógica da necessária revolução, é então agora necessário esclarecer seus termos, para que se possa analisar até que ponto a sua realidade atual (1931) corresponderia “à revolução que deve resolver o problema social, político e econômico da nação brasileira”. (Bomfim, 1931 [1986, 1996]: 581).

Bomfim questiona: “Que é uma revolução?” E, a si mesmo responde: “Nesta, não se encontram as respectivas características. Batizem-na como quiserem” (Bomfim, 1931 [1996]: 581). Dito isto, torna-se inarredável a questão: a que revolução Bomfim se refere? Quem seriam seus sujeitos históricos/agentes? Quais seriam suas estratégias?

Bomfim escreve um desabafo no momento de sua publicação. Começa por explicar que o livro já está terminado há três anos, e agora, (1931) quando decide publicá-lo, acaba de passar pelo movimento conhecido como *Revolução de 30* – para ele um

desalento. Em todo texto, vinha explicitando os caminhos da revolução brasileira, os movimentos internos, a importância dos poetas e da literatura na criação de uma consciência nacional. Por fim, acreditava que uma vez produzida essa consciência, se chegaria a um movimento revolucionário que cortasse o cordão que nos ligava aos antigos ditames do bragantismo, parasitismo, de que fomos vítimas, desde os tempos da colonização.

A herança cultural/moral que formou as elites brasileiras para Bomfim é uma deformação que precisa ser corrigida – uma vez que os dirigentes não romperam com os dogmas do colonizador é preciso então substituí-los – juntamente com eles, substituir seus programas de governo, que para o autor, tem tão somente a intenção de conservar a maioria da população sob o jugo/domínio, sem condições intelectuais (formação) para realizar as críticas necessárias às ações políticas de seus dirigentes; e, por fim, se os processos políticos que vem ocorrendo, revoltas, mudanças de regimes não têm trazido suficientes transformações na vida do país, elevando-o à condição de nação, então só um movimento revolucionário pode romper com todo este lastro de parasitismo colonial e dar novo impulso à formação da Nação brasileira.

O movimento de 1930, chamado por muitos de Revolução, para Bomfim, definitivamente, não cumpre essa função. Trata-se tão somente de um movimento de ordem política, de desentendimento entre oligarcas – entre a oligarquia mineira e paulista: “... E assim se armou o conflito, para o qual vieram, ou já estavam ajustados, quase todos os militares que haviam participado dos levantes anteriores”. (Bomfim, 1931 [1996]: 581/2). Bomfim sempre vira com maus olhos a participação do exército na vida política do país – mais que isso, a revolução para ele devia partir do povo.

O verdadeiro movimento revolucionário deveria trazer, para o autor, soluções imediatas para questões sociais e econômicas urgentes, que não tem pronta solução, pois ficam contidas por objeções baseadas em direitos patrimoniais. A fórmula revolucionária traria uma realização rápida, com a pronta solução, considera Bomfim.

Em sua argumentação Bomfim enumera os objetivos que considera fundamentais para revolução no Brasil, as reivindicações que deveriam estar na pauta:

Pede-se uma grande dose de revolucionarismo, sim, para outros problemas que aí estão, e irrevogavelmente se impõem, mas que nunca seriam atendidos eficazmente, sinceramente, pelas soluções do momento: a boa distribuição da

terra, sempre à disposição dos que a ela estão incorporados e a trabalham; a razoável localização das respectivas populações rurais, e que, dentro desta pátria, tão propícia e singela em tradições, os proletários trabalhadores não sejam obrigados constantemente a emigrar, como acontece a esses nordestinos, cujas hordas se semeiam pelo paul amazônico (sic). (BOMFIM, 1931 [1996]: 588).

O autor afirma que elementos deveriam ser contemplados em seu ideário de revolução: a distribuição de terras; a solução da moradia urbana; o direito de greve; a saúde pública e a educação popular. Sua pauta é muito próxima da pauta dos revolucionários franceses, e portanto das revoluções burguesas europeias.

Interessante notar que o autor fala em ‘revolucionarismo’ para resolver os problemas – seria então uma forma revolucionária, forma nova de resolver os problemas ‘velhos’ e que não caberia na pauta da chamada Revolução de 30. Ao tratar da distribuição de terras⁹⁷, Bomfim não se refere apenas a entregar terras aos trabalhadores, mas observa a distribuição de terras em ‘razoável localização’ das ‘respectivas populações rurais’- faz pensar que o autor analisa grandes movimentos migratórios, dados pelos ciclos econômicos como o da borracha por exemplo, pois que cita exatamente o movimento dos nordestinos para a Amazônia, e acreditamos que pensava em outros – também são os nordestinos que migram para as regiões do sudeste e do sul em busca de trabalho, fugindo das secas.⁹⁸

Este movimento - Revolução de 30 - não trazia mudanças sociais significativas. O que chamava de ‘infecção bragantina’, que corroera a moral dos políticos ao longo do primeiro reinado e da República continuava incólume. O Brasil carecia de uma Revolução que viesse do povo; o autor chega a mencionar o modelo da Revolução Mexicana⁹⁹.

97 No que se refere a questão agrária os problemas que estão postos, para o autor, não podem ser resolvidos pelas soluções que estão disponíveis: “a boa distribuição da terra, sempre à disposição dos que a ela estão incorporados e a trabalham; a razoável localização das respectivas populações rurais” e que “os proletários trabalhadores não sejam obrigados constantemente a emigrar, como acontece a esses nordestinos”, são questões que só podem ser resolvidas revolucionariamente. (Bomfim, 1931 [1996]: 588).

98 Vale lembrar que a família do próprio Bomfim atravessou a seca de 1865 e 1866 que provocou grave crise dos engenhos, e foi nesse momento de crise que conseguiram adquirir o próprio engenho – *Engenho Bomfim* - outras tantas famílias faliram. Bomfim apresenta o problema da terra para o trabalhador rural como algo urgente e entende que a ‘revolução’ que lhe apresentam jamais o resolveria – esse é um dos argumentos que utiliza para matizar o modelo de revolução a que está se referindo em sua obra. Ver Aguiar, 2000.

99 Sobre a Revolução Mexicana, Bomfim destaca as características que acredita seriam adequadas à realidade do país naquele momento. Nas palavras do autor: “Por tudo isto, se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos

Nesse ponto quase resignadamente pausamos: afinal, como ocorreria a revolução de Manoel Bomfim se a classe interessada diretamente no processo, segundo ele, não estaria pronta para realizá-lo?

Tomamos o texto de Caio Prado Junior (*A Revolução Brasileira*, 1966) para refletir sobre o significado e os caminhos da Revolução. Logo de início, nos deparamos com a explicação de Prado Junior sobre o equívoco recorrente de chamar revolução “o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo”. Nesse caso, aponta o autor, o termo mais indicado seria insurreição. Nota, porém, que historicamente, a insurreição tem promovido ou estimulado a “transformação do regime político-social” que também é um dos significados de revolução. Para o autor, o significado da revolução deve se concentrar na transformação, e não no processo imediato pelo qual se realiza.

Define:

Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. (PRADO, 1966 [2014]: 07)

Prado Junior observará que não uniformidade no ritmo da história – portanto se alternam períodos de aparente imobilidade e de agitação. Para o autor, os momentos marcados pelas mudanças bruscas de uma situação econômica, política e social é que constituem a revolução. As transformações desse momento são capazes de reestruturar a vida do país conforme suas necessidades gerais, e atender as aspirações da grande massa da população. Para uma parcela da população a avaliação seria de que tudo está bem, e basta apenas reformar algumas instituições e mudar ‘homens nas posições políticas e administrativas’ (Op. Cit. 08).

Observando a definição de Prado Junior vamos identificando traços do pensamento de Bomfim que o afastam de uma proposta de revolução nos moldes do marxismo. Prado Junior destaca que

antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproxima-nos tanto...” (Bomfim, 1996: 572).

O Homem é, nos fatos dos quais participa, simultaneamente autor e ator, ser agente e pensante; e é agente na medida que é pensante, e pensante como agente. Não pode assim ...dirigir os acontecimentos, nem mesmo considerá-los adequadamente e os analisar, de fora deles'. (PRADO, 1966 [2014]: 09).

Considerando este ponto, torna-se questionável a proposta de Bomfim sobre a tutela da massa da população, com a intenção de realizar a revolução. Prado Junior chama atenção para o fato de que no processo histórico em que se apresenta o problema, também se apresenta a solução. Contrariar esta perspectiva é para o autor uma ação de forças políticas conservadoras, e estar fora desta perspectiva, é posicionamento de manutenção do *status quo*. Afirma ainda, que a revolução brasileira não poderia ser feita pela dedução a priori de 'algum esquema teórico preestabelecido', ou de um 'conceito predeterminado de revolução'. (Prado, 1966 [2014]: 10)

A afirmação de Prado Junior sobre o horizonte revolucionário para um marxista, é que a revolução brasileira precisa desembocar no socialismo, mas Caio reconhece em Revolução Brasileira que a revolução socialista não está ainda na ordem do dia. Bomfim, no entanto, ao afirmar que está distante para o Brasil esta solução comunista, não a oferece nem mesmo como horizonte, o que indica algumas marcas expressivas de diferenciação de sua interpretação da revolução brasileira.

Sua intenção primordial com a revolução é criar a própria *nação* brasileira. Em seu projeto de nação há um grupo de elementos que precisam ser superados – conservantismo, racialismo, colonialismo – é nesse sentido que Bomfim propõe a revolução brasileira. Contudo, não percebemos no autor uma proposta do confronto direto das massas da população brasileira com a elite do poder. Observando o projeto de Bomfim, ficamos com a sensação que para ele há um trajeto a ser cumprido – e este passa, inicialmente, por uma reforma do Estado - no sentido da emancipação dos velhos ditames bragantinos, da dependência cultural de matrizes externas, do preconceito da inferioridade racial que exclui ainda boa parte da população do conjunto de cidadãos dessa nação. Bomfim busca uma revolução nacional, democrática.

Para Prado Junior, não devem existir na luta revolucionária objetivos ocultos ou disfarçados. É a dialética dos fatos históricos – que não são de responsabilidade dos comunistas – que conduzirá a luta do proletariado a sua conclusão: o socialismo. (Prado, 1966 [2014]: 12). Bomfim não está ainda afinado com esta proposta pois considera que o

proletariado brasileiro não tem condições ideais de alavancar a revolução. Precisar­á de um Estado que o conduza, mas deixa no ar quem ocupará este Estado.

Prado Junior é contundente:

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente — mas não simplisticamente — a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura, dará cabal resposta às questões pendentes. (PRADO, 1966 [2014]:13)

E reafirma que como marxista, considerando a revolução brasileira no contexto geral do mundo contemporâneo, está seguro de que desembocaremos no socialismo: “... na socialização dos meios de produção, na eliminação da exploração do trabalho e da divisão da sociedade em classes antagônicas, bem como nas demais consequências de toda ordem material e moral que daí decorrem”. (Prado, 1966 [2014]:13)

O autor dá destaque ao fato de que reconhecendo as contradições se pode inferir suas soluções: soluções reais que promovam o progresso e o desenvolvimento histórico, e não o estancamento por conciliação e harmonização dos contrários. Tal perspectiva mostra-se frontalmente oposta àquela apontada por Bomfim, de que trocados os dirigentes da elite, estes buscar­iam dar andamento à formação da consciência da massa da população para tornarem-se uma nação – emancipada, livre e pronta para o progresso.

Ainda uma vez, a fala de Prado Junior corrobora a compreensão do pensamento de Bomfim, em relação à revolução brasileira, conquanto aponta que na ação revolucionária, sobretudo, vale o que se projeta, e não o que se proclama. Diz Prado Junior:

o sentido dialético dessa ação, isto é, sua potencialidade em projeção para o futuro e seu conteúdo, latente embora, inexpresso e até mesmo inesperado para a generalidade dos participantes, de transformações políticas, econômicas e sociais que nele se encerram e deles derivam como consequência e natural desdobramento. (PRADO, 1966 [2014]:14).

No caso brasileiro, o autor aponta a necessidade de se definir uma teoria revolucionária em que estejam expressas as condições da conjuntura econômica, social e política, em que se revelem as questões pendentes e suas possíveis soluções – ‘a transformação em oposição ao *status quo*’, afirma Prado. (Prado, 1966 [2014]:14).

Bomfim, por seu lado, não identificava grandes avanços na política do país desde sua ‘emancipação’ de Portugal. O poder público (político, econômico e social)

continuava nas mãos dos herdeiros de um bragantismo carcomido. Sobre o bragantismo entendia que sua herança foi uma infinita servidão política. Analisava as diferentes fases da política brasileira e observava que Colônia, Império ou República ... foram apenas diferentes faces de uma mesma moeda de subserviência:

Trinta e sete anos de mentida República tem sido, apenas, acentuação da injustiça e do despotismo, agravados em prevaricações e mais torpezas de dinheiro. Tem-se a impressão de que, já agora, é impossível organizar legítima democracia com tais dirigentes, feitos numa tradição política definitivamente pervertida. Não há realidade de autonomia local, como não há compreensão do que seja liberdade. Sucedem-se os homens, mudam-se as rubricas, e eles não saem do arcaísmo político – governo-domínio-usufruto - privilégio- opressão e espoliação... (BOMFIM, 1931 [1996]: 257).

Mesmo considerando o Estado degenerado, Manoel Bomfim propõe a Revolução – tutelada pelos dirigentes, pois a classe interessada na transformação social – o proletariado – não está preparada para encaminhar o movimento revolucionário – ou porque ainda não adquiriu consciência nacional suficiente para se unir em torno de um ideal, ou porque ainda não se reconhece enquanto classe. Ou ainda, porque, aos olhos de Bomfim, ainda é incipiente, considerando que a maior parte (oitenta por cento) da população ainda vive no campo. Surge então a questão de quem será o sujeito desta revolução democrática e nacional de Bomfim?

5.3 O (su)jeito brasileiro em Manoel Bomfim

Uma primeira questão que se colocava para o autor, no sentido da realização da verdadeira revolução era a questão do povo *brasileiro*. No *América Latina* Bomfim já denunciava a dificuldade/falta de integração social de seus elementos autóctones (índios) e dos que se estabeleciam aqui – os negros e mestiços. Atentava para o fato de que os primeiros eram totalmente excluídos como se intrusos fossem (inclusive, porque dadas explicações históricas conhecidas não serviam bem aos tratos da exploração desejada pela metrópole e em seguida, pela classe dominante local), e os segundos, treinados, criados sob o jugo do mando e da chibata, que lhes tiravam a vontade e a força (apesar disso se uniram para combater as invasões do período colonial).

Ora, como dessa massa de gentes poderia surgir um sonho de liberdade e progresso? Intentava então o autor, inculcar-lhes pela educação, a consciência de nacionalidade, o senso de patriotismo, o desejo de liberdade, que adviria mesmo do regime político comprometido com a construção da Nação por um Estado que cuidasse da educação e saúde dessas gentes, para que alimentadas, sadias e educadas, voltassem a sonhar. Estaria aqui a utopia de Bomfim?

O autor aponta nesta obra o Estado brasileiro como um Estado fundamentado em características ‘primitivas’, dividido em *dominantes* e *dominados*. Predominava neste ambiente uma situação de opressão, na qual, a massa proletária¹⁰⁰ produzia em proveito dos dominantes, sustentando, assim, um aparelho político arcaico.¹⁰¹

O Estado atual, coercitivo aparelho de força, remanescente desse passado em que a nação só podia existir entregue a um grupo capaz de defendê-la pelas armas, e que, por isso mesmo, impunha o seu mando sob o nome de ordem; o Estado, assim, realiza-se numa política que é, de fato, conquista e exploração do poder. As crises violentas, as lutas armadas entre as facções, foram substituídas pelos processos de conquista eleitoral. (BOMFIM, 1931 [1996]: 48).

Entendia que no mundo solidarizado, com nações conscientes de seus destinos, o Estado deveria ser algo mais que uma força coercitiva, ou seja, avançar do arcaísmo¹⁰². Porém este Estado imaginado e abstrato de Bomfim tinha que estar a serviço de um povo e de uma nação. Quem são estes sujeitos?

A inferioridade que fora inculcada pelo racismo no período colonial, para Bomfim, persistia nos ânimos dos sujeitos da nova nação que se formava. Atentava para o fato de que tal afirmativa era o argumento/justificativa utilizada pelos colonizadores para manterem sob controle as colônias e os povos colonizados – falando em particular sobre a América Latina. No entanto, permanecia como herança, verificada na sujeição da maioria da população, mesmo em tempos de República.

100 Bomfim já utiliza o termo ‘massa proletária’ que produz ‘em proveito dos dominantes’. (Bomfim, 1931 [1996]: 39)

101 Na parte chamada *Adsequência* do Brasil Nação (1931), Manoel Bomfim apresenta uma análise sobre as responsabilidades do Estado com o progresso da sociedade que dirige, bem como das consequências funestas que podem advir de uma má gestão, entre elas, as guerras. Trata do papel dos políticos e dos regimes escolhidos para governar, onde apura que a democracia é o melhor regime.

102 O autor observa que o Estado passa a ser disputado com fins eleitorais, o que seria positivo não fosse a questão do controle dos votos por parte das oligarquias, o chamado ‘voto de cabresto’. Ver: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora USP, 1995; LINHARES, Maria Yedda. (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Bomfim observará em sua obra a formação do ‘povo brasileiro’¹⁰³ como o encontro das diferentes etnias e obviamente, suas diferentes culturas, salientando, em cada uma, contribuições para composição desse quadro geral que será a ‘nação brasileira’. Observará as qualidades e capacidades morais desse povo, destacando a solidariedade como importante traço. Neste grupo, o autor analisa detidamente as influências do colonizador na mentalidade - cultural e moral – sobre os colonizados (incluindo aqui os autóctones, os escravizados, os imigrantes – voluntários ou não).

Se num primeiro momento, Bomfim apostou totalmente na educação como ferramenta conscientizadora e, portanto, libertadora das consciências para a nacionalidade e daí, para o desejo de emancipação, num segundo momento (década de 1920), Bomfim faz um paralelo da plasticidade que verificou no colonizador (1905) com a que ficou gravada nos colonizados (1931) – entre as características herdadas do colonizador, Bomfim aponta a plasticidade¹⁰⁴ enquanto capacidade de assimilação, vislumbrada inicialmente no português e em seguida, na população brasileira.

Sobre os colonizadores, Bomfim afirma que apresentavam duas qualidades fundamentais: uma hombridade patriótica, irreduzível, que conduzia a heroísmos e resistências; e um alto poder de assimilação (Bomfim, 1905). Essa característica de resistência e proteção da nacionalidade, para o autor, se replica nos povos conquistados da América: percebe nos povos sul-americanos a mesma violência na resistência, e até um exagerado zelo de independência nacional. (Bomfim, 1905 [1993]: 234).

Por outro lado, a capacidade de assimilação desses povos ibéricos, é para Bomfim incomparável a outros povos europeus. Comparando-os à Inglaterra, dada sua citada superioridade econômica e política, a assimilação ocorrida na península é de longe mais rápida e mais eficaz para Bomfim. Tal poder de assimilação decorre de uma plasticidade intelectual e uma alta sociabilidade. Tais qualidades só são afetadas pelo parasitismo que desenvolveram, mas, Bomfim entende que diferente do parasitismo biológico, o

103 Especificamente, fará também o autor observações sobre a participação das diferentes etnias que compuseram a tessitura da nação brasileira. Não faremos aqui um extrato dessas observações acuradamente, considerando que nosso objetivo é analisar, no conjunto, como esses sujeitos poderiam, na perspectiva de Bomfim realizar a revolução brasileira: nacional e popular.

104 Bomfim aponta a plasticidade inicialmente no português, como capacidade de assimilação de culturas de diferentes etnias, e a miscigenação. Aponta essa mesma qualidade [plasticidade] nos colonizados (gentios) e nos negros.

parasitismo social é de ordem moral e pode, portanto, ser corrigido. (Bomfim, 1905 [1993]: 235).

A herança dessa plasticidade nos parece uma ‘faca de dois gumes’- se por um lado, faz assimilar a fácil adaptação aos diferentes, com alta sociabilidade, por outra, também facilitou a aceitação da condição de parasitado – *dominado*. Bomfim parece entender essa fácil sociabilidade e associação como fator aglutinador, que faz gerar o sentimento de nacionalidade. Observa esse sentimento nos movimentos de reação às invasões registradas no território brasileiro.

Paradoxalmente, é também nessa herança que ficam gravados os vícios do parasitismo colonial, entre eles, a ausência de uma educação autóctone, livre dos valores morais e culturais da metrópole colonizadora. Mas não há pessimismo em Bomfim – para ele esse processo é reversível pela educação, ou *reeducação*:

No momento em que falte a presa, e seja mister viver segundo as leis naturais, neste momento, passada a agitação crítica da mudança de regime, as populações podem refazer a sua educação social, corrigindo os vícios havidos na tradição parasitária, e entrar para o progresso¹⁰⁵; é uma questão de reeducação. (Bomfim, 1905 [1993]: 235).

A falta de instrução para Bomfim, nos mantinha fora do progresso: instrução e progresso eram elementos interligados e interdependentes. Para Bomfim, a humanidade se concretiza em grupos nacionais que incorporam o progresso e as instituições da civilização. Nesse sentido, a educação é o primeiro passo para aquisição deste patrimônio. À medida que progride a civilização, o progresso é assegurado por uma consciência lúcida do interesse social – afirma Bomfim.

Com uma população com *déficit* educacional, Bomfim via dificuldades em que aqui se realizasse o verdadeiro progresso da nação. Mesmo o progresso das instituições políticas, que deviam progredir até a democracia. Mas sem a devida instrução como realizar tal tarefa? O texto indica o modelo ‘evolutivo’ no qual o autor acredita – que passa por educar e adquirir valores e, esses valores são passados de uma geração a outra, tornando-se cumulativos – ‘*com o poder de cada nova geração, maior valor do homem, socialização mais perfeita da espécie, concretizada nos grupos nacionais*’ (Bomfim,

105 Neste trecho, Bomfim associa *progresso* a desenvolvimento industrial. Para o autor, enquanto o país se mantém como produtor agrícola essencialmente, não haverá progresso. (Bomfim, 1905 [1993]: 174).

1931 [1996]: 548) – e que, por conseguinte, acumulam-se também nos grupos nacionais, que resultam na formação de uma nacionalidade.

Nesse processo, Bomfim indica uma crescente conscientização, ‘*uma ascendência do espírito sobre a materialidade, a justiça lavrando nos corações*’ (Bomfim, 1931 [1996]: 548) - aponta o reconhecimento de valores morais (espírito sobre a matéria) e insiste que somente na elevação do *conjunto humano* é que se poderá elevar a Pátria. O autor é direto: como realizar estas tarefas sem realizar o processo educativo das massas?

Bomfim considerava o progresso e instrução como elementos inseparáveis, interdependentes. No Brasil, onde a maioria da população não tinha acesso à instrução, como poderia haver consciência política e mais ainda, como protestar pela democracia?

Bomfim não identificava instituições e condições de classe definidas para gerar uma consciência revolucionária. O capitalismo aqui não estava plenamente desenvolvido, o que faria evidenciar as condições de classe plenamente, e por óbvio, sua oposição. No caso brasileiro, Bomfim não identifica um proletariado organizado enquanto classe, identifica apenas o *povo*.

O proletariado brasileiro **mal se define como classe**, tanto se continua nele o escravo de ontem, espoliado de tudo sem hábito, sequer, de levantar os olhos. Nos campos, o **trabalhador mal implantado na terra**, muitas vezes, sem motivos para amá-la, indiferenciado. Nos grandes, e raros, centros urbanos, uma **organização industrial ainda escassa**, com um operariado tão reduzido, e, em muitos casos, tão alheio às condições históricas do resto da nação, que não poderia incorporar a realização integral da revolução. (BOMFIM, 1931 [1996]: 570. Grifos Nossos)

Claudio Batalha em seu trabalho *O Movimento operário na Primeira República* (2000) apresenta o que classifica de ‘uma pequena história da classe operária e de sua evolução nos primeiros anos da República’, evidenciando em seu texto a imagem caricata que se faz desse movimento na historiografia, como um movimento de anarquistas ou comunistas, sempre associados aos imigrantes. Para o autor há uma diversidade na origem e nas dinâmicas das variadas formas de organização que observou neste período. Afirmações que a princípio parecem contraponto a afirmação de Bomfim quanto a inexistência do proletariado, organizado enquanto classe, para fazer oposição à elite espoliadora. No entanto, convergem suas opiniões, quando Batalha (2000) afirma:

A despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária, a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização da classe. Mas é preciso reconhecer que, malgrado esse caráter extraordinário, **a ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de suas ações coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo.** (BATALHA, 2000: 14.[Grifo Nosso])

Nesse ambiente político social, na falta das classes conscientes de si, a revolução de horizonte comunista parecia distante para Bomfim: o Brasil não podia contar com esta direção.

Somadas estas condições, o diagnóstico é pessimista em relação aos agentes da revolução – o povo não tem consciência de seus direitos, é inculto, sem preparo para revolução e os governantes são impróprios para a nação; mas contundente quanto ao caminho possível: só a revolução mudará o destino da nação. Para Bomfim é necessário aceitar a dissolução do *status quo* – o mergulho no caos, a diferenciação de gentes, propósitos e programas. A revolução é a solução – a realidade da nação a manifestar-se. (Bomfim, 1931 [1996]: 570).

5.3.1 O poeta como sujeito social: levantando a moral

No processo de reeducação Bomfim contava com importante participação dos poetas brasileiros. Como o autor pensava a partir da formação de uma consciência nacional e na educação (formação cultural/moral) que conduziria a uma solidariedade nacional – logo, uma nacionalidade, via na expressão sensível dos poetas uma possibilidade de alcançar as consciências das diferentes gentes que ‘povoam’ o Brasil.

Bomfim dedicaria parte de sua reflexão aos poetas – alvo de sua esperança na intelectualidade nacional e expressão da alma nacional - literatos brasileiros, que considera as fontes fidedignas da história naquele momento. Acredita que somente os poetas, salvo exceções, representam a pureza da alma brasileira romântica, generosa, revolucionária.

Em *Brasil Nação*, dedicará um capítulo a analisar os poetas brasileiros, na parte chamada *Tradições*, o capítulo significativamente chamado *Novo ânimo*¹⁰⁶. Trata neste capítulo da importância do poeta como *sujeito social*, de sua influência na formação da consciência (nacional), de seu papel político social. Destaca figuras como Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Alencar, Varela, Machado de Assis, Macedo e Raul Pompéia. Para o autor são estes homens os responsáveis por apresentar uma noção de nacionalidade na segunda metade do século XIX. Afinal, Bomfim também era um poeta – escreveu juntamente com Olavo Bilac algumas vezes, destacando-se em nossas observações o livro “Através do Brasil” (1910) dirigido ao público infantil. Mostrava nesta obra, à criança, um passeio pelo Brasil, contando suas diferentes gentes e costumes, e amainando preconceitos de convivência entre as diferentes etnias. Entendia que ‘Será afronta à sensatez geral o pretender que a poesia tenha função social’ (BOMFIM, 1931 [1986,1996]: 288), e acrescenta:

Nem importa ao caso, senão o acentuar-se que a poesia, qualquer que seja o grau de civilização, tem sempre significação definida e consagrada, na distribuição dos fatores sociais. Em que consiste, então, a função do poeta? Na essência mesma do seu estro, encontra-se a indicação do papel que lhe cabe entre os homens. (BOMFIM, 1931 [1986, 1996]: 289).

Era na poesia que Bomfim via a possibilidade de expressão do que considerava qualidade ‘sublime da vida humana’, e nela esperava surgir as aspirações de solidariedade impostas a necessária cordialidade entre irmãos de uma nação. Cordialidade esta que resultaria na busca de um objetivo comum, o progresso da nação brasileira, sua libertação dos laços e traços da colonização – resultaria num corte definitivo com a herança de atraso e vício em que vinha mergulhado o povo brasileiro.

Esse matiz dado aos poetas, entendemos, que reafirma a visão do educador em Manoel Bomfim: o autor via na sensibilização pela beleza dos versos o possível despertar das consciências. Vislumbrava no lirismo uma estratégia para ‘abalar a alma da nação’- e entendemos aqui ‘abalar’ no sentido de demovê-la da estagnação a que foi submetida com a colonização, e os projetos políticos posteriormente desenvolvidos até chegar à República – esperança última de Bomfim, que também não vingou.

¹⁰⁶ Bomfim desejava escrever uma obra sobre a Literatura Brasileira, mas faltou-lhe tempo. Incluiu parte do material já produzido como um capítulo de *Brasil Nação*. Ver AGUIAR, 2000.

5.3.2 Pode o Estado ser um sujeito? – Contradição no pensamento de Bomfim

Como pudemos observar, Bomfim já vinha decepcionado com o protótipo de República liberal burguesa que se implantou no Brasil, última e mais moderna forma do Estado brasileiro. Realizada esta República, Bomfim observa que aparentemente mudaram os homens a frente do poder, mas não houve para o autor uma mudança de peso nas oligarquias dominantes. A aspiração democrática que acompanhava a República foi restando largada pelo caminho – a exclusão política das camadas populares do exercício democrático, caracterizada nitidamente na restrição do voto do analfabeto¹⁰⁷ na Constituição de 1891. Para o autor, República e democracia estavam falseadas pois não se poderiam realizar sem a participação do povo.

Criticava o Estado brasileiro, que para ele, não evoluía em termos de mentalidade para justiça. Ao contrário, moldava-se nas tradições do Estado primitivo, onde os grupos continuavam em oposição: dominantes e dominados – os que trabalham e produzem, e os que usufruem desta produção.

Nesse modelo do Estado brasileiro, o que prevalece, para Bomfim, é o regime de opressão, que obriga os dominados – a massa proletária – a produzir em proveito dos dominantes – a elite. Bomfim sublinha o fato de que o Estado resume e encarna a coerção pela qual os dirigentes exploram o país e os povos. A renovação dos dirigentes ocorre entre o mesmo grupo – políticos com uma mesma mentalidade – e solidários entre si. Para participar desse grupo de governantes, Bomfim aponta uma certa adequação à mentalidade e aceitação da mentalidade e moralidade do grupo – caso contrário, o indivíduo (político) não é aceito.

Bomfim caracteriza o Estado como coercitivo aparelho de força, remanescente do passado – dependente das armas – fundado numa política de conquista e exploração do poder. Observa que os processos eleitorais permanecem como reflexo de uma coligação de interesses – seus instrumentos: “insídia, perjúrio, penúria do caráter”. Desse modo, Bomfim observa que não se realiza a democracia. Como a política reflete a índole dos dirigentes, a política tradicional – em formas democráticas – transforma os dirigentes em

107 Carvalho (1891) refere-se a esse momento como uma ‘ilha de letrados num mar de analfabetos’. Ver: Jose Murilo De Carvalho. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (pp.37).

maus apóstolos, dirá Bomfim. A nação que deveria caracterizar-se pela solidariedade de interesses e necessidades, resta dividida entre parasitas e parasitados.

O Estado para Bomfim, deveria ser uma organização das energias da nação, tendo a política como fórmula de solidariedade, a realizar os serviços públicos, atendendo aos interesses individuais e necessidades de todos, e as aspirações da nação. Mas este Estado existe? Quem o dirigiria? O próprio Bomfim aponta que o que de fato ocorre é que a classe dominante assume a direção do coletivo (massa população), impondo seus interesses, ou seja, em benefício próprio, daí ocorre a distorção em que o indivíduo se opõe à coletividade.

Ao reavaliar o processo histórico brasileiro, Bomfim enxergava a construção de um Estado opressor, que aprendeu com os *Bragança* a massacrar suas gentes e a cuidar apenas dos seus próprios interesses (dos dirigentes). Nesse ambiente via dificuldades em construir a nação, que entendia como a solidariedade de interesses e necessidades do povo, o oposto da forma de organização política e social, de modelo parasitário, como considerava.

Os dirigentes (classe dominante) seguiam uma tradição, para o autor, de promover apenas as riquezas pessoais ou classistas, e ignorar as necessidades do povo. Daí a incoerência observada por Bomfim, de um país tão rico como o Brasil, carregar consigo também tanta miséria.

Há maravilhosas condições naturais, o povo é bom, há atividade, trabalha-se; há desejo de progresso, há produção, há riqueza... E tudo se esvai ...[...] portento em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos dirigentes mais vorazes e torpes... [...] é milagre – que subsista uma nação sugada, por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada, em vez de ser dirigida... (BOMFIM, 1931 [1996]: 51-52).

Numa perspectiva histórica mundial, avalia que o Brasil foi construído numa tradição de espoliação e subjugação de uns (dominados) por outros (dominantes): nossos políticos, mesmo pertencendo à classe dominante, para Bomfim, foram formados também numa herança cultural da colonização, numa tradição de subserviência. Desse modo, sendo elite aqui, continuavam dependentes política, econômica e culturalmente dos países centrais (metrópoles).

O Brasil era um país rico, com condições de expandir-se; contudo, isso não ocorria em função da continuidade de um passado colonial. O Estado lhe parecia alheio às necessidades da população e do próprio desenvolvimento. Os políticos mostravam-se corrompidos há muito tempo:

Trinta anos de mentida República têm sido, apenas, a acentuação da injustiça e do despotismo, agravados em prevaricações e mais torpezas de dinheiro. Tem-se a impressão de que, já agora, é impossível organizar legítima democracia com tais dirigentes, feitos numa tradição política definitivamente pervertida. (BOMFIM, 1931 [1996]: 257).

A questão que surge é como o Estado faria o papel de educar para a revolução ou dirigir a revolução se estava totalmente infestado de bragantismo? Por outro lado, como fazer uma revolução se não há um Estado que a conduza nem um povo que a lidere? Para Reis (2006), após sonhar com a Revolução e descrevê-la de modo apaixonado, Bomfim termina cético quanto à sua realização. Toma-o por um otimista ingênuo, romântico e sonhador. Que parecia não ver ou não crer na existência dessa ‘nova classe realizadora’, que seria a vanguarda revolucionária. Concluindo o texto de *Brasil Nação* até pode deixar esta impressão - “Esperamos, confiemos, no entanto, ainda quando tudo se nega a tal perspectiva” (1931) – contudo, Bomfim está atento quanto às dificuldades em realizar-se a consciência revolucionária do povo brasileiro para se chegar a constituir a nação, pela Revolução – totalmente nova, emancipada, autóctone, com uma moral e cultura próprias, solidária e unida. Entendemos, porém, que Bomfim não desiste deste projeto ainda que sabendo-o de complexa realização.

5.4 Bomfim e a Revolução

Então, como entender a declaração de Manoel Bomfim de que o único caminho para formar a nação brasileira é a revolução? Voltamos a Antonio Candido:

Candido afirma que Bomfim é o primeiro autor que aponta de modo insuperável que o pensamento brasileiro é fundamentalmente conservador. Em seu quadro de classificação dos intérpretes do Brasil, coloca Bomfim no pensamento radical permanente – e indica que o pensamento radical é “condição indispensável para o exercício das ideias

de transformação social, inclusive as de corte revolucionário”. (1988: 195)

Observadas as obras de Bomfim da *Trilogia do Brasil e América Latina* – maciço de seu pensamento – não resta dúvida de que Bomfim buscou romper com o pensamento conservador, e indicou um necessário corte com o conservadorismo brasileiro, inclusive, indicando a substituição da classe dirigente, pois considerava que esta vinha contaminada pela herança do braganatismo – formada na ideia do parasitismo, da exploração do trabalhador, do preconceito racial e de inferioridade dos povos da terra – gentios, negros e mestiços.

O pensamento radical não é considerado por Candido como revolucionário basicamente porque apesar de ser transformador, ele não se identifica totalmente com os interesses das classes trabalhadoras – que no modelo marxista de análise é a classe potencialmente revolucionária.

Bomfim aponta a classe trabalhadora como potencial classe para realizar a revolução, contudo, seu diagnóstico, para usar termos seus, é que essa classe não está pronta para tal tarefa – precisa então ser tutelada.

Nesse ponto entendemos que o autor avança para o pensamento revolucionário, mas não se identifica totalmente com os interesses finais do trabalhador ao desqualificá-lo para realizar sua tarefa de revolução. Bomfim ao tutelar a classe proletária no seu ideal de revolução – como classe ainda despreparada para o movimento revolucionário – volta para os limites das soluções em prol da nação – de todos – não deixando evidentes os limites dos antagonismos de classes. Nesse sentido, o autor está colocado nos limites da revolução liberal burguesa e portanto é um radical no sentido de Cândido (1988), mas um revolucionário brasileiro no sentido dado à revolução brasileira por Caio Prado Junior (1942).

Bomfim não recua para posições conservadoras – visto que para ele estas posições conservadoras implicariam em admitir o pensamento corrente em seu tempo, fundamentado no racismo científico, na inferioridade dos mestiços (raças), no modelo de estado dos Bragança e a condição do Brasil de colônia – ocupando um lugar de provedor de Portugal – fornecedor de produtos primários – no grande movimento de expansão comercial marítima. Bomfim busca avançar para República e a democracia – mas nas entrelinhas de seu texto vai ficando nítido que Bomfim fala do ponto de vista da

democracia liberal burguesa. A liberdade do indivíduo para Bomfim está relacionada à democracia no sentido da escolha política, do direito ao voto, mas não faz menção a democracia como valor de igualdade.

Candido diz que o radical tem um pensamento que chega a ser revolucionário, mas seu comportamento não o segue sendo também revolucionário. O desenvolvimento do pensamento de Bomfim resta perfeitamente enquadrado no sentido do radical que serve à causa das transformações possíveis em sociedades conservadoras, com sobrevivências oligárquicas, e sujeitas a interferências militares.

Para Candido, o autor avançou significativamente considerando suas bases insuficientes e restritas. Sua análise da história brasileira, com os registros de seu tempo, o conduziram a elaborar interpretações originais, especialmente, na primeira obra (1905) quando faz a crítica dos diagnósticos realizados sobre a América Latina e o Brasil. Também dá destaque à sua interpretação diferenciada sobre a Independência do Brasil – após a independência, de fato, o Brasil continuava nas mãos de Portugal; a classe dirigente continuava no poder; o conservantismo bragantino permaneceu. Também foi Bomfim, segundo Cândido, o primeiro a entender os graus de progresso como fatores de ordem social e cultural, e não de raça.

Observa ainda a sensível crítica realizada por Bomfim sobre o aspecto da desvalorização do trabalho, que foi associado ao trabalho escravo, e daí, seguiu com estigma de desqualificação, uma atividade indigna do homem livre. Por outro lado, também já notava que o trabalho de um homem (escravo) era apropriado por outro (senhor), e transformava-se em lucro – para Bomfim, esse fato tornava esse outro (senhor) um parasita, que vive do esforço alheio.

Nesse sentido, vale lembrar que Bomfim considera que o parasita também degenera no processo de explorar o outro, e acaba tornando-se decadente. Para Cândido, nesta primeira parte do raciocínio, o autor se aproxima de Marx ao definir um processo muito próximo a mais-valia¹⁰⁸, mas na segunda parte, se aproxima da teoria da circulação das elites¹⁰⁹, por meio da qual descarta a luta de classes, e aponta a mobilidade vertical da

108 Flora Süssekind e Roberto Ventura, que falam em “teoria biológica da mais-valia” In.: VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. **História e Dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Ed Moderna 1984.

109 PARETO, Vilfredo. O tratado Sociológico geral. Itália: 1916.

sociedade como forma de renovação dos grupos dirigentes.

Bomfim também observa, e é sublinhado por Cândido, que o estado colonial se torna o espoliador, portanto, inimigo das massas. Não pode este Estado inspirar confiança como dirigente. A população no estado colonial é heterogênea e instável – a classe dominante (elite interna) opõe-se às populações mestiças que ficam sujeitas à espoliação. Além disso, rejeitam o trabalho pois este vinha associado ao escravo. Dessas condições, a tendência a desordem e turbulência frequentes na América Latina. Bomfim analisa esse estado de coisas e indica que o passado se repete na tradição que traz para o presente uma herança funesta, que passa a fazer parte de um automatismo nos hábitos e modos de pensar da população, sem que esta tome consciência.

A análise de Bomfim sobre o conservantismo essencial, vindo da herança bragantina, que guia as classes dirigentes, são para Cândido a contribuição singular do autor para o pensamento social brasileiro, e permite analisar a sociedade brasileira tradicional. Bomfim aponta para o fato de que o conservantismo das classes dominantes é característica da sociedade (predatória) fundada no escravismo, e nela todos são conservadores, até os mais revolucionários. Afirma que são revolucionários até o momento de executar a ação – no momento de executar, o sentimento conservador os detém, e sua próxima ação será conservadora. Terminado o movimento, voltam o máximo possível ao estado anterior de coisas.

Tendo apresentado tal concepção sobre a conduta do Estado (brasileiro) o discurso de Bomfim apresenta aparente contradição interna: um Estado conservador – que não é capaz de sair do *status quo*, na figura de seus representantes, como poderia tutelar o movimento de emancipação da classe trabalhadora? Seria antes a sua própria emancipação que este Estado realizaria? Não seria também este um caso de deturpação da revolução, como o próprio Bomfim apontara quando da Independência onde o príncipe português continua no comando do país, ou quando a República, que rompe com a monarquia, rompendo também com os traços do bragantismo, ou deveria, acaba por conservar os mesmos ditames de outrora?

Em definitivo, quando Cândido (1988) apresenta a conduta de Sérgio Buarque (1936) que indica que o povo teria melhores qualidades para conduzir o país que a própria elite, desenhando assim os protagonistas da revolução na massa

| **da população** Bomfim resta limitado aos quadros da revolução liberal burguesa, pois apesar de todo seu ineditismo de interpretação do Brasil e de seus problemas de formação, insiste ainda, ao cabo e ao fim, na tutela do Estado para o progresso da nação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORIGINAL AGENDA DE PESQUISA DEIXADA POR BOMFIM

Considerando o contexto histórico no qual Bomfim atuou e sobre o qual refletiu, percebemos a complexidade de seu pensamento e observamos que sua reflexão passou por inflexões que acompanharam as mudanças das condições sócio históricas que o cercavam. A princípio, apresentava em suas análises a educação como ‘remédio para o atraso’ da sociedade brasileira¹¹⁰. Por suas reflexões díspares de seus contemporâneos e posições de vanguarda, Candido (1988) o considerou um intérprete radical da nação brasileira, pois seus diagnósticos dos problemas sociais e as soluções que apontava contrariavam a classe dirigente e os intelectuais de seu tempo.

Acreditamos que Bomfim realizou um trânsito político importante no período em que produz a *Trilogia de Brasil*, já na década de 1920, onde realça em seu trabalho a busca da potencialidade do *brasileiro* para Revolução. Neste momento, considerando as condições políticas, culturais e sociais a que está sendo feita a Nação brasileira, e a elite conservadora que assumiu sua direção (na estrutura do Estado), Bomfim entendia que o caminho para solução dos problemas desta nação estaria inevitavelmente na Revolução – uma que cumprisse as ‘condições de uma legítima revolução renovadora’.

Em sua proposta, denuncia a incompetência – o *conservantismo* – dos governantes e propõe sua retirada do poder como ação necessária para recomençar a Nação sem os vícios bragantinos. Esse projeto que propõe uma quebra do modelo vigente e deposição dos dirigentes, determinações que associadas a outras ações ligadas à revolução, para nós, levaram mais longe o seu radicalismo.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, como observamos, a da teoria da mestiçagem fundamentava o ponto de vista dos conservadores: de um lado, explicava o “atraso” brasileiro em virtude da inferioridade racial; e de outro, defendia o arianismo, o branqueamento da “raça”, a partir do qual, segundo essa visão, viria o

¹¹⁰ Bomfim mostrava-se atento às dificuldades no caminho do desenvolvimento da Nação e as atribuía ao processo de colonização – *parasitismo* – das metrópoles e das elites (internas) e indicava desde os artigos que escreveu sobre educação (1897) antes do *América Latina*(1905) que esta seria a melhor estratégia para emancipar a Nação – tratava da educação como processo onde o indivíduo é formado em sua consciência (vide capítulo 2) e afirmava que era nesse processo que se transmitia a herança ‘moral’ ou a tradição, que ele acreditava ser de uma sociedade solidária, destinada ao progresso.

progresso da nação: branca e homogênea. Bomfim luta contra esta perspectiva, mesmo tendo sido formado nela.

Contraopondo a ideia de que a América Latina seria um território povoado de gente *selvagem e inferior*, incapazes de autogovernar-se, Bomfim buscou as causas do atraso e miséria nos ‘males de origem’ - a colonização ou *parasitismo colonial*. Recusava assim o discurso dominante, e elaborava um contradiscurso quase solitário entre seus contemporâneos. Aguiar (2000: 34) afirma: “A verdade é que Manoel Bomfim elaborou uma síntese intelectual particular e diferenciada – tendo como marco de referência os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais intelectuais da sua época”.

Como também já apontamos, os leitores de Bomfim (Dante Moreira Leite, Vamireh Chacon, Darcy Ribeiro, Flora Sussekind, Roberto Ventura, Antonio Candido, e seu biógrafo, Ronaldo Conde Aguiar) perceberam as reflexões e construções do pensamento de Bomfim como elementos diferenciados entre seus contemporâneos, por essa leitura peculiar das causas do ‘atraso’ que adjetivava a sociedade brasileira (e latino-americana). Destacamos nesse construto de seu pensamento sua postura antirracista, anticolonialista e anticonservadora que enfrentava os dogmas – se podemos assim chamá-los – da ciência em voga, especialmente pautada pelo Positivismo e pelo Racismo Científico. Acreditamos que esses elementos do pensamento de Bomfim – *antirracismo*, *anticolonialismo* e *anticonservantismo* – estão intrinsecamente ligados e que conformaram e conformam uma agenda de pesquisa fundamental para o pensamento social brasileiro do século XX e do século XXI.

Mesmo que estes elementos do pensamento bomfiniano, estas posições político-filosóficas tenham lhe rendido, se não o isolamento completo, um nevoeiro, que complicou o acesso ao seu trabalho e o trouxeram para a borda do espaço intelectual de pensamento social brasileiro, são estas mesmas posições que tornam seu trabalho tão relevante e tão importante de ser recuperado na conjuntura atual.

6.1 Antirracismo

A virada do século XIX para o XX foi marcada no Brasil pela presença de novas teorias e explicações para o que se considerava o atraso do país. Destacam-se o positivismo e o evolucionismo adotado pelas elites como paradigma, e pelos quais, esta elite podia considerar como desqualificados os menos favorecidos – negros, mestiços, indígenas, trabalhadores conforme já apontado. Curiosamente, a elite (classe no poder) parecia não perceber que com uma população degenerada seria difícil almejar o progresso e o desenvolvimento que apontavam o caminho da modernidade. Assim, fazendo uso da teoria do evolucionismo, culpabilizavam as raças consideradas inferiores pelo insucesso do país, e ‘justificadamente’, se mantinham no poder como a classe portadora da inteligência para conduzir a nação. Contrariamente, o mesmo argumento – Racismo Científico - que servia para manter as populações ‘inferiores’ sob controle, acabava por servir também para garantir que os latinos e mais especificamente, os brasileiros (a elite) ficasse(m) sob domínio de sua metrópole (colonizadora), uma vez que se constituía de uma terra de degenerados, inferiores por todo cruzamento de populações que ocorria nessas terras. Manoel Bomfim concordava com o diagnóstico do necessário desenvolvimento e até do atraso, mas discordava da causa e das soluções. Ao apresentar a educação como solução para este atraso firmava um novo paradigma no pensamento brasileiro: o antirracismo.

O antirracismo será um argumento presente em vários escritos de Bomfim. No *América Latina* o tema aparece de modo amplo, defendendo os *latinos*, de modo mais geral, e os *brasileiros* de modo mais específico. A princípio era contra o preconceito europeu sobre a América Latina que o autor se posicionou. À medida que se dedica a escrever sobre o Brasil e suas populações, a questão do racismo vai emergindo na referência aos grupos de diferentes etnias – indígenas, negros, mestiços, em último plano. O trabalho de Schwarcz – *O Espetáculo das Raças* (1993) coloca a questão de forma elucidativa:

Em finais do século passado o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um ‘festival de cores’ (Aimard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma ‘sociedade de raças cruzadas’ (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado. Não

são poucos os exemplos que nos falam sobre esse ‘espetáculo brasileiro da miscigenação’. (SCHWARCZ, 1993: 11)

Bomfim apresenta a questão do racismo, desde o *América Latina* (1905) - o faz a partir do conceito do *parasitismo social* – parte do duplo *parasitas* e *parasitados*, buscando as causas desse enfraquecimento moral, que deturpou Portugal, e depois, sua colônia. Duas décadas depois, Bomfim voltará a enfrentar o tema em *O Brasil na América*, considerando agora a situação do Brasil em relação à América Latina. O autor parte dos pressupostos da ciência que o formou – com seus paradigmas de positivismo e Racismo Científico – para debater as questões do racismo e suas considerações sobre os cruzamentos de raça que, conforme seus contemporâneos, estavam degenerando a nação em seu nascimento, e impedindo seu desenvolvimento.

No *Brasil na América* ao apresentar a participação negros, índios e mestiços se dedicará ao tema, do ponto de vista da ciência biológica, inclusive. O autor alerta que este trecho de seu trabalho foi anteriormente apresentado na revista *Patologia Geral*, onde indicou uma documentação para demonstrar que não havia ‘valor científico’ que contraindicassem os ‘cruzamentos humanos’, por conseguinte não havia argumento lógico-científico para justificar o preconceito racial.

Bomfim destacou um capítulo de *Brasil na América* para apresentar seus argumentos sobre o significado e repercussões do ‘cruzamento’ das raças no Brasil. Abre o texto com uma sentença:

O Brasil se fez à custa de desenvolvido cruzamento, em que entraram, finalmente, as três raças humanas extremas. Se se admite qualquer inconveniente em tais cruzamentos, há que admitir, com isto, que a Nação Brasileira está radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o Homem. (Bomfim, 1929 [1997]: 167)

Bomfim destaca a influência da teoria de Mendel¹¹¹ sobre as raças originadas de ‘cruzamentos’ não serem ‘estáveis’ [*disjunção mendeliana*]. Para o autor, o uso dessa

111 **Gregor Mendel** (1822-1884) – monge agostiniano, considerado "Pai da Genética". A Teoria Mendeliana estuda a transmissão dos caracteres genéticos em cruzamentos de plantas e animais, de pais aos filhos. Para Mendel, existiam fatores que condicionavam as características dos indivíduos da espécie e esses fatores poderiam se apresentar puros (AA ou aa), onde seriam chamados de homocigotos, ou podiam se apresentar híbridos (Aa), que seriam chamados de heterocigotos. Os trabalhos de Mendel sobre genética foram publicados em 1865 e 1866 foram considerados controversos inicialmente. Em 1900, quando incorporada à teoria do cromossomo de Thomas Hunt Morgan em 1915, a genética mendeliana se tornou a essência da genética clássica. (Dicionário)

teoria de Mendel para analisar o caso brasileiro era impreciso: afirma que tal teoria está mal assimilada no Brasil. Chega a dizer que ‘nos casos da população brasileira, em vez de ser um mal, é uma vantagem’.

Bomfim faz neste texto uma digressão sobre o debate acerca dos cruzamentos de reprodução sexuada e da reprodução assexuada. Propõe comparar os tipos de reprodução com um desafio específico: reconhecer se há vantagens no ‘cruzamento’. (Bomfim, 1929 [1997]).

Principia por indicar em suas respostas que a reprodução assexuada, verificada na natureza, ‘só existe nos seres de vivos de organização inferior, elementar, e que o sexo não é, de forma nenhuma, indispensável à reprodução’. Observa ainda que “ (...) todos os organismos de vida complexa – superior – reproduzem-se com sexo e fecundação estranha”, e que essa é a tendência natural da evolução – reprodução com fecundação estranha. (Bomfim, 1929 [1997]).

Bomfim aponta um elemento da ciência positiva (biologia/medicina) que o acompanha: a evolução tende a preservar o que garante a sobrevivência. Considerando este ponto, o autor afirma que o “... sexo, em vez de facilitar a reprodução, a complica; por conseguinte, se ele existe é porque apresenta vantagens compensadoras. Tanto vale dizer: o sexo é uma aquisição dos seres na sua marcha de progresso orgânico”. (Bomfim, 1929 [1997]: 168). Bomfim elaborava seus argumentos baseado nas teorias biológicas da época – nos princípios biológicos conhecidos.

Bomfim apresenta o sexo - *fecundação estranha*, como forma de progresso orgânico. O autor observa a estrutura dos elementos celulares que se juntam na fecundação, apoiado em autores como Elsberg, Wiesner, De Vries, Hertwig, Weisman, Conklin, Gaullery, Deperet, Waaghen, Boveri, Loeb, Chabry, Driesch, Pluger, Shulze, Whitman, Wilson, para concluir que “o progresso se faz em mutações, lentas ou súbitas, e que só podem sobrevir se há instabilidade íntima no germe. Nem outra coisa significa a decantada ‘evolução criadora’.” (Op. Cit. 172) Apoiar-se nas afirmações de Ward sobre o que o sexo realizou, devido ao auxílio do cruzamento das raças: “... o papel do sexo não é a reprodução, mas a variação e a diferenciação orgânica, a vida mais elevada, o progresso, a evolução”. (Op.cit. 172).

Soma a isso a afirmação de Conklin¹¹²: “Os filhos divergem dos pais, sensivelmente, apresentando caracteres realmente novos, e que são, finalmente novas combinações dos elementos caraterísticos dos progenitores...”. (Op.cit.).

Bomfim segue apontando as conclusões de Conklin sobre os efeitos dos cruzamentos de raças. Cita sua fala:

‘A formação de indivíduos únicos – na fórmula de um novo equilíbrio vital, parece ser o resultado e o fim principal da reprodução sexuada. Nela, as variações provêm de novas combinações dos elementos hereditários.’ Então, afirma: ‘... essas combinações podem tomar a forma de caracteres inteiramente novos, e que não existiam em nenhum dos progenitores; no entanto, uma vez aparecidos, tornam-se hereditários’...¹¹³.(CONKLIN apud BOMFIM, 1929[1997]: 172)

Ao retomar as afirmações de Conklin, Bomfim busca refutar um forte argumento corrente em seu tempo: o de que as gerações resultantes de cruzamentos humanos não poderiam ser estáveis. O trabalho de Conklin segue no sentido de apontar um desenvolvimento da célula germe¹¹⁴, acentuando as possibilidades de progresso, segundo Bomfim, ‘tal possibilidade deriva da diferença biológica’.

Recorrerá ainda a Ward na defesa das vantagens do cruzamento humano. Chama atenção para a questão das uniões entre parentes que tem resultado em esterilidade. Neste argumento, a fusão dos elementos diferentes é criadora pois resulta em elemento novo – difere dos dois que lhe deram origem. Bomfim atenta para o fato da extinção de famílias que se fecham em uniões familiares, e acabam por extinguir-se, por puro ‘preconceito aristocrático’, afirma. Atenta ainda para a infecundidade (esterilidade) observada nas ‘famílias principescas’. Bomfim explica:

A razão do fato nos é dada por um zootécnico, o professor Baron, da Escola de Alfort: ‘Há um momento em que os reprodutores consanguíneos chegam a assemelhar-se completamente, e daí resulta que a polaridade sexual diminui, formando-se uma espécie de neutralidade, que produz a **esterilidade**’.¹¹⁵ (CONKLIN apud BOMFIM, 1929 [1997]: 172).

112 Conklin, *Heritary and Environnement apud* Bomfim, M. O Brasil na América (...) 1929 [1997]: 172).

113 Conklin, *Heritary and Environnement ...*, cap. IX, III. Apud Bomfim, M. O Brasil na América (...) 1929 [1997]: 172.

114 Bomfim cita as considerações de Conklin: “Na mulher, onde há, provavelmente, 48 cromossomos paternos e maternos (após a sinapse) distribuídos em 24 pares, o número de combinações possíveis, na sua distribuição pelas diferentes células-ovos, será de 221, ou seja 16.777.216, e o número dos diferentes tipos de ovos fecundados produzidos por um casal será de 16.777.216, ou seja, cerca de trezentos mil bilhões.”

115 Citação de Diffloth, *Zootechnie générale*, p. 348. Apud 175. (pag. 414 NF)

Bomfim apresenta ainda o estudo de Deperet que formula conceito semelhante ao de Baron: “A especialização das raças puras, longe de ser uma causa de prosperidade, é, pelo contrário, uma marca senil, que anuncia e precede de pouco tempo a sua extinção”¹¹⁶. No mesmo sentido, indicará o estudo de Rosa que formula a “... lei da redução progressiva da variabilidade, por efeito da especialização na pureza de sangue”. (Bomfim, 1929 [1997]: 175).

Nota-se, então, que o mesmo argumento da purificação da raça, ou da segregação do *sangue azul*, quando examinado pela ciência, se comprova o argumento contrário – quanto menor variedade (leia-se *raça*) maior a possibilidade de extinção – esterilidade. Então o casamento de consanguíneos, ferramenta das famílias aristocráticas para manter a ‘pureza do sangue’, não resulta em evolução, e sim, em extinção.

Bomfim passa então a enfrentar o argumento mendeliano da ‘disjunção’. Tal argumento era utilizado para afirmar que os cruzamentos humanos não resultariam em uma raça estável, e condenar os negros e caboclos da nossa população *cruzada* estava fora de contexto, pois os princípios mendelianos não ‘se aplicam ao Homem na simplicidade com que se aplicam aos cruzamentos de feijões...’. Chama atenção para o fato de que na ‘espécie humana, realiza-se a chamada *herança misturada*, isto é, em que os caracteres se combinam numa fórmula intermediária’. O próprio Conklin, segundo Bomfim, mendelista confesso, afirma:

Os casos de herança misturada constituem o mais sério embaraço à universalidade da doutrina mendeliana. [...] Um dos exemplos mais conhecidos é o da cor nos mulatos, que é o intermediário entre o antepassado branco e o preto. Ainda que esses descendentes possam variar consideravelmente em matiz, nunca serão verdadeiramente brancos ou pretos. Há, pois, aqui uma **exceção aparente ao princípio da disjunção mendeliana**.¹¹⁷ (CONKLIN apud BOMFIM, 1929 [1997]: 177). (Grifos Nossos).

Nesse sentido, Bomfim examina ainda para os estudos de Blaringhem, que dedicou ‘décênios ao estudo’ da mistura de duas origens distintas, e indicava que a homogeneidade da perpetuação podia dar a ilusão de linhagem pura, considerando a estabilidade dos caracteres mais nítidos. Blaringhem classificava a hereditariedade mista como fecunda, vasta e rica. Bomfim considera ainda que Blaringhem atesta o fato e suas vantagens: ‘Certos híbridos experimentais são o ponto de partida de novas formas

¹¹⁶ *Les transformations du monde animal*, p. 222. Apud 175 (pag. 414, NF)

¹¹⁷ *Op. cit.*, cap. III, § II. Apud Bomfim, M.. 1929 [1997]: 177. (414, NF).

estáveis. Há cruzamentos de cão e lobo, bode e ovelha, bisão e vaca, lebre e coelho, que deram nascimento a formas mistas, bastante estáveis para merecer o nome de espécie'. (Bomfim, 1929 [1997]: 176).

É com base nos estudos de Blaringhem que Bomfim aponta os debates sobre os cruzamentos de indivíduos de grupos humanos diferentes como puro e franco **preconceito**. É com a intenção de dividir a humanidade em raças superiores e inferiores que segundo ele, 'etnólogos pedantes' insistem em condenar os cruzamentos de umas e outras, aludindo prejuízo das superiores. E abre franco repúdio as afirmações de Agassiz, 'o naturalista... que entendia de peixes, mas nada sabia discriminar em qualidades humanas'. (Op.cit.)

Para Bomfim, Agassiz só fez exagerar o preconceito de raça do norte-americano. Por outro lado, aponta a observação de outro cientista, que diferentemente de Agassiz, viveu 'na roça do Brasil', com 'gentes de sangue misturado', se desmancha em elogios para os mesmos mamelucos que Agassiz reprovava, o sr. Koster:

Encontram-se mais frequentemente os mamelucos pelo sertão do que na costa. São, em geral, melhor do que os mulatos, e as mulheres ultrapassam em beleza todas as outras do país: têm, mais ou menos, o mesmo tom escuro que as mulatas, mas o nariz não é chato, nem os cabelos são frisados. Não creio que os homens dessa raça tenham mais coragem que os mulatos, mas, seja pela consciência que têm de descender, pelos dois lados, de gentes livres, seja pelo fato de residirem no interior, onde o governo exerce menos autoridade, eles parecem ter mais independência de caráter e mostrar menos respeito pelos brancos que os mulatos. Quando as velhas querem contar alguma história de grandes aventuras, o herói é sempre um mameluco, como se elas estivessem convencidas de que eles são superiores a todos os outros homens. (KOSTER apud BOMFIM, 1929 [1997]: 177/178)

O mesmo Koster fará muitos elogios às mulheres, 'filhas do sol': considera que têm 'vida, alegria, mais atividade de corpo e de espírito. Seria difícil encontrar mais belos tipos de forma humana...'. (Koster apud Bomfim, 1929 [1997]: 178).

Bomfim recorrerá também às observações de Southey, historiador, que em suas generalizações, contrariamente a Agassiz, aponta a 'superioridade da mistura com o índio'. O autor (Southey) indicará São Paulo como lugar onde o cruzamento com os indígenas 'melhorou a raça', desenvolveu 'o espírito de empresa do europeu em constituição adaptadas ao país'. Observando o caso do estado do Mato Grosso, Southey

apontava melhoramento físico e vantagem política. Enfrentando as afirmativas difamatórias que se fazia dessas gentes, registra:

... não são indolentes; onde isto se nota, no Brasil, é devido somente aos preconceitos que se implantaram com a escravidão.... Os brasileiros têm feito mais progressos (até 1811), na proporção dos seus meios, que os colonos de quaisquer outras nações. Só por ignorância e falsidade têm sido acusados de frouxidão e indolência... e à medida que avança a civilização vai aparecendo uma população mista, em que se combinam o espírito europeu e a constituição índia. (*Op. cit.*, T. V, p. 493; T. VI, p. 356. Ver pag. 178)

O autor observa, que contrariamente a certeza que o meio influenciava negativamente os homens, os brasileiros estavam alcançando progresso – é então vazia a acusação de ‘frouxidão e indolência’ que lhes impõem. Bomfim analisa diferentes diagnósticos científicos sobre a questão da raça, buscando o melhor entendimento entre seus contemporâneos. Destaca o pensamento de Ward e Conklin que apontam para o resultado positivo dos cruzamentos na espécie humana. Registra a posição e L. Laticque, professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, sucessor de Dastre, que fez verificações diretas ‘nos povos mestiços em torno do oceano Índico e das ilhas do Pacífico’, isto é, ‘nos tipos mongoloides, negroides, negritos...’. Nota as conclusões de Laticque – só há três raças distintas na espécie humana – *a branca, a amarela e a negra*: “São, porém, tão estáveis esses mestiços, tão indefinidamente fecundos, que a muitos sábios parecem raças específicas”. (pp.182). Ressalta que Laticque não foi dissertador de gabinete, mas percorreu o *habitat* desses povos:

Eu tinha como programa procurar o limite oeste da área dos negritos. Visitei todos os pontos habitados, da árida costa do Beluchistão; fui, a alguns dias de viagem, no interior, examinar a população dos oásis; visitei três portos persas, e, partindo de um deles, uma série de aldeias, até o pé do alto planalto. Por toda parte observei a existência do negro africano importado como escravo, mas, nunca, nenhum sinal de raças pretas autóctones. (Bomfim, 1929 [1997]: 182)

Bomfim conclui que não há dúvida quanto a estabilidade da raça humana misturada, e, portanto, as críticas feitas à *massa da população brasileira* pelo fato de ser composta em sua maioria por mestiços - frutos de cruzamentos - é inaceitável. Desnuda o argumento de que os cruzamentos humanos são prejudiciais ou degenerativos, não havendo, portanto, razão para desmerecer os mestiços brasileiros, quaisquer que sejam seus cruzamentos. A falácia de que essa mistura causaria extinção também fica desarticulada. A mesma ciência que condena os cruzamentos humanos – de raças, diga-se

de passagem, demonstra que esses mesmos cruzamentos são salutares, quiçá o motivo para que a população brasileira crescesse em número tal qual ocorria, bem adaptada às condições naturais da terra (do Brasil).

Na ciência, não há, para Bomfim, justificativa eficaz para desmerecer a massa (da população) brasileira. Para o autor, a mistura de raças que ocorreu no Brasil nos seus primeiros séculos chegou ao ponto que toda preocupação de pureza deve ser afastada. Levanta hipótese de que se fosse verdadeira – ele não acredita – a tal teoria de que os cruzamentos degeneram as raças, o melhor para o brasileiro seria conformar-se com sua inferioridade, e entregar o país a quem possa ter tais qualidades – da pureza do sangue. O Brasil que o autor reconhece já é, desde seu princípio da colonização até seus dias, uma ‘mistura’: “... indestrinçável, mistura que poderá realizar um novo tipo etnográfico, um produto estável, mas que, jamais, será um tipo branco de relativa pureza – um tipo ariano, no dizer pretensioso dos que se aprazem em arremedar ciência”. (Bomfim, 1929 [1997]: 183)

O que há de interessante para Bomfim, é que os grupos surgidos dos cruzamentos se distinguem, porque além do aspecto físico, também combinam tradições. Esse aspecto válido na consciência, tende a acentuar-se e fixar o valor do grupo, que aparecerá como um *povo*.¹¹⁸ Para o autor é do valor dessa tradição, tornada caráter nacional, que esse novo povo, terá motivos sociais, que convergirão para desembaraçá-lo e torná-lo propício ao progresso. É no choque das tradições dos diferentes grupos que a instabilidade abre espaço para novas possibilidades, para renovação. Quando numa sociedade, diferentes civilizações se aproximam, e suas tradições entram em choque, toda organização social resulta abalada, e desse movimento, Bomfim acredita que as consciências se desloquem de “valores morais aglutinados - costumes, instituições, preconceitos, doutrinas, critérios, sentimentos gerais, ideias correntes...” - para o entendimento científico de Bomfim, isto é progresso:

Pouco importa que haja, ou não, luta entre os povos aproximados, que uma das civilizações seja ostensivamente vencedora: dado o encontro de tradições, há, necessariamente, o influxo recíproco, cujo primeiro efeito é a quebra da coesão primitiva, em cada um dos povos, um começo de desagregação social, por onde se insinuam as energias reformadoras – instinto de imitação, sugestões mútuas,

118 Bomfim chama atenção para os *mouros ou berberes, abissínios e javaneses*, como raças mestiças, e ainda assim, comprovando sua análise da estabilidade, são grupos humanos caracterizados e estáveis. (Bomfim, 1929 [1997]: 184).

fórmulas orientadoras, novas realidades a utilizar... (BOMFIM, 1929 [1997]: 185).

O autor apresenta o exemplo da navegação interior que se fazia no Brasil em 1600, atentando para o fato de que já não era seu modelo nem a dos tupis nem, a de Portugal – havia uma combinação do melhor das duas. Considera a mistura cultural como um sopro, uma renovação dos modelos, que tende a se tornar melhor. Sua análise é otimista: controvérsias e repulsas recíprocas geram instabilidade social e labilidade, que permitem as transformações o progresso e desenvolvimento em geral. Para Bomfim, a história é a melhor testemunha que todo “encontro de povos”, resulta em “surto de desenvolvimentos”. (Bomfim, 1929 [1997]:185)

Neste debate, Bomfim avança em sua análise para questionar, afinal qual teria sido o primeiro povo ariano? Afirma: ‘não se sabe, em verdade; mas, sabe-se muito bem que esse arianismo difundido na trama da civilização ocidental vale como simples tradição mental, influída de sociedade em sociedade, nos sucessivos encontros dos grupos humanos’.

O choque das tradições, a mistura dos povos, é para o autor o elemento propulsor de mudanças e de um fazer e desfazer de instituições e tradições, que se renovam como resultado do processo. Por exemplo, entende que o francês é ‘coesão essencialmente nos espíritos’. Considera o *picardo* ou *normando* etnograficamente distantes do *provençal* ou do *gastão* – há um tipo psicológico em que se define a nacionalidade francesa. Observa, porém, que toda mudança, mesmo para o progresso, não pode vir por imposição: “Toda inovação de costumes e de instituições tem de ser aceitas pelas consciências. O progresso verdadeiro é sempre uma aquisição ativa”. (Op.cit.187).

Conclui que as tradições e costumes não se anulam no confronto; suscitam uma seleção recíproca, e para o autor, resulta no que Ward chama de *fecundação cruzada de culturas por diferença de potencial social*.

Bomfim afirma que para que haja uma nação é necessário que antes se faça uma legítima combinação humana: “verdadeira síntese de qualidades psíquicas, não diversas dos elementos formadores, mas distinta e caracterizada, como síntese ou unidade nova e complexa.”(op.cit.188) No caso brasileiro, visto seu processo histórico, apresenta uma necessidade de ‘agir explicitamente, insistentemente, sobre os espíritos, a fim de obter a necessária assimilação de gentes, com a conveniente harmonia de consciências, para a

explícita unificação do tipo social. '(Op. cit., p. 188). Onde andou o preconceito do racismo na forma pejorativa das gentes, é preciso haver convencimento da unidade das consciências: quiçá, pela educação.

Observa Bomfim o trabalho de alguns latinos, que caracterizam os povos de seus países de forma negativa:

Ingenieros – professor citado do Prata – publicou *Populações latino-americanas*, distingue em grupos etnográficos de valor social diferente, considerando os brancos como superiores. Bomfim discorda dos métodos de Ingenieros apesar de admitir que percebe divisões sensíveis. Considera que na Argentina o cruzamento de povos foi menor que no Brasil, contudo, apesar da visão de Ingenieros, em que os brancos foram ‘os únicos a fazerem a independência e a nacionalidade’, “Tudo faz julgar ... que, neste momento, na Argentina culta e progressista, a respectiva população já forma um povo, com o sentimento político bem explícito da sua unidade nacional”. (Bomfim, 1929 [1997]: 189). O influxo das tradições, para Bomfim, também foi menor, mas “Tudo isso se fez a inspiração de preconceitos veementes, mais de ostentação, talvez, do que de repugnância; em todo caso, preconceitos. ”. (Op.cit. 189).

Gobineau anuncia a teoria de raças superiores – diferenças estabelecidas entre os próprios brancos, sendo os dolicocefalos e louros, os mais puros. Para Bomfim, ‘tal teoria, feita por fora da ciência, sem nenhuma ciência, foi sem repercussão na própria França de Gobineau’- mas os alemães se apossaram dela; ao mesmo tempo que se colocavam na posição de dolicocefalos nórdicos, desprezavam os latinos – ‘inferiores e misturados, sobretudo, os ibéricos, idos como os mais misturados, em plena degeneração’. (Op.cit. 190).

No caso brasileiro, Bomfim encontra esses preconceitos de ‘inferioridades’ raciais em Oliveira Viana. Cita o autor de *Evolução das raças*: ‘O negro e o índio não deram ao Brasil nenhum elemento de valor. Um e o outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem de raça branca. ’ No caso do negro, o autor é ainda mais drástico quanto a incapacidade de assimilação de uma cultura, mesmo entre os negros mais ‘elevados’ – para Viana, o máximo de desenvolvimento destes é a possibilidade da ‘imitação. Considera que “Entre a mentalidade do branco e a do negro há uma diferença de

estrutura, substancial e irreduzível...” (Viana apud Bomfim, Op.cit. 193). Para os mestiços de índio e branco, Viana não arrefece: ‘...tiram a inteligência do branco e o caráter fraco do índio’. Bomfim compara-o à Agassiz: ‘Na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do tipo superior (branco) de que procedem’. (Bomfim, 1929 [1997]: 193)

Para combater essas afirmações de Oliveira Viana, que Bomfim considera inaceitáveis, toma como referencial os próprios Braganças, que para cá vieram: ‘Ora, quando nós sabemos que os próprios Braganças, bastardos de bastardos, já bem pouco dólico-cefalismo-louro deviam ter, ficamos a pensar que os colonos fazedores do Brasil raros glóbulos de sangue nórdico podiam ter trazido’. Entende que a fonte desses conceitos de valor – preconceitos - multiplicam-se, mas vem todos de uma origem, do mesmo critério: Agassiz, Pearson, Lapouge. (Bomfim, 1929 [1997]: 194).

O autor analisa com pesar o talento dos bem-intencionados que são conquistados por este ponto de vista enganoso: ‘pretendem que das nossas origens possa sair outra coisa que não uma população de mestiços’. Bomfim examina e questiona o trabalho de Sarmiento:

Tal acontece a um Sarmiento, quando nos diz que a escravidão faz degenerar, não os que vivem parasitariamente, sobre o trabalho do escravo, mas os próprios escravos. Ele, que estudando *Harmonias e conflitos de raças na América*, não viu que existia o Brasil, onde tais relações foram mais interessantes que em qualquer outra parte, e só teve olhos para os Estados Unidos; ele, se houvesse bem considerado este mesmo caso, refletiria assim: **os descendentes dos negros escravos não poderiam ser milhões (já o eram nos seus dias), se tais negros fossem degenerados**, em confronto com os brancos, vigorosos e superiores. (BOMFIM, 1929 [1997]: 197). [Grifos Nossos].

Para encerrar este debate, sobre nossa condição de povo mestiço, *brasileiro*, Bomfim sai do rigor da ciência, e seu discurso ganha ares de exortação, voltada ao convite de assumirmos que somos um povo mestiço, e que tal qualidade não nos impede de sermos uma nação:

Conheçamo-nos, e chegaremos à convicção de que – **somos um povo cruzado**, e que povos cruzados serão sempre aquilo em que se fizeram: **expressão de misturas combinadas**. Poderão unificar-se; não de unificar-se, em tipos definidos e estáveis. E essa certeza nos basta. Aceitemos o destino em que nos formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos, e **façamos o dever em esforços, para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização** realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos. (BOMFIM, 1929 [1997]: 197) [Grifos Nossos].

Bomfim reconhece uma sensibilidade pessoal – ‘não há que discutir, ou condenar’. Aspira que questões sociais não sejam motivos de suscetibilidades entre as massas. Vislumbra nesse *povo misturado* uma potencial humanidade, que aproveita as *possibilidades de espírito e de coração*, e que para ele, vêm exatamente das *raças* que nos deram origem. Desnecessário dizer, mas vale afirmar: Bomfim reconhece que somos diferentes, miscigenados de genes e de cultura, porém, contrariamente as teorias que circulavam em seu tempo, avalia positivamente todos esses encontros – seja na genética, na cultura, nos valores humanos.

Os dogmas sociais por sua vez, estavam fundados num conservantismo, que passa ser combatido por Bomfim. Um conservantismo que adotava a ciência, o pensamento, os preconceitos europeus como próprios, esquecendo-se de observar seu próprio processo de desenvolvimento histórico-social, que obviamente, conduziria a soluções diferenciadas, específicas para esta realidade. Combater o conservantismo era também combater o colonialismo, suas heranças e os vícios herdados.

6.2 *Anticolonialismo*

Manoel Bomfim anunciou desde seus primeiros escritos a concepção de que o colonialismo seria causa do atraso e degeneração que tanto anunciavam os cientistas europeus sobre a América Latina - incluindo o Brasil, e malgrado, posteriormente, a própria elite brasileira. Por conseguinte, sua análise seguiu formulando uma metáfora de *parasitas e parasitados* (apresenta no livro *América Latina*, 1905)¹¹⁹, refutando toda herança político cultural que tivesse origem nesse processo, pois vinha contaminada por uma visão depreciativa acerca de toda América Latina e o Brasil. Sobre este momento de sua produção, Sussekind e Ventura (1984) afirmam que no *América Latina* (1905) o autor:

(...) investiga geneticamente ‘a causa efetiva’ dos males que atingem as colônias ibéricas da América Latina, atribuindo-os ao ‘peso’ do ‘parasitismo das metrópoles’, ou seja, à dominação colonial, para ele, ‘passado funesto’. [...] Analisa os mecanismos ‘parasitários’ de dominação colonial ibérica que

119 Cabe observar que Bomfim não abandonará estes conceitos em toda sua obra. Também na *Trilogia de Brasil* seguirá apontando esses pares antagônicos, com metáfora da biologia para os organismos sociais.

transferem às sociedades latino-americanas ‘males’ característicos das metrópoles. (SUSSEKIND e VENTURA, 1984: 17).

Desde o *América Latina* (1905), o autor analisava os efeitos das relações estabelecidas entre diferentes nações, sendo umas consideradas desenvolvidas e outras não, ou a classificação típica de *superiores* e *inferiores*. A metáfora utilizada - *parasita* e *parasitado* - refere-se a esta relação desigual de poder, e, por conseguinte, de expropriação de uns (**superiores**) sobre outros (**inferiores**). O discurso de Bomfim foi construído para fazer oposição a estas ideias colonialistas de então, que segundo ele, estavam fundadas em denúncia vazia, de estrangeiros que mal conheciam os povos americanos, e os consideravam preguiçosos e incapazes – povos sem ‘salvação’. As qualidades de resistência e sobriedade que estes apresentam são desconsideradas. Também ignorado o fato de que lhes falta apenas ‘a educação do trabalho e instrução’- uma vez condenado, a sentença é repetida implacavelmente. (Bomfim, 1905 [1993]: 176).

A *sentença implacável* referia-se a tornar o ‘incapaz’ um tutelado do ‘estrangeiro’ – tutela esta que lhe custaria todas as riquezas e a subordinação de seus elementos naturais e riquezas, naturalmente. Creditava valor a tal postura o fato de estarem em alta as teorias racistas naquele momento. Ao ser qualificado como ciência – *Racismo Científico* – tornava-se argumento incontestável. Também incontestável sua decorrência de que haveria povos inferiores e superiores – dominadores e dominados. Desse modo, se fazia a divisão das classes, justificada antes na raça que na expropriação – para Bomfim, apenas um ‘nevoeiro de aparências’. Bomfim observa que esta noção da sociologia ‘obscureceu todas as noções de justiça’ e justifica ainda o ‘emprego da força bruta como suprema sabedoria’ - De acordo com tal princípio, diz: – ‘o despotismo e a opressão como a condição natural da espécie humana’. O resultado desta teoria foi o que se viu nos processos de colonização: “vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; **instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las...**” (Bomfim, 1905 [1993]: 245). [Grifos Nossos].

Bomfim opunha-se a este discurso, chamava-o de *ciência barata*, mera desculpa de tempos de antanho para dominar e explorar os mais fracos. Para o autor, o que se apresenta é a tendência de todos os tempos, de que o homem possuindo força e poder, use-os para forçar outros homens a trabalhar para si. Desse modo, tomando os frutos do

trabalho alheio, um grupo subjuga e expropria o outro. Para o autor, esta conduta é a que está impregnada nas guerras – os fortes exploram os fracos: “... os explorados são miseráveis demais, não têm mesmo direito de se queixar; os exploradores, estes não têm de que se queixar”. (Bomfim, 1905 [1993]: 243).

A fala de Bomfim apesar de não lançar mão da análise marxista nos parece aproximar-se desta, apontando na história da humanidade a repetida exploração dos mais fracos pelos mais fortes – e de uma condição da consciência destes grupos, onde os *explorados são miseráveis demais* até para se *queixar* e os exploradores nada tem a reclamar. Segue daí que ao mesmo tempo em que intelectuais brasileiros reverenciavam Gobineau e seus afins, aceitavam e defendiam a teoria das raças *inferiores e superiores* – reproduzindo as diferenças de classes (mesmo não estando apresentadas conceitualmente de modo declarado); e ainda, que a miscigenação traria degeneração, no caso brasileiro. Bomfim entendia que se tratava de modo geral, das teses arianistas da ‘inferioridade racial como explicação do atraso’, e justificativa da dominação – ele as rejeitava. (Alves Filho, 1979: 15).

Ribeiro (1993) classifica Bomfim como antropólogo, e afirma que foi ele quem primeiro desmascarou o caráter colonialista da antropologia das metrópoles, que a seus olhos, não passava de uma “etnologia primitiva das grandes nações saltadoras”. Seu argumento tinha o nítido propósito de desqualificar os povos latinos (lembrando que Bomfim considera os brasileiros incluídos aqui) e sendo estes incapazes, seria *natural* sua dominação por povos *adiantados*. Aguiar (2000) também analisa o ponto de vista de Bomfim, e entende que escrever o *América Latina* foi uma forma de desmascarar o *racismo científico*, porque demonstrou que os *males de origem* – como classificou Bomfim – não vinham dos povos, e sim, do projeto *tacanho* das classes dirigentes locais, que organizavam a sociedade em proveito próprio. Para Aguiar o grande mérito da obra está em ter elaborado um contradiscurso e expressar “a voz e o sentimento dos excluídos”. (Aguiar, 2000: 306).

Implica dizer que as explicações genéticas (pseudocientíficas) que faziam diferir os povos em inferiores e superiores, é tão somente estratégia elaborada com nítida intenção de dominação de uns povos sobre outros, utilizando-se, obviamente, das teorias ‘científicas’ do Racismo Científico, do Determinismo Geográfico, do Positivismo.

Ribeiro (1993) entende que Bomfim enfrentou todo esse discurso que nos depreciava: de nosso modo de viver, da inaptidão para o progresso, da preguiça congênita, do atraso de povos tropicais e luxuriosos, entre outras acusações.

Sobre todos estes preconceitos que pesam sobre os latinos e brasileiros, o autor analisa e refuta-os:

Não há na história da América Latina um só fato provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. **Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas.** (BOMFIM, 1905 [1993]: 264/265). [Grifos Nossos]

Quando Bomfim fala de herança cultural ou de caráter, é preciso cuidar de não interpretar mal, pois o autor está tratando da herança dos colonizadores, e não da herança autóctone que esses povos tinham. Estas últimas são suplantadas pelo domínio, mas também pelo convívio com o novo habitante da terra. Questiona em suas elaborações como poderiam culturas diferentes conviverem lado a lado, separadas em ‘bolhas’, sem que houvesse alguma mistura dos costumes ou adaptações.

Bechelli (2010) comenta este aspecto do debate de Bomfim, e entende que ‘a negação a essas teorias raciais por Manoel Bomfim tinha um objetivo claro: rejeitar, como contradiscurso, as ideias defendidas pela própria elite’, e a partir desse gesto, afirmar que os problemas sociais tinham como causa a ação daquela própria elite e reafirmar o valor do povo. (Bechelli, 2010: 158).

Dante Moreira Leite (1969) apresenta uma súmula das opiniões dos autores brasileiros e considera que era difícil fazer esta oposição, uma vez que para maioria de nossos intelectuais ‘essa inferioridade parecia indiscutível’. (Leite, 1969: 314).

Isto dito, para insistir no fato, que a despeito das circunstâncias desfavoráveis no mundo intelectual do qual fazia parte, Manoel Bomfim desafiava o *mainstream*, e reafirmava que os problemas da nação brasileira não residiam na raça, e sim na colonização. Daí a necessidade de refutar as heranças coloniais, de menosprezo de si mesmos, de subserviência e dependência da cultura europeia, da exploração material a que estavam submetidos os povos desta terra. Bomfim não era lusóforo – era anticolonialista. Prova disso, sua defesa da valorização da história de Portugal, de onde seu caráter de povo corajoso e desafiador de seus destinos ao enfrentar as navegações. Tendia

sim, para atentarmos para a herança do caráter no que diz respeito a enfrentar desafios e buscar novas soluções – a intrepidez que via nos portugueses. Mas não a postura de dependentes do colonizador, fosse qual fosse a medida – econômica, social, cultural. O povo aqui não era ‘inferior, mas inferiorizado (...) pelas elites dominantes’. (Oliveira, 1993: 23).

Neste sentido, as impressões de Bomfim sobre o imperialismo são consideradas muito originais por Nunes (2010) e Silva (1997;1998). O autor se firma anticolonialista e numa posição de ‘crítico feroz ao imperialismo e a seus teóricos’.

Bomfim a seu tempo já indicava que era necessário se emancipar de toda dependência, fosse política, econômica ou intelectual, e que a educação pública seria passo fundamental nesse processo:

Depois de enumerar as vantagens da instrução, e de mostrar a necessidade de levá-la a todos os espíritos, se queremos partilhar do progresso – depois desta longa demonstração, será preciso provar que difundir a instrução constitui um dever iniludível, para todos que são responsáveis pela sorte destas sociedades americanas. Dever, sim; dever de honra para os que são capazes de compreender um dever – tal é o aspecto moral da questão. O dever supremo dos que ocupam as posições dominantes em nome de um regime democrático e livre é o de suprimir a injustiça, quanto possível, defender a liberdade, estabelecer a igualdade. Se assim é, que há de mais urgente que o fazer desaparecer dentre os indivíduos essa causa de desigualdade, essa causa de inferioridade intelectual e econômica, e de incapacidade política - qual o “não saber ler nem escrever”? (BOMFIM, 1905 [1993]: 337/338)

6.3 *Anticonservantismo*

Buscando situar os apontamentos de Bomfim, tomamos o trabalho de [Lucia Lippi Oliveira \(1990\)](#) que observa a relação entre intelectuais, a nação e o poder no Brasil (no período de 1870 a 1930). A autora acompanha a trajetória da ideologia nacionalista da Primeira República com a intenção de apresentar as propostas e análises sobre a nação brasileira, revelando seus contrastes e semelhanças, destacando a leitura e reconstrução da nação a partir de diferentes autores e estilos de pensamento¹²⁰. Em sua análise, afirma que os intelectuais desse período estavam convictos de sua missão de ‘pensar’ o Brasil e atuar nas consciências coletivas, para difundir suas ‘propostas mediando aspirações

120 Salvo engano, a autora só adiciona Manoel Bomfim nas referências, especificamente a obra que escreveu com Olavo Bilac – Através do Brasil (1910).

nacionais e políticas governamentais’. (Oliveira, 1990: 187). Buscando as bases da ciência europeia que circulava pelo país, aponta: ‘Escorados em novos princípios científicos, os intelectuais franceses acabavam por privilegiar a hereditariedade, o inconsciente e a intuição infalível ou irracional das multidões’. Era esse o modelo de cosmopolitismo e civilização que seguia a intelectualidade brasileira, segundo Oliveira (1990).

Atenta para o fato de que o nacionalismo, naquele momento, enquanto representação ideológica busca definir identidade e alteridade. Porém, uma nova perspectiva não sepulta as anteriores – são camadas que podem ser revolvidas e reaparecer a cada novo movimento de organização social. No caso brasileiro, Oliveira (1990) afirma que a mudança do regime de monarquia para a República tornou evidente o papel da política (e dos políticos, obviamente) de ‘construtora por excelência da coletividade’. (Op. Cit.,189).

A autora aponta a importância do nacionalismo cultural que estava ‘presente no romantismo do século XIX e no modernismo dos anos 1920. Entende que o traço do nacionalismo cultural ascende na medida que a política fracassa em construir ‘laços de solidariedade nacional’. De todo modo, ‘as propostas nacionalistas, sejam marcadamente políticas ou marcadamente culturais, tendem a se auto atribuir uma missão salvadora, acentuando uma glória passada a ser resgatada, ou futura a ser construída’. (Op. Cit., 189).

Destaca nosso *pertencimento* ao mundo ocidental, como herdeiros da Península Ibérica - para o bem ou para o mal, das matrizes do pensamento europeu. ‘As palavras europeização, cosmopolitismo e americanização aparecem como sinônimos do que seja moderno’. (Op.cit. 190). Desse modo, o início do período republicano no Brasil foi marcado pelo confronto de duas grandes interpretações: uma, ‘positiva em sua avaliação sobre o passado colonial e imperial’ – ‘essa vertente conservadora acreditava na excelência de nossas tradições’; e outra, entendia a República como ‘ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico’. (Op.cit. 191). A nacionalidade para estes seria exatamente a ruptura com o passado luso e a integração ao mundo americano.

Sobre este aspecto, Cândido (1988) afirma a importância do pensamento radical como fundamental para ‘combater o pensamento a prática conservadora, maciço central da nossa política’. (Op.cit, 198). Será o próprio Bomfim a afirmar que das heranças do estado colonial a mais funesta “é um **conservantismo**, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, **inconsciente**, mas que se pode chamar propriamente – um **conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual**. (Bomfim, 1905 [1993]: 159). Nos termos de Cândido, ‘esta é uma das ideias fundamentais de Manuel Bomfim, talvez a que seja politicamente mais importante do seu livro, e sem dúvida uma das mais fecundas e esclarecedoras para analisar a sociedade brasileira tradicional, assim como as suas sobrevivências até os nossos dias.’. (Op.cit. 209). É nesses termos que Bomfim acusará a classe dirigente de não conseguir na prática se relacionar com o progresso, nem se adaptar a ele, mesmo que sua atitude seja incoerente com a realidade material observada:

A **tendência instintiva ao conservantismo** não lhes permite refletir que essa política conservadora, antissocial, mesmo para os povos que possuem um passado capaz de despertar entusiasmos, funesta para os próprios países que trazem de outras eras instituições benfazejas e obras grandiosas – que esta **política** vem a ser, não só **ridiculamente absurda, como essencialmente criminosa, tratando-se de nações onde não há, em verdade, o que conservar**. (BOMFIM, 1905 [1993]: 160).

Para Bomfim, essa classe dirigente é escrava da tradição – melhor então se afirmarem conservadores. O que causa curiosidade ao autor, pois num passado constituído de crimes como a escravidão, racismo, e tantas outras práticas abusivas, o que há para conservar?

Será necessário desapegar das tradições que deram forma à nação brasileira até então, para prosseguir, rumo a novos horizontes. Bomfim entende que a lei das sociedades modernas é a evolução, e esse *conservantismo* das classes dominantes é temerário - vindo dos ‘teóricos da estagnação’ ou dos que agem, recorrendo à violência. Cândido aponta que “é tão poderosa a natureza do conservantismo, como produto estrutural da sociedade predatória baseada no escravismo, que na América Latina todos são conservadores, até os revolucionários. Sobre as nações sul americanas, Bomfim entende que estas deviam estar dispostas a atuar, a todo vapor, para recompor sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; literalmente, ‘correr atrás do prejuízo’, porque havia já ‘nações verdadeiramente cultas e progressistas’ – diferente de

nós, estas ‘não esperam, correm’ e continua: ‘e nós, se não queremos ser devorados, devemos voar, aliviados de toda a bagagem que enche os espíritos ronceiros...’. Para o autor, lamentavelmente,

Em vez de se esforçarem neste programa, **as gentes dirigentes** abrem o coração aos que se plantam na vida como uma árvore, **estendem raízes a sugar para um lado e para o outro**, e agora, toda a ação **a dirigem no sentido de impedir que as coisas se transformem em torno de si**. (BOMFIM, 1905[1993]: 161). (Grifos Nossos).

O texto de Bomfim não merece retoques: aponta o egoísmo, os abusos, os preconceitos, hábitos antigos que caracterizam os políticos que se mantém nessa ‘obsessão conservadora’. O autor não concebe um programa político que sirva para ‘conservar’: “Conservar não pode constituir função especial, ativa, de ninguém; é uma função passiva”. Os esforços só interessam se estão no sentido de buscar o aperfeiçoamento: “Os esforços conscientes são todos para transformar e alterar, no sentido de progredir. A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; continuar, **conservar é obra dos mortos**; viver é acrescentar alguma coisa ao que existe, eliminar o que já não convém”. (Bomfim, 1905 [1993]: 162). (Grifos Nossos).

Nesse sentido, Bomfim mostra-se inconformado com as propostas dos partidos chamados conservadores. Para Bomfim os conservadores pretendem de fato, é conservar vantagens – ‘ligadas a abusos e iniquidades’- ‘para uma classe, para certos grupos’. (Bomfim, 1905 [1993]: 162).

Para o autor, a explicação evidente é que onde haja conservadores, a intenção é manter um *status quo*, independentemente de haver prejuízo para nação, pois seu objetivo é defender os privilégios dos grupos dominantes.

Utilizando a linguagem biológica, da metáfora, explica que a sociedade é um organismo vivo, em evolução – não se pode detê-lo para conservar. Para o autor é nesse movimento de segregar, impedir, cercar o desenvolvimento social, que se formam os movimentos da revolução.

A crítica de Bomfim se faz ainda no sentido dessas revoluções, das que se observam na América do Sul. Refletindo sobre os revolucionários menciona os protagonistas de revoluções latino-americanas, até as de independência nacional, como

por exemplo, a do Brasil em 1822, e entende que mesmo os mais revolucionários, terminam por se apresentar como conservadores:

Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. **Não é só por interesse, é por herança, por educação.** Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, **os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício.** Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pétreo dos conservadores. **São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras;** no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às ideias. (BOMFIM, 1905 [1993]: 164) [Grifos Nossos].

Desse modo, mesmo os considerados revolucionários, uma vez instalados no poder, já não tem oposições, diz Bomfim “amanhã será tudo como ontem. Arma rebelliões, assaltam o poder, mas, uma vez plantados no governo, tais políticos dirigem todas as suas prevenções contra os próprios revolucionários. Agora, o seu papel é de conservar.” (Bomfim, 1905 [1993]: 164)

Nesse sentido, o caso brasileiro será o mais flagrante – após a independência mantem a dinastia portuguesa – é o herdeiro do trono de Portugal que nos governa. Era então ‘moda’ intelectual atribuir essa dominação à pretensa inferioridade racial de nossa nação mestiça, por sua qualidade biológica – Bomfim discordava, como já apontamos, e indicava o processo social-histórico como elemento formador dessas características.¹²¹ O modelo social adotado no Brasil, por esse *conservantismo*, segundo Bomfim, produziu uma sociedade estratificada, refratária às mudanças, sem espaço para que o povo atuasse como protagonista na construção da nação.

A posição de Bomfim contrastava em muito com a dos conservadores: acreditava no ser humano, no seu potencial de desenvolvimento, desde que houvesse condições para tal. Tais condições se fariam no estabelecimento de um Estado justo – que não favorecesse as elites em detrimento da massa da população, que não lançasse mão da ciência para justificar a opressão do povo em formação. A elite brasileira pautava seus conceitos (preconceitos) no Racismo Científico, que justificativa a dominação da massa

121 Candido (1988) observa que Bomfim ao defender as qualidades das sociedades humanas presentes no Brasil (negros, índios em especial) – solidariedade e cooperação – está adotando, sem citar, o ponto de vista de Kropotkin, no livro *O Auxílio Mútuo*, importante base teórica do anarquismo.

da população por considerá-la fruto de cruzamento humano – mestiçagem – e, portanto, degenerada. Ocorre que defender este ponto de vista justificava também o sentirem-se – eles próprios, a elite – incapazes de produzir suas concepções e, portanto, quedam incapazes de produzir sua intelectualidade, dependentes das teorias europeias. Justifica-se assim, do mesmo modo, a dependência da colônia em relação à metrópole. Inclusive a dependência cultural.

Ao tratar dos efeitos da hereditariedade e da educação no *América Latina*, Bomfim aponta a questão do *conservantismo*, como elemento praticamente inconsciente, que denomina ‘conservantismo essencial’ e que incidirá diretamente no entendimento sobre o progresso nessas sociedades. Será a partir desse ponto de vista, conforme o autor, que a classe dirigente aceitará o significado de progresso como ‘bom’, sem mesmo averiguar se os princípios gerais que estão adotando são adequados ao seu país, sua época e suas circunstâncias; tampouco são capazes de algum ‘esforço para adaptar-se a uma conduta diversa’. Para o autor, são incapazes de suportar mudanças:

Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. É este fundo de conservantismo afetivo que traz aos homens das classes dirigentes a preocupação, comum a todos, qualquer que seja o seu programa, quaisquer que sejam as suas idéias: **o conservar** ou conquistar **a aquiescência dessa classe dos retardatários de ofício** – indivíduos **que não compreendem, sequer, que as sociedades sofrem uma evolução constante**. Na prática, todos esses homens das **classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina**; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, a qualquer transformação real, progressista. (BOMFIM, 1905 [1993]: 160). [Grifos Nossos].

Bomfim considera – ‘seria medo ou preguiça?’ – essa dificuldade de tentar caminhos novos, seria talvez para evitar imprevistos e dificuldades. Daí, ‘Para todos, o ideal é dizerem-se conservadores. Há políticos ousados... de ideias, radicais, e até revolucionários; mas, obedecendo a uma necessidade íntima da organização afetiva, acham sempre o meio de explicar que não querem ser mais que conservadores.’ (Op.cit. 160). Nesse mundo de conservantismo, Bomfim apresenta a força dos axiomas, dos conceitos, das sentenças prontas, para anunciar de onde concluiu-se que o Brasil era um país estritamente agrário. (Bomfim, 1905 [1993]: 174).

Assim, esse conservantismo, para Bomfim, também se apresenta na questão da produção material - econômica. Bomfim defendia o desenvolvimento industrial como

forma de superar a dependência pois via as economias essencialmente agrícolas como sinônimas de economias colonizadas. Observa na história brasileira esse aspecto da dominação da metrópole sobre a colônia:

Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa, determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas idéias políticas eram essas mesmas – do Estado colonial – formulou: **O Brasil é uma nação essencialmente agrícola.** Foi o bastante, e **ficou assim consagrada a rotina econômica;** ninguém teve coragem de tomar esta inépcia, e mostrar quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola. (BOMFIM, 1905 [1993]: 174).

Bomfim fala da rotina que foi estabelecida na produção econômica do Brasil, enquanto colônia de Portugal, e como acredita que mesmo com as mudanças políticas ocorridas na estrutura do Estado brasileiro, a mentalidade permanecia presa aos primeiros modelos (antigos). A crítica de Bomfim é tenaz quanto a dificuldade das elites em perceber que “a evolução é contínua, e que os vícios longamente acumulados só por um esforço podem ser corrigidos”. (Bomfim, 1905 [1993]: 185). Como já apontado, para o autor, o conservantismo essencial é nascido do processo colonial parasitário. Esse conservantismo essencial, afetava as elites, seu caráter e cultura, e desembocava então num conservadorismo político que os tornava inábeis para o progresso.

E o Estado radiante, em face desta prosperidade... colonial! Sim, era a perpetuação do regime colonial. Em tempos (tais eram os interesses da metrópole) o Brasil produzia açúcar, e com ele pagava tudo mais de que carecia; depois, produziu ouro, depois café, e café e borracha; variam os gêneros, mas não varia a condição. Tal regime será o de uma nação? Uma nação é um organismo completo, bastando-se a si mesmo. **Só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política.** Não é o nosso caso – a nação, eternamente ignorante e colonial, eternamente dominada e explorada pela avidez europeia. (BOMFIM, 1905 [1993]: 175) [Grifos Nossos].

O autor conta um século passado desde a Independência e constata que o Brasil continua o mesmo. O Brasil deixara de ser uma colônia vassala para ser colônia independente – mas que independência? Avalia que economicamente não houve mudança – o Brasil continua sendo dependente economicamente. A orientação econômica, Bomfim afirma que vem das opiniões britânicas, que não tem interesse em emancipar o Brasil, nem qualquer outra nação colonial: “O seu interesse, a sua política, as suas doutrinas socioeconômicas propendem todas para induzir as nações novas a persistirem

nesse regime” – para o autor, com o visível interesse de manter a tutela financeira, garantindo a exploração e a situação de inferioridade do país. (Bomfim, 1905 [1993]: 175, Nota Rodapé de Manoel Bomfim).

Indica, assim, a interferência britânica que em nada colabora para que o país se torne independente economicamente. Para Bomfim desenvolver a produção na indústria, ou seja, ir para além da produção agrícola é condição essencial para conquistar a emancipação ou independência política. Essa condição de país de produção agrícola era a seu ver uma forma de dominação das nações colonizadas, que mantinham os colonos a sua mercê para exportar produtos, e, com isso, conseguir os demais produtos que desejassem para uso próprio. Com a produção industrial poderiam esses países chegar a emancipação econômica e Bomfim acreditava que este era também o caminho para a emancipação política. A situação de produtores primários no sistema mundial era para Bomfim um sintoma de inferioridade.

Nos idos de 1928 Bomfim está escrevendo o *Brasil Nação*. Observa de imediato as condições de inexplicável miséria por sobre a abundância natural das terras brasileiras.

Para Bomfim, os caminhos de uma nação são de responsabilidade de seus dirigentes. Questiona então: “donde vieram, que valem os que conduzem esta pátria?” E continuando o questionamento, o responde:

Recebendo, em fatalidade de herança, o que de útil pudesse haver na alma portuguesa, o Brasil teve de herdar a tradição e as normas dos dirigentes dali; e a sorte de uma nação feita com a direção de tão mesquinhos governantes, teve de ser o fermentar de misérias, em que se resume a nossa vida nacional. O Brasil, dispensado de conquistar a sua independência, foi, por isso, levado a guardar a infâmia do Estado Português, e a degradação dos seus governantes. (BOMFIM, 1931[1996]: 52). [Grifos Nossos].

Bomfim afirma que a degradação que diagnostica na atualidade (lembrando que está falando da década de 1920) resulta do processo de colonização no qual está sendo feita a nação brasileira – processo pelo qual, além da espoliação, o país herdou um sistema político dirigente, segundo seu entendimento, já contaminado pelas concepções morais bragantinas. É do Estado Português que o Brasil herda o modelo e a moralidade que nortearam seus dirigentes, uma vez dissolvido o Império.

A colonização parasitária, da qual sobreveio a exploração, era a causa de todos os ‘males’- sociais, econômicos, culturais. Superar esta herança seria uma tarefa hercúlea,

mas que Bomfim confiava ser possível pela potencialidade do povo que aqui se formara. Haveria que superar-se o conservantismo e a mentalidade conservadora dos políticos, educar o ‘povo’ para ocupar seu lugar de protagonista da história da nação, que viria à luz pelos braços da Revolução.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AGUIAR, Ronaldo Conde. Um Livro Admirável. In.: BOMFIM, M. **O Brasil Nação**: realidade da soberania nacional. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ALBIZÚREZ, Mônica. **Del siglo XIX al siglo XX**: rastros de un ensayo latinoamericanista alterno. Nova Orleans: Tulane University, 2006. (Tese de doutorado).

ALMEIDA, L. *A identidade Latino-Americana em José Carlos Mariátegui*. (Dissertação de Mestrado. Orientador: Horácio Gutierrez. Área História – História da América). Goiás: Universidade Federal de Goiás, 1997.

ALVES FILHO, Aluísio. **Pensamento político no Brasil**: Manoel Bomfim - um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

ALVES FILHO, Aluísio. **Manoel Bomfim**: combate ao racismo, educação popular e democracia radical. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

ANDERSON, B.R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. (Tradução Denise Bottman). São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, B. R. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BAGGIO, Katia Gerab. **A outra América**: A América Latina na visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História/USP, 1998.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão Nacional**. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da língua portuguesa**. VERBETE Nação. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BEHELLI, Ricardo Sequeira. **Nacionalismos antirracistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada**. (Brasil e Peru na passagem para o Século XX). São Paulo: Icte Editora, 2009.

BERTONHA, Ivonne. **Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido**. São Paulo: PUC, 1987. (Tese de mestrado).

BITTENCOURT JÚNIOR, A.; CRUZ, José V. (orgs). **Manoel Bomfim e a América Latina: A dialética entre o passado e o presente**. Aracaju, Editora Diário Oficial, 2010.

BOMFIM, M. **Instrução popular, A República**. Rio de Janeiro, 2/9/1897.

BOMFIM, Luís Paulino. Pequena biografia de Manoel Bomfim. In: **A América Latina: males de origem**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOMFIM, M. **O Progresso pela instrução**. Discurso às normalistas diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal que o elegeram para paranympho. Pronunciado na solenidade da entrega dos diplomas em 13 de Maio de 1904. Rio de Janeiro: Typ. Do Instituto Profissional – Boulevard 28 de Setembro n. 33. (Acesso em: Academia Brasileira Letras).

BOMFIM, M.; BILAC, O. **Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1899.

BOMFIM, M.; BILAC, O. **Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1901.

BOMFIM, M. *Das nephrites*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias/Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1890. (Tese de doutorado).

BOMFIM, M.. **Elementos de zoologia e botânica gerais**. (Adaptação das obras Anatomia e psicologia animais e Anatomia e psicologia vegetais, de Lamounetti) Rio de Janeiro/ Paris: Garnier, 1904.

BOMFIM, Manoel; BILAC, Olavo. **Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa**. (Org. Marisa Lajolo). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Retratos do Brasil). [1ª. Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910].

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. (Prefácios de Darcy Ribeiro; Franklin de Oliveira e Azevedo Amaral). Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. [1ª. Edição. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1905].

BOMFIM, Manoel. **Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

BOMFIM, Manoel. *Cultura progressiva da ignorância*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/6/1919.

BOMFIM, Manoel. **Lições de pedagogia: teoria e prática da educação**. Rio de Janeiro: Livro Escolar, 1915.

BOMFIM, Manoel. *Nacionalização da escola. Educação e Ensino*. Instrução Municipal do Distrito Federal, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 1897.

BOMFIM, M. **Noções de Psychologia**. 4ª. Edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1928. [1ª. Edição 1920].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. (Prefácio Maria Thétis Nunes). 2a. Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1ª. Edição: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Prefácio Ronaldo Conde Aguiar. 2a. Ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013 [1ª. Edição: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: realidade da soberania nacional. 2a. Edição. (Prefácio Wilson Martins e Ronaldo Conde Aguiar) Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1ª. Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. 2 vols. 1931]. [Observação: na capa: O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira // na ficha catalográfica: soberania nacional// na primeira edição: O Brazil Nação: realidade da soberania brasileira (sic)].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Coletânea com trechos das obras de Manoel Bomfim).

BOMFIM, Manoel. **Pensar e dizer**: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. 2ª. Edição. São Paulo, Casa do Psicólogo; Conselho Federal de Psicologia, 2006. (Coleção clássicos da psicologia brasileira). (1ª. Edição, Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923)

BORGES, Rosangela Francisconi. **A pedagogia de Manoel Bomfim**: uma proposta higienista na educação. Maringá: UEM/PR, 2006. (Tese de mestrado).

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. O Realismo. A consciência histórica e crítica. In: _____. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1966 [1976].

BOTELHO, André Pereira. **O batismo da instrução**: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. Campinas: Unicamp, 1997. (Tese de Mestrado).

BOTELHO, André. Prefácio. In.: Ricupero, Bernardo. **Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In.: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Organizadores). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

BRANDÃO, Marçal. **Itinerários intelectuais**. (Org. Simone C.T. Coelho). São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010.

BRAVO, Fernandes. **Americanismo, biologia e identidad**: el cuerpo continental em Carlos Octavio Bunge e Manoel Bomfim. Hispanamérica, Maryland, n. 92, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. (Tradução: Nilo Odalia). São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter.(Org.) **A Escrita da História**: novas perspectivas. (Tradução Magda Lopes). São Paulo, Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Humberto. **Diário secreto**. (Org. Aline Haluch). Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2014. [Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954. (2 volumes)].

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e subdesenvolvimento**. Argumento, São Paulo, ano I, n. 1, out. 1973.

CÂNDIDO, Antônio. **A Sociologia no Brasil**. In: Enciclopédia Delta Larousse, v. 4. Rio de Janeiro: Delta, 1960.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos in: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1988 [2017].

CÂNDIDO, Antônio. **Radicalismos**. Estudos Avançados, 4, n. 8, jan.-abr., 1988. [pp. 4-18].

CARDOSO, Ciro F. S.. **Uma Introdução à História**. 6ª. Edição. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Jose Murilo De Carvalho. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHACON, Vamirech. A encruzilhada do nacionalismo. In: _____. **História das ideias socialistas no Brasil**. 1ª. edição Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. (Org. André Rocha). Belo Horizonte, Autêntica Editora; São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

COSTA, ANGELA M.; SCHWARCZ, L.M.. **1890-1914: No tempo das certezas**. (Coord. Laura de Mello e Souza; Lilia Moritz Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. (Coord. Jayme Pinsky). 7ª Edição. São Paulo: Global, 2001. (História Popular nr. 10).

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CURVELLO, Mendonça. **O movimento socialista no Brasil**. Almanaque Brasileiro Garnier. Rio de Janeiro: Garnier, ano III, 1905. [pp. 272-77].

DE DECCA, Edgar. **1930 - O Silêncio Dos Vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981 [1994].

DE LUCA, Tania R.. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DEUTSCHER, I. A Guerra dos Seis Dias. In: SADER, E. (Org.) **Vozes do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: O destino das sociedades Humanas**. Rio de Janeiro, Record, 2003 [2008].

DINIZ, Almáquio. **Preparação socialista do Brasil**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1934.

ECO, Umberto. **Os Limites da Interpretação**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1990.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930** – Historiografia e História. 14 a. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1970 [1994].

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 1995.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. Volume 9. (por PINHEIRO, P.S. [et. al.]; introdução geral de Sergio Buarque de Holanda. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral Da Civilização Brasileira; Tomo III)

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª. Edição. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução?** 1ª. Edição. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense, 1981 [1984].

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** (Prefácio Fabio Konder Comparato; apresentação Antonio Candido; coord. Maria Arminda do Nascimento Arruda). 2ª. Edição. São Paulo, Globo, 2007.

FERRO, Marc. **História das Colonizações** – das conquistas às independências – século XIII a XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FORJAZ, Maria C. Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

FRACO, Maria Ciavatta; GONTIJO, Rebeca. Manoel José do Bomfim (verbete). In: **Dicionário de Educadores Brasileiros: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MEC-Inep/Comped, 2002. pp. 755-763.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 48 ed. rev. — São Paulo: Global, 2003.

GELLNER, Ernest. **Condições da Liberdade**: a sociedade civil e seus rivais. (Tradução: Lucy Magalhães, revisão técnica Renato Lessa). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

GELLNER, Ernest. **Naciolism**. London: Weidenfeld e Nicolson, 1997.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e Democracia**. (Tradução Vamireh Chacon e outros). Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993 [1983].

GOMES, M. P.. **O Brasil Inevitável** – ética, mestiçagem e borogodó. 1a. Ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 2019.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história. Niterói: UFF/Dep. de História, 2001. (Tese de mestrado).

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” da Primeira República. **Revista Brasileira de História** – dossiê Ofício do Historiador. São Paulo: ANPUH, vol. 23, n. 45, 2003.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HOBBSAWM, E.J.. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995 [2006].

HOBBSAWM, E. J.. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric J.. **Sobre História**: Ensaios. (trad. Cid Knipel Moreira). . São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [2013].

HOBSBAWM, Eric J.. *O presente como História*: escrever a História de seu próprio tempo. (trad.. Heloisa Buarque de Holanda). In.: **Novos Estudos Cebrap**. No. 43, nov/1995.(pp.103-112).

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].

IGLÉSIAS, Francisco. Segundo momento: 1838-1931. In: **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2000. [pp. 55-179].

KROPF, Simone Petraglia. *Manoel Bomfim e Euclides da Cunha*: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos/ RJ, Fundação Casa de Oswaldo Cruz, 3, n. 1, mar.-jun., 1996. pp. 80-98.

LEITE, Dante Moreira. Manoel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas. In: LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 2ª. Ed.. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter Nacional Brasileiro**: História de uma Ideologia. 2ª. Edição. (revista, refundida e ampliada). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965 [1969].

LEÓN, Jaime E. W. H.. **Resistência às mudanças sociais**: uma visão crítica da democracia brasileira. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

LEONÍDEO, Adalmir. O sertão e outros lugares: a ideia de nação em Paulo Prado e Manoel Bomfim. In: ALMEIDA, Angela Mendes; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli de

Fátima Napoleão (orgs.). **De sertão, deserto e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

LIMA, Luiz Costa. **Euclides da Cunha**: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro, Contraponto: PETROBRAS, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LOBATO, Monteiro. Carta a Godofredo Rangel, 1o/11/1908. In: **A barca de Gleyre**. 1a série, tomo I, vol. 11. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LOPES, Marcos A.. **Grandes Nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LUNA, Claudia. Manoel Bomfim: ideia de Brasil, projeto de América. In: RIPOLL, Luis M. Fernández; GRAU, María Payeras (coord.). **Fin(es) de siglo y Modernismo**: Congreso Internacional Buenos Aires, ago. 1996. Volume 1. Ilhas Baleares: Universitat de les Illes Balears, 2001. [pp. 525-530].

MACHADO NETO, A.L. **Estrutura social da República das Letras**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1973.

MALTA, M. et al. **Ecos do desenvolvimento**: Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

MALTA, M. Et. Alli. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: GANEM, Angela; FREITAS, Fabio; MALTA, Maria Mello de. **Economia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MALTA, M. **Liberdade e democracia**: agenda socialista ou liberal? Havana, 2008.
Disponível em:<https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_mellom.pdf>.
Acesso em: Setembro 2018. Trabalho apresentado na IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI.

MARIATEGUI, J. C.. **Siete Ensayos de la Interpretación de la Realidad Peruana**.
Lima, Editora Amauta, 1928.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**, v. 5 (1897-1914). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MARTINS, Wilson. O Brasil na América. In: **Pontos de Vista**: crítica literária. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

MARTINS, Wilson. Profeta da quinta revolução. In: BOMFIM, M. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MAUL, Carlos. (Org.) **O Brasil**. (Com nota explicativa de Carlos Maul). Bibliotheca Pedagogica Brasileira. Série V, Brasiliana, Vol. XLVII. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

MELLO, Maria Tereza Chaves. **Futuro do passado**: uma apologia da América Latina. Rio de Janeiro: PUC/Dep. de História, 1997. (Tese de Mestrado).

MENEZES, Djacir. Razões para reeditar Manoel Bomfim. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, FGV, 22, n. 4, out.-dez. 1979. [pp. 143-144].

MENEZES, Djacir. Teses brasilianistas e antíteses brasileiras. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, FGV, 21, n. 2, abr.-jun. 1978. [pp. 12-21].

MICELI, Sergio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

MIRANDA, Tomaz; et all.. Samba-Enredo 2019 - Histórias Para Ninar Gente Grande. G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ). Composição: Tomaz Miranda / Ronie Oliveira / Márcio Bola / Mamá / Deivid Domênico / Danilo Firmino.

MORSE, Richard McGee. **O espelho de Próspero: cultura e ideias as Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTA, Sergio R. F.. **Manoel Bomfim: autêntico pensador latino-americano**. Florianópolis, Insular, 2015.

MOURA, Enrique Rodrigues. **Territorio, moral y nación en los pupitres de la escuela**. Olavo Bilac y Manoel Bomfim. Arbor, vol. CLXXXIII, n. 724, 2007. [pp. 227-241].

NAÇÃO. In.: <http://www.infoescola.com/termos-de-uso>. Acesso em 20/01/2017.

NAXARA, Márcia R.C.. **Estrangeiro em sua Própria Terra: Representações do brasileiro – 1870-1920**. São Paulo: Annablume, 1998.

NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: 1868-1932. **Revista do IHGB**, ano 155, n. 384, jul.-set. 1994.

NUNES, Maria Thétis. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, M. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo mundo e do sentido do devir**. (trad. Ana Maria Martinez Correa e Manoel Lelo Belloto). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **O Brasil e as Colônias Portuguezas.**

Lisboa, 1880.

OLIVEIRA, Franklin. Manoel Bomfim: o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, M. A. **América Latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo; Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX [1982]. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 13-35. (Originalmente publicado em Cadernos Ceru, n. 17, set.1982.).

PAULA, João Antônio de. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 219-235, abr. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 22 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100015>. Acesso em dez/2019.

PAULILO, André L. **Da Reforma à Revolução: Educação pública e regeneração social na sociologia de Manoel Bomfim.** São Paulo, USP, 2003.

PENNA, Antonio Gomes, em seu livro **História da Psicologia no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PENNA, Antônio Gomes. **Acerca dos psicólogos-educadores na cidade do Rio de Janeiro.** Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. Fórum Educacional, Rio de Janeiro: FGV, 13, n. 3, jun.-ago. 1989. pp. 7-34.

PEREIRA, Carla Curty N.M.. **A abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro: uma análise sobre a controvérsia dos modos de**

produção no Brasil. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

PERICAS, Luiz B.; SECCO, Lincoln F. (Orgs.) **Intérpretes do Brasil** – clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERRONE-MOISÉS, L. **Vira e mexe nacionalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; FREIRE, Sandra Ferraz Castillo Dourado. **Identidade nacional e educação**: um olhar sobre as ideias de Olavo Bilac, Manoel Bomfim e dos jovens turcos. Cadernos Aslegis, Brasília, v. 2, n. 28, abr. 2006. [pp. 111-125].

PONTES, Elói. **A vida exuberante de Olavo Bilac** - volume 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª. Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1942 [1994].

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, ([1966] 2014).

PRADO, Maria Lígia C.. **Ensaio sobre Política e Cultura na América Latina do Século XIX**. Trabalho de livre-docência. São Paulo: Departamento de História-FFLCH-USP, 1996.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. (Org. Carlos Augusto Calil). 8ª. Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim**: a favor do Brasil: direita ou esquerda?. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2a. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura do Município do Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 1984. [pp. 48-54].

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5ª. Edição. Petrópolis, Vozes, 1986.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2ª. Edição. São Paulo, Alameda, 2011.

ROMERO, Silvio. **A América Latina**: Analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron, 1906.

ROMERO, Sílvio. A propósito da América Latina. In: **Provocações e debates**. Porto: Chardron, 1910.

ROMERO, Sílvio. Uma suposta teoria nova da história latino-americana. **Os Annaes**, ano II, pp. 54-79, 1905/1906.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**: da Bíblia ao sionismo. Trad. Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Biblioteca luso-brasileira: Série Brasileira).

SANTOS, Wilmihara Benevides Silva Alves. **Povo e raça na formação da nação**: um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero. Marília: Unesp, 2006. (Tese de mestrado).

SCHWARCZ, Lilia M.. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M.. **Retrato em Branco e Negro:** Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil:** Uma biografia. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar:** ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SILVA, JOSE M.. A questão racial na obra de Manoel Bomfim. **Caderno CECH,** Aracaju, v. 1, 1992. [pp. 29-35].

SILVA, JOSE M.. Manoel Bomfim e a Ideologia do Imperialismo na América Latina. **Revista de História (USP),** São Paulo, v. 138, 1998.

SILVA, JOSE M.. Manoel Bomfim e a sociedade do futuro. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 27, 1987. [pp. 93-112].

SILVA, JOSE M.. Manoel Bomfim e o Darwinismo Social no Brasil. **Cadernos UFS,** Aracaju, v. 3, 2001. [pp. 83-94].

Silva, Jose M.. Manoel Bomfim: A América Latina. In: COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente; PATRIOTA NETO, Nelson Ferreira (org.). **Vozes do Nordeste.** Natal: Ed. UFRN, 2001. [pp. 37-56].

SILVA, JOSE M.. Racionalidade e subjetividade da ação educativa na perspectiva de Manoel Bomfim. **Educação e Subjetividade,** São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. [pp. 161-184].

SILVA, JOSE M.. Salvar a América – Educação e História. Nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.9, nr.19, 1990. (pp. 115-134).

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 [1976].

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**: seus fundamentos econômicos. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, João Mendonça. **Silvio Romero**: o crítico e o polemista. Rio de Janeiro: EMEBE, 1976.

SÚSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TEIXEIRA, Aloisio. **Notas de aula da Disciplina Intérpretes Do Brasil** do Programa De Pós-Graduação no Instituto De Economia da Universidade Federal Do Rio De Janeiro, ministrada pelo prof. Aloisio Teixeira. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1º Semestre de 2010.

UEMORI, C. N. *Explorando em campo minado*: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional. (Tese Doutorado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. **História e Dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil – 1870-1914. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. Manoel Bomfim: the State and elites seen as parasites of the People-Nation. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, Dartmouth, v. 4/5, 2000. [pp. 313-323].

VERÍSSIMO, José. Livros e autores de 1903 a 1905. In: **Estudos de literatura brasileira**, 6a série. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1977.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas – 1922-1974. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WEBER, Jean Carlo de Carvalho Costa Silke. **Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno**: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928. Recife: UFPE, Sociologia, 2003.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. (Tradução de Alípio Correia de Franca Neto). [Ensaios de Cultura, col. 6]. São Paulo, Editora USP, 1994.